

LUISA TOMBINI WITTMANN

Atos do contato:
HISTÓRIAS DO POVO INDÍGENA XOKLENG
NO VALE DO ITAJAÍ/SC (1850-1926)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FEVEREIRO/2005

LUISA TOMBINI WITTMANN

**ATOS DO CONTATO: HISTÓRIAS DO POVO INDÍGENA
XOKLENG NO VALE DO ITAJAÍ/SC (1850-1926)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob a orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 02/2005

BANCA

Prof. Dr. John Manuel Monteiro (orientador)

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (titular)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (titular)

Prof. Dr. Robert W. Slenes (suplente)

FEVEREIRO/2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Wittmann, Luisa Tombini.

W786a Atos do contato : histórias do povo indígena Xokleng
no Vale do Itajaí/SC (1850-1926) / Luisa Tombini Wittmann.
-- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: John Manuel Monteiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios Xokleng. 2. Índios da América do Sul –
Santa Catarina - História. 3. Alemães – Brasil.
I.Monteiro, John M. (John Manuel), 1956-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras -chave em inglês (Keywords): Shokleng Indians.
Indians of South America – Santa
Catarina - History.
Germans – Brazil.

Área de concentração: História social.

Titulação: Mestre em história.

Banca examinadora: John Manuel Monteiro, João Pacheco de Oliveira
Filho, Sidney Chalhoub.

Data da defesa: 24/02/2005.

RESUMO

Esta dissertação discute três momentos do processo de contato entre o povo indígena Xokleng, os imigrantes alemães e os funcionários do SPI, na região do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, entre 1850 e 1926. O trabalho enfoca, num primeiro momento, os ataques na mata entre os nativos e os recém-chegados; num segundo, os processos de adoção de crianças indígenas; e, num terceiro, o cotidiano do Posto Indígena Duque de Caxias, na esteira da “pacificação” dos Xokleng. Busca-se compreender as formas de pensar e agir dos diferentes sujeitos históricos envolvidos no contato, conferindo visibilidade aos atores indígenas e dando voz às suas próprias interpretações e ações diante da nova realidade.

ABSTRACT

This thesis discusses three distinct moments in the contact between Xokleng Indians, German immigrants, and members of the Indian Protection Service (SPI), in the Itajaí Valley of Santa Catarina (1850-1926). The work focuses on the violent clashes between natives and newcomers, on the practice of adoption of Indian children, and on daily life in the Duque de Caxias Indian Station following “pacification”. The aim of this research is to develop an understanding of the thought and actions of the subjects involved in these episodes of contact, giving visibility to Indians as historical agents and voice to their own interpretations and actions vis-à-vis a new reality.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, cuja presença está muito além desta etapa da minha vida. Aos meus pais, Lauro e Diles, que depois de viver um grande amor, hoje o compartilham comigo numa nova fase da vida. Aos dois, não só desejo toda a felicidade do mundo, mas que ela seja uma busca constante e tranqüila. À minha irmã Tati, cuja determinação e talento sempre me incentivaram a caminhar para frente e ao meu cunhado, o mais agradável parente que entrou para compartilhar as histórias de família. Que este, e os outros anos, reservem muitas conquistas para o casal paulista.

Ao Celo, com quem compartilhar o dia-a-dia foi uma ótima surpresa. Os planos eram especiais, mas foram em muito superados num ano compartilhado de muito amor. Além de um leitor atento, foi companheiro de todos os momentos. Aos grandes amigos de Floripa que, mesmo na distância de um metrado feito longe, continuaram presentes de diversas formas: Paulo, Assis, Dani, Fábio e tantos outros cujas histórias em comum nos uniram de vez. Aos novos amigos de Campinas: Paula e Maíra, que nos tempos fora de casa me fizeram sentir em uma nova. A Endrica, uma amizade solidificada que, além de quebrar galhos importantes foi uma ótima anfitriã. Aos que conheci em sala-de-aula e, depois de muito papo, se tornaram mais que colegas, em especial Lívia, Tati, Edson.

Nos tempos de pesquisa, agradeço os funcionários de diferentes arquivos. No Museu do Índio, Rio de Janeiro, aos que cuidam do acervo microfilmado do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Em Florianópolis, os funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e, em Blumenau, do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. A Capes pelo apoio financeiro. A todos que colaboraram para o nascimento deste trabalho, seja com uma dica bibliográfica, uma entrevista, uma leitura ou, simplesmente, um olhar amigo.

Os professores da banca: Sidney Chalhoub, que acompanhou o trabalho desde muito antes da defesa, e João Pacheco de Oliveira Filho, pelo aceite e arguições. Ao Prof. Robert Slenes, participante do exame de qualificação, cuja leitura possibilitou outros olhares, muitos dos quais incluídos nesta versão final. Os demais professores do Departamento de História que tive o privilégio de ser aluna, entre eles Sílvia Lara, Leila Algranti, Stella Bresciani e Edgar Dedecca. Por fim, ao Prof. John Manuel Monteiro, o orientador com quem muito aprendi.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A História Indígena.....	1
O povo Xokleng: em busca de uma nova perspectiva	7

CAPÍTULO I

Os (des)encontros de dois mundos: índios e imigrantes no Vale do Itajaí (1850-1914)

A reciprocidade dos ataques na mata	
O desejado ferro	15
As ações dos brancos	25
Os índios como tema no gabinete: polifonias	
Os discursos do governo provincial.....	44
Projetos da modernidade, discursos blumenauenses.....	59

CAPÍTULO II

Entre o giz e a espada: experiências indígenas em Blumenau (1904-1914)

A “adoção civilizatória”	83
Ana, a eterna “bugra”	98
Korikrã, a senhorita Gensch	111
Os singulares encontros interétnicos.....	133

CAPÍTULO III

“Paraíso dos trabalhadores, inferno dos vadios”: os Xokleng e o SPI no Posto Indígena Duque de Caxias (1914-1926)

Visões da pacificação.....	138
As táticas indígenas na calada da noite.....	147
A cultura do labor, o labor na cultura.....	150
“Visitas importunas” aos colonos: a caça e a coleta.....	168
Kosúro: “ceifadora de vidas”	180

CONCLUSÃO

As escolhas Xokleng.....	194
--------------------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	198
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A História Indígena

A história indígena está consolidando um importante espaço nos estudos históricos no Brasil. Antes tema predominante da antropologia, as populações ágrafas têm gerado pesquisas voltadas ao reconhecimento de sua historicidade. Infelizmente esta produção acadêmica ainda não é numericamente expressiva, mas demonstra mudanças significativas no pensar a temática. Além da contestação à idéia persistente de que os povos indígenas são domínio exclusivo da antropologia e, portanto, objetos somente da etnografia, outras barreiras estão sendo derrubadas possibilitando novas investigações sobre a problemática dos índios no passado.

Alguns estudos sobre o contato entre índios e brancos apresentam uma visão conservadora na qual a cultura indígena aparece ligada a uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência cultural que ignora as interações próprias do colonialismo. E quando se revela a História, muitas vezes o índio não é nada além de um remanescente sobrevivente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Estas duas posturas apresentam visões essencialistas que pensam o índio como pertencente a uma cultura estática. Assim, o índio aparece como vencedor resistente ou derrotado pelas mudanças. As transformações históricas não são levadas em conta, como se o contato fosse, numa visão claramente reducionista, uma guerra entre dois blocos monolíticos e imutáveis, com vencedores e vencidos. Em outro viés, os povos indígenas brasileiros são compreendidos como em vias de desaparecimento, o que dá a vitória final à globalização mundial que não permite espaço ao diferente. Alguns pesquisadores reservaram ainda menos perspectivas aos índios, relegando-os definitivamente ao passado. O extermínio define o fim das possibilidades futuras das sociedades indígenas.

Há alguns anos, novas posturas acadêmicas surgiram ao analisar a temática indígena em meio àquelas visões dos índios enquanto resistentes culturais, meros sobreviventes descaracterizados, à espera do desaparecimento peremptório ou já pertencentes ao passado exterminador. Em 1992, Manuela Carneiro da Cunha organizou um livro intitulado *História*

dos Índios no Brasil que reúne artigos que apresentam novas propostas para pensar a trajetória dos índios no território brasileiro. A atenção se volta para uma compreensão dos índios enquanto sujeitos, e não apenas vítimas, da sua própria história, demonstrando que os povos dialogaram com as novas conjunturas e desempenharam papel ativo nas relações com os colonizadores. “As sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham conseqüências”.¹ Cabe aos historiadores levar em conta a perspectiva dos próprios índios, e colocar em cena as suas interpretações da História.

Durante muito tempo os pesquisadores se detiveram apenas nos discursos e práticas em relação aos indígenas. A idéia é indagar também sobre as formas de pensar e agir dos índios diante da colonização. A atenção é deslocada para as suas experiências na conjuntura de expansão. Como observou Serge Gruzinski, existe um “campo ainda considerável, o das reações indígenas aos modelos de comportamento e pensamento introduzido pelos europeus, o da análise de sua percepção do mundo novo, gerado na violência e muitas vezes no caos pela dominação colonial”.² Com certeza, as sociedades indígenas sofreram com o contato. Contudo, mesmo diante de um processo violento, não devemos apresentar o índio como vítima passiva, reduzindo suas experiências às atrocidades dos brancos. Os povos nativos, mesmo em situações adversas, posicionaram-se diante da nova conjuntura. O que importa, concordando com John Monteiro, é

recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais de sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram. (...) Essas experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo esmiuçadas por um crescente número de estudiosos, buscando aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado.³

¹ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma História Indígena”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 19.

² GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 19.

³ MONTEIRO, John Manuel. “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”. In: NOVAIS, Adauto (org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 238-48.

Uma análise neste sentido se torna viável rejeitando a noção de cultura estática, que engessa as ações dos sujeitos históricos. Este conceito foi discutido pelo historiador E. P. Thompson, que ao invés de difundir a idéia de cultura como um “sistema”, prefere percebê-la na dinâmica das relações sociais que, num dinamismo constante, apresentam conflitos, negociações, acomodações, ressignificações e muito mais.⁴ As dicotomias reducionistas, que separam os grupos entre “civilizados” e “selvagens”, por exemplo, caem por terra. Não se trata de dois blocos definidos que entram em choque, mas das formas de relacionamento entre diferentes atores. Outra contribuição significativa deste historiador diz respeito às análises sobre as massas. Longe de perceber as multidões como desordeiras e irracionais, Thompson analisa os significados das ações coletivas populares a partir de suas experiências culturais específicas.⁵ Ao pensar a temática indígena, repito, ao invés de reiterar uma visão branca dos índios, o foco estará nas manifestações indígenas diante do novo contexto do contato.

Ao enveredar por este caminho, o historiador deve estar atento ao trabalho com as fontes. A primeira questão que se coloca é: como revelar as ações históricas de povos que não deixaram registros escritos? O questionamento leva o pesquisador aos documentos elaborados pelas pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com os índios. No caso dos Xokleng, abrangem imigrantes alemães, autoridades governamentais e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Muitos advertiriam desconfiados que os escritos dos brancos evidenciam apenas as visões sobre os índios, obrigando o retorno ao ponto de partida. Muitas das informações demonstrariam apenas as perspectivas de um dos lados do contato, o do escritor.

⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵ É importante salientar que, no Brasil, a produção thompsoniana inspirou diversos trabalhos acadêmicos, principalmente as produções sobre a escravidão. A partir da década de 80, houve mudanças na análise desta temática ao colocar os escravos e os libertos como sujeitos históricos, não mais como coisas, finalmente reservando seu lugar nas relações sociais com os senhores, enfim, na História. A experiência escrava na história da escravidão passou a ser valorizada, em contraposição às análises que apresentavam uma época histórica de dominação inexorável, com ênfase na violência e nos interesses econômicos, ou mesmo a visão anterior que mostrava o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil. Sobre esta discussão teórica ver LARA, Sílvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Proj. História*. São Paulo, outubro de 1995. Entre as obras sobre a escravidão, dentro desta perspectiva, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Todavia, novas perspectivas surgem a partir de um olhar mais atento às fontes disponíveis. A atenção deve estar redobrada para evitar a simples repetição dos discursos unilaterais sobre os índios. Uma leitura nas entrelinhas pode revelar muitas surpresas, em meio ao discurso etnocêntrico, não limitadas ao universo dos produtores dos documentos. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer informações para além da sua cultura. Mas para acessar os códigos da cultura indígena no escrito do “outro”, é preciso muita atenção aos indícios, sinais, detalhes, vestígios, pistas. Para isso, é necessário ir além dos filtros ocidentais através de uma metodologia que permita uma leitura das fontes que revele as interações dos índios no novo contexto.

Neste momento podemos lembrar de Zadig, o sábio da Babilônia que através da cuidadosa observação dos sinais deixados pelos animais conseguia descrevê-los sem nunca os ter visto. Este método se revelou de grande valor também na pesquisa historiográfica. Entre os adeptos podemos citar Carlo Ginzburg.⁶ Além de refletir a sua prática como historiador, Ginzburg discutiu o surgimento do paradigma indiciário nas ciências humanas do final do século XIX. O pensador italiano demonstrou que o crítico de arte Morelli propôs uma nova maneira de classificar obras artísticas. Ao invés de centrar a análise nas características mais significativas das pinturas, observava os detalhes que poderiam escapar aos imitadores. Era “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”.⁷ No caso da pesquisa histórica, os detalhes aparentemente irrelevantes muitas vezes dão a chave para a análise de um contexto cultural. Mas como alertou Sidney Chalhoub, assim como Zadig nunca viu os animais que descreveu, os historiadores

⁶ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Robert Darnton também analisou indícios para interpretar os significados dos pensamentos e das ações de pessoas num outro tempo. Através de sinais documentais demonstrou como um grupo de artesãos, que realizou uma matança de gatos na França do século XVIII, interpretavam o seu mundo, lhe davam significado. Darnton interpretou um episódio, para nós aparentemente sem sentido, buscando o significado dele para os seus próprios atores. Conforme o historiador, ao analisar um documento onde ele é mais obscuro é possível adentrar num sistema de significado estranho. Ao interpretar algo não familiar presente na fonte, pode-se acessar um diferente universo mental. DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. RJ: Graal, 1986.

⁷ GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 149. Utilizando o paradigma indiciário, Ginzburg mostrou que as idéias de Morelli influenciaram tanto o criador da psicanálise, Sigmund Freud, como Arthur Conan Doyle, o autor das histórias de Sherlock Holmes.

jamais se depararam com os fatos históricos ao dobrarem uma esquina mais ou menos deserta de arquivo. Não, os fatos nunca estiveram lá, de tocaia, prontos para tomar de assalto as páginas dos historiadores; foi preciso investigar seus rastros – os documentos – e construí-los a partir dos interesses específicos de cada autor e da imaginação controlada característica da disciplina histórica (...) Aquela visão que o estudioso for capaz de produzir a partir de suas escolhas teóricas e metodológicas.⁸

Ginzburg, atento ao novo paradigma oitocentista, lembrou que as suas raízes são bastante antigas. O homem, lembrou, foi caçador durante milênios. Nas perseguições venatórias, seguia os rastros quase imperceptíveis da presa. Os sinais na terra, os pêlos, os odores; todos os vestígios eram minuciosamente observados pelo caçador que interpretava nas pistas mudas os movimentos dos animais. Os Xokleng eram caçadores. Coube ao historiador, para interpretar os seus pensamentos e as suas ações, usar algumas das suas estratégias venatórias no trabalho historiográfico. Os relatos abaixo demonstram as técnicas de caça dos Xokleng, que revelam algumas das características essenciais da pesquisa, como a observação e a persistência.

É uma tribo que vive essencialmente da caça e, portanto, nômade, sempre em trânsito pelas florestas, à procura e perseguição da mesma. Preferem a anta, não só pelo sabor da sua carne, como pela quantidade de carne. Caçam-na dos seguintes modos: procuram rastro fresco no qual soltam seus cães, acompanhando-os na carreira até o levante da anta. Orientando-se em seguida da direção tomada pela mesma, atalham pela floresta, esperando adiante sua passagem. Atropelada pelos cães, vem a anta em vertiginosa corrida, sendo então atacada e morta a lançados. Antigamente, e hoje ainda, na falta de cães, procuram o rastro, seguindo-o depois, cautelosamente, com uma perícia inigualável, chegando mansamente e surpreendendo a anta, onde a flecham. Em a caçada dos veados procedem identicamente, cercando-os e surpreendendo-os. Coisa bem difícil, pois como é sabido, o veado é a caça mais fugaz e arisca das nossas matas. Caçada de grande monta para eles representa a dos porcos do mato. Além de muito apreciarem a sua carne, entusiasma-os a expectativa de matá-los sempre em grande número. Encontrando vestígios de porcada, seguem-nos cuidadosamente até encontrá-los, atacando-os. Feito isso, em se tratando de uma grande manada, os índios, com mulheres, crianças e tudo que lhes pertence, seguem-na às vezes muitas semanas consecutivas.⁹

⁸ CHALHOUB, Sidney. “Zadig e a história”. In: Op. Cit., p. 19.

⁹ PAULA, José Maria de. “Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos silvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula”. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas*. V 1. Rio de Janeiro, 1924, p. 119. Segue outro exemplo: “Assim todos os anos, vários grupos, trilhando suas velhas picadas de caça, seguem para as cabeceiras do Rio Plate e do Rio Itajaí, ao norte do Posto. Em encontrando, porém, caça grossa como antas e principalmente porcos bravios, que quase sempre andam em

Na análise das experiências indígenas, seguir os pequenos rastros apresentados pelos documentos revelaram caminhos interessantes. Os relatórios burocráticos do Posto Indígena Duque de Caxias são um bom exemplo. Escritos por um funcionário do SPI, dão a ver suas diversas manifestações preconceituosas em relação ao modo de vida indígena. Um olhar menos atento impediria que fossem captados aspectos da cultura e da história Xokleng. A recusa ao trabalho na agricultura depois da morte de um cacique, por exemplo, foi registrada apenas como dias de prejuízos financeiros. A atenção às minúcias do relato, em cruzamento com a bibliografia específica, viabilizou o acesso a um ritual funerário. A partir dos rastros deixados pela presa/documento, age o caçador/historiador.

O filme *Geração Roubada*¹⁰ conta a história, baseada em fatos reais, de crianças mestiças retiradas de suas famílias para receberem rígida educação sob a responsabilidade de freiras. Na Austrália da década de 30, através da “Lei Aborígine Especial”, o Estado investia numa política de aproximação com a cultura “ocidental” e paulatino branqueamento da população. Ao longo dos anos, o projeto educacional recebeu centenas de internos. A disciplina incluía a arrumação imediata do alojamento após o despertar, orações em pé, silêncio absoluto no refeitório, missas na capela, proibição de falar a língua nativa e castigos corporais. Apesar da vigilância, algumas válvulas de escape eram criadas no cotidiano.

A personagem Molly Craig, de quatorze anos, a irmã menor Daisy e a prima Gracie foram arrancadas dos braços de seus parentes e levadas para o Centro Nativo Moore River. As primeiras cenas dão mostras da familiaridade destas crianças com a caça. A avó, que as acompanha, repassa os conhecimentos ancestrais recomendando que elas observem as pegadas dos animais e não as destruam andando indiscriminadamente pelo caminho. Acostumadas com a liberdade de ir e vir, as meninas sofreram na instituição governamental. Alguns dias foram suficientes para que a mais velha realizasse um plano: a fuga.

bandos numerosíssimos, os índios esquecem tudo, e fazem completo extermínio de uma porcada, a sua única e principal ocupação. Perseguindo os porcos durante semanas e semanas consecutivas, estes tornam-se cada vez mais andarilhos, vencendo nas suas marchas distâncias enormes”. HOERHANN, Relatório de 1921, julho. Documento microfilmado, arquivado no Museu do Índio, Rio de Janeiro. Hoerhann foi o encarregado do Posto Indígena Duque de Caxias, aldeamento sob a responsabilidade do SPI, durante quarenta anos (1914-1954).

¹⁰ Miramax Internacional, Hanway e Australian Film Finance Corporation. Diretor Phillip Noyce, título original Rabbit-proof-fence. Baseado no livro de Doris Pilkington Garimara (filha de Molly), 93 min, 2002.

O maior desafio para as crianças que escapavam das vistas das religiosas era o rastreador. Moodo tinha como função recapturar as fujonas. O homem, autóctone, sempre cumpria o encargo. Agora, através dos rastros deixados pelas meninas, tinha como incumbência procurar Molly, Gracie e Daisy. Os conhecimentos nativos, por ambos, foram colocados em prática. Até o momento da fuga foi planejado. Ao perceber que a chuva se aproximava, decidiram partir seguras de que a água apagaria os vestígios que o especialista rapidamente identificaria. Assim passaram os dias de perseguição do observador, através dos sons, odores, todos os sentidos. Molly, inclusive, chegou a preparar falsas pistas. Após semanas, as crianças já tinham percorrido a incrível distância de mil e trezentos quilômetros. Na última tentativa do rastreador, Moodo concluiu que as meninas desejavam com muito afinho voltar para casa. Através de um sorriso, demonstrou satisfação com a decisão superior de que por ali acabava a perseguição, revelando a solidariedade do semelhante.

Em busca do objeto - assim como Zadig, Morelli, Ginzburg, Chalhoub, Moodo - pretendo analisar os indícios que permitam (re)construir as maneiras de pensar e agir dos índios; as vivências Xokleng. E como o contato não se dá apenas por um lado, também serão analisadas as manifestações dos sujeitos que se relacionaram com os índios, especialmente os imigrantes alemães e os funcionários do SPI.

O povo Xokleng: em busca de uma nova perspectiva

O contato entre os índios Xokleng e os imigrantes europeus se deu a partir do início da colonização do Vale do Itajaí, em 1850¹¹. O passado e o presente indígena na região são silenciados através de uma memória exclusivamente pautada no pioneirismo imigrante e num discurso corrente da cidade de Blumenau como um modelo empreendedor. O discurso civilizador da ocupação moderna, racional e pequeno capitalista exclui o índio enquanto “selvagem”, pertencente à natureza, e inconveniente, da mesma forma que as formigas saúvas e as demais pragas atrapalham a agricultura produtiva. A história Xokleng foi, e ainda é, invisibilizada através dos escritos governamentais, de autoridades colonizadoras, de

¹¹ O Vale do Itajaí está situado no Estado de Santa Catarina, à noroeste da capital Florianópolis.

imigrantes alemães e de obras regionais, em detrimento de uma história do sucesso da colonização que, quando se remete aos índios, o faz apenas para incluí-los como um dos obstáculos a serem combatidos ou, mais tarde, comemorando a vitória de sua exclusão definitiva.

Os trabalhos históricos, sobre o Estado de Santa Catarina, ficaram bastante centrados nas figuras do açoriano no litoral, do imigrante europeu no Vale do Itajaí, em especial os alemães e os italianos, e do caboclo no interior, na região da Guerra do Contestado. Ao registrar em território catarinense a presença indígena, pesquisadores destacaram a sua “agressividade, justificando a necessidade de afastá-los do empreendimento colonizador e abonando as medidas tomadas contra eles. Por outro lado, evidenciam o extermínio, as invasões, sustentando uma idéia de vitimização sobre estes, ou mesmo sua presença pouco significativa diante de uma história branca”.¹² Rodrigo Lavina aponta os resultados de referências tão parcas sobre os índios em território catarinense.

A História das populações indígenas em Santa Catarina é quase a História de povos invisíveis. (...) Mesmo entre os historiadores, o assunto raramente passa de um capítulo no início das obras sobre a História do Estado ou das comunidades que o formam, repetindo sempre as mesmas fontes e eternizando lugares-comuns à respeito destes povos que, se formos acreditar nestes trabalhos, teriam deixado como sinais de sua passagem apenas nomes de rios, lagoas e montanhas. Seria uma contribuição basicamente topográfica. Porém, o papel que desempenharam – e que desempenham – nesta mesma História está longe de ser insignificante. (...) É a maneira de resgatar o papel do historiador como responsável por dar voz aos excluídos da História, aqueles seres humanos sempre ignorados pela História Oficial, mas que realmente construíram, com o seu esforço, a nossa sociedade.¹³

Muito tempo passou até a publicação de um trabalho significativo sobre o contato entre índios e brancos no sul do Brasil. A denúncia do genocídio foi feita através de uma pesquisa, realizada no início da década de 70, que se tornou um livro clássico de autoria do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos.¹⁴ Até então, esta história estava sendo ocultada. Devido à escassez e

¹² ALVES, Rosilene. “Bugres: as notícias correm!” In: FERREIRA, Cristina. FROTSCHER, Méri (orgs.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 33.

¹³ LAVINA, Rodrigo. “Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis”. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 73.

¹⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

fragmentação das fontes, e talvez mais importante ainda, ao desinteresse acerca do tema, poucos trabalhos seguiram os passos de Santos. A sua produção intelectual, portanto, continua sendo a grande referência sobre os Xokleng. Em razão da existência desta tese de doutorado, uma pesquisa de fôlego que trabalhou com fontes diversas referentes à história deste povo indígena em terras catarinenses, o questionamento sobre qual a necessidade de um outro trabalho acerca do mesmo tema torna imprescindível a apresentação de uma justificativa. De forma inovadora e importante, uma denúncia interrompeu o abafamento da questão, mas inúmeras perguntas continuaram em aberto se redirecionado o olhar sobre a complexidade do contato entre índios e brancos em Santa Catarina.

O primeiro capítulo desta dissertação tem como título *Os (des)encontros de dois mundos: o nativo e o imigrado no Vale do Itajaí (1850-1914)*. A parte intitulada *A reciprocidade dos ataques na mata* analisa os combates entre índios e imigrantes alemães/bugreiros. As agressões são mostradas como advindas de ambos os lados, contrariando as versões da vitimização - onde apenas o índio aparece enquanto agredido - e da imigração - que percebe o índio enquanto o “selvagem sanguinário” que trucidava os colonos e, conseqüentemente, prejudica a onda imigratória. Neste processo, obviamente o número de índios mortos foi muito maior do que de brancos. Entretanto, o interesse aqui não é apenas numérico. Indo além da violência, sem de forma alguma negligenciá-la, procurei (re)interpretar os momentos de confronto, revelando as estratégias e os motivos dos atores envolvidos.

No primeiro item, *O desejado ferro*, são analisadas algumas das ações dos antigos habitantes da floresta no contato com o novo morador através, principalmente, de crônicas jornalísticas e correspondências escritas por pessoas de origem alemã. Diferentemente do que aparece correntemente nas fontes, e mesmo em alguns escritos recentes que percebem o índio enquanto “irracional”, pretendi analisar indícios acerca das motivações destes sujeitos no planejamento e realização dos ataques às residências dos colonos. No segundo item, a ênfase recai sobre as ações dos imigrantes, em relação aos nativos, nas longínquas roças que construíram no vale. *As ações brancas* desvendam as formas de combate aos índios, desde os primeiros momentos da colonização até as expedições dos bugreiros, especialmente através de documentos escritos pelos próprios imigrantes e pelos presidentes da província de Santa Catarina. Os “caçadores de índios” não são apenas percebidos enquanto protagonistas de

práticas extremamente violentas, mas também no aparente paradoxo que os revelou durante a pesquisa, na análise das suas estratégias de busca e ataque, como os maiores conhecedores da mata e do modo de vida dos seus habitantes.

Após a (re)construção do cenário dos ataques recíprocos, onde diferentes sujeitos históricos realizaram práticas de guerra na floresta do Vale do Itajaí, o discurso entra em cena. A segunda metade do primeiro capítulo, intitulada *Os índios como tema no gabinete: polifonias*, foi reservada aos discursos acerca dos índios. O trecho *Os discursos do governo provincial* mostra a idéia corrente de que os índios eram “selvagens perigosos”. Esta visão foi legitimadora de diversas das ações violentas demonstradas e analisadas no item anterior. Indo além da homogeneização dos discursos imperiais, também são interesse neste trecho as vozes dissonantes do poder. Apesar dos trabalhos acadêmicos sobre o tema comumente perceberem os governantes apenas como apoiadores financeiros e morais de práticas genocidas, nesta pesquisa a atenção também se concentra em gestões que interessantemente assumiram posições contrárias às ações dos bugreiros e seus patrocinadores. A ênfase recairá sobre as discussões acerca da catequese e da violência que surgiram, especialmente, no discurso de Alfredo d’Escagnolle Taunay, presidente da província em 1877. Para a escrita deste trecho as fontes pesquisadas foram, exclusivamente, os relatórios do palácio do governo.

No final do século XIX, a imigração continuava desenvolvendo e a disputa pela terra ficava ainda mais acirrada. Além disso, diversos projetos de modernização começaram a ser implantados exaltando o sonho da modernidade. No último item do capítulo I, intitulado *Projetos da modernidade, discursos blumenauenses*, mudam os atores do discurso e o local proferido. Agora mais perto do conflito que se intensificava, os produtores dos documentos são os próprios moradores do vale que descreveram os índios a partir de si mesmo, gerando dicotomias como civilizado/selvagem, trabalhador sedentário/nômade vadio, moderno/atrasado. Todavia, o consenso acerca da “selvageria” e do progresso não significou o mesmo em relação aos projetos a serem direcionados aos índios, que resolveriam em definitivo o que chamavam de “problema dos bugres”. Para a análise dos discursos locais, os sinais vieram basicamente de artigos de jornais blumenauenses que, além de enaltecerem os aclamados projetos do progresso, divergiam em relação às práticas aos nativos. Por um lado, o *Der Urwadsbote*, que publicava escritos de Eugen Fouquet a favor do extermínio dos índios.

Por outro, o *Blumenauer Zeitung* com artigos de Hugo Gensch denunciadores do genocídio e em defesa da “adoção civilizatória” de crianças indígenas.

Em resumo, o capítulo primeiro trata dos combates quase individuais entre colonos alemães e índios Xokleng, das expedições dos bugreiros, dos financiamentos e posturas discursivas das autoridades governamentais imperiais da província catarinense, dos projetos de modernização no Vale do Itajaí e dos debates blumenauenses acerca dos índios. Portanto, foram analisadas as ações dos diferentes sujeitos históricos, nas primeiras décadas da colonização, e os discursos advindos dos gabinetes do poder e das residências dos habitantes de Blumenau. Como visto sobre este último tópico, duas personalidades, Fouquet e Gensch, representaram respectivamente as campanhas pró-extermínio e pró-adoção. Os resultados deste primeiro discurso foram demonstrados através da análise das práticas genocidas promovidas no Vale do Itajaí. Em relação aos projetos “civilizadores” propostos por Gensch, pouco foi revelado até então.

O segundo capítulo da dissertação, intitulado *Entre o giz e a espada: experiências indígenas em Blumenau (1904-1914)*, analisa as vivências de algumas crianças adotadas. O enfoque recai nas ações indígenas frente ao processo de “educação civilizatória”, como sujeitos ativos construtores de sua história na cidade. Após a captura, os índios vivenciaram de forma única sua trajetória individual. Portanto, entendendo as experiências de cada criança como singulares, foi dispensado qualquer encaixe *a priori* definidor das suas atitudes em relação ao mundo germânico, tais como “aculturado” ou “resistente”. É necessário ir além da confortável e fácil interpretação que mostra apenas o extermínio e os poucos sobreviventes desta tragédia como vítimas de uma aculturação quase que instantânea, e revelar a sua presença e atuações apesar da tentativa de eliminação física total dos índios em Santa Catarina.

Serão abordadas principalmente as interessantes histórias de Ana e Maria. Para pensar as experiências de Ana, tutelada pelas Irmãs da Divina Providência, foram realizadas algumas entrevistas com leigas e religiosas que mantiveram contato com a índia no Colégio Sagrada Família, onde morou. Em relação à Maria, foi analisada uma fonte bastante significativa encontrada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em Blumenau. Trata-se de uma monografia escrita por Hugo Gensch, na qual ele versa sobre o processo educacional pelo qual passou a pequena indígena adotada por ele e sua esposa. Nos documentos elaborados por indivíduos pertencentes à cultura germânica, encontram-se vestígios das histórias indígenas

interpretados juntamente com a bibliografia sobre os imigrantes e o povo Xokleng no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Nos dois primeiros capítulos, portanto, foram apresentadas algumas décadas de contato entre índios Xokleng e imigrantes alemães, incluindo alguns casos de “adoção civilizatória” ocorridas no início do século XX. Restou para o último capítulo da dissertação a análise de um outro espaço e tempo, que diz respeito à atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Santa Catarina. Em 1914, foi realizado o primeiro contato de um funcionário com o povo indígena Xokleng. A partir desta data, os índios foram levados para um local limitado, à oeste de Blumenau, legitimado como Posto Indígena Duque de Caxias em 1926. Neste capítulo serão analisados, principalmente, os relatórios escritos pelo encarregado do Posto na época, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

Estes documentos, enviados obrigatoriamente como prestações de contas anuais, encontram-se atualmente arquivados no Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro. Através destes relatórios o objetivo será reconstruir, na medida do possível, o cotidiano do Posto Indígena Duque de Caxias, as relações sociais entre os funcionários do SPI e os Xokleng e algumas ações dos índios frente ao processo de controle social, tais como: recusa ao sedentarismo na agricultura; saídas do Posto para caça e coleta; visões e atitudes diferenciadas em relação às doenças e ao seu tratamento. O contato no aldeamento será interpretado na sua complexidade, revelando novamente os índios como sujeitos históricos, não simplesmente passivos da chamada pacificação.

OS (DES)ENCONTROS DE DOIS MUNDOS: ÍNDIOS E IMIGRANTES NO VALE DO ITAJAÍ (1850-1914)

O ano era 1850. Não sabemos como o povo indígena Xokleng designou este período do calendário, ou mesmo se o fez, mas certamente foi um tempo de grandes transformações. Mundos se modificaram a partir deste ano da história do Vale do Itajaí, quando dezessete colonos originaram a colônia que levou o sobrenome de um integrante da comitiva: Blumenau¹⁵. Para os imigrantes alemães recém-chegados, era óbvia a brusca alteração sofrida a partir da transferência do continente europeu para a tão sonhada América. Contudo, ao invés da certeza da continuidade de inúmeros problemas, optaram pela viagem em busca de um futuro melhor. Tudo era novo, gerando esperanças e medos no início de uma nova história. A única garantia, suficiente para impulsionar a decisão de atravessar o Atlântico, era um pedaço de terra para iniciar o trabalho na agricultura.

Os Xokleng¹⁶, pelo contrário, passaram a sentir de forma gradual os efeitos das mudanças. Até então, tinham completo usufruto da região da qual eram exímios conhecedores. Eles tiravam o sustento realizando o chamado nomadismo sazonal, ou seja, deslocavam-se conforme as estações do ano, que ofereciam abundância de alimentos em locais específicos. A partir da metade do século XIX, estes dois povos bastante distintos culturalmente passaram a desfrutar o mesmo território.¹⁷ Os nativos e os imigrantes não imaginavam que estava tão iminente o (des)encontro que alteraria o destino dos índios e dos alemães no sul do Brasil. A partir dos primeiros contatos, estabeleceu-se o estranhamento dos Xokleng em relação à

¹⁵ Hermann Bruno Otto Blumenau adquiriu a terra, uma parte através de compra e outra por doação do governo provincial, e fundou a colônia situada no Médio Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

¹⁶ Parte da documentação pesquisada e da bibliografia estudada se refere a estes índios através do termo botocudos devido ao enfeite pontudo, de madeira, que os homens adultos utilizavam logo abaixo do lábio. Esta etnia, pertencente ao grupo Jê, não se auto-denominava. Os não-índios, por sua vez, os classificaram de diversas formas como botocudos, bugres, Aweikoma, Kaingang e Xokleng. Utilizaremos no trabalho esta denominação por ser, atualmente, a nomenclatura mais corrente nos estudos antropológicos e históricos, não possuir conotação pejorativa e por ser aceita pelos índios moradores da Terra Indígena Ibirama. Atualmente, existe entre eles uma discussão para escolha de um nome definitivo. Talvez, a partir desta importante decisão, outro nome passe a designar esta etnia.

¹⁷ O ano de 1850 foi justamente a data da Lei de Terras, que legitimou a ocupação das terras indígenas pelos imigrantes.

presença dos novos vizinhos; e dos imigrantes alemães acerca dos índios. Em pouco tempo, a disputa pela terra estava posta.

No princípio, houve a observação mútua. Um jovem imigrante relatou os sentimentos de caminhar pelas novas terras. “Ao nosso lado, no alto mato entre as taquaras, ouvíamos os índios nos acompanhando. Nós nos sentíamos observados pelos mesmos”.¹⁸ Em uma correspondência para o presidente da província, em 1856, um militar alemão informou: “ontem de tarde apareceu o gentio no sítio de Francisco de Souza. Seus filhos, um menino e uma moça, contam que seguiram e acharam o rastro de alguns”.¹⁹ Após o reconhecimento da presença do “outro” na região, e o conseqüente início dos ataques, o medo se manifestou no cotidiano. Em 1864, o presidente da província de Santa Catarina dispensou os homens contratados para realizar a segurança de um distrito da freguesia de São João Batista “de todo e qualquer serviço, visto estar aquele lugar ameaçado pela presença dos selvagens”.²⁰

Na colônia Hammônia²¹, a primeira pessoa morta pelos índios foi Helena Krause. Otto Wille e Paul Klann prepararam o túmulo da moça, de treze anos, no cemitério localizado perto do Rio Krauel. Neste local havia apenas três sepulturas e somente uma das mortes tinha ocorrido de forma natural. As outras duas foram causadas, respectivamente, pela queda de uma árvore e afogamento no rio. Além dos tantos perigos que esta região de floresta ainda virgem oferecia, os imigrantes passaram a se preocupar com os índios. Wille lembrou sua angústia ao voltar sozinho, depois do funeral, à casa dos Krause: “apossou-se de mim um grande medo: ninguém por perto, somente os selvagens espreitando na floresta! É preciso entender que me tranquei na casa, fechando bem as janelas e portas com trincos de madeira, pois não havia fechaduras”.²²

¹⁸ WILLE, Otto. “Minha imigração para Hansa-Hammônia, hoje Ibirama, no ano de 1904”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 35 (6), 1994, p. 179.

¹⁹ ETUR, Henrique. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Ano 1856, folha 94. Manuscrito encontrado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), Florianópolis. Durante anos, esteve sob o comando de Etur a Companhia de Pedestres de Itajaí. Estes grupos, que serão analisados posteriormente, eram contratados pelo governo para o que chamavam de “afugentamento dos bugres”. Toda a documentação encontrada no APESC - cartas, relatórios e falas dos presidentes da província de Santa Catarina - teve a grafia atualizada.

²⁰ CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. Relatório apresentado ao vice-presidente da província, Francisco José de Oliveira, no ato de passar-lhe a administração da província em 24/4/1864.

²¹ A colônia Hammônia, pertencente ao município de Blumenau, foi fundada no ano de 1897. O atual município de Ibirama fica situado no alto vale do Itajaí.

²² WILLE, Otto. Op. Cit., p. 181.

Para os Xokleng, antigos habitantes da região, pessoas desconhecidas estavam aparecendo naquele vasto território. Não eram os Kaingang, que muitas vezes disputavam os frutos e os animais com eles, nem os tropeiros que atravessavam a região levando bois para o norte. Eram os colonos alemães que chegavam na região e, prontamente, realizavam derrubadas para a construção da casa, criação de animais e cultivos diversos. Ao longo do tempo, mais e mais homens, mulheres e crianças se estabeleceram nas terras próximas aos rios. Enquanto os imigrantes comemoravam o desenvolvimento das colônias na almejada propriedade, os índios tinham cada vez mais o seu território de caça e coleta reduzido. Paulatinamente, a colonização prosseguiu tornando os contatos entre o nativo e o imigrado mais freqüentes. Vamos ao início destas histórias vividas nas matas do Vale do Itajaí.

A RECIPROCIDADE DOS ATAQUES NA MATA

O desejado ferro

O contato entre os Xokleng e os alemães foi inevitável nas terras do Vale do Itajaí; assim como os ataques recíprocos. José Deeke nos informa que os índios realizaram sessenta e uma agressões entre 1852 e 1914.²³ Entretanto, alerta que podem ter ocorrido outras, pois a documentação encontrada estava incompleta. O autor pesquisou em crônicas jornalísticas e escritos oficiais. Os relatórios dos presidentes de província, assim como os jornais publicados nas colônias e nas cidades do litoral, descrevem os ataques sob o ponto de vista dos colonos, dos funcionários públicos e dos agentes colonizadores. As investidas são narradas através dos vocábulos “saque”, “assassinato”, “furto”, “cerco”, sendo que a iniciativa partia sempre dos

²³ Ver tabela elaborada por José Deeke. DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 214. Este livro, escrito em 1917 e intitulado *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*, foi traduzido por Edith Eimer. José Deeke, memorialista de Blumenau no início do século XX, foi diretor da colônia Hansa-Hammônia durante duas décadas.

chamados “bugres”. Todavia, sabe-se também que foram realizadas expedições contra os índios, de forma mais violenta e sistemática na figura dos bugreiros.

Os documentos citados demonstram a preocupação com o sucesso da colonização. Os relatos não esclarecem - e nem se deve esperar que o fizessem - as possíveis razões pelas quais os indígenas passaram a se defrontar com os colonos. O interesse estava no progresso da região, através do desenvolvimento das colônias, e na proteção aos imigrantes. Para alcançar este objetivo, acreditavam ser fundamental resolver o que chamavam de “problema dos bugres”. Obviamente, a população indígena ágrafa não produziu escritos sobre o contato. Nas suas descrições, talvez eles demonstrassem também a curiosidade e o medo diante do novo; o desejo de conhecer e possuir; o ataque e a defesa na violenta guerra de território; a luta pela sobrevivência. Devido a esta lacuna documental, a reflexão sobre as motivações destes sujeitos históricos partirá dos sinais deixados pelas autoridades governamentais, agentes coloniais e imigrantes. Na tentativa de leitura nas entrelinhas das fontes produzidas pelo “outro” para pensar as ações indígenas, será fundamental esmiuçar as notícias sobre os ataques aos colonos, especialmente o primeiro a ocorrer no município de Blumenau e outro que causou morte na colônia Hammônia.

Apenas dois anos depois do início da colonização de Blumenau, em 28 de dezembro de 1852, ocorreu o primeiro ataque dos Xokleng. A Revista Blumenau em Cadernos, que publica artigos, entrevistas, contos e documentos históricos desde 1957, traduziu neste primeiro ano uma carta, escrita pelo professor Ostermann e endereçada à Hermann Blumenau, narrando este fato de significativa importância. O fundador e diretor da colônia estava na capital da província, Desterro, atual Florianópolis, tratando de assuntos referentes ao desenvolvimento do seu empreendimento particular. A notícia que recebeu não foi nada animadora. O primeiro ataque indígena na colônia se deu justamente contra a sua residência.

O remetente iniciou a correspondência, escrita um dia após o fato, contando que estava à tarde no jardim plantando feijão enquanto os “companheiros Schramm e Toepfel se ocupavam em limpar as suas espingardas e carregá-las de novo. Enquanto estavam nesse mister, ainda gracejavam, dizendo: ‘agora estamos preparados para receber os bugres caso eles venham nos atacar’”.²⁴ Desde as primeiras décadas do século XIX, a preocupação com os

²⁴ “Mau presente de Natal”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 1 (2), 1957, p. 38.

índios esteve presente nos pronunciamentos dos presidentes da província de Santa Catarina. Parece que os imigrantes também tinham consciência da presença indígena e, inclusive, garantiram muitas vezes a sua segurança com armas de fogo. Contudo, é provável que, apesar de armados, estes dois colonos não imaginavam que tão cedo veriam os nativos do vale.

Ostermann relatou na carta que, logo depois, ouviram gritos vindos da roça de mandioca. Schramm avistou três índios, pegou a espingarda carregada e enquanto corria ao encontro deles exclamou ao futuro narrador que se protegesse dentro de casa. O imigrante tentou comunicação com os índios através de mímica, mas não obteve sucesso. Ostermann e a empregada de nome Lisette, muito assustada, foram de canoa pedir ajuda aos que trabalhavam nas roças mais próximas. Enquanto isso, os índios avançaram e Schramm apontou a arma. Quando os homens chegaram perto do local, tiros soaram.

Schramm e Toepfel tinham recuado de propósito até ao sótão da casa nova para animar os bugres a se aproximarem. Existia pouca pólvora e chumbo e era preciso ganhar tempo até que chegassem os homens do Garcia. *Cinco bugres aproximaram-se apressadamente da casa e entraram na sala, examinaram a mobília e começaram a carregar, com grande alegria, tudo quanto achavam bom.* Ressoou, nesse momento, um tiro, partido do sótão da casa e um dos bugres foi ferido no ombro. O ferido e os demais assaltantes, com gritos e lamentos, abandonaram precipitadamente a casa, entrando na roça de mandioca.²⁵

Outro documento, escrito pelo naturalista alemão Fritz Müller, também descreve o momento deste ataque. Ele afirmou que “os bugres aproximaram-se fazendo grande alarido, cravaram suas flechas na parede da casa e *começaram a saqueá-la*. Chegaram a entrar no quarto do Dr. Blumenau. Nessa ocasião, um dos índios foi atingido por um tiro desfechado por um dos brancos”.²⁶ Na fuga, mais dois índios foram feridos. No amanhecer do dia, os homens encontraram um deles em estado gravíssimo. Chamaram um médico, mas o índio faleceu antes mesmo da sua chegada. Ostermann finalizou a correspondência confirmando o próspero trabalho. “Comunicando este fato, observo que aqui continuamos sempre com coragem e trabalhando para adiantar a colônia”.²⁷

²⁵ Idem, p. 39. Grifo meus.

²⁶ MÜLLER, Fritz. *Werke, Briefe und Leben. Gesammelt und herausgegeben von Dr. Alfred Moeller (Dritter Band, Fritz Müllers Leben)*. Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1920, p. 52. Apud FERRAZ, Paulo Malta. *Apontamentos para a colonização de Blumenau (1850-1860)*. Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Imprensa Oficial, Florianópolis, 1950, p. 18. Grifos meus.

²⁷ *Blumenau em Cadernos*. Op. Cit., dezembro de 1957, p. 39.

O primeiro ataque dos índios na colônia Hammônia se deu contra a residência dos Krause, em outubro de 1906. Esta família era a última moradora do local chamado, não sem razão, de Rio dos Índios. O narrador desta vez é Otto Wille, um imigrante alemão que deixou registros sobre a sua trajetória na atual Ibirama. Segundo ele, o casal Krause, seu filho mais velho e um trabalhador foram para a lavoura, distante meio quilômetro da casa e perto da margem da floresta. Quando os índios apareceram e entraram na residência, a filha Helena saiu correndo para avisar os pais. Krause ouviu seus gritos e logo abriu fogo contra os índios, que já estavam distantes em fuga.

Neste meio tempo os selvagens já haviam *saqueado a casa* e saíram correndo para o interior da floresta com o que tinham roubado. No chão da casa, a menina menor gritava pelo pai e a irmã Helena não estava. Depois de muita procura, foi encontrada morta no canavial. *Os índios haviam levado a roupa de cama do berço, e aproveitaram o tecido, mas as penas foram encontradas espalhadas na floresta.*²⁸

O jornal Blumenauer Zeitung, no dia 3 de novembro de 1906, publicou um artigo sobre este fato, intitulado “Ataque dos Bugres”, presente na coluna “Notícias Locais”. O periódico relatou o ocorrido: “Aproveitaram a ausência do dono, atacaram as crianças e *saquearam a casa*. Se não forem tomadas providências enérgicas, a Hansa será palco de mais ataques e não é de admirar que moradores em pânico abandonem a região”.²⁹ José Deeke, agrimensor, cartógrafo e historiador, fez afirmações bastante interessantes sobre os ataques realizados pelos indígenas. Apesar de assumir algumas visões depreciativas sobre os índios ao longo do seu livro clássico sobre a história de Blumenau, ao se reportar ao assalto aos Krause afirmou que os índios roubaram por necessidade.

Novamente se pôde verificar que o principal objetivo dos bugres não era, primordialmente, o assassinato. O ódio ao branco e a sangrenta vingança contra ele jurada pelos índios nada mais é do que apenas invencionice e lenda da literatura. Ao índio interessava somente apossar-se de objetos que lhe eram necessários, tais como *ferramentas e tecidos*. Indiferentemente, pouco se lhe dá, em absoluto, liquidar um branco, mas não é essa a finalidade de seus assaltos. Exemplificando, mataram a menina dos Krause apenas porque

²⁸ WILLE, Otto. Op. Cit., p. 181. Grifos meus.

²⁹ Jornal Blumenauer Zeitung. 03/11/1906. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), Blumenau. A grafia dos artigos retirados dos jornais blumenauenses foi atualizada. Os periódicos publicados durante o recorte temporal da pesquisa possuíam edição bilíngüe, tendo sido consultados os exemplares em língua portuguesa. Na época, a colônia Hammônia era também chamada Hansa-Hammônia, ou apenas Hansa. Grifos meus.

ela correu em direção à roça para avisar seus pais, os quais obstarium o roubo, o que os índios queriam impedir. Ao bebê que estava no berço nada fizeram de mal, retiraram-no e o deitaram no chão e só levaram a roupa de cama.³⁰

Conforme Deeke, cerca de quarenta brancos perderam a vida através da flecha desde o início da colonização do Vale do Itajaí. É difícil constatar se era ou não objetivo indígena matar os brancos. Todavia, a tensão colocada incitou esta atitude de ambos os lados. Neste momento, o alvo de análise diz respeito à outra questão: os objetos levados pelos índios após os ataques. Informações sobre estes furtos apareceram continuamente nos jornais e outros documentos, mas são abafadas pelo discurso da “ferocidade dos índios assassinos”, mesmo quando ninguém é ferido. Muitos relatos, encontrados principalmente no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em Blumenau, narram de forma bastante detalhada, inclusive com resquícios de crueldade, os ataques indígenas. Neste item, o interesse não é a repetição exaustiva das interpretações germânicas sobre os considerados “perigosos selvagens”, mas o pensar sobre e porque determinados materiais eram os escolhidos dos índios. A seguir, após alusão ao primeiro ataque sucedido em Blumenau, dentro da casa do diretor da colônia, e o assalto aos Krause em Hammônia, alguns outros foram escolhidos para representar os tantos em que os índios carregaram objetos dos colonos. Todas as sentenças destacadas abaixo informam sobre os materiais que interessavam os índios quando estes tinham a oportunidade de entrar nas residências dos imigrantes.

No assalto à propriedade do Dr. Blumenau, os índios saquearam a casa levando o que os interessava. Infelizmente, as fontes não especificam a natureza dos objetos. Na residência dos Krause, eles carregaram para a mata ferramentas, utensílios domésticos e tecidos. Com relação aos últimos, esvaziaram os colchões e travesseiros que continham penas, transportando apenas os panos. Durante a chamada pacificação dos Xokleng, em 1914, Deeke informou que foram oferecidos presentes aos índios, e estes “primeiramente aceitaram de preferência peças de *roupas e ferramentas*. Não conheciam mantimentos como açúcar, farinha, feijão e arroz. O que encontraram desses alimentos em seus ataques, despejaram e só levaram os sacos vazios”.³¹

³⁰ DEEKE, José. Op. Cit., p. 234. Grifos meus.

³¹ Idem, p. 251. Grifos meus.

Em documentos oficiais, porque advindos do palácio do governo, foram encontradas frases significativas. O presidente da província João Carlos Pardal, mais de uma década antes da chegada dos imigrantes alemães em Blumenau, confirmou que os índios atacaram a fazenda de Joaquim Neves em Caldas do Cubatão e “*roubaram e destruíram toda a mobília, roupas, utensílios da lavoura e engenho*, mas nenhum mal fizeram às pessoas. (...) Os referidos selvagens se encaminharam para o Itajaí, em cujas vertentes se crê que eles tem um alojamento”.³² O diretor da colônia, Hermann Blumenau, em carta dirigida ao ministro da agricultura, no dia seis de maio de 1872, constatou que “os ferozes bugres sobressaltaram uma família de colonos, agredindo desta vez, na manhã do dia 22 do mês passado, o último morador do ribeirão e distrito Varno, de nome Luiz Klein, que mataram com uma flechada no coração, e *roubaram uma multidão de objetos da casa*”.³³ Outra correspondência escrita por Blumenau, enviada ao presidente da província em 1877, informou sobre dois ataques realizados contra os imigrantes na colônia.

Luiz Menke, homem muito diligente e trabalhador, tomando tranqüilamente o café, ficou sobressaltado por uma chuva de flechas que entraram pela cumieira e todas as aberturas das paredes. O infeliz, fugindo com os filhos nos braços, escapou com a família à morte e ao assassinato, mas quando voltou à casa a acharam totalmente espoliada, *até a espingarda haviam levado*, ficando reduzidos à roupa que trajavam no corpo. (...) Além disso, surpreenderam Hermann Adam, ocupado na construção de sua casa, que felizmente também escapou com vida, mas sem toda a sua *ferramenta de carpinteiro*.³⁴

Nos jornais também foi possível pesquisar sobre os objetos de interesse Xokleng, ou seja, o que eles costumavam carregar após as investidas contra os colonos. Em 1907, o jornal *Blumenauer Zeitung* informou que “os índios atacaram logo abaixo da serra a casa do Sr. Miguel Ilben e levaram tudo que encontraram, como *roupas e utensílios domésticos*. Peço o favor de realizar uma coleta para estas pessoas que perderam tudo que tinham, salvando apenas a vida”.³⁵ O mesmo periódico, num artigo intitulado “Triste Chacina” e publicado duas décadas antes denunciou que cerca de sessenta homens armados, moradores do planalto

³² PARDAL, João Carlos. Relatório do Presidente da Província, 1838. Grifos meus.

³³ “A história de Blumenau revela: o colono Klein é assassinado pelos bugres”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 19 (7), 1978, p. 192. Grifos meus.

³⁴ “A história de Blumenau revela: cartas dirigidas pelo Dr. Blumenau ao Presidente da Província denunciam novos ataques dos bugres”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 19 (6), 1978, p. 175. Grifos meus.

³⁵ *Jornal Blumenauer Zeitung*. 26/01/1907. Grifos meus.

serrano catarinense, assassinaram aproximadamente trinta índios e justificou que “o que provocou ódio e revolta dos caçadores de bugres foram as inúmeras provas encontradas no acampamento, tais como *roupas, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal*. Foram provas evidentes que este grupo já atacara colonos”.³⁶

Nosso interesse nestas histórias não é reiterar a vitimização destes sujeitos históricos ao apenas destacar, como mostra o último excerto citado, que o número de mortos entre os índios foi intensamente maior do que o de colonos assassinados por eles, e nem somente confirmar e dar repetidos exemplos de ataques indígenas, como fazem as fontes pesquisadas. Como mostrarão os itens três e quatro deste capítulo, a visão corrente acerca dos Xokleng, desde o início da colonização do Vale do Itajaí, quando ainda nem se tinha conhecimento de que era esta a etnia que habitava aquela região, era de que estes índios eram sanguinários e irracionais. Estas idéias aparecem constantemente em fontes diversas, tais como jornais, correspondências, publicações, documentos oficiais do governo e até mesmo trabalhos acadêmicos. Para se opor a estas noções, não é interessante somente insistir na dramaticidade do contato que tanto prejudicou os Xokleng, o que inclusive já foi feito em alguns estudos. A idéia é pensar os ataques como recíprocos, indagar sobre as possíveis motivações neste mister e as conseqüências do contato. As razões dos imigrantes alemães e seus descendentes foram registradas, o que não quer dizer unânimes e isentas de análise. Portanto, também serão abordados os diferentes discursos e práticas relacionados aos Xokleng, como as disputas entre as posturas pró e contra o extermínio indígena.

As confirmações insistentes da imprensa e do governo, sobre a crueldade indígena, tinham como um dos objetivos legitimar a violência investida contra os Xokleng. A visão corrente da periculosidade dos índios acabou por justificar um cruel genocídio. Entretanto, podemos perceber uma maior complexidade, que vai além dos assassínios mútuos, no contato entre índios e alemães em Santa Catarina. Os assaltos praticados pelos índios, aparentemente irracionais, estavam relacionados à colonização; aos seus prejuízos e descobertas. O que os excertos citados sugerem é que, além dos tecidos e utensílios domésticos, eram as ferramentas

³⁶ “Branco e Índios, uma guerra dentro da História”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 27 (11/12), 1986, p. 356. Estas páginas reúnem trechos do jornal *Blumenauer Zeitung*, recolhidos pelo Dr. Hugo Gensch décadas antes desta publicação, que se referem aos ataques recíprocos entre estes sujeitos históricos. Este último excerto foi retirado de um artigo do jornal *Reforma de Joinville* e, posteriormente, publicado pelo *Blumenauer Zeitung* em 20 de outubro de 1888. Grifos meus.

os maiores interesses dos Xokleng. Na fala de 1852, o presidente da província João José Coutinho confirmou que nos fins do mês de setembro “os bugres agrediram a casa de Manoel Boavista roubando algum mantimento. Na noite de quatro de outubro, tornando a mesma *carregaram toda a ferramenta e arrancaram a ferragem das portas*”.³⁷ Dois anos antes, o mesmo governante registrou que “os bugres acometeram a fazenda de João da Silva Mafra, na Volta Grande de Itajaí; além do terror que incutiram na mulher e filhos desse cidadão, roubaram-lhe *grande porção de ferramenta*”.³⁸

O respeitado pastor Aldinger também escreveu sobre o ataque aos Krause em um artigo que foi publicado, mais de meio século depois, na Revista Blumenau em Cadernos. Além de relatar o episódio, como fez Wille, afirmou que logo após o ocorrido na colônia Hammônia o bugreiro Martin foi contratado para perseguir os índios. Após a expedição, trouxe consigo diversos pertences Xokleng.

A expedição encontrara os responsáveis pelo assassinato e roubo no Rio dos Índios. Foram apresadas duas lanças com *ponta de ferro*, 7 arcos, cerca de 50 flechas, cintos com penas de pássaros, cordões de fibra, 6 cintos de mulheres, 10 cesto e um pilão de madeira de pinho. Dos objetos roubados dos Krause, foram encontrados diversos, como baú, lençóis, roupa branca e vestidos.³⁹

A tropa reuniu alguns objetos tradicionais da cultura material Xokleng, como arcos, flechas, cintos, cordões e cestos. Além destes, e outros utensílios identificados como da família Krause, os “caçadores de bugres” encontraram lanças com pontas de ferro. Os participantes das investidas contra os nativos costumavam, com o intuito de provar o sucesso da empreitada, trazer as armas deixadas pelos índios em fuga. Através destes recolhimentos pudemos conhecer lanças indígenas com as extremidades feitas do ferro recém descoberto. O elemento que não chamou a atenção de Aldinger é justamente o que instigará a análise a partir de agora. O historiador John Monteiro informou que, no ano de 1842, foi encontrado no Estado de Santa Catarina, num local abandonado pelos índios, duas painéis de ferro com a

³⁷ COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, em 1 de março de 1852. Grifos meus.

³⁸ COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1 de março de 1850. Excerto retirado da parte do manuscrito intitulada “defesa e segurança pública”. Grifos meus.

³⁹ ALDINGER, Paulo. “O problema do índio”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 9 (2), 1968, p. 35. Grifos meus.

marca da fábrica Ipanema e 450 flechas com pontas de ferro.⁴⁰ Certa vez, o presidente da província indagou sobre os interesses dos índios da região e afirmou que eles

atacam e matam para adquirir ferragens. Dão a maior importância a todos os objetos de ferro e atacariam só para obtê-los para seus trabalhos no mato e para, aguçando-os, completar com eles a extremidade de suas setas. Levariam meses a espreitar incessantemente, dia e noite, a ocasião de apoderarem-se de um machado.⁴¹

Mesmo fazendo referência aos ataques, ao invés de perceber dois blocos monolíticos e imutáveis em guerra, pretendo pensar as transformações geradas pelo contato. As culturas estão em constante modificação, especialmente através das relações com o “outro”. Nesta situação de conflito entre índios e alemães no sul do Brasil, o dinamismo se revelou através de um novo elemento na cultura Xokleng: o ferro. “Eles adaptaram suas armas tradicionais, a lança e a flecha. Substituíram suas frágeis panelas de barro cozido pelas resistentes panelas de ferro. Aprenderam a usar facas e machados, em substituição às lascas de taquara e lâminas de pedra”.⁴² José Maria de Paula escreveu sobre a importância que o ferro passou a ter para os índios e como era a sua maneira peculiar de preparar o material no feitiço de armamentos.

O ferro obtinham os botocudos, antes da pacificação, nos assaltos que perpetravam contra os civilizados. Material sumamente precioso este, pois que, diante das vantagens sobre a pedra lascada, tornou-se-lhes imprescindível para a feitura de seus armamentos. Trabalham eles o ferro não o aquecendo, mas malhando-o frio, com rijas pedras arredondadas que buscam nos baixios dos rios. Fácil é avaliar qual a paciência e a perseverança necessárias para dar forma desejada a um qualquer pedaço de ferro, cuja forma e dimensões em nada correspondem ao modelo desejado. Basta dizer que, para aprontar uma lâmina para suas lanças, empregavam mais de três meses trabalhando diariamente.⁴³

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, o primeiro homem a estabelecer um contato pacífico com os Xokleng, ouviu deles uma narração referente à descoberta do ferro. Darcy

⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. “Entre o gabinete e o sertão: projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil Imperial”. In: *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História indígena e do Indigenismo*. Tese (inédita) de Livre-Docência. Campinas, 2001, p. 156.

⁴¹ ROCHA, Francisco José da. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de Santa Catarina, na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, em 11 de outubro de 1887.

⁴² SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973, p. 100.

⁴³ PAULA, José Maria de. “Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos silvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula”. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas*. V 1. Rio de Janeiro, 1924, p. 124.

Ribeiro publicou esta interessantíssima história após conversa com o chamado pacificador, permitindo interpretações sobre as surpresas e os desejos que a presença do imigrante alemão e de seus objetos despertou nos índios. Ribeiro escreveu que numa das andanças dos Xokleng, um grupo se deparou com uma estrada feita de uma forma diferente da qual estavam acostumados. Era uma picada aberta pelos novos habitantes do local que, provavelmente, foi elaborada para a segurança contra os nativos. Esta era uma prática corrente sugerida pelos administradores dos núcleos coloniais que, muitas vezes, obtinham para a sua realização o apoio financeiro dos presidentes da província. Hermann Blumenau, numa correspondência de 1872, insistiu no aumento do efetivo policial e na abertura de picadas para melhor enfrentar os índios. “Mandei abrir algumas picadas nas partes mais avançadas do referido distrito e adjacentes na intenção de que, percorrendo-as freqüentemente, melhor divisem a presença dos bugres e os afugentem”.⁴⁴ Vinte anos antes, Coutinho já declarava: “abertas essas picadas, que ponham nossos lavradores a coberto desses insultos, se conhecerá a direção deles, mais prontamente se poderá acudir ao ponto ameaçado e, eles conhecendo que poderão ser atacados na sua retirada, não se animarão a atravessarem”.⁴⁵

A proposta, portanto, era abrir picadas, onde alguns homens ficariam atentos a qualquer presença do índio com o fito de proteger os imigrantes estabelecidos e os que estavam por vir. As discussões de gabinete, que resultaram em ações na mata, obviamente não chegavam ao conhecimento dos Xokleng. Para eles, encontrar uma picada como aquela surpreendia pela forma que os arbustos haviam sido cortados. Para afastar os galhos que atrapalhavam a passagem, os índios costumavam apenas torcê-los. Os ramos encontrados, perfeitamente decepados, estavam modificados de uma maneira inédita para os nativos. Após se juntarem para comentar o fato, decidiram desvendar quem e como aquilo tinha sido feito. Ao avançar, viram uma casa com pessoas nas redondezas. Ficaram observando.

Conforme Ribeiro, realizaram um ataque que resultou na morte de alguns imigrantes. Ao procurar os interessantes instrumentos cortantes, encontraram um machado que foi testado e aprovado na hora. Encantados com a eficiência das ferramentas, experimentaram demoradamente cada uma delas nas madeiras da casa. Talvez tenham sido os resultados de

⁴⁴ Blumenau em *Cadernos*. Op. Cit., julho de 1978, p. 190.

⁴⁵ COUTINHO, João José. Op. Cit., 1852.

momentos como este que geraram revolta nos colonos que encontraram a casa e mobília destruída pelos índios. Após a façanha, voltaram para partilhar suas experiências com os outros que, imediatamente, ficaram curiosos para conhecer o local e possuir também o seu instrumento. “Agora, para a guerra aos estranhos ou aos irmãos de tribo, além do estímulo de alcançar o galardão de herói e de aprisionar mulheres dos vencidos, surgira um novo: tomar-lhes as ferramentas supercortantes conquistadas do estranho povo de pele branca coberta de pêlos”.⁴⁶

As ações dos brancos

Desde o início da colonização do Vale do Itajaí, a presença dos índios foi percebida pelos imigrantes europeus e vice-versa. Algumas das motivações, estratégias e ações dos antigos habitantes da região, em relação aos novos, foram analisadas no item precedente. O momento agora passa a ser do colono que age nas longínquas roças do vale. Nas primeiras décadas após a chegada dos alemães, a arma de fogo foi o recurso mais utilizado pelos estrangeiros. Os índios que apareciam nas áreas aonde estavam situadas casas e lavouras foram, diversas vezes, atacados pela pólvora. A justificativa estava pautada na legitimidade das terras que tinham recebido do governo como devolutas e que, obviamente, consideravam propriedade. Hermann Hupka se manifestou através de um artigo jornalístico, revelando o ponto de vista do colono sobre os ataques dos índios no território onde trabalhavam no cultivo.

Os índios observam por algum tempo, atacam as nossas habitações, massacram tudo o que encontram, roubam e saqueiam à vontade. (...) Nós imigrantes viemos para o país, derrubamos o mato virgem com trabalhos e sacrifícios, arranjando-nos um lar. Trabalhamos a custa de nosso suor. De repente ouve-se o grito de alarme: bugres, bugres!⁴⁷

⁴⁶ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 358-61. Após perceber a recorrência dos assaltos que os índios tinham levado instrumentos de ferro, tomei conhecimento desta narrativa ouvida por Hoerhann e publicada por Ribeiro. Este antropólogo apenas relata o episódio, sem citar outras fontes.

⁴⁷ *Jornal Kolonie Zeitung*, 23/06/1911. Este artigo, escrito por Hupka, foi enviado pelo inspetor do Serviço de Proteção aos Índios ao presidente da província, anexado a um pedido de punição das pessoas que estavam desrespeitando e criando obstáculos ao trabalho do SPI. Hupka incitou no escrito a vingança armada contra os índios. Documento encontrado no APESC, em correspondências de diversos para os presidentes da província.

O historiador João Klug frisou “que nos primeiros anos de Brasil, a vida dos imigrantes se caracterizava por uma árdua labuta pela sobrevivência. Era o que denomino de ‘instalação’ (...) num meio desconhecido e que ainda não estava pronto para a agricultura”.⁴⁸ Os recém-chegados estavam localizados principalmente nos vales dos rios e encostas cobertas por densas matas, o que exigiu bastante esforço em derrubadas, plantios e construções. Nesta conjuntura, inúmeras dificuldades foram enfrentadas, entre as quais enchentes, saudades da pátria, doenças e enormes distâncias entre os lotes. Como percebeu Sílvia Arend, era importante que naquele momento fossem reavivadas as expectativas trazidas da Europa. “A rememoração do sonho de uma vida melhor fornecia para aqueles homens e mulheres ‘novo fôlego’ para prosseguirem nas suas fainas diárias”.⁴⁹

Além das árduas atividades e dos problemas diversos, os imigrantes passaram a ter uma preocupação a mais: os índios que circundavam os terrenos e, algumas vezes, os abordavam. O aspecto da imigração que nos interessa neste momento são as estratégias utilizadas no contato com os índios. Após receber um pedaço de terra, a almejada propriedade privada que garantiria sustento, renda e independência, os imigrantes descobriram que não estavam sozinhos. Os índios atacavam, os alemães revidavam; os imigrantes agrediam, os nativos rebatiam. O ciclo estava posto; cada um com suas armas e interesses.

No ano de 1862, em Blumenau, após levarem roupas e ferramentas, os índios foram surpreendidos na nova tentativa e impedidos de praticar outro saque. O colono foi avisado por seu filho, que disparou um tiro ferindo o braço de um índio.⁵⁰ Mais de vinte anos depois, três residências foram atacadas. Em Araranguá carregaram objetos e na ex-colônia Azambuja saquearam as roças. No município de Tubarão, “foram afugentados a tiros de pistola. Apareceram ainda outras vezes e em outros lugares, mas não consta que tenham agredido”.⁵¹ Em 1849, os índios apareceram durante o dia em uma fazenda em Três Barras. No momento, apenas mulheres estavam em casa. Uma delas

⁴⁸ KLUG, João. “A escola alemã em Santa Catarina”. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis. Ed. Cidade Futura, 2003, p. 143.

⁴⁹ AREND, Sílvia Maria Fávero. “Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890)”. In: BRANCHER, Ana. AREND, Sílvia Maria (orgs.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2001, p. 35.

⁵⁰ SOUZA, Coutinho. Relatório apresentado pelo vice-presidente da província de Santa Catarina em 26/12/1862.

⁵¹ PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. Relatório com que ao coronel Manoel Pinto de Lemos (1º vice-presidente) este presidente passou a administração da província de Santa Catarina em 22/06/1885.

refugiou-se no mato, outra fechou-se em casa. De certo muitas mulheres seriam vítimas, se por ventura não aparecessem no campo dois homens, em vista dos quais retiraram-se os selvagens, conduzindo o saque que haviam feito numa das casas. (...) No lugar Palmitar, roubaram quanta roupa estava pelos pastos. Só fugiram quando apareceu o vizinho que lhes fez fogo com uma espingarda.⁵²

Armas de fogo foram constantemente utilizadas pelos colonos, nos momentos de aparecimento dos índios, independente da ocorrência do ataque. Inclusive, os tiros contra eles foram incentivados por alguns administradores das colônias e mesmo governantes imperiais. No ano de 1856, o presidente da província confirmou a morte de dois colonos e os responsabilizou porque “os bugres surpreenderam os estrangeiros que, descuidados, estavam trabalhando desarmados no último estabelecimento do Rio Itajaí-mirim”.⁵³ Henrique Etur alertou que, “ao entrar na mata, deve-se levar o armamento carregado”.⁵⁴ Era também frisado que o armamento estivesse sempre ao alcance no momento de tensão. O colono Schulz, enquanto trabalhava na lavoura, levou uma flechada no braço e não conseguiu alcançar sua espingarda que estava encostada em uma árvore a vinte metros. O imigrante “sacou o facão e cortou a seta em seu braço. Quando os vizinhos vieram ao seu auxílio, os selvagens já haviam desaparecido”.⁵⁵

Conforme mencionado, na ocasião do ataque à colônia Hammônia, quando Helena Krause foi morta, seu pai abriu fogo contra índios. Otto Wille, que sozinho e apreensivo se trancou na casa dos Krause após o funeral, expôs a aflição da espera e do desconhecimento no manejo de armas. “Aguardei por horas pelo regresso da família, prestando atenção a qualquer ruído que vinha de fora. Mesmo tendo uma arma comigo, nunca havia atirado. Eram cinco horas da tarde quando ouvi vozes humanas que vinham de longe. Por mais que quisesse, não me foi possível esperar, abri a porta e fui ao encontro do grupo”.⁵⁶ Antes do primeiro ataque à Blumenau, como visto, os colonos Schramm e Toepfel carregaram as espingardas sabendo da possibilidade de enfrentar os índios, o que ocorreu logo depois. Nesta ocasião, três índios

⁵² VALLE, Severo Amorim do. Fala que o 3º vice-presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1849.

⁵³ COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1856.

⁵⁴ ETUR, Henrique. Op. Cit., 1856.

⁵⁵ WILLE, Otto. Op. Cit., p. 179.

⁵⁶ Idem, p. 181.

foram atingidos por tiros, um deles foi ferido fatalmente e “enquanto fugiam, atiravam muitas flechas, visando os atacantes das janelas da casa, felizmente, sem ferir ninguém”.⁵⁷

O medo da morte era latente nos diferentes atores da inóspita batalha pelo vale. O bugreiro Martin, ao discorrer sobre as reações dos índios aos armamentos que utilizava, revelou que “é enorme o seu pavor das armas de fogo”.⁵⁸ E, como veremos, existia temor dos colonos em relação às flechas dos índios. Além do assombro, havia também a descoberta da arma alheia. Hugo Gensch relatou sobre um ataque dos índios, cujo desfecho foi a morte de um cacique. “O ferido, um homem de estatura hercúlica, nos poucos últimos instantes antes de sua morte, caído no chão, e enquanto colocava um tampão de capim na ferida recebida no ventre, observava atentamente e com o maior interesse, a arma de fogo que o vitimara”.⁵⁹

A seguir, apresentarei exemplos da flecha no cotidiano migrante. Em 1886, o presidente da província recebeu um telegrama do delegado de Itajaí informando que os índios apareceram em Blumenau, nas localidades Warnow, Garcia e Itoupava, onde “dispararam flechas, achando-se os moradores aterrorizados, pelo que pedia urgentes providências”.⁶⁰ O colono Hupka, indignado, desabafou: “o bugre se aproxima perfidamente e sua flecha ou sua lança nos atravessa enquanto trabalhamos no mato ou nas vizinhanças, sem que possamos desconfiar da vinda do inimigo”.⁶¹ Conforme o governante do ano de 1887, os índios “disparam traiçoeiramente os dardos pontiagudos, que terminam ou por ferro em forma de lanças ou por madeira rija e dentada, de modo que extrair a seta do corpo do ferido é dar-lhe morte pior pelo arrancamento das carnes!”⁶²

Armas de fogo e flechas; o equipamento estava em plena utilização no duelo pelo vale. A disputa entre os alemães e os índios exasperava a cada ano, assim como a preocupação das autoridades imperiais que, durante décadas, utilizaram os serviços de homens para o

⁵⁷ Blumenau em Cadernos. Op. Cit., dezembro de 1957, p. 38.

⁵⁸ DEEKE, José. Op. Cit., p. 237.

⁵⁹ GENSCH, Hugo. *Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage*. Berlim, 1908, p. 10. Esta monografia foi traduzida do idioma alemão sob o título *A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios*. As citações aqui utilizadas se referem ao texto traduzido, encontrado no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, situado na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

⁶⁰ ROCHA, Francisco José da. Relatório pelo presidente da província de Santa Catarina, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na 1ª sessão de sua 26ª legislatura, em 21 de julho de 1886.

⁶¹ HUPKA, Hermann. Op. Cit., *Jornal Kolonie Zeitung*. 23/06/1911.

⁶² ROCHA, Francisco José da. Op. Cit. Relatório de 1887.

“afugentamento” dos índios. Alguns relatórios contam detalhes sobre verdadeiras batalhas entre arcos e pólvora, índios e brancos. Eram brigas de trincheira numa caça aos humanos, onde os guerreiros se escondiam, atacavam, matavam, revidavam, fugiam, enfim, lutavam. Em 1854, o presidente da província soube de um ataque a uma localidade próxima da vila de Lages e ordenou

seguir após os bugres uma escolta para os capturar ou afugentar daquele lugar. O comandante, tendo tomado por sem dúvida outra direção, não os encontrou, avistando porém fumaça a muita distância, e voltando licenciou gente e, retirando-se só com cinco praças avistou-os nas imediações de Lages saqueando outra casa, cujo dono se achava ausente. Com essa mesma força partiu para eles que, reconhecendo o ânimo da escolta fugiram e internaram-se pelo mato, deixando a presa que já tinham ajuntado. Com esses poucos homens julgou prudente o comandante não os seguir por entre o mato. (...) Nesse ínterim, em fins de julho, José Ávila encontrou vestígios dos bugres, e sendo tarde entrincheirou-se em casa com seus companheiros em número de seis pessoas. Ao amanhecer do dia seguinte os foi bombear e os encontrou em um capão perto da casa; nesse encontro caiu morto um bugre que pela idade se supôs ser o chefe dessa quadrilha. Nesse capão acharam parte dos objetos roubados da família Miranda.⁶³

Os combates eram planejados e cautelosos. O comandante não arriscou, naquela situação, adentrar em território nativo. O mato ainda era espaço dos índios, que se escondiam rapidamente e com facilidade pela área que tão bem conheciam. Não era tarefa fácil encontrar os índios em fuga. Algumas vezes, os colonos também utilizaram esta estratégia como defesa. Três anos após esta perseguição, os índios apareceram nas margens do Rio Itajaí e “escaparam de serem assassinados um menino e um homem enfermo por se atirarem ao rio e nadarem para o lado oposto”.⁶⁴

No ano de 1872 os índios apareceram em Laguna, em trinta homens aproximadamente, onde foi “travada uma luta, conseguindo serem repelidos ao anoitecer e, voltando no dia seguinte, foram perseguidos e afugentados pelos mesmos indivíduos e moradores vizinhos. (...) Fez-se seguir para ali uma força de linha”.⁶⁵ Novamente, os índios não foram encontrados. Conforme Francisco José da Rocha, “depois de bem calcularem e se convencerem do acerto de

⁶³ COUTINHO, João José. Relatório do presidente de província de Santa Catarina, em 19 de abril de 1854.

⁶⁴ COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1 de março de 1857.

⁶⁵ CINTRA, Guilherme Cordeiro Coelho. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 25 de março de 1872.

tiros de suas setas, que voam com imensa velocidade através da mais espessa folhagem, deslizam-se astuciosos pela mata, sobem às árvores e afastam os galhos sem o mínimo estrepito, subtilmente como a corça e o réptil, com a certeza de não serem vistos”.⁶⁶

Ao longo do século XIX, os governantes provinciais perceberam a gravidade dos combates com os nativos e passaram a contratar homens para proteger os colonos e retirar os índios das terras colonizadas. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha afirmou que as discussões oitocentistas sobre os índios, em nível nacional, deixaram de estar pautadas na questão da mão-de-obra para se centrarem essencialmente numa questão de território. A tônica da política central, a conquista de áreas ocupadas por índios ditos “bravos”⁶⁷, resultou em práticas diversas na tentativa de retirá-los dos sertões. Boa parte do debate instaurado girava “em torno não dos fins de uma política indigenista, e sim dos seus meios: se deviam exterminar sumariamente aos índios, distribuí-los aos moradores, ou se deviam ser cativados com brandura”.⁶⁸ Houve, portanto, os adeptos da violência e de meios pacíficos no contato com as população indígenas. O uso da persuasão no trato com os índios, intentos de José Bonifácio, passaram a fazer parte do discurso oficial. Mas já em 1834, este projeto acabou derrotado pelas oligarquias locais. Muitas das províncias, legislando por conta própria, começam a tomar iniciativas antiíndigenas. Como veremos, as ações e os discursos a favor dos meios violentos foram hegemônicos também no Estado de Santa Catarina.

No ano de 1836 o presidente da província, preocupado com a colonização recém iniciada em Santa Catarina, criou a Companhia de Pedestres. O texto da lei, em seu artigo quarto, legitima que este grupo deveria “proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos. Fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los”.⁶⁹ Neste mesmo ano, José de Oliveira lamentou o abandono de

⁶⁶ ROCHA, Francisco José da. Op. Cit., Relatório de 1887.

⁶⁷ No século XIX, os termos que subdividiam os índios eram “mansos” e “bravos”. Os botocudos, que tinham como reputação a indomável ferocidade, incluíam os índios em território catarinense. No geral, a teoria em voga era a de inferioridade racial dos índios. Sobre este assunto ver SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). “Prólogo”. In: *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão pró-índio de São Paulo, 1992, p. 5.

⁶⁹ SILVA, José Ferreira da. “Itajaí: a fundação e o fundador”. *Blumenau em Cadernos*, tomo VIII, nº 9/10, Blumenau, 1967, p. 168. Apud SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., p. 66.

alguns colonos, temerosos pela presença dos índios, e investiu recursos na tropa. Cavalcanti, por sua vez, registrou que “por ocasião de terem aparecido bugres no distrito de Itajaí, foi ordenado ao cidadão Agostinho Ramos, major da Guarda Nacional, que fizesse correr os matos, e empregasse os meios convenientes para obstar as malfeitorias destes gentios ferozes”.⁷⁰

O seu antecessor, assustado com um ataque indígena, já havia proposto na primeira assembléia da província investimentos nas ações de um grupo “que não só seja encarregado de repeli-los, mas também de sair a correr os sertões para assim os afugentar. (...) Pelo que respeita as colônias, num país como o nosso em que há tanta falta de braços industriais, temos nós na colônia alemã uma prova de quanto eles são capazes”.⁷¹ Em 1838, João Carlos Pardal escreveu sobre os resultados das expedições e comemorou que os colonos, antes receosos “dos ataques e depredações dos gentios, hoje animados com a proteção que lhes oferece os pedestres, voltam às plantações abandonadas (...) para arrancar o domínio inútil e danoso dos selvagens que tantas riquezas encerram”.⁷²

No início da década de 40, Andrade afirmou que pouco havia sido feito em relação aos ataques dos índios, mas que mudanças viriam a partir da sua posse. O presidente da província contratou trinta homens e chamou o grupo de “linha de defesa contra os bugres”. O seu sucessor enviou “uma expedição que saiu do distrito de São Francisco a explorar todas as matas para batê-lo ou afugentá-lo. (...) Para animar os moradores de Itajaí, aterrorizados com a aparição de bugres, autorizei o chamamento de uma força de guardas”.⁷³ O mesmo governante, no ano seguinte, enviou homens para descobrir os “alojamentos destes selvagens. Depois de algumas excursões infrutuosas abaixo da serra deparou com um habitado; porém estando o tempo tormentoso, só pôde fazer o ataque no outro dia, e não se achando ainda toda

⁷⁰ CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque. Relatório do presidente da província de Santa Catarina à assembléia legislativa provincial, no ato de abertura da 2ª sessão, em 5/4/1836. Este excerto foi encontrado na parte do manuscrito intitulada “colonização, exploração e catequese”.

⁷¹ PIRES, Feliciano Nunes. *Relatório e fala no governo de Santa Catarina (1833-1835)*. Florianópolis: APESC, 1985. Fala do presidente da província de Santa Catarina, em 1º de março de 1835, apresentada à primeira assembléia da mesma província.

⁷² PARDAL, João Carlos. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1838.

⁷³ BRITO, Antero José Ferreira de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1841.

a força reunida, os selvagens puderam escapar-se”.⁷⁴ Em 1849, alguns pedestres foram enviados para Três Barras com consentimento para “operar como melhor convier para a afugentação dos ditos selvagens. (...) Estes destacamentos devem ser reforçados quando preciso. Com estas medidas julgo defendidos os habitantes, acobertos de novas invasões e insultos dos selvagens”.⁷⁵

O presidente da província João José Coutinho esteve no poder durante dez anos. Entrou no governo em janeiro de 1850 e transferiu a administração apenas em setembro de 1859. Sob sua ótica, os índios eram “perigosos selvagens” que atacavam e roubavam imigrantes laboriosos e proprietários. Portanto, eram obstáculos ao sucesso das colônias. Durante a década em que governou, reclamou de forma insistente do pouco contingente dos pedestres possibilitado pelo governo imperial e, sempre que possível, apoiava e angariava recursos para esta companhia. No seu primeiro pronunciamento, Coutinho confirmou a existência de trinta e um homens entre os pedestres, sendo dez atuantes em Itajaí. O governante declarou que o número era insuficiente para a “repressão dos gentios que tem aparecido em diversos pontos da província. Forçoso é que aumente a quantia para este fim, onde quer que ele se faça preciso”.⁷⁶

Após o ataque à residência do fundador de Blumenau, no último mês de 1852, Coutinho enviou uma guarda de pedestres. Os homens, como comumente acontecia, chegaram atrasados. Os índios tinham fugido e a defesa foi realizada pelos próprios colonos presentes no local. No ano seguinte, devido à diminuta tropa, Coutinho pronunciou que as picadas eram a melhor opção de defesa, pois acreditava que as percorrendo diariamente, os poucos contratados teriam mais condições de proteger os imigrantes dos índios. Depois de sete anos de mandato, havia dobrado o contingente de pedestres, mas os setenta homens ainda não o satisfaziam. Para Coutinho, eles nunca seriam suficientes devido, entre outras coisas, às grandes distâncias entre os lotes dos imigrantes.

Apesar da abertura da possibilidade de um genocídio amparado pela lei, a Companhia de Pedestres realmente atuou pouco. O grupo não estava preparado, bem remunerado e nem

⁷⁴ BRITO, Antero Jozé Ferreira de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1842.

⁷⁵ VALLE. Op. Cit., Fala de 1849.

⁷⁶ COUTINHO. Op. Cit., Relatório de 1850.

equipado. O próprio Blumenau afirmou, certa vez, que de cada cinco tiros quatro falhavam devido às más condições do armamento.⁷⁷ Com apenas dois anos de atuação dos pedestres, o presidente da província os acusou de indisciplina e concluiu: “não tendo tais seções correspondido ao que se esperava nem preenchido os fins, proponho a sua dissolução ou incorporação numa força que as substituam”.⁷⁸ O próximo governante sugeriu que para cada falta ao trabalho, sem justificativa, os guardas fossem castigados com trinta dias de serviço, “sem outro vencimento a mais que a simples ração. Se este castigo parecer excessivo também é certo que é da parte de cada um evitá-lo, não faltando”.⁷⁹ Em 1850, o vice-presidente, informando sobre a polícia da província, alertou que o “6º batalhão compõe-se de uma companhia incompleta de inválidos e outra de pedestres nas mesmas circunstâncias”.⁸⁰ Um ano depois, Coutinho afirmou que o grupo “não está completo e quando mesmo estivesse não seria o bastante para proteger os nossos lavradores das incursões dos gentios”.⁸¹ A Companhia de Pedestres, como constatado, estava repleta de problemas desde a sua fundação e não atingiu as expectativas dos colonos nem das autoridades imperiais.

Os administradores das colônias, percebendo a penúria e a impossibilidade de proteção plena através dos pedestres, e nunca tendo acreditado na catequese religiosa, resolveram criar uma nova proposta: os “batedores do mato”. Estes grupos agiram em diversos locais da província e não tinham intenção de realizar um contato pacífico com os índios. O objetivo mais comum era a sua dizimação, com exceção do grupo liderado por Friedrich Deeke em Blumenau. O seu filho, José Deeke, escreveu alguns anos depois que os participantes tinham ordem expressa para não atirar nos índios. Sobre as estratégias, atestou que alguns presentes eram deixados para oportunizar aproximação e diálogo, que ocorreria através de um intérprete trazido do Paraná. No entanto, também não deram resultados as ações dos “batedores do mato” de Blumenau e das outras localidades. Em 1879, o governo provincial extinguiu a Companhia de Pedestres alegando falta de recursos. Nesta ocasião, os batedores também

⁷⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catharina: História e evolução*. Brasileira. São Paulo. 1937, p. 117.

⁷⁸ PARDAL. Op. Cit., Relatório de 1838.

⁷⁹ ANDRADE, Francisco José. Relatório do presidente da província de Santa Catarina apresentado em primeiro de março de 1840.

⁸⁰ VALLE, Severo Amorim do. Relatório que o vice-presidente entregou a administração da província à João José Coutinho em 24 de janeiro de 1850.

⁸¹ COUTINHO. Relatório do presidente da província, 1851.

deixaram de atuar com financiamento imperial porque eram um seguimento vinculado àquele. Como visto, apesar destas práticas terem sido muito aquém do esperado, muitas autoridades investiram, na medida do possível, em tropas por toda a província de Santa Catarina visando afugentar os índios.

O tema em pauta nos escritos do governo catarinense, na década de sessenta e setenta do século XIX, passou a ser a catequese. Durante estes anos pouco foi escrito sobre os pedestres, apesar da sua atuação. A polêmica girou em torno de mudanças na maneira de agir com os índios. Os discursos sobre o projeto de catequização serão analisadas no próximo item. Aqui, vale destacar a única tentativa prática de catequese religiosa. Apesar de desacreditada por muitos, em 1868 o capuchinho Frei Estevão de Vincença solicitou recursos para a catequese. Para legitimar o requerimento, afirmou ter conversado, em Blumenau, com agrimensores da comissão dos medidores de terras e com o diretor da colônia. “Tendo reconhecido o lugar aonde tenho de estabelecer um aldeamento, perto da barra do braço do sul do Rio Itajaí-açú, requero a V.^a Ex.a como diretor que sou da catequese e aldeamento dos índios, a quantia para as despesas que preciso para os primeiros arranjos.”⁸² O religioso exigiu salários, mantimentos, ferramentas, uma canoa, materiais para a construção de uma casa e dinheiro extra para despesas eventuais.

Apenas três meses depois, enviou outra carta lamentando que foi obrigado a retornar devido a falta de recursos. “Agora acho-me na colônia Blumenau vendo-me na impossibilidade de voltar de novo para o mato por falta de dinheiro que é necessário para poder comprar mantimentos e para pagar o salário dos três homens da minha companhia”.⁸³ Parece que o vigente presidente da província também não acreditou, a ponto de financiar regularmente, na proposta da catequese. O frei, ressentido, solicitou a remessa e a entrega ao seu procurador de uma quantia em torno de cinquenta por cento mais baixa que a pedida inicialmente. Esta foi a experiência mais profícua da catequese religiosa no Estado de Santa Catarina. Em termos práticos, acabou não dando resultado algum.

⁸² VICENÇA, Frei Estevão de. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Ano 1868. Manuscrito encontrado na APESC. Carta assinada em 21/7/1868.

⁸³ VICENÇA, Frei Estevão de. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Ano 1868. Manuscrito encontrado na APESC. Carta assinada em 2/11/1868.

A seguir, estarão em foco ações brancas extremamente violentas, direcionadas aos índios, implementadas de forma mais sistemática a partir das últimas décadas do século XIX. Até então, como visto, algumas práticas foram realizadas em relação aos índios. Devido aos problemas de contingente, armamento, pagamento, deslocamento e preparação da milícia, a Companhia de Pedestres não teve êxito. Os colonos, por sua vez, utilizaram armas de fogo quando os índios apareciam nas áreas onde moravam e cultivavam suas roças. O confronto, praticamente individual, deu-se entre pequenos grupos de índios e famílias colonas. É importante salientar que, durante este período, ainda havia um vasto território que assegurava a vivência Xokleng. O contato e as suas conseqüências aumentaram a partir do final do século XIX, quando cada vez mais núcleos coloniais eram fixados nos vales catarinenses. “A partir daí, os batedores do mato se transformaram em bugreiros. O que havia de válido na experiência de Frederico Deeke é totalmente esquecido e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas”.⁸⁴

Os bugreiros eram contratados pelos imigrantes, agentes colonizadores e governantes. Os especialistas na “caça aos bugres” eram, em sua maioria, caboclos pagos para oferecer segurança aos colonos e garantir o desenvolvimento da colonização através de ataques aos índios. “Muitas entradas foram realizadas para liquidar grupos de índios ou pelo menos para afugentá-los, pelos destemidos caboclos, práticos de andar nas florestas, acostumados a toda sorte de intempéries e de contrariedades”.⁸⁵ Estes homens eram exímios conhecedores da mata e de seus habitantes. Devido ao ofício, eram os não-índios que mais tinham conhecimento sobre o modo de vida dos Xokleng. O motivo deste interesse era estratégico. Fazia parte do planejamento e da ação dos grupos que adentravam na floresta em busca de vestígios e da presença indígena.

A tentativa aqui, novamente, será alcançar um ponto além da somente denúncia dos ataques aos índios, o que de modo algum significa que a violência ocorrida na história catarinense seja encoberta neste trabalho. Obviamente, o genocídio praticado pelos bugreiros aparecerá como uma prática cruel. No entanto, redirecionando um pouco o foco, os “caçadores de índios” também serão abordados através de suas estratégias e conhecimentos ímpares

⁸⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., p. 76.

⁸⁵ SILVA, José Ferreira da. “Caçadas aos indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 12 (1), 1971, p. 46.

acerca da floresta e do povo indígena Xokleng. Revelar-se-ão, também, quem eram os seus patrocinadores.

Em 1873, o vice-presidente da província informou sobre o aparecimento de alguns indígenas em Blumenau. Autorizado pelo ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a garantir segurança urgente aos colonos, o governante registrou⁸⁶: “conformando-me com os meios apresentados pelo diretor e pelo engenheiro, mandei contratar de doze a quinze homens conhecedores das florestas próximas e convenientemente armados, a fim de as baterem e avisarem os colonos da vinda dos selvagens, bem como para atacá-los em caso de necessidade”.⁸⁷ No ano seguinte, houve um ataque dos índios à região de Joinville. Imediatamente, foram enviados vinte praças. “Essa força foi postada nos pontos mais ameaçados enquanto se organizava uma expedição composta de gente conhecedora dos matos, destinada a afugentar os selvagens para longe dos lugares habitados”.⁸⁸

No raiar do último dia do mês de outubro de 1880, alguns índios surgiram nas roças de George Lehmerhal, morador do distrito de Therezópolis, e flecharam o proprietário no braço esquerdo. Logo que perceberam a presença de outras pessoas, os nativos fugiram. Assim que soube do ocorrido, o governante autorizou o contrato de alguns homens para, naquela localidade, entrarem na mata. Alguns meses depois, houve um assalto na colônia Santa Thereza. Na ocasião, trabalhavam na roça uma moça de nome Maria Bertha e dois dos seus irmãos. Conforme o relatório, escrito pelo chefe de polícia,

esta denodada moça lutou heroicamente com um dos bugres, que tentava arrebatar um dos seus irmãozinhos, dando assim tempo a que o diretor da colônia, acompanhado do seu ajudante e outros homens acudissem e afugentassem para longe os selvagens, que levaram consigo alguns instrumentos de lavoura. V. Ex., ao fato do que ocorreu, deu-se pressa em providenciar, autorizando o diretor daquele estabelecimento a contratar quatro homens para percorrerem as matas, afim de evitar novos assaltos dos

⁸⁶ Da independência até 1861, as questões indígenas faziam parte das competências do ministério do Império, passando então para o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

⁸⁷ GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. Relatório apresentado pelo segundo vice-presidente da província ao terceiro vice-presidente Ignácio Accioli de Almeida, por ocasião de passar-lhe a administração em 27/1/1873.

⁸⁸ SILVA, João Tomé da. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, pelo presidente da província, em 25 de março de 1874.

silvícolas.⁸⁹

Estes excertos confirmam tanto importância dada aos homens que tinham saberes sobre a floresta - conhecimento raro entre os que tinham chegado havia pouco numa região de mata virgem - como o apoio de autoridades administradoras de colônias e pertencentes ao governo no contrato destes homens como forma de combate aos índios. Nas palavras do diretor da colônia Blumenau, em correspondência do ano de 1872, era necessário “lhes aplicar uma severa lição. Cada destacamento deve ser comandado por um homem ativo e de confiança, sendo este e os demais filhos dos sertões desta província e acostumados à vida do mato. (...) Se não for possível deslocar para cá uma força militar, peço autorização para organizar um serviço”.⁹⁰

Resta agora demonstrar a participação dos próprios colonos nesta investida. Em Blumenau, alguns imigrantes alemães e descendentes promoveram arrecadações para recompensar os conhecedores da mata que a encaravam na busca aos índios. Augusto Zitlow escreveu alguns dados sobre uma expedição de bugreiros realizada em 1905. No seu caderno de anotações aparece uma lista de blumenauenses que patrocinaram o ataque com dois contos de réis. Entre os sobrenomes que colaboraram com a coleta estavam o próprio Zitlow, Jahn, Gruner, Stahnke, Schroeder, Engelke, Stutzler e Moersch. “Nesta expedição foram capturadas duas mulheres e doze crianças, o que indica que muitos índios devem ter sido mortos. (...) As notas tomam um valor especial, pois testemunham que os habitantes da colônia colaboravam com recursos financeiros”.⁹¹

No ano de 1883, um cônsul alemão, representando o presidente da província de Santa Catarina na capital imperial, conseguiu angariar recursos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas “para despender quantias na implementação de medidas extremas para afugentá-los”.⁹² Os colonos de Therezópolis, interessados em colaborar com as atividades, despenderam uma quantia em dinheiro equivalente à metade dos gastos advindos

⁸⁹ GOMES, José Antônio. Relatório escrito pelo chefe de polícia e apresentado pelo presidente da Província, João Rodrigues Chaves, na abertura da segunda sessão da vigésima segunda legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 2 de fevereiro de 1881.

⁹⁰ *Blumenau em Cadernos*. Op. Cit., julho de 1978, p. 193. Correspondência endereçada ao ministro da Agricultura em 15/05/1872.

⁹¹ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., p. 93.

⁹² CHAVES, João Rodrigues. Relatório com que o presidente da província passou a administração para o terceiro vice-presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 9/3/1883.

do governo. No mesmo ano, este ministério autorizou mais dinheiro para a “repressão dos selvagens. (...) O delegado de policia de Lages aceitou também o oferecimento que lhe fizera o fazendeiro José Rodrigues de Souza, de reunir gente suficiente para garantir a população de novos assaltos dos selvagens, correndo a despesa por conta deste cidadão”.⁹³

Mesmo as ações locais sendo muitas vezes financiadas pelos próprios habitantes dos núcleos coloniais, estes estavam atentos na cobrança de mais responsabilidade do governo, que estabeleceu os imigrantes em terras catarinenses garantindo que eram devolutas. A justificativa geral da necessidade dos serviços dos bugreiros estava pautava na ausência de forças públicas nas regiões ameaçadas. As autoridades, com poucos recursos para investimentos numa segurança eficiente, acabaram também apoiando as atividades desses homens. Em 1883, tendo os índios atacado a região de Itoupava, em Blumenau, o presidente da província autorizou uma expedição com “o fim de afugentar os bugres. Adotou-se o engajamento de batedores de matos na falta absoluta de força pública”.⁹⁴ Três anos depois, os índios apareceram novamente em Blumenau nas regiões de Lontras, Warnow e Garcia. A partir do pedido e da reclamação de delegados da colônia, o chefe de polícia os autorizou a engajar doze homens para seguir os indígenas.

No início do ano de 1889, o presidente da província registrou o recebimento de pedidos de socorro de diversas áreas da província. Resolveu, então, autorizar o pagamento de homens para resolver a questão e justificou: “A colônia Grão-Pará tem sido acometida por selvagens. Alguns reuniram-se e foram em busca dos indígenas. Encontrando no mato um de seus ranchos, o atacaram, resultando a morte de um indígena. (...) Por mais que nos repugne este meio de repeli-los, não há outro recurso de que lançar mão”.⁹⁵ Mais de quinze anos depois, o costume permanecia. O governante, após confirmar ataques de índios em diversos locais, confessou que estes fatos o “obrigavam a mandar afugentá-los para o interior do sertão, por

⁹³ SOUTO, Theodureto Carlos de Faria. Relatório com que passou a administração da província ao coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º vice-presidente, em 28/02/1883.

⁹⁴ SOUTO, Theodoro Carlos de Faria. Relatório com que passou a administração da província à Francisco Luiz da Gama Roza, em 29/08/1883.

⁹⁵ SOUZA, Augusto Fausto de. Relatório com que passou a administração da província à José Ferreira de Mello, em 13/02/1889.

turmas de batedores, único recurso de que podia lançar mão para proteger as populações das zonas expostas aos seus ataques”.⁹⁶

A documentação, algumas vezes, refere-se aos bugreiros como “conhecedores do mato”. Ao pensar sobre suas estratégias na mata, durante as investidas contra os índios, esta denominação se revela bastante significativa. Conforme Silva, as expedições eram “chefiadas por caboclos experimentados, conhecedores do mato e dos hábitos dos bugres. (...) As incursões dos imigrantes não se aprofundavam na floresta. Com o caboclo era diferente”.⁹⁷ Os ataques realizados pelos bugreiros seguiam algumas técnicas. A principal delas era atacar os índios enquanto dormiam, diminuindo muito as suas chances de reação. Darcy Ribeiro publicou parte de um relatório, escrito por Eduardo Hoerhann, sobre os homens que

seguem as picadas dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, sem fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois praticam o morticínio. Compreende-se que os índios, acordados a tiros e a facão, nem procuram se defender e toda a heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerte de homens acordados de surpresa. Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendidos a quem mais der, entre eles os troféus de combate e as crianças apresadas.⁹⁸

Hugo Gensch relatou um dos ataques, ocorrido após uma noite de lua cheia, na qual os Xokleng haviam realizado uma festa regada à bebida fermentada. A matança se deu quando todos estavam no sono mais profundo, sob o efeito da bebida e cansados das danças e cantos da madrugada. Ao acordar com os sons das armas de fogo, perceberam que os seus arcos estavam danificados. A única saída era a fuga, o que para muitos já era tarde. Nesta ocasião, os índios ficaram cercados pelos bugreiros durante três dias sem de nada suspeitarem. Os “caçadores de índios”, em silêncio, esperavam o melhor momento para o ataque. Estas e outras estratégias serão reveladas a seguir, a partir da singular história de um bugreiro bastante conhecido no Estado de Santa Catarina.

Martinho Marcelino de Jesus, mais conhecido como Martin Bugreiro, foi uma das figuras mais temidas da história regional. Alguns autores asseguram um fato de difícil

⁹⁶ OLIVEIRA JÚNIOR, Vidal Ramos de. Mensagem apresentada pelo vice-governador, ao congresso representativo do Estado, em 30/7/1905.

⁹⁷ SILVA, José Ferreira da. “Ainda sobre os indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 12 (2), 1971, p. 26.

⁹⁸ RIBEIRO, Darcy. Op. Cit., p. 110.

averiguação: a sua família teria sido morta pelos índios, no sul do estado, e ele teria iniciado uma perpétua perseguição aos Xokleng. O que se pode confirmar é que Martin acabou contratado para proteger o município de Blumenau, no início do século XX. Conforme Athanázio, atuava no Estado “o mais célebre exterminador de bugres de que se tem notícia e seu fantástico grupo de ‘caçadores’ de seres humanos, uma espécie de ‘esquadrão da morte’”.⁹⁹ O biógrafo afirmou que a maior emboscada contra os índios ocorreu em Rio das Pombas, em dezembro de 1906. Os índios combatidos seriam mais de duzentos. O grupo, sob o comando de Martin, capturou e levou consigo duas mulheres e oito crianças que foram entregues aos cuidados das Irmãs da Divina Providência. O grande trunfo de Martin era a observação. Após tomar conhecimento dos costumes e saberes dos índios, utilizou-os a seu favor.

Martin costumava observar os indígenas, seus costumes, seu modo de vida, suas formas de ataque. Desvendou seus truques para esconder-se e aprendeu a distinguir os indícios deixados na mata para localizá-los sem ser pressentido, tarefa deveras difícil. (...) Os olhos argutos de Martinho sabiam enxergá-los onde outros só viam o verdor da vegetação, reconhecendo os ‘carreiros’ que conduziam aos acampamentos. Tudo aprendeu por conta própria, em numerosas excursões e batidas, assimilando a maior quantidade possível de conhecimentos sobre a raça a que havia declarado uma guerra particular.¹⁰⁰

Quem mais conhecia o modo de vida dos índios tinha como profissão matá-los. A ignorância etnográfica acerca do povo Xokleng diminuía no conhecimento do maior exterminador de índios do Estado de Santa Catarina. Com a palavra o bugreiro, em entrevista cedida a José Deeke: “sigo quase sempre na dianteira, de sorte que sou obrigado a passar noites inteiras sem comer, nem beber, acorado atrás de algum tronco de árvore. Quando pressinto a proximidade dos índios, vou sorratamente me esgueirando, sozinho, até próximo do acampamento para observar a situação e avaliar, mais ou menos, o número de seus ocupantes”.¹⁰¹ Depois, Martin retornava para junto de seus colegas e esperava a primeira luz do dia. Novamente sozinho, ia até o local onde os índios estavam dormindo. Os Xokleng tinham o hábito de pendurar as armas num local específico. Martin, que já havia feito esta

⁹⁹ ATHANÁZIO, Enéas. “Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 25 (9), 1984, p. 267.

¹⁰⁰ Idem, p. 270.

¹⁰¹ DEEKE, José. Op. Cit, p. 236.

observação, ia ao encontro delas e as destruía.

Em seguida derrubo o arsenal e inicio uma grande gritaria, disparando ao mesmo tempo minha pistola. Este é o sinal para que minha gente comece a disparar e gritar, avançando. Sobressaltados com tão terrível pandemônio, os índios acordam de seu sono mais profundo, pulam correndo para o rancho das armas, que encontram tomado, então abandonam tudo e fogem, tão celeremente quanto possível, para a escuridão da floresta.¹⁰²

Conforme Silva, no momento do ataque “os varões ou eram mortos, ou encontravam salvação na fuga desordenada para as profundezas da mata”.¹⁰³ Ao ser questionado por José Deeke se fez somente prisioneiros e arrecadou armas sem causar danos aos índios, Martin confirmou precavido. Afirmou que alguém pode ter sido ferido, ou mesmo morto, mas sem intencionalidade. Contudo, no excerto acima ele admitiu os disparos no momento do ataque e, mesmo cuidadoso com as palavras na entrevista, logo revelou seus sentimentos em relação aos índios. “Não que eu quisesse poupar estes bandos de ladrões selvagens, mas sim porque representaria grande risco para minha gente tirotear o acampamento no lusco fusco do amanhecer, o que colocaria em perigo tanto a mim como os primeiros homens que estivessem invadindo. Por este motivo meu pessoal tinha ordens de sempre atirar para o alto”.¹⁰⁴ Há controvérsias diante desta questão. Deeke confirmou que Martin perdeu pelo menos dois homens devido a ferimentos de arma de fogo, do que se deduz que os próprios companheiros se descuidaram e, certamente, não estavam atirando para cima no momento do ataque.

A arma de fogo não era o único recurso utilizado pelos bugreiros. Após o momento inicial, quando a pólvora era disparada causando pandemônio, o facão entrava em cena. O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, especialista na história Xokleng, realizou uma entrevista com outro bugreiro. As suas lembranças são extremamente chocantes, tanto pela crueldade quanto pela franqueza com que fala de uma chacina. Ireno Pinheiro confirmou que o ataque se dava ao amanhecer. “Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas, cada par

¹⁰² Idem, p. 237.

¹⁰³ SILVA, José Ferreira da. “Indígenas da Bacia do Itajaí”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 2 (4), 1959, p. 64.

¹⁰⁴ DEEKE, José. Op. Cit., p. 238.

tinha um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças”.¹⁰⁵

Muito foi escrito e dito sobre os ataques genocidas contra grupos inteiros de índios, mas não se sabe o número total de mortos durante as décadas de atuação dos bugreiros. A única certeza é que muitas vidas foram interrompidas nas matas do Vale do Itajaí. Santos afirmou que cerca de 2/3 da população Xokleng foi morta a partir do início da colonização.¹⁰⁶ Aldinger, mantendo o cômodo mistério sobre as ações dos bugreiros, se expressou da seguinte forma sobre a expedição ocorrida no final do ano de 1906: “os índios realizavam uma festa com danças e cantos. Só pela madrugada é que eles se deitaram. Então deu-se o assalto de surpresa. A verdade sobre o que aconteceu é mantida propositadamente em segredo. Foram aprisionadas duas mulheres, cinco meninas e três rapazes”.¹⁰⁷

O autor que escreveu sobre a vida de Martin confirmou, mais explicitamente, que “embora não se tenha idéia de quantos índios exterminou, é fora de dúvida que foram numerosos”.¹⁰⁸ José Arthur Boiteux se referiu ao mesmo ataque citado acima, quando os capturados foram encaminhadas para o asilo de órfãos fundado pelas Irmãs da Divina Providência. O objetivo era que estas religiosas, do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis, as cuidassem. O escrito informa sobre o genocídio ocorrido no Estado de Santa Catarina. O número elevado de índios assassinados impressiona.

Tão desumanamente se portaram as tais turmas sinistras que fuzilaram, sem piedade, cento e quarenta e cinco botocudos, entre adultos e crianças. E, como troféu de uma campanha assassina, trouxeram para a capital dez inocentes que o governo fez entregar ao Asilo de Órfãos São Vicente de Paula. Estas míseras crianças, arrancadas aos carinhos dos seus, vieram quase todas a falecer.¹⁰⁹

Hugo Gensch também refletiu sobre a mortandade e argumentou contra a idéia corrente de que os índios Xokleng eram sanguinários. “Afirmo que, de fato, nestes cinqüenta e oito anos da existência de Blumenau, não foram massacrados nem quarenta pessoas pelos índios,

¹⁰⁵ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora da UNIVALI, 1997, p. 28.

¹⁰⁶ Sílvio Coelho dos Santos cedeu entrevista para um programa da televisão local, intitulado Vale das Tradições, onde os índios foram reconhecidos como donos das terras onde chegaram os imigrantes.

¹⁰⁷ ALDINGER, Paulo. Op. Cit., p. 34.

¹⁰⁸ ATHANÁZIO, Enéas. Op. Cit., p. 269.

¹⁰⁹ BOITEUX, José Arthur. *Notas para a História Catarinense*. Florianópolis, Tipografia da Livraria Moderna, 1914, p. 428. Apud BOPPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)*. Editora Lunardelli, Florianópolis, 1989, p. 75.

confrontando este número com várias centenas de peles-pardas”.¹¹⁰ Durante uma pesquisa, realizada com o intento de saber o número de índios e brancos mortos nos combates entre si, Gensch entrevistou um ex-integrante do grupo de “batedores do mato”. Nesta ocasião, soube de um massacre ocorrido no sul do Estado, no ano de 1890. Sem revelar nomes, contou que um diretor de colônia teve que se defender na justiça, junto com seus acompanhantes, das acusações de estupro de algumas mulheres e homicídio de aproximadamente o mesmo número de brancos mortos pelos índios em mais de meio século de colonização, ou seja, cerca de quarenta índios assassinados num único ataque.

Para finalizar este item um relato que, embora extenso, será citado praticamente na íntegra devido à sua importância. Otto Wille escreveu uma interessante narrativa sobre as lembranças da sua experiência na região do município de Blumenau, incluindo o dia em que conheceu Martin. Estas linhas se referem a alguns dos pontos abordados, como a relação dos bugreiros com a floresta; suas estratégias de ataque aos índios; a utilização de armas diversas e os sobreviventes capturados. Com a palavra o imigrante que chegou na colônia Hammônia no ano de 1906.

Certo dia chegaram aqui cerca de vinte figuras com aspecto selvagem, alguns usando peles de macacos nas cabeças, sob a liderança de dois homens, armados com Winchester. Era o caçador de bugres Martin e seu irmão, que a Cia. havia mandado buscar, para limpar a Hansa dos bugres. Ele era muito temido pelos bugres, já que jurava vingança, porque eles mataram seus pais e também seus irmãos. Agora perseguia os mesmos para destruí-los. *Mesmo que existisse uma lei do governo dizendo que nenhum índio deveria ser morto*, deixava-se que Martin agisse livremente, já que não havia força para proteger os colonos. (...) Os irmãos delicadamente recusaram o convite de jantar com Krause para juntar-se ao grupo com o qual vieram. Recusaram também as camas e pediram duas cadeiras reclináveis, como se usa em navios, levando-as para o rancho. Disseram que não era possível dormir num recinto fechado, pois estavam acostumados a pernoitar ao ar livre na floresta. (...) Martin sempre estava um bom trecho na frente dos mesmos, à procura de rastros. Ele encontrou um acampamento indígena, de onde já de longe ouvia-se a gritaria, pois estavam comemorando uma festa qualquer. Ele circundou o acampamento para conhecer o espaço entre um e outro rancho. Rastejou para mais perto a fim de verificar mais ou menos o número dos selvagens. Saiu depois silenciosamente para se reunir com seus homens. Ordenou que apagassem o fogo e não mais falassem alto. Contou-lhes o que observara. Às três horas da madrugada acordou seus homens e aproximou-se com eles do

¹¹⁰ GENSCH, Hugo. Op. Cit., p. 7.

acampamento dos selvagens que estavam profundamente adormecidos devido ao vinho de mel que haviam bebido. Martin mandou cercar o acampamento e deu então o sinal para o ataque. Com o facão caíram em cima dos índios, matando-os. Um dos caçadores, naquela confusão disparou um tiro que atingiu um dos homens de Martin. Alguns dos silvícolas escaparam e ainda restaram vivas algumas mulheres e crianças, que Martin levou consigo na marcha de volta e foram entregues à famílias de Blumenau.¹¹¹

OS ÍNDIOS COMO TEMA NO GABINETE: POLIFONIAS

Os discursos do governo provincial

A empresa citada no último excerto do item precedente é a Sociedade Colonizadora Hanseática, responsável pela colonização de parte do Vale do Itajaí. Além de deixar claro que esta companhia financiava os bugreiros, o autor indicou outra atitude advinda do governo. Nos trabalhos acadêmicos, a visão corrente sobre o governo provincial, e depois estadual, é a de que sempre foram cúmplices do genocídio dos índios no Estado de Santa Catarina. O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, no seu livro clássico sobre os Xokleng, afirmou que “aos governos provinciais não se pode defender pelo possível desconhecimento do que se passava. Ao contrário, o governo participava da maioria das atividades que se desenvolviam, como suporte financeiro ou como entidade capaz de oferecer o suporte moral da autorização oficial”.¹¹² Certamente, o desconhecimento era incabível diante de tão importante questão e, como demonstrado, o governo apoiou diversas vezes as expedições contra os índios. No entanto, o amparo financeiro ou moral aos bugreiros foi esporadicamente recusado devido a uma postura mais humanitária. Indo além da homogeneização dos discursos governamentais provinciais, aqui também serão interesse as vozes dissonantes do poder. Pretendo analisar algumas gestões que assumiram posição contrária às ações dos “caçadores de bugres” e seus patrocinadores, em especial o mandato de Alfredo d’Escragnolle Taunay. Antes disso,

¹¹¹ WILLE, Otto. Op. Cit., p. 182. Grifos meus.

¹¹² SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 84.

apresento as idéias mais comuns acerca dos índios habitantes das matas catarinenses.

A representação hegemônica era de que estes índios eram “selvagens ferozes”. Esta visão justificou a violência sobre esta etnia que era percebida como não catequizável/civilizável. A descrença na submissão dos índios através da catequese religiosa relegou esta missão ao fracasso. Em 1835, o presidente da província já afirmava que “quanto à catequese, conhecida como é a índole feroz das tribos indígenas que temos nesta província, pouco ou nenhuma esperança se pode nutrir de reduzi-los à civilização por meio delas”.¹¹³ Um outro governante reforçou, apenas quatro anos depois, a agressividade dos índios que impossibilitavam a catequese, e sugeriu o povoamento como a melhor maneira de lidar com os indesejados vizinhos. “O mais seguro meio de afugentar daqueles sertões o gentio indômito que o infesta é o de povoá-lo. (...) Nada se há feito sobre catequese, nem é de esperar que dela se colha algum fruto, atento a índole feroz dos indígenas com que vizinhamos”.¹¹⁴

No ano de 1840, o presidente da província registrou que “há um modo de ser perturbada a tranqüilidade pública, e é pelas invasões dos índios que cometem maldades, levando assim o seu ânimo antropófago. (...) Convém organizar um corpo de Força Provincial para linha de defesa contra os bugres”.¹¹⁵ O povo indígena Xokleng nunca manifestou qualquer atividade cultural antropofágica. Todavia, o olhar do governante alimentou um imaginário, ao se referir a um rito temido pelos brancos, que avultou a noção de periculosidade destes índios. Em 1842, Antero Ferreira de Brito autorizou uma expedição e, após o serviço feito, congratulou os que se dedicaram com “sofrimento a este árduo serviço. O seu resultado terá provado ao gentio que se vigia sobre ele, e que se sabe deparar com seus esconderijos e batê-lo, já que por meios de persuasão, e de brandura, pode dar-se como averiguado que não é possível domar a ferocidade dos da tribo com que vizinhamos”.¹¹⁶ No ano seguinte, o mesmo governante, animado com o desenvolvimento da população em volta do Rio Itajaí, relatou que “tem se aproveitado as férteis margens do majestoso Itajaí, que ainda há pouco só serviam de guarida ao incivilizável bugre. (...) só assim se afugentará de todo o

¹¹³ PIRES. Op. Cit., 1835.

¹¹⁴ PARDAL, João Carlos. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, em 1839.

¹¹⁵ ANDRADE. Op. Cit., Relatório de 1840.

¹¹⁶ BRITO. Op. Cit., 1842.

gentio indômito, que não perde ocasião de exercer contra nós sua ingênita ferocidade, ou se poderá aniquilá-lo”.¹¹⁷

A violência contra os índios estava na base do impulso do povoamento e do desenvolvimento da colonização, que serviria como forma de organização do espaço florestal e de controle dos seus habitantes. O presidente da província, tão cético em relação à “civilização” dos índios - e que inclusive sugeriu o seu extermínio no trecho acima - registrou esta possibilidade a longo prazo, mas somente quando o progresso estivesse instaurado. A solução da questão indígena seria alcançada através da modernização. A transformação dos índios viria quando a selva se tornasse morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde, permitiriam a subjugação dos “selvagens”. A vitória de determinada cultura ocasionaria a mudança dos índios ferozes em membros úteis de uma sociedade que nada se assemelha a sua. A seguir, as palavras de Brito.

As providências que se podem dar contra suas sanguinárias, e sempre imprevisas incursões, estão pois dadas. O remédio eficaz contra este flagelo só pode vir com o tempo, e quando esses desertos, onde bárbaros acham um asilo, ora impenetrável, forem cruzados de estradas, e subjugados pela cultura: então será talvez possível reduzi-los, catequizá-los, e torná-los de ferozes e implacáveis inimigos, membros úteis da sociedade.¹¹⁸

Conforme mencionado, a província de Santa Catarina teve apenas um presidente durante a década de cinquenta do século XIX. Durante o seu governo, João José Coutinho deu apoio irrestrito ao trabalho da Companhia de Pedestres. Sua visão acerca dos índios também girava em torno de noções como ferocidade e impossibilidade de civilização. Porém, surgem diferenças no relatório de 1857. Além da argumentação sobre o uso de força contra os índios, aparecem também, nesta declaração, os primeiros pensamentos acerca de um aldeamento, onde os índios permaneceriam em definitivo sem perturbar os colonos estrangeiros, e a possibilidade de “civilizar” crianças indígenas. Estas significativas afirmações expressam o seu pensamento geral sobre os índios, enquanto perigosos e incivilizáveis, mas trazem novas idéias talvez resultantes de um longo processo - dez anos de governo - de discussões e práticas para a complicada questão indígena na província.

¹¹⁷ BRITO, Antero Jozé Ferreira de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1843.

¹¹⁸ BRITO. Op. Cit., 1841.

Estes bárbaros, que não poupam mulheres nem crianças, que só cuidam em roubar-nos e atacar-nos por ciladas, não serão a meu ver catequizados por meios brandos. Empregar para com eles a brandura e o sofrimento é aumentar e acoroçar a barbaridade com grave prejuízo da civilização, é proteger o roubo contra o trabalho e a propriedade. Cada vez mais me convenço da conveniência, senão da necessidade da força, de os ir buscar às matas, e conduzi-los aos povoados ou a lugares onde não possam voltar a elas. Assim livraremos os nossos lavradores desses assassinos e tornaremos pelo menos os filhos desses bárbaros bons cidadãos.¹¹⁹

No ano de 1853, o mesmo presidente discorreu sobre o primeiro ataque dos índios em Blumenau, ocorrido dentro da residência do diretor e fundador da colônia. O relatório deixa clara a preocupação de Coutinho, e também de outros governantes, em relação a imigração. Segundo ele, esta estaria sendo prejudicada pelos índios que se revelaram verdadeiros obstáculos ao sucesso da colonização. O governante recomendou vigilância e, devido ao pouco contingente dos pedestres, dispôs verba para a abertura de picadas onde “percorrendo os pedestres todos os dias não só melhor protegeríamos os atuais lavradores, como convidaríamos a ali estabelecerem-se outros, que receosos dos ataques do gentio preferem ficar em estéreis e limitadíssimos terrenos.”¹²⁰ Dois anos antes, no seu segundo mandato, reclamou que a Companhia de Pedestres estava incompleta e alertou sobre a impossibilidade de “proteger os nossos lavradores das incursões dos gentios. Todos os anos temos lamentado o assassinato de agricultores por esses bárbaros”.¹²¹ Além do discurso da ferocidade dos índios, podemos perceber outra representação, divulgada nos relatórios, desta vez relacionada ao colono como profícuo trabalhador. Este discurso, por um lado, legitimava a importância do imigrante enquanto um agricultor que bons frutos trazia para o progresso do Brasil e, por outro, confirmava a inutilidade indígena para o desenvolvimento da região que estava sendo colonizada.

Em 1856, em correspondência ao presidente de província, um alemão informou indignado que foi “assassinado pelo gentio Francisco Júnior, moço muito trabalhador. Com o seu labor fariam-se progressos na cultura”.¹²² No mesmo ano, em outra carta, descreveu as maravilhas oferecidas pela região da colônia Blumenau e os índios como obstáculos para a sua

¹¹⁹ COUTINHO. Op. Cit., 1857. Citação retirada da parte do documento intitulada “defesa e segurança pública”.

¹²⁰ COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, em 1 de março de 1853.

¹²¹ COUTINHO. Op. Cit., Fala em 1851.

¹²² ETUR, Henrique. Op. Cit., 1856, folha 94.

prosperidade. Henrique Etur confirmou a presença de “terrenos incultos magníficos para a agricultura nos caminhos por onde o gentio tramita, o que fez os colonos suporem que o alojamento deles podia não estar dali distante e por isso desterraram deixando uma roça derrubada”.¹²³ Alguns anos depois, o governante registrou que dezesseis praças estavam em Blumenau para proteger os colonos dos ataques indígenas e enalteceu a colônia onde “muito é o que se há feito, cujo futuro será grandioso, à impulso do gênio empreendedor e infatigável do seu honrado diretor, o Doutor Hermann Blumenau, que dotado de superior inteligência, constância e fortaleza de ânimo provê simultaneamente acerca de todos os negócios coloniais”.¹²⁴

O exemplo a ser seguido estava nos ideais de personalidade ligados à racionalidade, enxergues no fundador da colônia. O elogio exacerbado ao imigrante alemão, e ao próprio diretor da colônia Blumenau, esteve e está presente em documentos de época e estudos sobre a História catarinense. O modelo aparece contrário às características atribuídas aos índios, vistos como inconstantes e irracionais. A necessidade latente, para as pessoas ligadas à colonização, era a transformação das terras virgens e o apagamento do passado “selvagem”. Apenas no início da colonização alemã na província catarinense, o presidente assegurou que os índios “sem serem provocados cometem com horrível ferocidade os nossos pacíficos lavradores”.¹²⁵ Não compreendendo a imigração como invasão de um território indígena, e percebendo os seus ataques apenas como resultados de um instinto nativo mau, o governante teceu elogios aos estrangeiros afirmando que “na colônia alemã temos prova de quanto eles são capazes”.¹²⁶ Durante o século XIX, estas expectativas geraram benesses do governo imperial e provincial através de investimentos financeiros destinados aos núcleos coloniais cujos habitantes eram de origem germânica.

As noções dos índios como ferozes, incivilizáveis e inúteis, e dos imigrantes enquanto pacíficos e civilizados trabalhadores que impulsionavam o país, aparecem com certa frequência nos escritos advindos do palácio do governo catarinense. Entretanto, houve visões, das autoridades imperiais, que foram além ao pensar a questão indígena. Em 1876, o

¹²³ Idem, folha 19.

¹²⁴ SOUZA. Op. Cit., Relatório de 1862.

¹²⁵ PIRES. Op. Cit., 1835.

¹²⁶ Idem.

presidente da província catarinense apresentou novamente os repetidos temas da periculosidade indígena, da preocupação com a imigração e seus laboriosos colonos e do elogio às colônias de “origem germânica que os melhores resultados oferecem pela natureza do seu caráter, índole e amor à ordem e ao trabalho”.¹²⁷ Todavia, apresentou um diferencial ao crer na “civilização” dos índios e, mais do que isso, insistir com o governo imperial para investimentos na catequese. Neste documento, e em tantos outros, civilização e catequese aparecem quase como sinônimos. Normalmente, a catequese aparece como um passo para a chegada à “civilização”. A partir do alcance desta, ficaria menos distante o objetivo final de tornar os índios trabalhadores. Abaixo, Melo Filho em suas próprias palavras.

Limito-me a deplorar que até o presente não tenha sido possível chamar ao grêmio da civilização esses infelizes silvícolas, que freqüentemente, iludindo a todas as cautelas e promovendo novos ataques, espalham pelos sertões o terror, ao mesmo tempo que impossibilitam o aproveitamento de uma grande parte dos terrenos, que infestam. Impressionado com esses desagradáveis e perniciosos sucessos, que tão grande abalos produzem no seio da população laboriosa, não tenho cessado de instar com o governo imperial para estabelecer nesta província a catequese dos nossos índios, único meio de abrandar-lhes a fereza dos instintos e torná-los homens pacíficos pela consciência dos deveres, e úteis ao país pela dedicação ao trabalho.¹²⁸

Neste mesmo ano, o chefe de polícia analisou que as medidas de força utilizadas contra os índios até então apenas os instigaram a realizar novos ataques. Hermínio Francisco do Espírito Santo incentivou o governante a investir na catequese, acreditando ser este o único meio de apaziguar a região, pois “modifica a brabeza do gentio, chamando-o à nossa civilização. (...) Lhe pertencera a glória de ter prestado o mais relevante serviço que se poderia fazer a esta província que já vai sendo desdenhada pela notícia que nela a vida do colono corre perigo nas mãos dos selvagens”.¹²⁹ Não foi encontrado nenhum registro de que este presidente tenha conseguido atingir as expectativas do chefe de polícia.

Por um lado, aparecem nos jornais blumenauenses e documentos enviados ao governo, durante o império, reclamações sobre a lentidão ou a falta de posição da administração

¹²⁷ MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Fala com que o presidente da província de Santa Catarina abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em primeiro de março de 1876. As duas citações seguintes foram retiradas do mesmo documento. O relatório do chefe de polícia foi encontrado em anexo.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ O relatório do chefe de polícia foi encontrado anexado ao de Mello Filho.

provincial em relação aos índios no Vale do Itajaí. Por outro lado, os relatórios e falas proferidas pelos presidentes da província, talvez até com o propósito de mostrar serviço, comumente propõem aberturas de picadas e asseguram verbas para os pedestres. Mas como visto, a maioria destas ações promovidas pelo governo foram infrutíferas. Como solução, diversas autoridades acabaram investindo em ações violentas e até mesmo explicitaram apoio discursivo ao extermínio dos índios. Após inúmeros discursos e práticas como estas, as posições de governantes como Antônio Pereira Pinto e Alfredo d'Escragnolle Taunay surpreendem ainda mais que a postura moderada de Mello Filho.

Apenas alguns meses antes da chegada dos primeiros alemães à região que receberia o nome de colônia Blumenau, Pinto registrou o pouco contingente da força pública em Santa Catarina. A Companhia de Pedestres, responsável pela proteção dos imigrantes, estava incompleta. No entanto, a preocupação deste governante não estava direcionada a este grupo, pois tinha uma outra proposta para a questão indígena. No subtítulo “diversos assuntos” do relatório anual, ele defendeu a polêmica catequese rechaçada por seus antecessores. No mesmo documento, solicitou ao ministro do império o envio de religiosos capuchinhos que colaborariam na criação de um aldeamento na província.

É minha opinião que enquanto não se tentarem os aldeamentos difícil será recusarem-se seus habitantes a esses ataques. Sou avesso a que se use de violência contra os Aborígenes, pois que me convenço que esse sistema tenderá a perpetuar reciprocamente os ódios; a persuasão porém os chamará para os gozos da sociedade, e a sua entrada nesta é de grande lucro.¹³⁰

As posições a favor da catequese e contra a violência empregada contra os índios foram apoiadas quase trinta anos depois, de forma ainda mais contundente, por Taunay. Em 1877, o sucessor de Mello Filho apoiou uma política mais humanitária e criticou a postura hostil dos alemães em relação aos índios. John Monteiro, analisando as posições deste governante, coloca que algumas autoridades imperiais “mostraram uma preocupação constante com o descompasso entre o objetivo civilizatório da política indigenista e as práticas nada civilizadas da sua implantação nos sertões do país”.¹³¹ Diante de um pedido, do diretor da colônia Hermann Blumenau, Taunay negou veementemente “autorização para proceder uma

¹³⁰ PINTO, Antonio Pereira. Relatório com o qual entregou, no palácio do governo de Santa Catarina, a presidência da província ao Dr. Severo Amorim do Valle, em 30/11/1849.

¹³¹ MONTEIRO, John Manuel. Op. Cit., 2001, p. 154.

expedição que batesse em regra os matos, e fosse às malocas dos índios afugentá-los de uma vez”.¹³² Este governante se posicionou radicalmente contra os homens que adentravam na mata, para promover ataques aos índios, pois tais medidas “trazem como consequência inevitável derramamento de sangue de infelizes, que a lei brasileira considera como tutelados da Nação”.

Pela primeira vez uma autoridade enfrentou, de forma tão contundente, o genocídio que estava sendo promovido nas terras do Vale do Itajaí. Alguns presidentes da província apoiaram a catequese, mas não chegaram a denunciar de forma tão explícita as expedições que, nas palavras de Taunay, iam “às malocas dos silvícolas para exterminá-los, como se faz com as panelas das formigas saúvas”. Além de fazer a crítica ao genocídio, Taunay a estendeu às justificativas dadas para tais ações. Este governante confrontou a visão corrente da necessidade das expedições punitivas em razão da índole naturalmente má dos índios, que eram obstáculos ao progresso nesta luta necessária do civilizado imigrante contra o atrasado selvagem. Taunay questionou inclusive a noção de civilização, dando um novo olhar às atitudes dos bugreiros que não o da necessidade, como colocavam os seus apoiadores. Os ataques contra os índios, para ele, eram indignos por “parecer que tais expedições tomam sempre um caráter de sanguinolenta represália, não condigno com o nosso espírito de civilização”.

Taunay também se preocupou com as suas posições enquanto autoridade imperial. Em resposta à carta enviada ao diretor da colônia Blumenau, ele registrou um novo argumento para a decisão de não patrocinar expedições. Ele assumiu a postura de que os governantes, ao investir nos bugreiros, tem plena responsabilidade do que acontece na mata. De acordo com ele, há casos em que é impossível limitar previamente as ações coercitivas. Portanto, afirmou categoricamente: “não posso consentir na expedição ao encalço dos bugres. (...) se a expedição projetada matasse umas dezenas de índios, não caberia a responsabilidade de semelhante carnificina aos homens que a teriam feito, mas sim às autoridades que haviam consentido em tão desastradas explorações”.

¹³² TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. Relatório com que ao 1º vice-presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, Taunay passou a administração da província de Santa Catarina em 2/1/1877. Todas as citações de Taunay que seguem foram retiradas deste manuscrito.

Além de rechaçar as práticas violentas contra os índios, Taunay aprofundou sua retórica em apoio à catequese. Este governante acreditava na possibilidade de uma ação missionária. Embora estejam resistindo aos gastos com os serviços dos religiosos na colônia Blumenau, este “é indispensável para a tranqüilidade e estabilidade dos imigrantes. Os acho preferíveis a autorizar medidas que trariam derramamento de sangue”. Na correspondência enviada a Hermann Blumenau, ele afirmou que nunca foi verdadeiramente aplicado na província “o poderoso meio da catequese”, comprovando assim que seria uma significativa mudança

chamar os poucos os índios selvagens ao grêmio da sociedade e da civilização. (...) Peço ao ministro do império meios para a catequese. Se mulatos e malfetores penetram até os centros, em que vivem, com mais razão penetrarão missionários, possuídos do ardor em arrancar tantos desgraçados da miséria moral e material, que lhes tocou por sorte.

Taunay também refletiu sobre os motivos indígenas para a realização de ataques contra os colonos. Este governante os percebeu como uma vingança às ações brancas ou “por se verem expelidos das regiões que, pela abundância de caça, como no Itapocú, lhes proporcionavam cômoda existência”. O seu sucessor reiterou a visão pró-catequese e também pensou sobre este tópico absolutamente ignorado pelas autoridades, desta vez centrando a argumentação na questão da terra pertencente aos índios. Araújo escreveu que, enquanto a catequese não for implantada, a luta entre índios e imigrantes continuará e “é provável que esses combates individuais se revistam de um caráter mais grave quando o espaço ocupado pelas hordas selvagens for diminuindo pela conquista dos sertões do interior, conquista que se vai fazendo de um modo regular e progressivo”.¹³³

Com o passar dos anos, o desenvolvimento da colonização realmente tornou mais complicada a questão do território. “A dependência total da caça e da coleta obrigava os Xokleng dominar um enorme território”.¹³⁴ No início, eles foram alterando suas rotas migratórias e se dirigiram cada vez mais para as terras onde o rio Itajaí nascia, isto é, para o oeste. Depois de décadas de colonização, “não havia mais para onde fugir, pois os indígenas

¹³³ ARAÚJO, José Bento de. Fala com que o presidente da província abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 6 de março de 1877.

¹³⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 33.

estavam cercados”.¹³⁵ Os dois governantes refletiram sobre, pelo menos, três dos motivos indígenas em suas investidas contra os brancos. Certamente, a vingança, a diminuição da terra e a falta de alimentos eram as razões principais para os ataques aos imigrantes europeus, assim como a pouco apontada busca pelo ferro analisada no primeiro item deste capítulo.

Em 1880, o presidente da província acreditou que se ao invés dos índios serem hostilizados, o que os faz acreditar que tem “inimigos, estabelecer-se um aldeamento destinado a inspirar-lhe outras idéias e instruí-lo das vantagens da vida social, ganhará o trabalho esses braços que se perdem no seio das florestas, e não mais serão os viajantes vítimas”.¹³⁶ Logo depois, a visão da má índole/ferocidade indígena ressurgiu com mais força e impôs uma ruptura em relação às visões crentes na catequese. O próximo governante voltou, inclusive, a contratar os “conhecedores do mato”. Chaves assegurou que “tão indóceis são esses infelizes que não tem idéia do bem, do mal, que de pouco proveito será a catequese para civilizá-los. (...) Tomei, para toda parte as preventivas do costume, autorizando despesas com batedores de mato que afugentem os selvagens”.¹³⁷ Em 1884, o chefe de polícia informou ao presidente de província que os índios “saquearam habitações, flecharam animais e puseram em prática outras barbaridades que sugere os seus maus instintos”.¹³⁸

Ultrapassando o final do império, alguns governantes mantiveram a contratação de homens para adentrar o mato e atacar os índios. A discussão sobre a catequese/civilização ficou restrita a alguns gabinetes das autoridades imperiais. No sexto ano do século XX, anos depois destes discursos pró-catequese e época na qual a questão indígena se achava em outro patamar, o político que estava assumindo a função provisória de governador sintetizou o desenvolvimento do contato e argumentou descrente: “não sou daqueles que tem a utopia da facilidade da catequese. Longe vão os tempos em que esta era possível e fácil, porquanto, ao sentimento de curiosidade que no espírito dos silvícolas despertaram os primeiros civilizados, sucedeu o ódio mortal”.¹³⁹

¹³⁵ Idem, p. 66.

¹³⁶ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. Fala com que o presidente da província abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 2 de janeiro de 1880.

¹³⁷ CHAVES. Op. Cit., Fala de 1881.

¹³⁸ ROZA, Francisco Luiz da Gama. Fala com que o presidente da província abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 5 de fevereiro de 1884.

¹³⁹ SILVA E OLIVEIRA, Antônio Pereira da. Mensagem apresentada pelo presidente do congresso representativo, no exercício das funções de governador do Estado, ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, em 18 de setembro de 1906.

Alfredo d'Escragnolle Taunay pode ser entendido como um símbolo, dentro do palácio do governo, da luta contra a violência aos índios em Santa Catarina. É importante indagar as razões pelas quais este político apresentou idéias novas em uma época e local onde os discursos e as ações eram inversos. Obviamente, não podemos entendê-lo apenas como um homem cujo brilhantismo permitiu idéias tão transformadoras. Taunay, pertencente ao seu tempo, passou por experiências significativas que, como veremos, foram fundamentais para a sua formação enquanto militar, escritor e político. Nascido no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843, era filho de Félix Emílio de Taunay, um dos preceptores de D. Pedro II. Do barão e da baronesa recebeu educação aristocrática, despertando o gosto pelas artes. Com apenas vinte e dois anos, incorporou-se ao corpo de exército. Em plena Guerra do Paraguai, partiu para o sul da província de Mato Grosso.¹⁴⁰ Na fronteira com o Paraguai, Taunay passou um tempo num local chamado Morros, no qual entrou em contato com populações indígenas.¹⁴¹ Diante delas, demonstrou fascínio e curiosidade. No livro “Memórias”, escrito no final da vida e publicado cinquenta anos após a morte, Taunay relembra experiências no espaço que repetidamente chamava de sertão.

Os Morros! Que época alegre e despreocupada da minha vida! Que período de existência original e divertido! Muitos meses lá passei naquele planalto umbroso da serra de Maracaju, de março a julho, em situação só comparável com a dos primeiros exploradores de regiões desconhecidas no meio de populações selvagens, mas de trato simpático e meigo. Também as recordações amáveis e sorridentes me salteiam numerosas e cheias de encanto. (...) Sentia-me deveras feliz no seio daquela esplêndida natureza, debaixo daquelas gigantescas árvores ou à beira de puríssimas águas correntes e na íntima convivência dos muitos índios terena, quinquinaus, laianas e guanás que nos cercavam. Achava imenso prazer em com eles estar,

¹⁴⁰ O avô de Taunay, Nicolau Antônio, foi um importante pintor. O seu pai também pintava. O jovem Taunay, por sua vez, não descuidava dos chamados talentos de salão, como dançar e tocar piano. De acordo com a introdução escrita por Sérgio Medeiros, que traduziu do idioma francês e organizou o livro, Taunay era um homem bastante vaidoso. TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. *A Retirada de Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12. Nesta obra, Taunay relatou muitos dos horrores da guerra vividos pelos soldados brasileiros na ação que ficou conhecida como “a retirada de Laguna”, quando os militares não encontraram outro jeito a não ser deixar o local. A falta de mantimentos e munição, as doenças e a arriscada empreitada resultou numa baixa de mil homens dos 1.680 que adentraram em território paraguaio.

¹⁴¹ Taunay classificou este lugar como híbrido, pois foi para onde índios e brancos fugiram dos paraguaios durante a guerra e acabaram convivendo durante meses.

em buscar aprender-lhes a língua doce, cheia de vogais, rudimentar nas combinações, a merecer-lhes elogios e estima.¹⁴²

O que mais instigava o jovem, ao invés da carreira militar, eram os projetos científicos. O seu tino de observador foi, aos poucos, sendo estimulado. As línguas indígenas se tornaram seu maior interesse. Em seu livro intitulado “Entre os nossos índios”, Taunay revelou: “sempre que me achei em zonas habitadas por índios, procurei sobre eles colher todos os dados possíveis, organizando com escrupulosa cautela e a maior consciência vocabulários mais ou menos completos e cujo valor, quanto à verdade sônica, tinha como dever severo, e nunca preterido, verificar muitas e muitas vezes”.¹⁴³ Esta atenção resultou em algumas críticas aos autores que se arriscaram nesta empreitada, em especial von Martius no “Glossaria linguarum brasiliensium”. Segundo Taunay, esta obra peca pela fonte duvidosa e disparidade na escrita das palavras indígenas. Os outros viajantes, de nacionalidades muito diversas, devido a falta de sinais gráficos para definir expressões guturais, acabaram criando uma confusão na pronúncia, pois cada um traduziu os vocábulos conforme a sua linguagem. Além disso, havia a dificuldade diante da relutância indígena para responder longos questionários. O resultado das suas pesquisas linguísticas foram dicionários contendo centenas de vocábulos e frases. Entre os Kaingang de Guarapuava, por exemplo, registrou 604 palavras enquanto exercia a função de presidente da província do Paraná entre setembro de 1885 e maio de 1886.¹⁴⁴

O que pretendo enfatizar é que Taunay foi um atento observador. Antes da chegada em Guarapuava, por exemplo, ele sabia que os índios de lá se chamavam coroados. De início, estranhou. Os índios nada se assemelhavam aos de Mato Grosso, que conheceu durante a Guerra do Paraguai e também eram chamados assim. Após longas conversas com os índios, percebeu que a denominação geral entre eles era Kaingang e que, inclusive, tinham um certo desgosto em relação ao termo coroados. Taunay informou e questionou os moradores mais antigos da região, mas as pessoas que tinham relações mais seguidas com aqueles índios

¹⁴² TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo, Progresso, 1948, p. 296.

¹⁴³ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Entre os nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*. Editora Melhoramentos, São Paulo, 1931, p. 81.

¹⁴⁴ Conforme Taunay, entre os Guaná ele havia feito um dicionário com aproximadamente dois mil vocábulos. Infelizmente, o perdeu quase por completo devido ao incêndio e saque realizados pelos paraguaios quando estava em Nioac, em 2 de junho de 1867.

ignoravam a auto-denominação¹⁴⁵ Outras vezes ele demonstrou a preocupação em obter informações dos próprios índios e atentar para as diferenças entre as etnias. No início do livro que relata sua convivência com índios, Taunay elaborou uma classificação minuciosa sobre as populações indígenas de Mato Grosso. Ele afirmou que os índios se dividiam em dois importantes grupos, os Guaycurú e os Chané. Taunay reiterou as diferenças entre eles e ainda registrou diversas informações sobre cada um dos sub-grupos Chané, que incluíam os Terena, os Laiana, os Kinikináu e os Guaná.

O visconde de Taunay também se enveredou pela literatura.¹⁴⁶ Num conto chamado “Irecê a Guaná”, o escritor apresentou muitas das suas observações de campo. Entretanto, agora sem as amarras científicas, pôde criar com mais liberdade histórias e personagens sobre o sertão brasileiro. O espaço escolhido é o mesmo em que esteve durante a Guerra do Paraguai, o distrito de Miranda, no Estado do Mato Grosso. O personagem masculino principal, Alberto Monteiro, apresenta algumas características de Taunay, como o espírito aventureiro, a vontade de viver entre os índios e um certo interesse etnológico. Numa trama tipicamente romântica, ele descreveu o amor entre um europeu e uma bela índia. Alberto, impedido de seguir viagem floresta adentro devido a uma febre alta, foi levado para a aldeia mais próxima e tratado pelo respeitado idoso Kinikinau, Morevi, cuja neta era Irecê. Ficou explícita a admiração do jovem viajante ao conhecê-la, que presenteou a moça com um colar de contas de ouro. Logo, deu-se o casamento. Com o passar das semanas, o aventureiro dava sinais de saudades da cidade e a índia parecia cada vez mais apaixonada. Como vários dos romances que exploram o mesmo tema, a história de amor teve um final trágico. Alberto, por dever e querer, retornou ao Rio de Janeiro. A bela índia, inconformada, morreu de amor.

Taunay chegou a revelar que este conto representa, de certa forma, uma resposta ao autor de Iracema, talvez a maior obra do indianismo romântico brasileiro. De acordo com Antônio Cândido, “comparando-se com Alencar, não o desmerece, mas pondera que ‘não

¹⁴⁵ Informações retiradas do livro citado, *Entre os nossos índios*, do capítulo sobre os índios do Paraná, pp. 81-132. Taunay informou no capítulo sobre o Mato Grosso, que na região de Miranda todos os índios Chanés eram conhecidos por Guanás. Certa vez, achou por bem obter informações dos próprios índios que pretendia estudar e perguntou a um índio Terena se era Guaná e ouviu a seguinte resposta: Acó chooronó chané cuané téreno enómone (Guaná não, Chané ou Terena de verdade), p. 47.

¹⁴⁶ O romance mais conhecido, de autoria de Taunay, é intitulado “Inocência” (1872). O conto “Irecê a Guaná”, que será comentado a seguir, foi escrito em 1874, três anos antes de Taunay se tornar presidente da província de Santa Catarina.

conhecia absolutamente a natureza brasileira que tanto queria reproduzir nem dela estava imbuído. Não lhe sentia a possança e verdade. Descrevia-a do fundo do seu gabinete, lembrando-se muito mais do que lera do que daquilo que vira com os próprios olhos”¹⁴⁷. Lúcia Sá chama atenção para os títulos dos romances. Enquanto *Iracema* é um termo inventado com o intento de parecer palavra Tupi, *Irecê* significa estrela no idioma Guaná. Taunay se orgulhava de, ao contrário de Alencar, ter conhecido e estudado sobre os índios que escreveu.¹⁴⁸ A vivência do jovem no sertão é justamente o que singulariza Taunay, alguns anos depois, como autoridade imperial no gabinete da presidência da província catarinense. Dentre os burocratas que pouco ou nada sabiam sobre o interior do país, o viajante Taunay era uma exceção.

Após a análise dos discursos do governante Taunay, a idéia é salientar que as suas experiências de vida o levaram a ser uma das únicas autoridades a argumentar duramente contra o extermínio de índios que ocorria na província catarinense. É significativa a convivência de Taunay com os índios, durante a Guerra do Paraguai, nas suas decisões como presidente. Como visto, a proposta de Taunay era investir em aldeamentos para “civilizar” os índios. No trabalho científico, e no conto literário, Taunay revelou algumas das posições que defendeu em Santa Catarina. Protestando contra a inutilidade que forçosamente adquirem muitas das pesquisas lingüísticas, afirmou indignado: “como sempre acontece entre nós, esta aptidão e estudos em nada foram ainda aproveitados, quando deveriam, já há muito, ter sido aplicados ao chamamento dos índios ao seio da civilização brasileira”.¹⁴⁹ No romance, por sua vez, fez questão de narrar as mudanças de comportamento de *Irecê* devido ao relacionamento com o “civilizado” Alberto Monteiro.

Assim logo desterrou do rosto e braços as pinturas que costumava traçar com urucum e jenipapo; deixou de cuspinhar, como fazem a cada momento os índios e de comer rápida e vorazmente, empenhando-se enfim por merecer aplauso pelo abandono pronto deste ou daquele hábito menos conforme com o modo de viver civilizado. Além disso, apenas foi avisada por Alberto,

¹⁴⁷ CANDIDO, Antônio. “A sensibilidade e o bom senso de Taunay”. In: TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Irecê a Guaná* (versão comentada organizada por Sérgio Medeiros). São Paulo: Editora Iluminuras, 2000, p. 99. Frase de Taunay extraída por Cândido do livro *Memórias*, p. 229.

¹⁴⁸ Informações retiradas do seguinte artigo: SÁ, Lúcia. “Índia romântica, brancos realistas”. In: TAUNAY. Op. Cit., 2000, p. 133.

¹⁴⁹ TAUNAY. Op. Cit., 1931, p. 84.

ocultou com modéstia os seios, trazendo sempre diante do peito um lenço preso à cintura por duas pontas e atado por duas outras ao pescoço.¹⁵⁰

O conto “Irecê a Guaná”, escrito apenas três anos antes de entrar na política catarinense, traz muitas das vivências do jovem militar presentes na lembrança da autoridade. Na sua última obra, Taunay revelou ainda mais experiências entre os índios. A mais significativa delas foi a relação com uma índia chamada Antônia, pela qual se apaixonou. Como o personagem que imortalizou no conto, Taunay viveu uma forte paixão nas matas brasileiras. Para finalizar o item, seguem as recordações do homem que amou assim como seu personagem. Algumas características em comum também podem ser encontradas entre a personagem Irecê e a mulher Antônia, principalmente no que diz respeito às características físicas e personalidade. Na obra científica, ao escrever sobre os Guaná, Taunay apenas informou sobre uma índia, chamada Antônia, que por “ser verdadeiro tipo de beleza, pela venustade do rosto, delicado da epiderme e elegância do corpo, tinha suma graciosidade e donaire”.¹⁵¹ Já nas “Memórias”, Taunay se permitiu recordar e assumir para a posteridade o seu próprio romance com uma índia.

A bela Antônia apegou-se logo a mim e ainda mais eu a ela me apeguei. Em tudo lhe achava graça, especialmente no modo ingênuo de dizer as coisas e na elegância inata dos gestos e movimentos. Embelezei-me de todo por esta amável rapariga e sem resistência me entreguei ao sentimento demasiado forte que em mim nasceu. Passei, pois, ao seu lado, dias descuidosos e bem felizes, desejando de coração que muito tempo decorresse antes que me visse constrangido a voltar às agitações do mundo, de que me achava tão separado e alheio. Pensando por vezes e sempre com sinceras saudades daquela época, quer parecer-me que essa ingênua índia foi das mulheres a quem mais amei.¹⁵²

¹⁵⁰ TAUNAY. Op. Cit., 2000, p. 35.

¹⁵¹ TAUNAY. Op. Cit., 1931, p. 19.

¹⁵² TAUNAY. Op. Cit., 1948, p. 292.

Até aqui, foi visto o combate quase individual entre colonos alemães e índios Xokleng, as ações genocidas realizadas pelos bugreiros e os financiamentos e posturas discursivas dos governantes sobre a questão indígena na província catarinense. Após as primeiras décadas de colonização, a “guerra” na mata não havia cessado. Pelo contrário, intensificava-se. O desenvolvimento da colonização tornava cada vez mais grave o embate entre as duas culturas. Enquanto os bugreiros continuavam as expedições para possibilitar o surgimento e desenvolvimento de núcleos coloniais, o povo indígena Xokleng sofria cada vez mais com a redução seu território. O recorte temporal, neste último item do primeiro capítulo, passa a ser o conturbado início do século XX.

Havia um consenso nas visões dos blumenauenses, dos agentes colonizadores e do governo catarinense em relação à presença dos índios, julgada incômoda porque prejudicial ao desenvolvimento da região. Os Xokleng, percebidos como “perigosos selvagens”, eram encarados como empecilhos à colonização. Como registrou Santos, “para a maioria da população civilizada o índio era apenas um obstáculo ao progresso e à segurança. Nesse quadro, o índio começou a aparecer como responsável por quase tudo o que ocorria de mal nas colônias. (...) Se os colonos viviam insatisfeitos e a colônia não progredia, os culpados eram os indígenas”.¹⁵³ Era preciso, portanto, combatê-los. Para que o progresso fosse o vencedor da história, era fundamental resolver o chamado “problema dos bugres”. Houve, nesta época, pelo menos duas propostas blumenauenses que legitimaram práticas transformadoras da realidade do povo Xokleng: o extermínio e a adoção de crianças indígenas.

O acirramento da violência contra os índios avivou o debate em Blumenau que, como toda polêmica, teve o personagem principal de cada causa. Os dois eram imigrantes, naturais da Alemanha, que na última década do século XIX deixaram a Europa para viver no sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina. Por um lado estava Hugo Gensch, que propôs a adoção e delatou a violência praticada contra seres humanos, a qual, para sua consternação, manifestava-se constante e praticamente aceita pela população da cidade. Por outro lado, o ferrenho defensor dos imigrantes de nacionalidade alemã e do progresso a qualquer custo,

¹⁵³ SANTOS, Sílvia Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 98.

editor do importante jornal *Der Urwaldsbote*, Eugen Fouquet. Mas antes das divergências, vejamos algumas concordâncias blumenauenses.

Os relatórios dos presidentes da província catarinense representam o índio como perigoso/feroz e incivilizável. Vimos também exceções, ignoradas até então pela historiografia, representadas de forma mais veemente por Taunay. Aquela, porém, foi a visão hegemônica, legitimadora das práticas de violência. Neste item, mudam os produtores dos documentos. Entram em cena as autoridades do Vale do Itajaí, mais próximas do conflito. Nestas fontes, aparecem também indícios daqueles olhares governamentais, mas um outro modo classificatório surge. O discurso modifica no sentido em que não se trata mais de elogiar “o outro” (imigrante) e desqualificar também “o outro” (índio). Parafrazeando Hartog¹⁵⁴, o mundo que se conta passa a ser o mesmo em que se conta. Os próprios novos moradores do vale descrevem os índios, antigos habitantes, a partir de si mesmo.

No limiar do século passado, os imigrantes alemães e os seus descendentes utilizavam frequentemente o termo “bugre” para denominar os Xokleng. Enquanto os índios eram vistos como moradores da “urwald” (selva), ou seja, “os selvagens/incivis”, as pessoas de origem germânica se autodenominavam “os portadores da cultura/civilizados”. Os diferentes grupos indígenas não eram reconhecidos pela sua etnia, mas pela generalização que apaga o sujeito índio enquanto pertencente a culturas distintas. O “outro” é reconhecido apenas em oposição a quem constrói o argumento. As representações dicotômicas, que desqualificam uma das partes, estão consideravelmente presentes nas fontes pesquisadas. Segundo Alves,

se no período a categorização dos grupos ainda estava limitada pelo desenvolvimento da Antropologia, com estudos sobre a diversidade de culturas, o uso freqüente de termos que generalizavam os grupos não parecem indicar seu uso somente por desconhecimento, embora os jornais usassem constante o termo “bugre” como título de artigos, mas por uma escolha indicativa de que, mesmo sendo Botocudo ou Coroadado, eles sempre podiam ser identificados como bugres, numa representação de ordem inferior.¹⁵⁵

¹⁵⁴ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

¹⁵⁵ ALVES, Rosilene M. *Se mostram de novo os bugres: abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. p. 10.

A inferiorização indígena também girava em torno da noção de progresso. O nativo era visto como um obstáculo a ser transposto para que os projetos de modernização fossem implementados tranqüilamente na região do Vale do Itajaí. A instauração da modernidade forçava a transformação da floresta em um local urbanizado. A partir de uma noção de superioridade, que classifica outro modo de vida conforme o seu, o índio era empecilho ao sonho da modernidade. Os índios eram percebidos enquanto o inverso negativo de quem elabora a retórica da alteridade: civilizado/selvagem, trabalhador sedentário/nômade vadio, moderno/atrasado.

A partir das últimas décadas do século XIX, os anseios da população blumenauense começaram a se concretizar através de alguns projetos de modernização instaurados no município. Antes de entrar nas especificidades do debate local sobre os índios, é importante um sobrevôo pelas mudanças que alteravam o cenário blumenauense e, conseqüentemente, o seu cotidiano. A demonstração desta conjuntura é fundamental, pois os temas e as práticas relacionadas à questão indígena estavam pautadas na dicotomia civilizado *versus* selvagem e numa extensão desta: o progresso impulsionado pelos imigrantes alemães e seus descendentes em oposição ao atraso representado pela mata virgem e seus moradores. O indígena, que havia se tornado o inimigo potencial do seu autodenominado contrário, representava o avesso do processo da modernidade que se instaurava no Vale do Itajaí.

Após a chegada na região, os alemães iniciaram a construção de suas moradias e a preparação da terra para cultivo e criação de animais. Através da agricultura, os recém-chegados tiravam seu sustento. Durante o árduo trabalho, a motivação era trabalhar para conquistar um futuro glorioso, onde todo o suor dispensado na mata verde culminaria em uma bela cidade desenvolvida. O sonho do moderno foi lapidado durante décadas e parece ter se estabelecido lugar-comum na virada do século. A remodelação da floresta passou a ser objetivo das pessoas que discursavam apologeticamente sobre os bons rumos do progresso e, conseqüentemente, alteravam a paisagem local. O jornal *Der Urwaldsbote*, em dois de março de 1912, divulgou comentários sobre as necessárias modificações para o desenvolvimento do município:

Se querem que a cidade se desenvolva como uma verdadeira cidade, é preciso quebrar com os tradicionais costumes florestais. (...) Quando se chega a cidade em si, logo verifica-se a construção arbitrária pelos terrenos. Ele não

terá a impressão de uma cidade, mas sim a de uma grande aldeia, onde todos constróem suas casas onde bem querem. Mas, se ele olhar bem, também vai observar que Blumenau está crescendo e faz a tentativa de sair de seu aspecto de floresta virgem, para ganhar um aspecto de cidade.¹⁵⁶

Novamente o índio aparece como o símbolo do anti-desejo. A aldeia em oposição à iminente cidade e seus moradores percebidos como desordenados, descritos a partir da perspectiva de organização do escritor, para quem outra lógica espacial de moradia era incompreensível. Contudo, a questão indígena não se limitou ao discurso da inversão na retórica da alteridade. A paulatina chegada da modernidade forçou ainda mais a resolução prática e definitiva dos problemas que, segundo os blumenauenses, eram causados pelos “bugres”. O ambiente eufórico do processo transformador produziu cada vez mais alterações no município de Blumenau e gerou expectativas sobre o que fazer com os possíveis entraves à modernidade. Posteriormente, serão apresentados os debates blumenauenses acerca dos índios; antes, a ênfase recairá sobre os projetos de modernização no Vale do Itajaí.

Enquanto o povo indígena Xokleng buscava alternativas de sobrevivência num reduzido espaço, os imigrantes alemães e seus descendentes prosseguiram orgulhosos na construção de uma Blumenau moderna. O aclamado progresso se manifestava de diversas formas, como na instalação da luz elétrica, nas inúmeras fábricas e através do grandioso projeto da Estrada de Ferro Santa Catarina. O espaço urbano estava se constituindo¹⁵⁷ e, conseqüentemente, se criavam novas relações sociais e culturais. Em 1909, foi construída uma usina hidrelétrica em Gaspar Alto que possibilitou a introdução da energia elétrica em Blumenau. Em 1915, a Força e Luz de Santa Catarina beneficiou outras localidades do Vale do Itajaí. Para tantas novidades, era necessário alguns informes. A empresa de eletricidade publicou no jornal um aviso sobre os perigos da transmissão da corrente elétrica. Era preciso

¹⁵⁶ “Sobre o desenvolvimento de nossa cidade no começo do século”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 35 (11/12), 1994, p. 359.

¹⁵⁷ Conforme José Deeke, o município de Blumenau abrangia uma área de aproximadamente 10 mil km² no início do século XX. O censo de 1907 informa que aproximadamente 60 mil pessoas viviam na região que abarcava as seguintes localidades: Gaspar, Indaial, Encruzilhada (atual município de Rio dos Cedros), Hammônia (atual município de Ibirama), Bella Aliança (atual município de Rio do Sul), Rodeio e Ascurra. No referido período, a localidade de Blumenau era a sede administrativa do município e nela residiam aproximadamente 4 mil pessoas.

trazer e fixar alguns conhecimentos, relacionados as novas tecnológicas, para que o novo fosse compreendido pela população em geral.¹⁵⁸

A eletricidade gerou significativas modificações no centro da cidade de Blumenau. As principais ruas da localidade passaram a ser iluminadas. No âmbito doméstico, práticas como buscar água no poço ou no rio não eram mais necessárias, pois a instalação de bombas elétricas realizava a sucção da água dispensando o uso da força física.¹⁵⁹ Estas alterações possibilitaram também o início de outras atividades, como estender os passeios e as leituras até mais tarde. A presença da energia elétrica possibilitou inclusive que indústrias fossem instaladas em regiões mais afastadas de rios, dispensando a energia hidráulica na produção industrial. Nesta conjuntura de construção da cidade, a fábrica se tornou o ilustre personagem que até hoje é orgulho da população blumenauense. De acordo com Siebert¹⁶⁰, o crescimento industrial aumentou significativamente o grau de urbanização de Blumenau. Para a autora, a malharia Hering e as tecelagens Garcia e Karten, junto com a frente de colonização para o oeste capitaneada pela Sociedade Colonizadora Hanseática, contribuíram de maneira significativa para que o espaço da localidade se configurasse como urbano.

O contexto desenvolvimentista regional confluiu com o nacional republicano, quando emergem uma série de práticas, direcionadas às capitais e calçadas no lema “ordem e progresso”, com o fito de remodelar as cidades e seus habitantes.¹⁶¹ Na tentativa de “matar” o passado brasileiro, colonial e imperial, surgiram projetos de higienização dos espaços que transformariam o país conforme modelos europeus. Nesta conjuntura, entram em cena os estrangeiros em busca de um futuro melhor no Brasil. Antes mesmo da mudança do regime, as elites passaram a veicular um discurso de valorização do imigrante europeu branco, laborioso

¹⁵⁸ Segue o anúncio: “previne-se mais uma vez que os fios desta linha estão sempre carregados com corrente elétrica de alta tensão e que a comunicação com estes fios mesmo indiretamente - por meio de chicotes, varas - pode produzir morte imediata”. *Jornal Der Urwaldsbote*. Blumenau, 03/09/1911.

¹⁵⁹ Para maiores informações sobre transformações no saneamento de Blumenau ver FROTSCHER, Méri. *Olhares sobre o saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

¹⁶⁰ Sobre processo de formação da cidade de Blumenau em seus aspectos sociais, espaciais e econômicos ver SIEBERT, Cláudia. “A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938)”. In: THEIS, Ivo et alli. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

¹⁶¹ Sobre a modernização do país ver SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. Sobre os cortiços, habitados principalmente por afrodescendentes, e sua demolição na capital nacional ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

e disciplinado. O propósito de branqueamento da população e implementação do trabalho livre seria alcançado através dessas pessoas ideais. No sul do país, estes construíram espaços que, “sob uma perspectiva capitalista, ‘deram certo’. Esta visão transformou o imigrante, em especial o alemão, no desbravador-empREENDEDOR. Os demais grupos são percebidos como personagens coadjuvantes ou então invisibilizados”.¹⁶² O principal sujeito considerado empecilho ao desenvolvimento da capital republicana era o afrodescendente. No Estado de Santa Catarina, representado pela imigração europeia, os indesejados eram sobretudo os índios.

A modernização se instalava através de inúmeros projetos em diferentes espaços. Obviamente, nos reportamos a realidades extremamente distintas: as principais cidades brasileiras sofrendo remodelações e o Vale do Itajaí no início do desenvolvimento urbanístico. A antropóloga Giralda Seyferth aponta algumas diferenças cabais, inclusive na política imigratória destas regiões. Ao contrário do sudeste, onde a mão-de-obra imigrante foi fundamental nas grandes propriedades produtoras de café a partir do fim do tráfico de escravos, a colonização do sul do país teve como principal objetivo o povoamento. Este foi realizado através do recebimento, pelos agricultores estrangeiros, de pequenos lotes de terra. A região, segundo o governo imperial, representava um vazio demográfico abundante em terras prontas para serem transformadas em propriedade privada.

O advento da República coincide com o início da urbanização e industrialização dos núcleos coloniais mais antigos do Sul. Formam-se pequenas e médias cidades, inteiramente diferentes das cidades brasileiras tradicionais, com o desenvolvimento de uma cultura urbana e uma estrutura social específicas, que guardam algumas características da sociedade de origem dos imigrantes. (...) Boa parte dos núcleos coloniais originais se transformou em pequenas e médias cidades, cuja atividade econômica mais importante é a industrial.¹⁶³

Além da energia elétrica e do alastramento das fábricas, houve outra significativa novidade no Vale do Itajaí do início do século XX. Nas primeiras laudas desta dissertação, foi demonstrado o entusiasmo indígena pela descoberta do ferro. Enquanto este elemento impressionava os nativos pelas utilidades até então desconhecidas, era substrato de outros

¹⁶² AREND. Op. Cit., p. 36.

¹⁶³ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990, p. 16/19.

anseios dos imigrantes alemães e seus descendentes. As ferramentas eles conheciam muito bem, afinal, foram fundamentais na chegada à região para o desmatamento da floresta, a construção da casa e, obviamente, o trabalho na roça. Com o tempo, o município de Blumenau se desenvolveu e modificou. Em coro, a comunidade blumenauense investia no aclamado progresso e acreditava que este se estabeleceria, em definitivo, apenas após a implementação de um projeto específico de modernização. O espetacular empreendimento, que cruzaria o Estado de Santa Catarina, era a estrada de ferro.

O trem de ferro era o símbolo mundial da modernidade. Paulatinamente, alastrou-se pelo mundo chegando ao Brasil. A selva brasileira começou a ser cortada pelos trilhos do projeto fáustico intitulado Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O mapeamento destas áreas vastas e praticamente intocadas era necessário para o controle. O pesquisador Francisco Foot Hardmann analisou esta luta do capitalismo contra a selva e seus habitantes ainda não subjugados pelos projetos da “civilização”. Com o empreendimento estabelecido na floresta do norte do país, “o mercado mundial ganhava concretude, o que vale dizer, nesse caso, que a forma-fetiche das mercadorias estava definitivamente liberada para encantar toda a humanidade”.¹⁶⁴

A chegada do trem de ferro ao Vale do Itajaí não tardou. Em 1909, mesmo ano da chegada da energia elétrica em Blumenau, foi inaugurada a Estrada de Ferro de Santa Catarina (EFSC). Refletindo sobre este empreendimento, Santos concluiu que “as primeiras décadas do século marcaram profundamente o futuro imediato. (...) A nova dimensão da velocidade permitia a incorporação de enormes áreas de terras ao processo produtivo. O trem, símbolo da modernidade, também deve ser visto como instrumento do conflito e da dominação”.¹⁶⁵ Os Xokleng presenciaram o seu elemento de cobiça, o ferro, sendo fundamental na posse definitiva de suas terras pela autodenominada civilização. Novamente, nos documentos, o índio e o ferro aparecem lado a lado. Mas ao invés de ser nas notícias sobre os ataques contra os brancos, onde furtavam ferramentas, surgem em cartas escritas por imigrantes que planejavam retornar à colônia Hammônia. Nos escritos, os estrangeiros indagavam ansiosos e

¹⁶⁴ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.15.

¹⁶⁵ SANTOS, Sílvio Coelho dos. “A modernidade chega pelo trem”. In: SANTOS (org.) *Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica*. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições, 2000, p. 15/16.

com otimismo sobre a construção da estrada de ferro, que geraria trabalho, e o cessar dos ataques indígenas.

Eu estive no Brasil em 1903, e me arrependo de não ter ficado. Aqui a falta de trabalho é grande. Lamento todo o dia por ter deixado o Brasil. Na Alemanha cada ano a situação piora. (...) Será que a estrada de ferro vai ser construída?¹⁶⁶

Chegar a adquirir algum dinheiro na Argentina é impossível. Eu vou voltar a Hansa. Lá também posso viver. Quando a ferrovia for construída, também haverá trabalho.¹⁶⁷

Minha esposa, que tanto desejava sair da Hansa, agora quer novamente voltar, razão porque gostaria de saber se a construção da via férrea acontecerá, e se podemos contar com a mesma, bem como se a aquisição de uma colônia foi reduzida em preço. Gostaria muito de saber as atuais condições de compra. Também estou interessado no que se refere aos bugres. Saber se ainda estão atacando.¹⁶⁸

Foi nesse cenário de expectativa que foi iniciada, em 1907, a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina. Em Blumenau, o patrocínio adveio de capital investido pela municipalidade e pela Sociedade Colonizadora Hanseática, empreendimento alemão que administrava a colônia Hammônia. O itinerário abarcava as seguintes localidades: Blumenau, Itoupava Seca, Salto Weissbach, Passo Manso, Encano, Indaial, Warnow, Ascurra, Aquidabam, Morro Pelado e Hammônia. Foi celebrada no dia três de maio de 1909 a inauguração do trecho Blumenau-Warnow. A estação, devidamente enfeitada, recebeu um número expressivo de autoridades, convidados e populares para a estréia do trem. O trecho de trinta quilômetros durava, aproximadamente, duas horas para ser percorrido. A Revista Blumenau em Cadernos relembrou a grande festa através de um artigo publicado em comemoração ao sexagésimo aniversário de funcionamento da EFSC.

Naquele dia, pela manhã, mais de 200 convidados especiais concentraram-se na Estação de Blumenau (...) Grande número de populares também ali compareceu, enchendo todo o pátio da estação e lotando os carros da

¹⁶⁶ “A História de Ibirama na correspondência dos imigrantes”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 30 (1), 1989, p. 27. Carta assinada por P. J., de Leipzig, endereçada ao Sr. Zapff e publicada no jornal *Der Hansabote*, edição n. 12, do dia 7 de setembro de 1907.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 28. Carta escrita por G.G. para a diretoria da Sociedade Colonizadora Hanseática e publicada no jornal *Der Hansabote*, n. 9, de primeiro de junho de 1907.

¹⁶⁸ “A História de Ibirama na correspondência dos imigrantes”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (11/12), 1988, p.367. Carta assinada por A. K. e publicada no jornal *Der Hansabote*, n. 12, do dia 7 de setembro de 1907.

composição que fazia a viagem inaugural. Pelas oito e meia da manhã, a locomotiva dessa composição, soltando largos rolos de fumo e estridentes apitos apareceu transpondo a ponte do “Velha”, toda ornamentada de palmas, flores, bandeiras e escudos do Brasil e da Alemanha, vinda da estação de Itoupava Seca, onde ficavam a oficina e os abrigos de carros e máquinas. (...) O Dr. Scheffler dirigiu a palavra aos presentes, dizendo da satisfação que isso representava para o progresso e o desenvolvimento do grande município de Blumenau. (...) Convidados e populares lotaram, então, não só os três carros de passageiros como vários outros, abertos, sobre os quais haviam sido colocados cadeiras e bancos. Pôs-se então a composição em movimento rumo a Itoupava Seca, onde chegou, poucos minutos depois, sob a aclamação de populares postados na plataforma da pequena estação e ao longo dos trilhos. O mesmo sucedeu nas demais estações por onde o trem passou, fazendo ligeira parada. Todas as estações estavam festivamente adornadas de palmas e bandeiras. À chegada do trem, espocavam nos ares centenas de foguetes e, em alguns lugares, conjuntos musicais faziam-se ouvir. (...) O trem foi recebido em Warnow com festas especiais. As crianças das escolas estavam formadas diante da estação. Foguetes e acordes musicais enchem o ar. (...) Nos cômodos da estação e sob um toldo preparado, foi servido um apetitoso coquetel com sanduíches e bebidas.¹⁶⁹

A ferrovia no Vale do Itajaí era fundamental no transporte de mercadorias, pessoas e até correspondências. A comunicação ficava mais rápida, encurtando as distâncias que antes pareciam intransponíveis. Antes da inauguração da Estrada de Ferro Santa Catharina, o transporte entre Blumenau e o norte do estado (Joinville e São Francisco do Sul), o Alto Vale (Encruzilhada, Hammônia e Bela Aliança) e a região do Planalto (Lages) era feito através de carroças, que transitavam em “picadas” e caminhos, ou dos chamados vapores. Os navios utilizados em Blumenau eram denominados Jan, Catarina, Richard Paul e - sugestivamente - Progresso. Aos poucos, os vapores foram perdendo a glória para o novo representante do moderno. O seu prestígio foi diminuindo proporcionalmente ao sucesso dos trens. Aqueles passaram a carregar material a ser utilizado na ferrovia, “inclusive chegou de navio a primeira locomotiva. O material depositado em Itajaí é tão grande que dificilmente tudo será transportado para Blumenau até o fim do ano”.¹⁷⁰ O redator do *Der Urwaldsbote* analisou algumas das vantagens oferecidas pela EFSC, como a certeza que o colono passaria a ter da comercialização da sua produção e a maior facilidade em participar da vida social, política e administrativa da área central do município. A seguir, as palavras de Eugen Fouquet.

¹⁶⁹ “Estrada de Ferro Santa Catarina”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (5), 1969, p. 85.

¹⁷⁰ “A construção da saudosa Estrada de Ferro Santa Catharina, com sua história narrada nas páginas do jornal *Blumenauer Zeitung*”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (8), 1988, p. 250.

A estrada de ferro Santa Catarina é uma obra cultural de maior importância para toda a bacia do Itajaí e seus afluentes. A inauguração deste instrumento moderno de comunicação inicia uma nova época de desenvolvimento econômico de Blumenau. Passaram os tempos de carretagem filosófica e muitas vezes bem penosa na nossa estrada geral, ao longo da qual agora o monstro de aço corre em fervido galope. O comércio e o trânsito em breve apresentarão outro aspecto; agir-se-á o espírito empreendedor, e ao lado da agricultura e criação de gado, durante muitos anos os principais mananciais de nossa fortuna, florescerão o comércio e a indústria, que até hoje apenas viviam modestas.¹⁷¹

O impacto deste empreendimento foi extraordinário. A chegada do trem de ferro causou tamanho encantamento que o jornal *Der Urwaldsbote* passou a publicar, em todos os exemplares, uma interessante propaganda que anunciava: “Vende-se cartões postais da Estrada de Ferro de Santa Catarina na livraria G. A. Koehler”.¹⁷² A modernidade, representada pelo cavalo-de-ferro, era aclamada pelos populares. Mas estes, certamente, não tinham condições de realizar tal empreendimento solidificador da sociedade capitalista. A modernização era também desejada pelos possuidores de maior capital econômico e cultural na cidade, como Bruno e Curt Hering, Gustavo Salinger, Eugen Fouquet, Alwin Schrader, José Bonifácio da Cunha e outros. Estes homens, funcionários públicos, empresários e formadores de opinião, buscaram através de discursos e projetos instituir a modernidade.

Através da leitura dos jornais da época, pode-se inferir que a Estrada de Ferro Santa Catharina era almejada, de forma aparentemente consensual, por blumenauenses pertencentes a diferentes grupos sociais. Como vimos, os motivos eram diversos, sobretudo relacionados ao comércio e ao transporte. Conforme pesquisadora da história do trecho férreo Blumenau-Warnow, os principais fatores que influenciaram as decisões a favor da construção de uma ferrovia na região foram: “o desenvolvimento econômico, através do aumento da produção agro-agrícola da colônia; as grandes distâncias entre os vários núcleos da colônia; os trechos do Rio Itajaí-Açu não propícios à navegação de médio e grande porte, em função das corredeiras; e, para finalizar, os constantes assaltos indígenas”.¹⁷³ Os índios entram novamente em cena. A estrada de ferro, além de significar a chegada do progresso, iria garantir a segurança da população em relação aos índios, contra os quais travavam batalha há tempos,

¹⁷¹ Jornal *Der Urwaldsbote*. 3/10/1909.

¹⁷² Jornal *Der Urwaldsbote*. 5/09/1909.

¹⁷³ WITTMANN, Angelina. *A estrada de ferro no Vale do Itajaí: resgate do trecho Blumenau-Warnow*. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 51.

através do seu afastamento definitivo. O combate aos indígenas ganhava um novo aliado: a via férrea representante da modernidade. Publicado pelo jornal Der Urwaldsbote, segue um trecho de um artigo escrito pelo editor Fouquet, intitulado “As estradas de ferro do Brasil”.

O desenvolvimento animador da rede de vias férreas do Brasil pode-se considerar como boa prova do progresso do país, pois documenta que o progresso se move no caminho da razão. O gênio progressista que de tempos para cá se manifesta nos grupos de maior influência do país, deixa esperar que nunca haja estagnação nesse tão importante domínio cultural, que o Brasil corajosamente siga o rumo uma vez tomado já de há anos com grande consequência. Franqueou-se, em 1854, ao público a primeira estrada de ferro brasileira. (...) Aqui, para que se possam assentar as dormentes, é necessário um trabalho custoso, a saber: derrubar o mato, construir pontes, cavoucar pedras, desaguar planícies, e tudo isso acompanhado da luta contra animais perigosos e contra os primitivos senhores da terra, os índios que recuam diante da cultura. (...) A construção das estradas Madeira-Mamoré e São Paulo-Rio Grande provou que as empresas brasileiras têm a coragem necessária para penetrar os ínvios sertões, fazendo apitar a máquina em regiões incógnitas do interior, despertando as gerações que dormem na escuridão do mato, franqueando-lhes o caminho da luz e do progresso.¹⁷⁴

Este escrito evidencia que a guerra contra “os índios que recuam diante da cultura” era parte constitutiva do movimento intitulado progresso. Conforme Fouquet, fazia parte deste processo enfrentar os riscos viventes da mata virgem, ou seja, os animais e os índios que se assemelham àqueles porque considerados selvagens e irracionais como os seres da floresta. Era fundamental solucionar os problemas causados pelo considerado obstáculo indígena, talvez o mais complexo de todos, que impedia uma maior velocidade na instauração de grandes empreendimentos como a estrada de ferro. Era preciso muito trabalho para que, também no sul do Brasil, o apito do trem pudesse despertar os inertes moradores da selva, revelando os sinais do progresso.

O médico Hugo Gensch também se posicionou a favor do desenvolvimento de Blumenau. Pode-se inferir que havia convergência nas questões relacionadas à instauração do progresso e à percepção dos índios enquanto selvagens. Contudo, os discursos de inferiorização foram construídos a partir de visões diferenciadas acerca do índio, havendo também discordâncias em relação às práticas direcionadas a eles. O debate blumenauense teve como palco as páginas de dois importantes jornais locais. Por um lado, o Der Urwaldsbote

¹⁷⁴ Jornal Der Urwaldsbote. 25/09/1910.

com artigos de Eugen Fouquet em defesa das ações de extermínio contra o povo indígena Xokleng. Por outro, o Blumenauer Zeitung com escritos de Hugo Gensch em apoio à prática de adoção de crianças indígenas, trazidas para a cidade depois de ataques realizados pelos bugreiros.¹⁷⁵

O médico Gensch chegou a apresentar um trabalho num evento científico internacional. Nos primeiros anos do século XX, as histórias de Santa Catarina atravessaram o oceano gerando polêmica na Europa sobre a imigração no sul do Brasil. Indo além da proteção aos imigrantes, a preocupação também foi direcionada ao tratamento empregado aos nativos da terra, os índios. As discussões de além-mar chegaram ao auge no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, no ano de 1908. Foi exatamente neste encontro científico que Gensch apresentou uma monografia que denuncia o genocídio dos índios nesta região longínqua e propõe a “civilização” de crianças indígenas, através da educação, relatando seu próprio caso. Este imigrante alemão, residente em Blumenau, adotou uma menina e narrou detalhadamente a sua “missão civilizatória”.

A análise em foco é a disputa entre as posturas pró e contra o extermínio, em especial o duelo Fouquet *versus* Gensch. Todavia, devido à sua importância, revelar-se-á uma divergência entre os defensores dos índios. Durante o congresso, houve outra apresentação referente aos indígenas do sul do Brasil. Albert Frič, de forma mais insistente que Gensch, denunciou o extermínio que estava ocorrendo no Vale do Itajaí. Mais do que isso, responsabilizou os colonizadores europeus pelo genocídio. Ao concluir o pronunciamento, sugeriu que fosse elaborado um protesto, em nome do congresso, contra estes atos desumanos. A reação dos organizadores do evento, na figura de Karl von Steinen, foi interessante. Após discussão com o congressista que o sucedeu, Frič foi impedido de contra-argumentar. Anunciaram que,

¹⁷⁵ A tradução do nome do jornal Der Urwaldsbote, para a língua portuguesa, é mensageiro da selva. Aparentemente paradoxal, esta nomenclatura instiga. O periódico intitulado como correio da mata, tinha como redator um homem que lutou tenazmente pelo progresso da região, ou seja, a sua transformação em um local urbanizado que nada se assemelhasse à selva. Para isso, incitou violência contra os índios, antigos habitantes da região. Levando em conta que o periódico começou a circular em 1893, anteriormente à implementação dos grandes projetos de modernização no vale, podemos concluir que ao invés de um descompasso entre o futuro almejado e o presente da mata ainda bastante virgem, o periódico tinha justamente um nome que incitava a missão levar a mensagem da “civilização” para a região que, em pouco tempo, seria totalmente modificada pelos imigrantes e seus descendentes. A tradução do nome do outro jornal, Blumenauer Zeitung, é jornal de Blumenau.

apesar de serem sensíveis aos problemas enfrentados pelos índios, a proposta pertencia à esfera governamental e não a um congresso científico. O assunto foi encerrado.¹⁷⁶

Hugo Gensch, além de expor sobre as ações genocidas e a proposta de adoção, apresentou na monografia alguns aspectos da cultura indígena Xokleng. Alberto Frič, por sua vez, expressou apenas acusações. A crítica em relação a ele ficou pautada na ausência de cientificismo, como a falta de competência em coletar materiais etnográficos. A postura mais difundida no congresso estava relacionada a confusão que havia feito entre política e ciência. Os dois campos, conforme os congressistas, não deveriam se misturar. Os problemas em voga no sertão eram de responsabilidade dos governos locais, enquanto as discussões intelectuais ficavam por conta dos pesquisadores. De acordo com Penny, os etnologistas europeus costumavam dividir o mundo científico das ocorrências brutais nos interiores.¹⁷⁷ A crença no iminente desaparecimento dos índios fazia com que os etnólogos estivessem preocupados em reunir o maior número possível de objetos. No caso de Frič, a violência no sul do Brasil foi exposta revelando as contradições inerentes a uma etnologia que coleta materiais enquanto populações indígenas estão sendo dizimadas.

O que interessa aqui é demonstrar que a postura contra a violência investida aos índios, compartilhada por Gensch e Frič, não os uniu. O que tinham em comum não foi suficiente na dúvida da exigida seriedade acadêmica. Diante da afirmação de Frič de que crianças indígenas estavam sendo escravizadas na região de Blumenau, Gensch refutou indignado. Conforme mencionado, a sua apresentação era justamente sobre os cuidados na educação da menina indígena que tinha adotado. O médico, entre outras coisas, também questionou as habilidades de Frič na área lingüística. Ele mesmo havia registrado no trabalho um vocábulo da língua Xokleng, elaborado através das conversas com sua filha adotiva. Ficou evidente que, no congresso de americanistas, atitudes de cunho político eram ignoradas em detrimento da discussão intelectual sobre os índios. O importante, neste momento, é ressaltar a postura acadêmica de Gensch no congresso. Ele não se apresentou enquanto um diletante da causa

¹⁷⁶ Informações retiradas da seguinte obra: GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1989, pp. 68-71.

¹⁷⁷ As informações aqui divulgadas foram retiradas do seguinte artigo: PENNY, H. Glenn. "The politics of anthropology in the age of empire: German colonists, Brazilian Indians and the case of Alberto Vojtěch Frič". *Comparative Studies in Society and History*, 45 (2), 2003, pp. 249-280.

indígena, mas como autor de um trabalho classificado como científico. Voltemos, então, para a disputa mais ferrenha entre as posições extremas pró e contra o extermínio dos Xokleng.

A disputa entre Fouquet e Gensch era também política. A circulação do *Der Urwaldsbote* iniciou em Blumenau no ano de 1893, sob o comando do pastor protestante Faulhaber. Durante anos, este religioso preferiu não participar das disputas políticas locais. Apenas cinco anos depois, o periódico foi vendido ao grupo Feddersen-Stutzer, que o colocou em oposição ao *Blumenauer Zeitung*, seguidor da orientação política de José Bonifácio da Cunha. A partir deste ano, a redação ficou a cargo de Fouquet, um bacharel em direito que rapidamente se envolveu politicamente. Após alguns meses, houve mudança de proprietário, mas Arthur Koehler manteve o amigo na função de editor-chefe de um dos mais importantes jornais do Vale do Itajaí.

Neste mesmo ano, Fouquet fundou a “Associação Popular” (*Volkverein*), entidade destinada a agrupar colonos a fim de tomarem parte ativa na vida política da região. No ano de 1900, a organização obteve expressivo resultado nas eleições para deputados estaduais, incentivando diversos municípios para a constituição de suas próprias associações. Dois anos depois, o grupo confirmou sua força ao vencer o partido republicano de Cunha, apoiado pelo *Blumenauer Zeitung*, e a manteve com Alvin Schrader na superintendência do município durante três mandatos seguidos. Durante estas gestões, Fouquet foi vereador e ocupou o cargo de primeiro secretário da Câmara Municipal. Apenas em 1914, após duas reeleições consecutivas de Schrader, o partido apoiado pelo jornal *Der Urwaldsbote* e pela Associação Popular foi derrotado.

Eugen Fouquet defendia “convicções e princípios que entendia mais convenientes ao progresso e ao desenvolvimento econômico do Estado e do País e, sobretudo, ao bem estar material e moral dos descendentes de alemães”.¹⁷⁸ As suas idéias eram compartilhadas pelos pan-germanistas ferrenhos, que queriam impedir as adaptações dos alemães aos costumes brasileiros. Estas restrições estavam baseadas numa visão desqualificadora do elemento nacional, percebido como indolente e antagonista do espírito germânico, ordeiro e trabalhador, a ser preservado. O partido de oposição, que também era constituído por pessoas de origem

¹⁷⁸ “Blumenau e a sua imprensa: *Der Urwaldsbote* (parte V)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (8), 1969, p. 146.

alemã, mas não se posicionava da mesma forma, era chamado pelo jornalista de traidor da sua raça e de seu povo. “A conservação das tradições germânicas, dizia Fouquet, competia à família, sociedades, igreja e escola. Na política e vida pública, porém, os imigrantes naturalizados e seus descendentes devem agir e tomar parte com os mesmos direitos e obrigações que cabem a todos os cidadãos brasileiros”.¹⁷⁹

Ao analisar as recém-instauradas colônias germânicas em Santa Catarina, Seyferth refletiu sobre o enquistamento étnico.¹⁸⁰ A autora afirmou que o isolamento e homogeneidade dos imigrantes alemães marcou o início da colonização do Vale do Itajaí, sempre reforçados pela propagação da ideologia germanista. A divulgação de idéias pregadas pelo nacionalismo alemão ocorreu através das instituições citadas no excerto acima. Uma pesquisa sobre a imigração alemã revelou a importância e interdependência, nas comunidades teuto-brasileiras, entre a escola e a igreja. “Em torno dessas duas instituições se organizou a vida, o cotidiano das colônias. (...) Assim vivenciaram intenso comensalismo institucional no contexto da imigração alemã em Santa Catarina”.¹⁸¹

O nacionalismo alemão estava pautado, entre outros preceitos, no *Deutschtum* e na idéia de superioridade racial dos teutos. “*Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado a ela”.¹⁸² O constante reforço de idéias de superioridade racial e cultural germânica foram fundamentais na organização de um grupo étnico que muitas vezes barrou a assimilação, criando preocupação do governo brasileiro para com o “perigo alemão”, principalmente durante o Estado Novo.¹⁸³ Eram comuns os discursos proferidos por alemães que defendiam a pureza racial e valorizavam apenas as suas características. A retórica do “eu” abriu espaço para a desvalorização do “outro”. Marcos Konder deixou evidente algumas destas questões ao

¹⁷⁹ KILIAN, Frederico. “Figuras do passado: Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau 19 (9), 1978, p. 248.

¹⁸⁰ Sobre as características da colonização alemã no país ver as obras da antropóloga Giralda Seyferth, pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que analisam a imigração e as colônias alemãs no Estado de Santa Catarina refletindo identidade étnica, nacionalismo alemão, a questão da raça e da assimilação nas comunidades teuto-brasileiras.

¹⁸¹ KLUG, João. Op. Cit., p. 142.

¹⁸² SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 46.

¹⁸³ Algumas pesquisas, direcionadas ao estudo das relações interétnicas no Vale do Itajaí, apresentam importantes resultados para além das posturas centradas apenas na não assimilação dos imigrantes alemães em Santa Catarina. Para informações sobre esta questão ver o artigo citado de Sílvia Maria Fávero Arend.

assegurar, num volume comemorativo do centenário da imigração alemã no Estado de Santa Catarina, que

a imigração alemã foi condenada como um elemento inoportuno e até perturbador por ficar fora da formação da raça brasileira. (...) Precisamente o fato dos alemães levarem em alta conta esta sua qualidade de caráter e fidelidade às tradições não causa à nossa pátria, o Brasil, nenhum prejuízo. (...) O uso da força para abrasileirar só causará prejuízo à nossa terra. Basta pensar no que seriam as florescentes colônias alemãs no nosso Estado se fosse necessária a assimilação dos descendentes de alemães com a selvageria e a degeneração. (...) Ele (o imigrante alemão) é e permanecerá um dos melhores cidadãos da sua nova pátria e será sempre um valioso e importante fator para o progresso e o próspero desenvolvimento do Estado e do País.¹⁸⁴

Na Alemanha, a nação é considerada como fenômeno étnico-cultural, não dependendo de fronteiras e permitindo concomitantemente cidadania brasileira e nacionalidade vinculada ao povo alemão. Nesta ótica, Fouquet aconselhava a naturalização aos colonos, o que tornaria viável a participação política dos teuto-brasileiros no Brasil, “para desta forma servirem de instrumento das suas pretensões de domínio dos alemães no Brasil”.¹⁸⁵ Os argumentos racistas, difundidos pelo editor, foram estendidos a diversos sujeitos. Além dos açorianos do litoral do Estado, as críticas mordazes advindas de sua pena foram direcionadas aos negros, mestiços e índios. Conforme mencionado, devido a postura radical este político que apoiou abertamente o extermínio do povo indígena da região teve inimizades e um intenso combate jornalístico com o médico Hugo Gensch. Finalmente, retomemos alguns pontos importantes desta calorosa discussão.

A primeira frase do trabalho acadêmico escrito por Gensch, cujo subtítulo era “colaboração para a solução do problema dos índios”, revela: “A história dos índios de nosso estado resume-se, até agora, na guerra interminável de extermínio aos mesmos”.¹⁸⁶ O escrito demonstra como estas ações foram legitimadas pelas autoridades e pela população blumenauense. Como visto, muitos dos presidentes da província catarinense utilizaram o

¹⁸⁴ KONDER, Marcos. “Einwanderung und Schulproblem: Gestern und Heute”. In: G. Entres (org.) *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Staate Santa Catarina*. Florianópolis: Livraria Central, 1929. Apud SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., 1981.

¹⁸⁵ Citação retirada da ficha “Alldeutschen” - nome como eram chamados os membros da Associação Popular (Volksverein) - encontrada no Arquivo Histórico Ferreira da Silva, em Blumenau.

¹⁸⁶ GENSCHE, H. *A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios*, p. 1. As citações seguintes foram retiradas do mesmo documento, respectivamente páginas 11, 2, 4, 6 e 14.

discurso da ferocidade indígena para justificar práticas violentas contra eles; o que também ocorreu entre a população blumenauense. O resultado foi “uma luta tenaz, bárbara e persistente, entre os nômades e os civilizados, de cujos pormenores só sabe quem vive nesta região. As atrocidades dos assassinatos de bugres cobriu-se com um manto hipócrita, como sendo realizados por amor ao próximo, para a segurança de colonos atacados”. Opondo os civilizados aos nômades, numa visão compartilhada, Gensch se diferenciou ao discordar da justificativa corriqueira da violência. As acusações se direcionam às atitudes genocidas dos bugreiros e ao apoio discursivo do jornal *Der Urwaldsbote*, devido a gravidade da difusão de informações exageradas sobre ataques realizados pelos índios.

Tem eles a fama de serem sobremaneira sanguinários, servindo-se gozadores sem escrúpulos, de respectivas histórias, para amedrontarem os alemães, prejudicando, assim, a imigração. Nos últimos anos foi levantado, por parte de determinada imprensa, e sem motivo razoável, tal gritaria contra os selvagens, que o resultado infeliz foi o sacrifício de algumas centenas de peles pardas. (...) Para transferir o caso do “perigo dos índios” do setor das fábulas românticas de assassinatos, à realidade de fatos parcos andei colhendo, na surdina, informações para uma respectiva estatística.

Hugo Gensch levou sua pesquisa adiante ao entrevistar, ao todo, vinte e três pessoas. O pré-requisito era que os entrevistados fossem residentes no município há tempos e, portanto, conhecedores da história da colonização do Vale do Itajaí. O propósito era esclarecer uma questão, não reduzida a números, mas ao aprofundamento do contra-argumento sobre a periculosidade indígena tão difundida pelo governo, administradores de colônias, sociedades colonizadoras e, por fim, pelos próprios habitantes de Blumenau. A pergunta cabal era sobre a quantidade de brancos mortos e feridos pelos índios na região. O autor revelou que, de início, surgiam respostas vagas e cálculos extremos como: “várias centenas”, “de 6 a 200” e “ah, foram muitos”. Gensch classificou estes dados como imaginários e afirmou que tais conjurações dificultavam a imigração ao espalhar má fama no estrangeiro.

O pesquisador chegou a seguinte conclusão: quarenta brancos foram mortos pelos índios nos cinquenta e oito anos da existência de Blumenau. Este número foi confrontado com a quantidade incerta, manifestada pelo próprio autor, de várias centenas de índios assassinados. Gensch instigou que fosse feita uma comparação entre a estatística criminal da comarca do município e os assassinatos praticados pelos índios, afirmando que nos bailes de interior “existe a possibilidade de casos de desavenças, onde os protagonistas não hesitam a

resolvê-las a facadas. Faço a afirmação de ser mais provável ocorrerem brigas sangrentas nestas diversões, do que ser assaltado pelos índios”. A tentativa de Gensch estava pautada na deslegitimação de uma retórica que colocava os índios das matas do Vale do Itajaí entre os mais ferozes do país, o que acabava justificando o extermínio desta etnia. Em outro trecho de sua monografia, novamente delatou:

os exageros que são inventados e explorados por parte de jornalistas novatos e sanguinários. (...) Aí foi, de repente, atizada pelos jornais locais uma campanha contra os índios que, como médico de longa prática, devo dizer que motivou uma verdadeira epidemia histórica.

Enquanto isso, Eugen Fouquet publicava com frequência artigos sobre os índios. Em sua maioria, os descrevia como pertencentes ao estado de natureza e fora do movimento da História. Os povos indígenas seriam, portanto, “selvagens inferiores”. Este rótulo classificatório significava ser percebido enquanto uma criatura embrutecida, vivendo sob o signo da degenerescência física e moral, assemelhando-se a um animal. Para o jornalista e o seu grupo, em suas próprias palavras, os índios eram “cães vermelhos”, “uma praga”, “inumanos” que tinham “má índole”, “instinto selvagem” e “recuavam diante da cultura”. Conforme declaração de Fouquet, o melhor presente para os bugres era Martin, ou seja, os bugreiros e as suas armas. Para que o progresso seguisse o seu curso, era necessário o extermínio dos “animais incivilizáveis” que obstruíam tal processo.

No discurso de Hugo Gensch, os índios também aparecem como selvagens. Todavia, está presente em suas idéias a crença na mudança, ou seja, na possibilidade de chegada dos índios à civilização. Pode-se perceber, em seus escritos, alguns indícios dos referenciais teóricos do evolucionismo. De acordo com estes autores, as diversas regiões do globo são habitadas pela espécie humana que, no entanto, desenvolve-se em ritmos desiguais em planos diversos como tecnológico, político, econômico, social e cultural. As populações passariam pelos mesmos estágios, cujo destino final é o da civilização plena. O povo indígena Xokleng, caçador e coletor, estaria apenas no início da caminhada, ainda no estágio da selvageria. Para Gensch seria possível, através das adoções, isto é, dos processos de socialização que operariam no interior da família nuclear burguesa, transformar um “selvagem” em “civilizado”. Abaixo, Gensch defende suas idéias de transformação comportamental de uma criança indígena através da “educação civilizatória”.

Fui a primeira pessoa que, nesta região, levantou, publicamente, a voz contra os assassinatos hediondos das campanhas de represália aos assaltos dos índios. Falei, porém, aos surdos. A minha afirmação da possibilidade de transformar um selvagem, através do bom trato e ensinamento em pessoa culta, negaram-me com gargalhadas de ironia, assegurando que o índio foge do convívio do civilizado logo que encontre oportunidade e que, as melhores crianças indígenas, sabendo-se sem vigilância, vingam-se nos pais de criação, como desforra a tudo que tenha acontecido a sua tribo, da parte dos brancos.

Hugo Gensch propôs que famílias respeitáveis da localidade adotassem as crianças que, após ataque dos bugreiros, haviam sido trazidas para a cidade de Blumenau. Alguns casais de origem germânica pegaram alguns pequenos indígenas para criar, entre eles os de sobrenome Flesch, Briekheimer, Ebert, Zimmermann e Engelke. A filha adotiva do casal Gensch, cujo nome indígena era Korikrã, foi batizada Maria Gensch. Os seus adversários asseguravam, como ficou explicitado no trecho acima, a inviabilidade da adoção. O argumento central estava pautado no fato de que as crianças, descendentes de irracionais sanguinários e pertencentes a uma raça inferior imutável, fugiriam ou matariam os pais adotivos assim que pudessem. A resposta de Gensch veio reta e oposta: “Bem ao contrário! São crianças carinhosas e inteligentes. O tranqüilo e calmo trabalho de verdadeiro amor humanitário está mudando o julgamento das pessoas”.¹⁸⁷ Gensch passou alguns anos na tentativa de comprovar, junto com outras famílias, o sucesso da difícil e importante empreitada da adoção.

Eugen Fouquet não se calou diante das acusações e argumentos de Hugo Gensch. Inclusive fez menção direta aos “históricos apóstolos da humanidade”, ou seja, Gensch e os que compartilhavam suas idéias. Algumas vezes, o representante da oposição aos bugreiros também foi chamado pelo seu maior adversário de “bugervater” (pai dos bugres). Ironicamente, Fouquet escreveu que “em um tronco selvagem não se pode assim, sem mais nem menos, enxertar uma civilização, pois as condições morais e intelectuais inatas de uma raça não se deixam assim despir como um vestido”.¹⁸⁸ Após a notícia de um ataque dos índios que resultou em morte de colono, incitou sem pudores uma vingança em favor dos colonos.

O que nos resta é somente a defesa própria, diante de que - esperamos - não recuarão os enérgicos moradores do campo, indiferentes com as vozerias insensatas de uns históricos apóstolos da humanidade. Reclama vingança o sangue das indefesas mulheres e crianças, e se por cada uma das vítimas dez

¹⁸⁷ Jornal Blumenauer Zeitung. 28/03/1908.

¹⁸⁸ Jornal Der Urwaldsbote. 21/03/1908.

cães vermelhos tivessem de deixar a vida, ainda não seria satisfatória a desforra.¹⁸⁹

As posturas de Fouquet não permitem margens para dúbias interpretações. Em contrapartida, o jornal *Blumenauer Zeitung* publicou réplicas, não menos claras e agressivas, advindas do gabinete de medicina do porta-voz do grupo pró-adoção. As discussões travadas através dos dois periódicos seguiram calorosas. As idéias antagônicas de Fouquet e Gensch atingiram seu auge em artigos publicados nos meses de março e abril de 1908, durante os quais os dois trocaram incansáveis e mordazes críticas. Abaixo, trechos de um significativo artigo acusatório, vinculado pelo periódico no qual Gensch divulgava suas opiniões e práticas.

O redator do *Urwaldsbote* é um fanático germanófilo para o sul do Brasil. Sonha com uma estação colonial ideal para seus compatriotas, que aqui aportam, sem perigos, sem sacrifícios. Belo sonho, que cada um pode seguir como quiser. Mas para concretizá-lo, ele prega um total extermínio, um massacre completo desta infeliz raça, que habita nossas florestas e que, por direito ou por necessidade, lutam pela sobrevivência. (...) Sua maneira de agir é: o massacre e a escravização de nossos patrícios. A exclusão dos negros, mulatos e mestiços de toda vida política e social da Nação. Mesmo a proibição de casamentos entre negros e brancos é um sonho que quer transmitir a nós que somos civilizados. (...) É insuportável saber que sob a proteção da administração pública, num órgão oficial, se encontre um louco, um louco perverso e que pode continuamente pregar aos sete ventos a matança dos índios, a escravização e humilhação de crianças que escaparam da espada assassina.¹⁹⁰

O acesso aos escritos de Fouquet evidenciam as suas posições racistas. Ao refletir sobre o motivo das adoções e a utilidade das crianças indígenas, concluiu: “evidentemente, só para uma posição de servente a qual corresponde ao caráter subalterno da raça a que eles pertencem”.¹⁹¹ Um artigo do jornal *Novidades*, veiculado em Itajaí, estendeu as idéias raciais de Fouquet ao superintendente Schrader. Conforme o escrito, em uma conversa estabelecida com alguém que censurou o procedimento do editor do *Der Urwaldsbote*, o “pangermanista conhecido disse que ‘gente de cor não tem nada que fazer em Blumenau’”.¹⁹²

Eugen Fouquet foi além ao questionar se os pais adotivos permitiriam o casamento de suas filhas legítimas com índios. Revelando claramente sua opinião, asseverou sem meias-

¹⁸⁹ *Jornal Der Urwaldsbote*. 02/01/1910.

¹⁹⁰ *Jornal Blumenauer Zeitung*. 18/04/1908.

¹⁹¹ *Jornal Der Urwaldsbote*. Op. Cit., 21/03/1908.

¹⁹² *Jornal Novidades*. Itajaí. 05/03/1908.

palavras que sobre esta questão deveria ser construída uma barreira intransponível. “É de se esperar que cada qual concorde que a mistura de sangue indiano deverá rebaixar os teuto-brasileiros. Estes filhos de bugres são um acréscimo de população que não é absolutamente desejável e que não trás vantagem alguma para o Estado”.¹⁹³ A discussão com Gensch, cujo foco era a “educação civilizatória” de crianças indígenas, se avolumou ainda mais neste escrito gerando uma réplica publicada, após uma semana, no jornal Blumenauer Zeitung. Abaixo, trechos importantes deste tenso diálogo entre as posições pró e contra a adoção. Não será necessário, devido a evidência das posições defendidas, apresentar os respectivos autores.

Não falta ocasião em Blumenau de ver-se como as crianças bugres aprisionadas, rapazes e raparigas, são educadas e tratadas com mimos. Enfeitam-nos como se fossem filhos de senhores e os deixam até tomar parte em festas de crianças. Um filho de botocudo ou coroadado que ostenta meias e sapatos não se persuadirá que é alguma coisa melhor do que um filho de colono que anda descalço? Não é justo também que filhos de índios sejam recebidos em uma escola alemã, assim como para filhos de negros não devia lá haver lugar. O botocudo e o coroadado ficam selvagens em suas inclinações e sentimentos mesmo se crescem entre brancos e se são vestidos pelas últimas modas em Paris.¹⁹⁴

O “Sr.Urwaldsbote” se revela raivosamente contra os sapatos e meias que estas pobres crianças indígenas vestem; contra as famílias que as educam e a maneira como isto é feito - maravilhosa a idéia humanitária que estas pessoas tem - sobre aqueles que com bom e carinhoso tratamento os acolheram, pois também de um índio nú em pouco tempo se pode fazer um ser humano decente. Que estas crianças se comportam melhor que muitas residentes na Alameda Branco, que andam bem vestidas e alimentadas, o enraivece. Estou sendo julgado em primeira mão, e depois todos os outros que se dedicam a educação de uma criança índia. São todas pessoas que tem um carinho todo especial por estes órfãos e fazem o possível para educá-los bem. (...) Minha esposa e eu fizemos de uma criança selvagem, que antes nunca tinha visto uma casa civilizada, com amor e carinho, em um ano, uma menina que em comportamento pode servir de modelo e daremos à ela tantos sapatos e meias que quisermos. Sou da opinião que esta forma é a mais útil, a mais cristã e a mais social de encarar o problema indígena.¹⁹⁵

Os calorosos debates blumenauenses, travados entre os jornais Der Urwaldsbote e Blumenauer Zeitung, foram apaziguados com a eclosão da primeira grande guerra mundial, em 1914. Segundo Kilian, “as colunas se dedicaram, daí em diante, primordialmente aos

¹⁹³ Jornal Der Urwaldsbote. Op. Cit., 21/03/1908.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Jornal Blumenauer Zeitung. Op. Cit., 28/03/1908.

acontecimentos no Velho Mundo e nos campos de batalha europeus. Em decorrência da participação do Brasil na guerra contra a Alemanha, em 1917, foram proibidos no país a publicação de periódicos em língua alemã”.¹⁹⁶ Coincidentemente, a polêmica entre Gensch e Fouquet silenciou no mesmo ano em que foi realizado o primeiro contato pacífico entre brancos e o povo indígena Xokleng. Era uma nova época que descortinava diante dos diferentes sujeitos históricos, o nativo e o imigrado. Até então, o resultado de discursos como os de Fouquet foi demonstrado através das práticas genocidas promovidas nas matas do Vale do Itajaí. Em relação as ações “civilizatórias” propostas por Gensch, pouco foi revelado. Portanto, apresentarei a seguir experiências concretas de crianças indígenas adotadas em mais um capítulo dos (des)encontros de dois mundos.

¹⁹⁶ KILIAN, Frederico. Op. Cit., p. 250.

ENTRE O GIZ E A ESPADA:
EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS EM BLUMENAU (1904-1914)

Era o dia de natal de 1904. As Irmãs da Congregação da Divina Providência, em volta de uma árvore cuidadosamente enfeitada, recebiam os presentes doados às órfãs do asilo pelo qual zelavam. Durante a terceira missa daquela manhã natalina, um aglomerado de gente se postou em frente ao convento. Algumas autoridades e o governador Vidal Ramos Júnior, seguidos de muitos curiosos que engrossavam esta comitiva, traziam ao orfanato cinco crianças indígenas capturadas durante um ataque de bugreiros. Para as freiras católicas, o ocorrido foi um “presente muito especial que o Menino Jesus havia reservado para o orfanato”.¹⁹⁷ Já para Anataka, Nukla, Kötjen, Amendór e Kunda...

Na virada do ano, estes “indiozinhos que se mostravam extremamente resistentes, selvagens e rudes, o que trazia para as irmãs não pequenas preocupações e cuidados”¹⁹⁸, receberam o batismo. A solene cerimônia, realizada na Igreja Matriz da cidade de Florianópolis, contou novamente com a presença de autoridades. O governador e alguns notáveis funcionários da administração estadual foram escolhidos como padrinhos das crianças que, respectivamente, receberam os seguintes nomes “ocidentais”: Maria, Pedro, Laura, Rosa e Antônio. Assim iniciava o processo de “educação civilizatória” das crianças indígenas aprisionadas e, posteriormente, levadas para a cidade pelos “caçadores de índios”.

Muitos indígenas sucumbiram durante os ataques dos bugreiros e a mortalidade entre os que tiveram um estreito contato com a sociedade regional também foi elevada. Quatorze dias após o batismo morreu a menina mais velha, Anataka, em consequência de uma doença que, aos poucos, contaminou a todos. Kötjen e Amendór faleceram após algumas semanas. Kunda passou algum tempo enfermo, vindo a perder a vida no Hospital. Nukla, o único sobrevivente desta leva de crianças, tinha como padrinho o representante máximo do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos Júnior. Ao atingir a idade necessária entrou para o Colégio dos Padres Jesuítas, o famoso Ginásio Catarinense, em Florianópolis.

¹⁹⁷ Crônica do Colégio Coração de Jesus (1895-1948). Florianópolis, p. 18.

¹⁹⁸ Idem, p. 19.

O limiar do século XX, no Estado de Santa Catarina, foi uma época de mudanças para o grupo étnico Xokleng: tempo de genocídio e aprisionamentos. O projeto hegemônico era o de extermínio dos indígenas. A prática de captura teve poucos envolvidos e vários significados. No Vale do Itajaí, centenas de índios foram mortos em ataques de bugreiros e alguns sobreviventes foram levados para a cidade de Blumenau. Destes, a maioria faleceu devido a enfermidades. Este capítulo tem como objetivo analisar histórias de exceção ao genocídio, à morte. O enfoque recairá nas ações indígenas frente ao processo de “educação civilizatória” vivido através da adoção. Pretende-se abordar experiências indígenas em Blumenau, histórias de vida entre o giz e a espada, decorridas em meio aos muitos embates entre as culturas germânica e indígena. Indivíduos que construíram sua história em um meio diferente e que, muitas vezes, tiveram atitudes referentes à cultura Xokleng.

É importante salientar que não houve, em Santa Catarina, educação formal para os indígenas nesse período histórico. Apenas a partir de 1940 foram pensadas e realizadas práticas neste sentido. Entretanto, as escolas criadas não atuavam visando respostas para os problemas enfrentados devido ao convívio com a sociedade regional.¹⁹⁹ Eram, muitas vezes, cópias de instituições que funcionavam em realidades absolutamente diferentes da indígena. O genocídio não será enfatizado - obviamente, estará presente na análise como motivo de alterações significativas e traumáticas na biografia das crianças capturadas - mas sim as vivências dos índios como sujeitos ativos de sua história na cidade.

O corte temporal proposto inicia em 1904, ano em que o asilo de órfãos fundado pelas Irmãs da Divina Providência recebeu as cinco crianças indígenas. Nesse momento, enquanto projetos de modernização eram implantados em Blumenau, o povo indígena Xokleng estava sendo sistematicamente exterminado e algumas mulheres e crianças trazidas para esta cidade com o propósito de serem “civilizadas”. Para os imigrantes alemães e os seus descendentes, os índios mortos ou “civilizados” não atrapalhariam o curso do progresso da região do Vale do Itajaí. O limite temporal é 1914, o ano que teve início a chamada pacificação. Este projeto, liderado por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, resultou no confinamento dos Xokleng, amenizando o que os imigrantes alemães e seus descendentes chamavam de “problema dos

¹⁹⁹ Para maiores informações sobre as escolas indígenas implantadas após 1940, ver SANTOS, Sílvia Coelho dos. *Educação e sociedades tribais*. Santa Catarina, Editora Movimento, 1975.

bugres”. Este marco é ultrapassado ao descrever alguns momentos posteriores vividos por alguns dos indígenas em Blumenau.

A “ADOÇÃO CIVILIZATÓRIA”²⁰⁰

Após a realização do primeiro sacramento católico, o batismo, era a hora da maior missão: “civilizar” os pequenos “selvagens”. Segundo a Crônica do Colégio Sagrada Família de Blumenau, que recebeu alguns índios no início do século XX, “que paciência requeria esta obra de misericórdia às Irmãs para amansarem os selvagens, só Deus o sabe, quem lhes deu também o prazer de vê-los lentamente se acostumarem a vestimenta, alimentação e ocupação conveniente”.²⁰¹ O objetivo das freiras nesse momento era realizar uma “educação civilizatória”. Para isso, aceleravam um processo que as crianças Xokleng, pertencentes a uma etnia “não-ocidental”, não haviam experienciado. Esta atitude também foi realizada por algumas famílias blumenauenses que adotaram crianças indígenas após o seu recebimento pelas religiosas pertencentes à Congregação da Divina Providência, residentes desde o final do século XIX no Brasil.²⁰² Após a chegada destas freiras ao Estado de Santa Catarina, elas se dividiram para atuar em diversas comunidades. As Irmãs Rufina, Anna e Paula foram enviadas para Blumenau e, em 27 de abril de 1895, fundaram o Colégio Sagrada Família. Ao iniciarem suas atividades, as religiosas alemãs recém-chegadas não podiam imaginar o que as aguardava neste distante e diferente mundo.

²⁰⁰ Este trecho do capítulo se refere às tarefas realizadas para “civilização” dos pequenos indígenas e às histórias de algumas crianças poupadas da morte. Os termos educação e adoção devem ser lidos com cautela, como se estivessem sendo utilizados entre aspas. Além das crianças terem sido capturadas, elas nem sempre - apesar dos violentos ataques que o povo indígena Xokleng sofreu - eram órfãs e nunca eram cedidas pelos seus pais. O termo “civilização” será utilizado entre aspas porque se refere à visão germânica acerca do seu próprio modo de vida, considerado correto, que desqualifica a educação recebida pelos índios julgando-os “selvagens”. Palavras como esta terão este sinal de pontuação porque são citações, expressões utilizadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes como julgamento de valor ao se referir aos índios.

²⁰¹ Crônica do Colégio Sagrada Família – ano 1905 (1895-1968). Blumenau, vol. 1, p.3.

²⁰² “Esta instituição, de Direito Pontifício, foi fundada em 3 de novembro de 1842, por Pe. Michelis, em Münster, na Alemanha. Na data de 11 de fevereiro de 1895, partiu o primeiro grupo de irmãs missionárias para o Brasil. Viajando de navio, partiram do porto de Hamburgo em companhia do Pe. Topp e Pe. Tombrock, então missionários em Santa Catarina.” RABUSCKE, Irmã Anna Martha. “Arquivo Histórico da Sociedade Divina Providência (Congregação das Irmãs da Divina Providência) em Santa Catarina”. In: SOARES, Iaponan. *Arquivos e documentos em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1985, p. 88.

No início do século XX, o Colégio Sagrada Família exercia vários apostolados. Entre eles oferecia assistência aos doentes, instrução religiosa a quem desejasse aprender a religião católica, asilo a senhoras idosas e aos órfãos e preparação para a primeira comunhão. Além dessas atividades, as irmãs passaram a enfrentar mais um desafio: acolher alguns indígenas que chegavam ao colégio. Em 1905, os bugreiros entregaram aos cuidados das freiras doze crianças e duas mulheres e, no ano seguinte, oito crianças e duas mulheres. As religiosas entendiam esta como uma árdua caridade. Pode-se inferir que, para elas, era difícil conviver com pessoas “pagãs” e “incivilizadas”. Entretanto, o paulatino aprendizado de regras “civilizadas” pelos índios proporcionava alegria, pois significava o sucesso da missão.

A primeira ação dos imigrantes alemães e seus descendentes, realizada alguns dias após a chegada das crianças indígenas à cidade, era colocar em prática a solenidade do batismo. As crianças eram comumente apadrinhadas por pessoas da comunidade e, após a cerimônia, algumas famílias as levavam para casa e se comprometiam a educá-las, cristãmente, como filhos. Havia um cuidado especial para que tudo fosse realizado conforme a cultura “ocidental-cristã”, para que houvesse uma transformação dos pequenos “selvagens”. Alves reflete sobre os batismos realizados, demonstrando que

o batismo era providenciado logo em seguida à chegada das crianças, conclamado como uma forma de “rito de passagem” para a civilização. Podemos pensar o batismo como uma das formas de domesticar as diferenças, onde a religião torna o indígena mais assimilável por meio da catequese, pois a conversão amansa o índio como espírito, como alma. Os batismos como notícias nos jornais, apresentavam atitudes e falas que buscavam mostrar um papel afirmador de uma sociedade que acolhe, salva, cristianiza e civiliza uma parcela de indivíduos despojados de tais virtudes. (...) Muito oportuno para o governo promover uma situação onde crianças, representantes desse grupo temido, fossem bondosamente, num ato cristão, recebidas por essa sociedade, enquanto os possíveis pais ou parentes, pessoas “iguais” a essas crianças, estariam espalhando medo entre os colonos cidadãos desta sociedade civilizada.²⁰³

Os blumenauenses, que acreditavam na possibilidade de “civilizar os bugrinhos”, propuseram que os “portadores da cultura” realizassem esta tarefa através da adoção ou da tutela de instituições religiosas. O Colégio Sagrada Família incorporou em suas atividades a

²⁰³ ALVES, Rosilene M. *Se mostram de novo os bugres: abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena*. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, p.52.

missão de acolher, batizar e “civilizar” crianças indígenas, como nos contam as crônicas feitas, de ano em ano, pelas religiosas da Congregação da Divina Providência.

Em novembro de 1905 o Colégio foi alvo de uma cena toda especial. Catorze índios, doze crianças e duas mulheres foram postos sob o maternal cuidado das irmãs. Elas foram capturadas provavelmente numa destas agressões que os bugres de tempo em tempo aí experimentaram contra colonos ou viajantes. (...) Os pequenos índios em breve se batizaram e em roupa de festa foram levados pelos padrinhos em carruagens à Igreja.²⁰⁴

Na obra de Rottmann, sobre a História desta congregação religiosa, foi apresentada uma outra visão sobre os conflitos entre brancos e índios. Ao contrário do que diz a crônica acima, do Colégio Sagrada Família, ela afirma que os índios trazidos à cidade foram capturados por pessoas que os atacavam. A autora também alerta sobre a utilização de um território que já possuía ocupante e os conflitos gerados por este fato.

Os bugres, antigamente donos das selvas à margem do Rio Itajaí-Açu, viram-se cada vez mais repelidos. Não quiseram deixar impunes os brancos que lhes roubavam sempre mais terreno. Houve, por isso, muitos assaltos às casas dos colonos, bem como a grupos de viajantes. Estes, por sua vez, começaram a persegui-los. Em tais perseguições capturavam, às vezes, alguns deles. Assim, em 1905, levaram quatorze bugres ao Colégio das Irmãs. Os colonos achavam que as irmãs haveriam de cuidar delas e civilizá-las. Este trabalho não era fácil. Não custou muito vesti-las e acostamá-las à alimentação, completamente nova para elas. Mas quem poderia tirar-lhes a saudade da mata, da vida livre? As duas mães conseguiram fugir, levando quatro crianças. Perseguindo as fugitivas, pegaram, de novo, uma das mães com três crianças. A outra sumiu. As crianças, que já estavam doentes, não resistiram à aclimação. Duas morreram, após terem sido batizadas. As outras foram entregues aos padrinhos ou outros casais, mas quase todas morreram. Várias vezes, as Irmãs receberam assim grupos de bugres. Com poucas exceções, eles custaram muito a se acostumar à vida civilizada.²⁰⁵

Os bugreiros costumavam, depois de realizado o ataque, capturar algumas mulheres e crianças indígenas. Hugo Gensch afirma que os prisioneiros da primeira leva agüentaram uma sofrida viagem para chegar à cidade. Segundo ele, foram poupados da morte, mas não da ganância dos “caçadores de bugres” liderados pelo famigerado Martin. Eles ofereciam aos curiosos a possibilidade de observar os “exóticos índios” em troca de dinheiro. “Era um

²⁰⁴ Crônica do Colégio Sagrada Família - ano 1905 (1895-1968). Santa Catarina: Blumenau, vol. 1, p.3.

²⁰⁵ ROTTMANN, Irmã Elisabeth. *É obra do Senhor! História da Congregação das Irmãs da Divina Providência (1842-1970)*. Impressão: R. Van Acken - Lingen/Sem, 1977, p. 66.

negócio sórdido. Os índios, assustados, estavam de cócoras dentro de uma carroça grande. Conta-se que até as partes genitais das mulheres foram mostradas para benefício monetário”.²⁰⁶ Neste momento, já havia sido retirada das mulheres as saias e os cordões que usavam nos pés. Os meninos foram despojados de seus botoques. Todos foram vestidos com camisolas. As fotografias tiradas dos índios, junto do grupo de bugreiros, confirmam esta substituição da sua vestimenta e paramentos por roupas padrão.



Mulheres e crianças Xokleng capturadas após um ataque de bugreiros liderados por Martin - terceiro da esquerda para a direita (fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo SCS)

No segundo transporte de índios, os bugreiros receberam ordens das autoridades para seguir diretamente ao Colégio das Irmãs da Divina Providência. O médico afirma que Korikrã - a criança adotada por ele - contou que houve apenas uma parada, quando se deparou com outra menina indígena que lhe deu água e revelou a razão pela qual estava naquele local. Ela também tinha sido aprisionada num ataque e foi cedida, como um presente, para o dono

²⁰⁶ GENSCHE, Hugo. *A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios*, 1908, p. 16.

daquele rancho. Korikrã também se lembrou de uma mulher que lhe deu carne de galinha quando ainda estava no trecho da viagem realizado a pé. Gensch afirma que ela reconheceu esta mulher, tempos depois, na cidade de Blumenau. A menina confirmou que em alguns “trechos da viagem não faltaram maus tratos, o que não é de se duvidar”.²⁰⁷



**Os mesmos índios vestidos com roupas, ao invés de panos, ainda junto dos bugreiros
(fonte: GENSCHE, Hugo. *A educação de uma menina indígena*, 1908)**

Hugo Gensch, depois de saber que os índios estavam nas dependências do Colégio Sagrada Família, resolveu fazer uma visita. Conforme sua monografia, encontrou uma criança deitada debaixo de um telheiro nos fundos da instituição e todos os outros com os olhos fixos ao chão, atacados de grave bronquite febril, dentes cariados e “se mostrando apáticos, conversando apenas, conforme informaram as Irmãs, em voz baixa, quando julgavam-se não observadas”.²⁰⁸ Gensch foi até o Colégio três semanas depois da chegada das mulheres e crianças indígenas, que ainda estavam sendo trancadas durante à noite num sótão. De acordo

²⁰⁷ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 30.

²⁰⁸ Idem, p. 17.

com ele, as condições em que se encontravam eram nada boas.

Enquanto as religiosas se esforçavam na tentativa de “civilizar” e superar as características “pagãs” e “incivis” dos Xokleng, estes sofriam com a nova vida que lhes era imposta. Diversos relatos mostram que comportamentos depressivos eram comuns entre as crianças que foram tiradas da mata e levadas para a cidade. Por exemplo, uma menina que estava sob os cuidados de uma freira, que a ensinava comportamentos “civilizados”, sofria de melancolia. Esta religiosa, que inicialmente tinha aversão da “bugrinha”, realizava esta tarefa apenas por designação de sua superiora.

Inesita foi como Irmã Margarida passou a chamá-la, depois que conseguiu vencer a natural repugnância com que obedeceu às ordens da sua boa madre guardiã. (...) Ensinou-lhe, com paciência de mãe, como comer, como se vestir, como dormir. (...) Uma coisa preocupava Irmã Margarida. Era a tristeza de Inesita. A menina vivia alheia a tudo, acanhada, pelos cantos das salas, ou da cozinha do convento, onde, às vezes, a levavam, no propósito de familiarizá-la com os serviços da casa. Já lá se iam bem três meses e nunca a tinham visto sorrir, ou ter um gesto de alegria diante dos brinquedos que lhe traziam. Sem mostrar o mínimo interesse em aprender, repetia maquinalmente o que a Irmã lhe dizia, para esquecê-lo dali a pouco. (...) Os dias se passaram e a menina ficou mais triste ainda.²⁰⁹

A tristeza era manifestada pelo silêncio. Mai-Tschúksima, mulher Xokleng, foi aprisionada pelos bugreiros juntamente com outras pessoas e transferida para Blumenau no quinto ano do século XX. Segundo Gensch, estas indígenas “permaneceram em silêncio absoluto, até a sua fuga. A menina que fugiu com a mulher Mai-Tschúksima, e que já falava um pouco de alemão, foi encontrada em estado deplorável de saúde, e permaneceu, daí por diante, em mutismo absoluto. Uma das meninas morreu em consequência de um jejum voluntário”.²¹⁰ Foi recorrente o silêncio como atitude diante do contato. Algumas vezes, a ausência total de sons; outras, o calar somente da língua Xokleng. As singulares histórias permitirão inferir sobre as possíveis motivações do silenciamento dos índios em diferentes circunstâncias nas relações interétnicas. Em alguns momentos, talvez uma forma de amenizar as diferenças e de aproximação cultural, em outros o desprezo e o aumento das distâncias. A tristeza da lembrança e a tentativa de apagamento do passado também aparecem nas histórias

²⁰⁹ SILVA, José Ferreira da. “O Natal da Bugrinha”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 3 (12), 1960, p. 233.

²¹⁰ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 8.

das crianças indígenas adotadas. A violência do confronto e as rupturas causadas pelo contato repentino também instigaram ações radicais, como a moça mais velha de um grupo capturado que “morreu de fome. Não quero mais comer - Mcajélan - dizia ela. Era o maior sinal de luto e, seus companheiros de cativeiro por semanas choraram, já com as famílias que as acolheram, a sua morte”.²¹¹

Antes de entrar especificamente nas histórias de Korikrã e Ana, cujas fontes encontradas possibilitaram analisar melhor algumas das suas experiências, serão apresentadas alguns fragmentos de outras vidas que passaram pela captura e foram levadas para a cidade de Blumenau ou para a capital do Estado, Florianópolis. Como visto, muitas destas crianças morreram enfermas após o contato cotidiano com os brancos e algumas fugiram. A ênfase recairá sobre a história de quatro indígenas, duas mulheres e dois homens, que viveram anos na companhia de pessoas influentes da sociedade catarinense do início do século XX. Sabemos que, ainda nesta época, ocorreram casos de adoção de crianças indígenas para mão-de-obra. No século XIX era bastante comum a venda dos prisioneiros, pelos bugreiros, para o trabalho. Apenas no início do século XX surgiu um movimento humanitário que implantou a idéia de criação de índios como filhos.

Na sociedade catarinense recém saída da escravidão, em alguns lugares ainda era considerado legítimo “pegar para criar” com o objetivo de ter os serviços da casa realizados. Pudemos verificar que estas adoções aconteceram mais comumente nas fazendas serranas do Estado. Wolff transcreveu uma interessante entrevista, na qual uma mulher fala sobre as lembranças que tem de sua bisavó. A “Mãe Inácia” morava em Vacaria, Rio Grande do Sul, região ligada à cidade serrana catarinense de Lages pelo caminho de tropas. Ela afirmou que “os homens iam para o trabalho e as mulheres para fazer o serviço da casa e servir como mulher mesmo. Então minha bisavó foi pega com outras pessoas, aprisionadas no mato pegas a cachorro, literalmente. Pegas a cachorro e levadas para a fazenda.”²¹² Não obtivemos nenhuma informação, na região do Vale do Itajaí e na capital Florianópolis, sobre índios criados para mão-de-obra. O enfoque aqui recairá sobre as interessantes histórias de crianças

²¹¹ GENSCH, Hugo. *Jornal Blumenauer Zeitung*, 28/03/1908.

²¹² WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres indígenas na construção etnohistórica de Santa Catarina: memórias de um esquecimento”. *Anais eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferenças e mediações*. Florianópolis, 2003.

indígenas adotadas por famílias catarinenses proeminentes, crentes da possibilidade de “civilizá-los” e inimigos dos bugreiros e seus patrocinadores.

Uma delas foi batizada com o nome de Benedita pelo casal Sofia e Wiegand Engelke. Este era um médico atuante em Joinville que, após algum tempo, transferiu-se para Blumenau. Conforme Ferreira da Silva, quando a menina completou sete anos de idade seus pais adotivos lhe deram um missal (livro de orações) e escreveram, nas páginas finais, a história de sua vinda para junto deles. A carta informa que, em dezoito de agosto de 1883, alguns índios começaram a apanhar milho de uma propriedade situada a quinze quilômetros da cidade de São Bento. O dono da roça, junto com empregados e vizinhos, decidiram atacá-los. Mataram vinte e oito pessoas e pegaram três crianças; um menino de oito anos e duas meninas, uma de seis e outra de dois anos. A menorzinha tropeçou, ao tentar fugir, e foi pega pelo próprio dono da roça, Manoel dos Santos Siqueira. O menino que recebeu o nome de Antônio no batismo veio a falecer tempos depois, na residência Antônio Sinke, em Campo Alegre. A menina mais velha foi batizada Estefânia e entregue a Von Lasperg. Não foi possível obter mais informações sobre esta criança. No dia trinta e um de agosto do mesmo ano, o juiz de órfãos mandou entregar a menina mais nova para o casal Engelke. O Doutor Wiegand contou que ela estava com forte diarreia e

quando minha esposa tomou-a nos braços, pela primeira vez, esta mostrou-se muito irritada e inquieta; gritava e debatia-se terrivelmente. (...) Naturalmente a criança não possuía noção do uso da colher, de escova de dente, de pente; gostava da limpeza. (...) Nos dias seguintes ela aprendeu a dizer “papa” e “mama” e não tinham, ainda, decorrido quatro semanas e ela já conseguia expressar alguns pensamentos em língua alemã; no idioma dos botocudos, porém, ela até agora não deixou escapar uma única sílaba, embora, segundo todas as probabilidades, já soubesse falar.²¹³

De forma semelhante narrou Gensch sobre as reações de Korikrã. Os primeiros momentos com os pais adotivos foram agitados, obviamente ela não tinha conhecimento dos hábitos “civilizados”, gostava de limpeza, foi aprendendo o idioma alemão e emudecendo a língua indígena. Benedita cresceu “bem educada, prendada e obediente. (...) A esposa do médico, Dona Sofia, era uma dona de casa exemplar e tinha noção bem clara da verdadeira

²¹³ SILVA, José Ferreira da. “Benedita Inglat”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 3 (12), 1960, p. 300.

educadora. Assim, orientou a criação da bugrinha com carinho de mãe e energia de mestra”.²¹⁴ Um certo dia, quando já era uma moça, Benedita conheceu um funcionário da Estrada de Ferro Santa Catarina chamado José Inglat. Nas ironias da História, o símbolo da modernidade, que se fixou em território indígena, fez com que Benta conhecesse seu futuro marido. Uma entrevistada lembrou de uma “índia que se casou bem, bem certinho, foi pra escola e tudo. (...) De índio não falava nada, porque aí dava saudade e ela ficava triste. O nome não me lembro mais, mas era bem feliz com o marido e filhos. Tinha cor assim de índio mesmo. Ela casou com um brasileiro”.²¹⁵ Mais uma índia que se calava sobre o seu passado em razão da conseqüente saudade na tristeza da lembrança. Este foi o único caso averiguado de uma índia que se casou. O matrimônio ímpar foi realizado entre pertencentes aos grupos marginalizados. A família da qual lembrou a entrevistada era o casal Benedita e José Inglat e seus três filhos: José, Rodolfo e Sofia, em homenagem a avó. Todos faleceram prematuramente. Tragédias da História e do historiador.

Outra história interessante é a de Kundüsima. Ela foi capturada numa batida de Martin Bugreiro, adotada pela família de Ricardo Ebert e batizada com o nome de Isabel. O seu apelido era Wat, por uma interessante razão. Quando ela não entendia algo que lhe diziam em alemão, pronunciava mal a indagação “Was”, que significa “o que?”. Gensch registrou que Korikrã também tinha dificuldade com esta expressão, que deveria se dar por causa da diferente fonética do idioma alemão em relação a língua Xokleng. “Ao aprender o alemão ela substituiu o ‘s’, muitas vezes, pelo ‘t’ e ‘o que?’ foi pronunciado ‘Wat’”.²¹⁶ Como Korikrã e Benedita, Kundüsima aprendeu a realizar as tarefas domésticas incumbidas à mulher na sociedade germânica, como o corte e costura. Wat costumava ter lições sobre as tarefas da casa com uma professora particular. Até que, em um dia de muita chuva, a moça não retornou da aula para casa. Os pais adotivos aguardaram durante àquela noite. Pela manhã, saíram em sua busca. Nada puderam averiguar. Passaram-se meses e o mistério sobre o sumiço da moça permanecia. Tempos depois o casal teve uma notícia bastante desagradável. Wat estava se prostituindo em Joinville. Eles quiseram fazê-la voltar à Blumenau, mas alguns amigos os

²¹⁴ Idem, p. 229.

²¹⁵ Entrevista nº 1, cedida por uma religiosa, no dia 13/7/2002, em Florianópolis. A ex-aluna e as freiras entrevistadas têm a identidade preservada neste trabalho. Haverá indicações numéricas e dados sobre a relação das entrevistadas com indígenas.

²¹⁶ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 40.

dissuadiram de tão difícil tarefa. “Prostituída, Wat encheu-se de moléstias venéreas, reduzida a um estado tão lamentável que, os que ali a exploravam, viram-se na contingência de expulsá-la do bordel”.²¹⁷

Após este triste fato, um médico alemão que morava em Joinville iniciou um tratamento em Wat cuja duração foi de meses. Após curá-la das doenças sexualmente transmissíveis, ele a entregou para a família de um Cônsul Inglês, na cidade de São Francisco do Sul. Assim que ela chegou, aportou na cidade um navio da marinha de guerra brasileira com uma centena de marinheiros. Um sub-oficial, num dos passeios em terra firme, viu Wat e se apaixonou. O navio foi ainda para o sul do país, mas na volta a Índia embarcou para o Rio de Janeiro, onde passou a viver junto com o marujo. Depois de alguns meses de vida em comum, ele teve que partir para uma longa viagem profissional ao exterior. Ferreira conta que ele encarregou três amigos para cuidar da moça, mas na volta teve uma decepcionante surpresa. De acordo com eles, Wat teve um comportamento péssimo em sua ausência, o traindo diversas vezes.

Furioso, o amante ludibriado, armado de uma peixeira, partiu para a casa da Índia, disposto a lavar com o sangue da perversa o vexame a que o submetera. Prevendo isso, os amigos conseguiram, a muito custo, tirar da cabeça do marinheiro os seus trágicos desígnios. Mas ele nunca mais voltou à casa da amásia, abandonando-a. E ela voltou para a zona do meretrício.²¹⁸

A última notícia que se tem de Wat é uma suposta carta que ela enviou para os seus pais adotivos, em Blumenau. Em uma triste narrativa, ela teria contado que estava num leito da Santa Casa de Misericórdia à espera da morte. Ferreira afirmou que Wat morreu naquela situação, bastante doente, e acabou sendo sepultada como indigente. A Índia que recusou o cotidiano de Blumenau teve um fim miserável, mas de uma vida que ela mesma traçou.

Voltemos agora à história de Nukla, comentada no início deste capítulo. Ele foi o único sobrevivente das cinco crianças indígenas capturadas em 1904, levadas para Florianópolis e

²¹⁷ SILVA, José Ferreira da. “Destino de indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XI, nº 12, 1970, p. 232. Novamente o historiador que, durante muitos anos, foi o responsável pela organização dos documentos sobre a história do Vale do Itajaí, escreve, de forma bastante romanceada, sobre as histórias das crianças indígenas na região. Quase nada se sabe sobre as fontes utilizadas por este pesquisador-literato, tornando necessária a atenção à liberdade, dispensada ao respeitado autor, quando escreve sobre a História do Vale do Itajaí. Esta é apenas uma interpretação acerca da vivência das crianças indígenas em Blumenau. Atualmente, o Arquivo Histórico desta cidade leva o seu nome: José Ferreira da Silva.

²¹⁸ Idem.

batizadas na Catedral Metropolitana. Como dito, ele tinha como padrinho o governador do Estado de Santa Catarina, Vidal Ramos Jr., e estudou durante anos no prestigiado Ginásio Catarinense.²¹⁹ Conforme Gensch, o medo esteve também presente na história desta criança capturada, única sobrevivente de seu grupo, que “levado para as montanhas, nas quais se esperava encontrar seus parentes, só ao ouvir o nome ‘Martinho’, começava a chorar e tremer de medo. Hoje, este rapaz é orgulho do ginásio em Florianópolis”.²²⁰ Não sabemos a procedência desta informação, nem se realmente a criança reconheceu o nome do bugreiro que estava no comando do ataque ao seu povo, mas é bastante provável que a figura deste “caçador de índio” e as cenas do confronto tenham ficado gravadas na memória do rapaz, como sucedeu com outras crianças que vivenciaram esta história de violência.

Pude obter, em relatórios deste Colégio dos Padres Jesuítas, algumas informações sobre este aluno interno. No ano de 1906, Pedro Andiro Nuclé entrou para o Primeiro Curso Preliminar, obtendo como média final nota cinco. No ano seguinte, quando fez o Curso Preliminar-Seção Superior, algo bastante interessante aconteceu. Neste livro consultado da instituição escolar, eram registrados todos os nomes dos alunos matriculados e, depois, apenas daqueles que “mereceram o prêmio de excelência em procedimento, aplicação e progresso”.²²¹ Neste ano, os alunos Guilherme Renaux e Carlos Schmidt receberam, respectivamente, o prêmio máximo e o segundo prêmio. Após este informe, o documento traz o nome de Pedro Andyro Nuclé como o aluno mais próximo aos premiados. Em terceiro lugar, logo depois de dois alunos de descendência germânica e sobrenomes influentes, um índio que há pouco chegara na cidade. O mais instigante foi saber em quais matérias teve destaque. Pedro foi o melhor aluno do ano nas disciplinas História Bíblica e Doutrina Religiosa. É provável que, nestas aulas, ele tenha recebido bastante atenção do professor. Afinal de contas, seria importante que a criança indígena tutelada aprendesse bem os dogmas da religião católica apostólica romana, sob a qual estavam subjugados os Jesuítas. Outra possibilidade seria um mero registro que funcionaria como prova do sucesso da educação de um menino índio na

²¹⁹ Para maiores informações sobre esta importante instituição escolar, neste período, ver DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2001.

²²⁰ GENSCH, Hugo. *Jornal Blumenauer Zeitung*. 28/03/1908.

²²¹ Livro de registros do Colégio Catarinense (ano 1904-1914).

instituição. Infelizmente, nenhum documento possibilitou a análise de indícios acerca de como um índio, freqüentando a escola havia apenas dois anos, interpretou esta religião.

Em 1908, Pedro freqüentou o Segundo Curso Preliminar, novamente registrado como um aluno interno natural de Florianópolis. Neste ano ele não se distinguiu em nenhuma das matérias lecionadas em sala-de-aula, mas na modalidade esportiva “Barra”. Em 1909 e 1910, cursou o Primeiro e o Segundo Ginásial. Neste último, Nuclé teve um mau desempenho e reprovou. Enquanto o melhor aluno teve 282 pontos, ele fez apenas 67. Pedro entrou para o Terceiro Ginásial apenas em 1912 e foi aprovado sem honrarias. No ano seguinte, freqüentou o Quarto Ginásial. Desta vez, ficou novamente perto dos alunos premiados e dignos de menção honrosa. No Quinto Ginásial, cursado em 1914, ele se sobressaiu em outra modalidade esportiva, o futebol. E assim Pedro Andyro Nuclé terminou sua etapa escolar. Além do que estes documentos do Colégio Catarinense informam, pouco se sabe sobre Nukla. Sílvio Coelho dos Santos registrou que, ainda sob a orientação dos Jesuítas, ele se mudou para o Rio Grande do Sul.

Outra história bastante interessante é a de Francisco Topp, que foi adotado pelo eminente Monsenhor Topp, o “institucionalizador da Igreja Catarinense”.²²² Segundo Padre Besen - que realizou pesquisas no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, na Cúria Metropolitana de Florianópolis, no Arquivo da Arquidiocese de Curitiba e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - este religioso organizou a Igreja Católica que estava desamparada neste Estado. Ele conseguiu transformá-la em Diocese e encher as Paróquias de padres. Francisco Xavier Topp nasceu em 19 de Setembro de 1854, na cidade de Warendorf, Alemanha. Sabendo da falta de sacerdotes na região de imigração européia, o religioso veio para o sul do Brasil em 1890. Nas andanças pelas terras catarinenses, contou aos colonos que viu bons lugares para o plantio e os incitou a emigrar para o que é hoje a cidade de Braço do Norte. “O campo de apostolado de Topp atingia distâncias de mais de 90 km a partir do centro. Ele atendia núcleos habitacionais distantes e visitava doentes enfrentado a floresta, o índio, perigos de todo tipo”. Certamente estas eram novas experiências para Topp, que acabou se envolvendo nas questões sobre os índios.

²²² BESEN, Pe. José Artulino. “Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da Igreja Catarinense”. *Encontros Teológicos*. Florianópolis, nº 2, 1990, p. 27. As citações que seguem são da mesma obra, respectivamente páginas 28 e 31.

No ano de 1891, foi nomeado vigário de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão, cidade onde a esmagadora maioria da população era brasileira. O sacerdote passou a se preocupar com lugares onde havia poucos estrangeiros e, sempre atento às questões educacionais da juventude, abriu uma escola onde ele mesmo lecionou em português, idioma que aprendeu, com dificuldade, depois dos trinta e cinco anos de idade. Apenas quatro anos depois, Topp se tornou o primeiro vigário alemão de uma capital brasileira, Florianópolis. Entre outras atividades realizadas, o religioso incentivou a fundação do Colégio Catarinense e criou um Asilo de Órfãos. O padre Topp trouxe para a antiga Desterro as Irmãs da Divina Providência que fundaram o Colégio Coração de Jesus e, logo depois que se instalaram em Blumenau, o Colégio Sagrada Família. Estas duas instituições educacionais acolheram crianças indígenas capturadas por bugreiros. Após algum tempo, o próprio Padre Topp acabou adotando um menino indígena recebido pelas religiosas.

Conforme Padre Besen, o sacerdote Topp se interessou pelos índios da região e quis ir para a floresta, junto com uma expedição de bugreiros, para catequizá-los. Em 1905, Dom Duarte Leopoldo e Silva soube de seu intento e logo lhe escreveu uma carta se opondo. Ele acreditava que as conseqüências de uma intervenção, junto a uma “caçada de índios”, seria funesta. Concluiu que os inimigos da Igreja o acusariam de ter chefiado uma carnificina de homens e os índios, sem distinguir entre os bugreiros e o padre, o perceberiam como mais um agressor. A partir deste momento, qualquer padre que se aproximasse deles seria afugentado, prejudicando a catequese. Leopoldo e Silva fez algumas interessantes indagações ao Padre Topp.

Como poderia V. Rev. evitar atrocidades em uma expedição que, em si mesma, é uma grave atrocidade? Nem eu posso compreender como se reclame a presença de um sacerdote para evitar o mal que de antemão se resolveu praticar e que absolutamente não se poderá impedir, atentas as circunstâncias? Como, por que milagre, poderia obstar V. Rev. que os valentes e briosos caçadores não se defendessem em uma luta por eles barbaramente provocada? (...) Protesto contra este singular sistema de catequizar e educar algumas pobres crianças, trucidando cruelmente os pais como se matam os tigres das florestas, para expor-lhes os indefesos caboclinhos à admiração pública dos civilizados. Não, meu padre! Deixando-se matar e não matando foi que os nossos missionários conquistaram os primitivos selvagens para Deus e para a Verdade e para a Sociedade. Sacrificando-se e não sacrificando é que se há de chamar aos sentimentos mais doces os pobres selvagens, habituados a ver nos brancos o seu mais

temível inimigo e incansável perseguidor. Dir-se-á que os selvagens atacam, matam e invadem. É verdade. Mas assim o fazem em represália, e tão somente para vingar uma agressão presente ou passada. Como, pois, se pretende reprimi-los com uma nova agressão?²²³

Parece que Topp refletiu e concordou, quase na íntegra, com o discurso de seu colega que denunciou os ataques aos índios como responsáveis pela onda de violência instaurada no Vale do Itajaí, ações estas que jamais um religioso deve presenciar, mesmo tendo uma boa intenção. Ao invés de ir até a floresta acompanhado de um grupo de bugreiros, o sacerdote resolveu dar o exemplo de uma outra forma, também rechaçada por Silva. Assim que chegaram algumas crianças indígenas à Florianópolis, Topp pegou uma para criar. No batismo o padre deu o seu nome ao menino, Francisco Cogogn Topp, mantendo no meio o nome indígena da criança. Segundo Besen, “o índio chegou a entrar no seminário e jornais da época noticiam que iria para Roma, fazer estudos superiores. Não se sabe depois qual foi seu paradeiro”. Em 1907, uma nota do jornal Novidades, da cidade de Itajaí, registrou que “aquele aborígene passou aqui em um dos últimos vapores para o Rio, onde vai tomar passagem para a Europa, a fim de concluir os estudos teológicos em Roma, devendo inclusive ser apresentado ao Papa”.²²⁴ Sobre as experiências na suposta viagem à Itália, nada se sabe.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi encontrado um telegrama manuscrito, direcionado ao governador, no qual Topp presta contas sobre o menino que criava com auxílio do estado. O religioso recebia uma pensão anual conforme o decreto de número 408, datado de 12 de novembro de 1908. Na correspondência, assegurou com orgulho: “Tenho a honra de comunicar que meu pupilo, o índio Francisco Topp, deixou nos princípios do corrente mês o seminário episcopal de Porto Alegre e entrou no serviço da catequese dos índios no Estado do Rio Grande do Sul.”²²⁵ Anos antes, um artigo jornalístico confirmou que o rapaz estava se dedicando à carreira eclesiástica no município de São João de Montenegro, também no estado gaúcho. Aos dezenove anos, no Seminário de Pareci, havia completado o

quarto ano de curso preparatório, tendo obtido excelentes notas de aplicação e bem assim de comportamento. O nosso jovem conterrâneo começara seus

²²³ A carta escrita por Dom Duarte Leopoldo e Silva está transcrita, na íntegra, neste artigo escrito pelo Padre José Besen.

²²⁴ Jornal Novidades. Itajaí. 28/04/1907.

²²⁵ TOPP, Cônego Francisco. Telegramas de diversos para o governador do estado. APESC. Correspondência datada em 15/05/1911.

estudos em Blumenau, mas revelando decidida vocação para o sacerdócio, seguiu para o importante estabelecimento onde se acha. (...) Pelo nome certamente está a pensar o leitor que se trata de um teuto-brasileiro, sem dúvida parente do sacerdote Topp. Mas assim não acontece. O estudante é brasileiro-brasileiro, se assim podemos exprimir; em suas veias corre o sangue do autóctone, do aborígene, o sangue dos que antes de nós habitaram esta terra: o estudante Francisco Topp é botocudo. E esta singularidade - a de um bugre ser candidato ao sacerdócio católico - é que nos induziu a escrever estas linhas. Não será certamente com indiferença, mas possuídos de sentimentos pouco comuns que, no futuro, assistiremos uma missa ou ouviremos um sermão sobre os sublimes ensinamentos do cristianismo pregado por um ministro de Cristo que foi um botocudo apanhado na selva a laço.²²⁶

Entretanto, parece que a expectativa em ouvir a homilia de um índio permaneceu irrealizável. O futuro sacerdócio e as missões evangelizadoras não o mantiveram nas atividades da Igreja. Francisco Schaden contou outras histórias sobre o jovem estudante. Durante uma viagem à Europa em companhia do Monsenhor Topp, o índio “apaixonou-se, no vapor, pela filha de um rico fazendeiro gaúcho. Mais tarde, casou e se tornou escrivão distrital”.²²⁷ Nas ironias da História, mais um símbolo progresso efetuou o encontro de um índio com o seu futuro amor. Como os trilhos do trem que uniu Benedita e José Inglat, o navio juntou Francisco e a jovem gaúcha. Schaden lembrou que obteve esta informação através da Dona Dina, a antiga cozinheira do Monsenhor Topp, que inclusive se mostrou decepcionada com a atitude do rapaz, que deveria ter cumprido a obrigação de corresponder às expectativas do seu patrão. Assim como Wat, Topp pode ter sido mais um índio que desviou das vontades de seus protetores e trilhou outro caminho. No andar da História, as trilhas construídas pelo sujeito que as percorre nem sempre seguem as vontades do outro que planeja.

²²⁶ Jornal Novidades. Itajaí. 15/01/1905.

²²⁷ SCHADEN, Francisco. “Os índios do Estado de Santa Catarina”. *Atualidades*, nº 5, Florianópolis, 1946. Apud SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 193.



**O índio Francisco Topp, adotado pelo eminente religioso de mesmo nome
(fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*.
Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - AHJFS)**

Ana, a eterna “bugra”

Nesse contexto e nesses tempos ocorreram as histórias de Korikrã e Ana, em Blumenau. Ainda crianças, elas foram trazidas pelos bugreiros para a cidade, depois de um ataque sofrido pelo povo indígena Xokleng. A menina Korikrã foi adotada pelo Dr. Hugo Gensch, defensor da “civilização” de crianças indígenas, e batizada Maria Gensch. A outra criança, Ana, permaneceu sob a tutela das Irmãs da Divina Providência, no Colégio Sagrada Família, durante aproximadamente 70 anos. Como outros índios, elas também manifestaram

tristeza no novo mundo em que se encontravam. Ana, conforme entrevistas, era uma pessoa de poucas palavras, e Korikrã, segundo Gensch, costumava ficar muda durante dias em determinadas situações. Os violentos confrontos com os “caçadores de índios”, o medo do desconhecido, a saudade da vida que levavam e das pessoas queridas podem ter gerado o silêncio.

José Ferreira da Silva narrou um encontro entre duas crianças indígenas numa Igreja, na época de Natal. É possível que uma delas seja Korikrã, pois o autor informou que a menina havia sido adotada por um importante médico. A outra era Inesita, mencionada anteriormente pela sua constante tristeza. Como Ana, esta criança estava sendo criada por uma religiosa. No dia da Missa do Galo, a freira que cuidava de Inesita a arrumou e a levou para a Igreja Matriz, toda enfeitada para a ocasião. Conforme Silva, apesar de deslumbrada e assustada com a profusão de luzes e pessoas presentes, Inesita, como de costume, não pronunciou uma palavra sequer. Até que, de repente, a menina se soltou da mão da freira, deu um grito e correu em direção à porta da Igreja, por onde estavam entrando algumas pessoas, e

abraçou uma outra bugrinha que uma das senhoras trazia pela mão, muito arrumadinha no seu vestido engomado, de rendas brancas e com fita azul à cintura. As duas bugrinhas, dizendo palavras que ninguém entendia, unindo os rostos, estreitando-se nos braços uma da outra, riam e choravam ao mesmo tempo, escandalizando toda a assistência de fiéis, que já formavam tumulto, na ânsia de observar de perto a singular e comovente cena. Irmã Margarida correu para junto de sua protegida. Não houve, porém, como separar as duas indiazinhas e foi preciso arrastá-las ambas para fora da Igreja, no instante mesmo em que o celebrante e os seus acólitos, em paramentos dourados, deixavam a sacristia para o começo da missa e o velho órgão derramava catadupas de sons estridentes, no trêmulo festivo da abertura de uma secular ária natalina. Inesita havia encontrado a irmãzinha que, no dia do batismo, a esposa de um conceituado médico do lugar tomara para criar. E não houve como separá-las. Irmã Margarida e a senhora do médico acompanharam as pupilas até o convento onde, ao regresso da comunidade da missa da meia-noite, festejaram, em torno da árvore de natal, carregadinha de bolas brilhantes, verdes, vermelhas, de ouro e de prata e de centenas de velinhas acesas, o nascimento do Menino-Deus. Irmã Margarida perdeu a missa. Mas à bugrinha, que ela já queria tanto, como se fosse filha, voltaram o sorriso e a alegria.²²⁸

As duas crianças indígenas se encontraram enquanto as pessoas participavam de uma

²²⁸ SILVA, José Ferreira da. “O Natal da Bugrinha”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau 3 (12), 1960, p. 235.

celebração cristã que, apesar dos esforços das suas “protetoras”, elas não compreendiam. É importante ressaltar que as duas recém-batizadas, através de um ritual católico, já haviam passado por uma cerimônia indígena. Nesta ocasião, os Xokleng costumavam fazer duas incisões na perna esquerda das meninas, logo abaixo da rótula. Este ritual de iniciação para a vida adulta ocorria na mesma conjuntura em que eram perfurados os lábios dos meninos para a colocação do botoque. Esta era a principal festa realizada pelo povo indígena Xokleng. A preparação deste festejo, que reunia muitas pessoas, durava aproximadamente um mês.

Este foi o encontro de duas meninas pertencentes a uma mesma cultura e inseridas forçosamente em outra extremamente diferente. É compreensível a grande emoção do encontro de semelhantes que falavam a mesma língua, compreendiam o mesmo universo simbólico e viveram/viviam difíceis momentos. A ruptura do silêncio, o encontro com a saudade, o breve distanciamento da realidade da separação: fatores estes capazes de reavivar uma língua incompreendida por quem as cercava e há tempos não praticada, senão nas profundezas da lembrança. A experiência comum mais traumática, a violência física no confronto com os bugreiros, não havia sido esquecida. A história que Hugo Gensch relatou, contada por Korikrã, sobre a sua fuga durante o ataque dos “caçadores de índios”, impressiona. Além de confirmar o extermínio completo do grupo ao qual Korikrã pertencia, narrou dramaticamente o ataque inesperado e mortal, que ocorreu logo após o levantar do sol, quando

os índios viram-se cercados e não puderam mais chegar às suas armas, procurando se salvar pela fuga quem pudesse. A menina presenciou como a mãe foi degolada, mas o pai agarrou a menina, fugindo com ela para o mato, incitando-a sempre: “corra... corra...”. A menina tem uma lesão cardíaca desde então, cujas conseqüências logo aparecem, quando ela corre muito. (...) Depois deste massacre em massa, o pai da menina teria estado muito triste, e andando com ela, a filha mais velha, dia por dia, sem destino certo pelo mato, chorando a morte da esposa.²²⁹

Korikrã contou, tempos depois, que diversas vezes reviveu, em sono agitado, as cenas do assalto que a tornou prisioneira. Em conseqüência dos pesadelos, que tinham sido reais, ela costumava levantar durante a madrugada. Hugo Gensch relatou outro fato interessante, e chocante, sobre uma atitude de Korikrã, quando ela ainda não sabia falar uma palavra sequer

²²⁹ GENSCHE, Hugo. Op. cit., p. 27.

em alemão. Conforme o médico, um certo dia, após da refeição noturna, Korikrã foi para a cozinha e voltou segurando uma faca em cada mão. Gensch confessou que, a princípio, achou que a menina os atacaria. Seria a confirmação dos alertas que havia recebido sobre os perigos de adotar uma índia. Mas logo depois, seu pai adotivo percebeu que ela não tinha intenções agressivas.

Logo compreendemos que ela queria informar-nos sobre o massacre de índios, em cuja decorrência ela foi capturada. Ela demonstrou primeiro nela mesma os horrores que aconteceram a sua tribo, acompanhando a representação, imitando os respectivos ruídos, em tons guturais, onomatopoiéticos. Encenando a degolação, ela imitava o barulho do sangue, jorrando dos cortes e, demonstrando como os algozes rasgavam os ventres dos índios fez, com insuperável dom de imitação, os ruídos da destripação, dos choques destas partes moles do corpo com o chão. Ela imitou as facadas frenéticas dos agressores nos índios cambaleantes e sonolentos após uma noite de festança, a disparada louca daqueles que procuravam salvar-se pela fuga, e como os bugreiros aplicaram facadas nos mesmos, pelas costas. Demonstrou como tiraram os olhos, cortaram narizes, orelhas e lábios, e deceparam membro por membro de sua gente. (...) Quando ela já sabia manifestar-se em alemão, disse repetidas vezes à minha senhora: “mamãe, vocês não podem supor que eu vim com gosto para junto de vocês. Não! Mas vocês todos são tão bons para comigo. Jamais, entretanto, eu poderia esquecer o que me aconteceu, e durante a noite vem sempre a minha mãe, de pescoço cortado, e mostra-me o meu irmãozinho, que foi retalhado em pedaços. Vem também meu irmão Junvégma cantar para mim. De manhã, entretanto, quando eu acordo, eles não estão mais aqui, e eu não tenho mais ninguém, só vocês”.²³⁰

Korikrã representou este ataque algumas vezes durante duas semanas, inclusive com os membros da família de Gensch, mas tomando sempre o cuidado de utilizar apenas a parte não cortante da faca. Este testemunho impressiona pela violência sofrida, pela revelação de que ali estava compelida e pelas reações desencadeadas numa menina-moça de aproximadamente treze anos. Enquanto são raros os escritos que revelam a violência investida contra os índios, são comuns os que narram ataques dos “bugres” aos colonos. Contudo, devemos lembrar que a veemência destes relatos acontece em ambos os lados, com o fito do convencimento da defesa ou da execração do genocídio indígena. Portanto, é importante estar atento na leitura dos escritos de Hugo Gensch, pois ele era um defensor da “adoção civilizatória” e ferrenho opositor da matança dos índios. Era necessária uma narração dramática da violência para a

²³⁰ Idem, p. 25.

denuncia. Guardando as devidas proporções, esta é uma fonte extremamente rica, que possibilita o conhecimento das palavras e das ações de uma Xokleng - mesmo que reinterpretadas pelo seu pai adotivo - relacionadas ao ataque que sofreu pelos bugreiros e as suas experiências após este fato lastimável.

Korikrã não conseguiu apagar da memória os fatos vividos. Ela presenciou cenas terríveis, perdeu sua mãe e, posteriormente, foi capturada pelos bugreiros. Entre outras coisas, teve que conviver com uma doença física, uma lesão cardíaca. Ana também sofreu com a violência dos “caçadores de índios” e carregou consigo, por toda a vida, as marcas deste confronto. Ela sobreviveu à agressão, mas teve o pé cortado ao meio numa provável tentativa de dificultar sua fuga. Talvez esta mutilação tenha feito com que as famílias humanitárias blumenauenses não a adotassem. Por sua vez, as religiosas, ao cuidarem de uma menina que tinha problemas físicos, estariam fazendo uma caridade ainda maior. “Dava trabalho para as Irmãs cuidarem dela. A Irmã que cuidou dela quando estava doente passou muito trabalho. E isso foi muito bonito, foi com amor”.²³¹

Todas as entrevistadas, ao lembrar de Ana, recordaram que ela era manca. Para fazer pirraça, muitas crianças que estudavam no Colégio Sagrada Família implicavam com ela por causa da sua dificuldade de caminhar e do seu pé, que chamavam de “pitoco”. Estas zombarias deixavam Ana muito zangada. Ela “não gostava de mostrar o pé, ficava bem brava. Cortaram metade do pé dela para matar, mas ela sobreviveu e teve dificuldade de andar a vida toda”.²³² Uma aluna - que estudava no colégio e a conheceu aos cinco anos de idade - e uma freira, relembrou histórias da “bugra”.

Era aquela curiosidade de toda a criança. Ficávamos espiando, para ver se ela fazia alguma coisa. Como toda a criança é travessa, a gente mexia com ela: Ana bugra, Ana bugra, ô feia, coisas assim. E ela corria atrás da gente. Eu tinha uns 6, 7 anos. Eu acho que as meninas maiores, naquele tempo do ginásio, a maltratavam. A Ana não era muito chegada nelas. (...) O sapato dela que era engraçado. Segundo me consta ela tinha o pé cortado, eu não sei porque. Ela mancava bastante. Ela usava um sapato tipo de boneca com fivelinha, fechado. Uma das coisas que a gente fazia, quando eu era maior e

²³¹ Entrevista nº 1. Esta religiosa conviveu com Ana durante muitos anos, no Colégio Sagrada Família, em Blumenau. Algumas vezes, durante a entrevista, ela falou frases em alemão, o que, além do trabalho da tradução, deixou clara a força da cultura germânica no cotidiano das pessoas que conviveram com Ana. Muitas delas já faleceram e, quando idosas, ainda tinham forte ligação com o idioma alemão e ao que se refere a esta cultura.

²³² Entrevista nº 2, cedida por uma religiosa no dia 5/6/2002, em Florianópolis. Esta freira cuidou de Ana nos últimos anos de sua vida, os quais passou enferma, no Colégio Sagrada Família.

me juntei à turma maior, era pedir pra Ana mostrar o pé. Como nós éramos sem-vergonha mesmo, a gente dizia: Ana bugra, mostra o pé. Tínhamos medo. A gente chamava de longe e corria dela. (...) Acho que era uma maldade que é natural da criança.²³³

Ana tinha um pé que foi cortado, não sei como foi aquilo. E ela escondia aquele pezinho, não deixava ninguém ver. Estava sempre de sapato e meia. E a gente pedia, alguns, pra fazer bobagem, pra ver o pezinho dela. Ela não deixava, ficava brabinha. Diziam que era pitoco. (...) Só sei que pra mim ela era boa, pras outras irmãs também ela era boa. Era só não mexer com ela. Se inticassem com ela por causa do pezinho... Ela não podia com essas conversas. Acho que foi do susto que ela levou, quando levaram os parentes dela embora e ela ficou sozinha. Ela ficou assim impressionada. Ficou triste. Acho que mataram alguém na presença dela quando acharam os índios por aqui. E os outros eu não sei aonde levaram.²³⁴

As cicatrizes de Ana pareciam não estar curadas. Ela escondia as feridas do confronto, mas as pessoas faziam questão de chamar atenção para o seu pé quase decepado, que como ela mesma, era muito diferente de tudo o que estavam acostumados a conviver. “A Ana foi uma pessoa muito estranha na minha vida, no sentido de ser algo diferente de tudo aquilo que eu conhecia. Éramos todos loirinhos, de olhos azuis ou verdes. Naquela época eu não conhecia nenhuma pessoa negra e a Ana era índia, uma cor diferente, traços fisionômicos diferentes, andava de uma maneira toda esquisita”.²³⁵ É importante reforçar que Ana estava em Blumenau, cidade até hoje referenciada como uma das mais germânicas do Estado de Santa Catarina.

Como Margarida - criança indígena que já vivia no Colégio Sagrada Família e realizava serviços domésticos - Ana foi recebida pelas Irmãs da Divina Providência. Ela passou a morar nesta escola administrada pelas freiras católicas, onde ficou praticamente toda a vida. Enquanto outras crianças indígenas eram adotadas por famílias blumenauenses, esta permaneceu na instituição escolar-religiosa que as recebia. Ana não fugiu nem faleceu devido a enfermidades, o que era comum, mas viveu aproximadamente setenta anos neste espaço cultural ocidental-cristão. Nesta crônica, as freiras contam um pouco da história da chegada dela no colégio e mais uma interessante história de fuga de índios.

²³³ Entrevista n° 3, cedida por uma ex-aluna do Colégio Sagrada Família no dia 20/3/2002, em Blumenau. Esta leiga conheceu Ana ao entrar para este Colégio aos aproximadamente cinco anos de idade, no início da década de 50.

²³⁴ Entrevista n° 1.

²³⁵ Entrevista n° 3.

No dia 29 de dezembro de 1906 uma segunda remessa de índios foi confiada às irmãs: duas mulheres e oito crianças. Como Margarida podia entender-se com elas, acostumaram-se ligeiro. Idéia extravagante tinha um aventureiro de Florianópolis. Concebeu o plano de levar as duas mulheres e uma moça para o mato e, como ele entendia algo da linguagem dos bugres, queria atraí-los por meio das duas e, então, civilizá-los. Mas o resultado foi contrário à expectativa, como veremos. Ao anoitecer, ausentou-se o carro com as três prisioneiras debaixo de geral descontentamento da população de Blumenau. O aventureiro e seu filho foram os únicos companheiros, porque ninguém se atrevia a acompanhá-los. Na distância de 8 km, mais ou menos, de Blumenau, queriam pernoitar. Aprisionaram as três num rancho, enquanto eles procuravam conforto numa hospedaria. Mas ao amanhecer, querendo continuar a viagem, não mais encontraram as três índias que, por sua vez, nunca mais voltaram. As crianças que ficaram foram entregues a famílias que se ofereciam. Uma noite fugiu também a Margarida. Só uma criança, nossa Ana, ficou com as irmãs.²³⁶

Uma das primeiras ações das religiosas, como de costume, foi batizá-la. Acreditavam que estes “pequeninos pagãos” eram salvos através deste sacramento. Um dos fatos singulares da história de Ana é que no batismo ela recebeu o nome de Ana Waldheim. No idioma alemão, “wald” significa floresta e “heim” remete à noção de pátria. Enquanto as famílias blumenauenses, ao batizar os seus “filhos” indígenas, faziam questão de lhes dar os sobrenomes de ascendência germânica, o sacramento católico marcou a adotada pela Igreja como a índia filha da mata, cuja verdadeira pátria é a floresta. Algumas religiosas lembraram que Ana passava muito tempo no jardim, o que, segundo elas, estava relacionado com a sua vida anterior na floresta. A ex-aluna do Colégio Sagrada Família lembrou que “Ana se escondia num matinho verde. Eu acredito que aquela atitude representava a saudade que ela tinha da selva, do mato, de onde ela veio. Talvez fosse um instinto dela de se enfiar atrás das árvores e espiar o branco”.²³⁷ Korikrã, a outra menina levada para Blumenau, também gostava do terreno que existia atrás da casa onde morava. Ela “costumava pular a janela e esconder-se no jardim. Às vezes ficava horas sentada por lá”.²³⁸ Esses indícios mostram como a formação sócio-cultural indígena, experienciada na mata, é reavivada em características como o gosto pelo verde jardim. A ligação saudosa revela o presente como resultado de uma imposição que insiste na tarefa bastante difícil de total transformação. Diversas especificidades de uma vivência indígena aparecem nas atitudes das crianças, durante uma educação que não apaga

²³⁶ Crônica do Colégio Sagrada Família - ano de 1906 (1895-1968). Blumenau, vol. 1, p. 4.

²³⁷ Entrevista nº 3.

²³⁸ GENSCH, Hugo. Op. Cit., p. 20.

rápida e plenamente o passado.

Poucas pessoas tinham conhecimento do sobrenome Waldheim, dado à Ana no momento de seu batismo. Ela era constantemente chamada de “Ana Bugra”. Esta identificação é reconhecida até hoje por pessoas que tiveram contato com ela ou que jamais a conheceram. Ela nunca foi simplesmente Ana. Juntamente com seu nome, dado pelas religiosas, ela recebia o termo pejorativo utilizado para designar os Xokleng. Ao que tudo indica, Ana foi sempre percebida como “a bugra”. Os imigrantes alemães utilizaram freqüentemente para denominar os índios o termo bugre, uma palavra que denota inferioridade. Os diferentes grupos indígenas não eram reconhecidos pela sua etnia, mas pela generalizante representação desqualificadora, repleta de preconceitos, que aparece constantemente nas fontes.

Conforme o livro escrito em comemoração ao centenário do Colégio Sagrada Família, “Ana Waldheim (‘Ana Bugra’, † 31.12.1977) adaptou-se aos costumes e à vida no Colégio. Aprendeu a falar português e alemão, embora lhe custasse muito. Gostava de se enfeitar”.²³⁹ Certamente lhe custou muito aprender a se comportar como uma “civilizada”, assim como para as outras crianças. Mas é importante observar que esta história transcorreu num espaço diferente daquele em que viveram as crianças adotadas. Ana foi recebida por uma instituição escolar religiosa, na qual as freiras tinham como intuito fazer caridade. Por outro lado, os pais adotivos que criavam uma criança indígena e colocavam seu sobrenome nela tinham como objetivo mostrar para a comunidade que era possível “civilizá-la”. Como estas crianças eram “educadas” com este fim, seu comportamento e sua habilidade com a língua alemã eram, provavelmente, muito cobrados. Pode-se inferir que as relações de Ana, no convento, foram diferentes.

Conforme o livro citado acima, Ana tinha dificuldade com os idiomas alemão e português. Conforme entrevistas, a língua materna parece ter tido alguma permanência. Uma freira contou que ela costumava dançar e cantar na língua Xokleng, mas apenas em sua presença, devido à relação de amizade que tinham. Ana a alertava avisando que iria se expressar como estava acostumada. Logo depois, balançava e se manifestava numa língua estranha e incompreensível, segundo a religiosa. “Eu não entendia nada e ela acabava falando

²³⁹ SOUZA, Jucileide Castro de. ROMER, Iria Inês. BRACHT, Irmã Maria. *Colégio Sagrada Família: 100 anos educando para a vida*. Blumenau, 1995.

sozinha. Ana só fazia isso comigo, porque ela confiava, gostava de mim”.²⁴⁰ A ex-aluna relembra:

No pátio das internas a gente conversava com a Ana, mas ela nunca respondia. Eu não sei se ela falava português, eu não posso te dizer porque ela nunca falou conosco. Eu tenho impressão que algumas vezes ela balbuciou alguma coisa, mas na língua dela, a gente não entendia. E quando ela corria atrás da gente, acho que ela insultava a gente com palavrões na língua dela.²⁴¹

A comunicação, mesmo com uma das freiras mais íntimas, era bastante falha. As religiosas e as alunas do Colégio Sagrada Família não a compreendiam, e vice-versa. “Ana andava quase sempre sozinha. Uma ou outra moça falava com ela, mas pouca coisa. A Ana não gostava de falar”.²⁴² Eram mundos diferentes, como podemos perceber, entre outras coisas, ao lembrar do apego aos enfeites que somente ela usava. Muitos confirmaram seu gosto pelos apetrechos. Ana costumava se paramentar com adornos coloridos, circulando entre inúmeras freiras que trajavam vestes negras.

A Ana usava lacinhos, pequeninhos, como se fossem as chiquinhas de hoje. Ela adorava aquilo nos cabelos, usava sempre. (...) Ela usava uns colares também. Gostava muito de se enfeitar com colares. Acho que é uma coisa típica da cultura dela. E as freiras deixavam ela usar aqueles aparatos todos; engraçado, porque naquela época elas usavam o hábito, aquela coisa redonda da Divina Providência.²⁴³

Ana gostava de se enfeitar. Ela tinha tantos brincos, tantos colares. Quando ela ia à missa Domingo, minha nossa senhora, não tinha fim aqueles colares. Até chegou a dar um pra mim. Andava sempre toda enfeitada.²⁴⁴

Pulseiras, brincos, anéis... E quando ela ganhava um vestido novo ficava toda contente. Ela usava fitas na cabeça. Só ela que usava. As pessoas que gostavam dela davam enfeites e ela podia escolher no quarto dela.²⁴⁵

²⁴⁰ Entrevista n° 2.

²⁴¹ Entrevista n° 3.

²⁴² Entrevista n° 1.

²⁴³ Entrevista n° 3.

²⁴⁴ Entrevista n° 2.

²⁴⁵ Entrevista n° 1.



Ana e seus enfeites (fonte: *Colégio Sagrada Família: 100 anos educando para a vida. Blumenau, 1995*)

Ana foi bastante lembrada pelas suas características indígenas. A complexidade da sua relação com a cultura “ocidental” pode também ser identificada através da religião cristã. A leiga entrevistada comentou sobre as missas que participava na Igreja e lembrou que, embora os imigrantes alemães e seus descendentes costumassem cantar bastante durante as cerimônias, seguindo uma forte tradição cultural, Ana se mantinha calada. Uma freira afirmou que ela se confessava uma vez por semana, como era de costume para quem morava no colégio. Mas antes da ida, Ana tinha que se preparar. Primeiro, pedia para se confessar com o padre mais jovem da paróquia, pois dizia que o outro ria dela. Depois, perguntava para uma amiga religiosa quais eram os pecados que tinha cometido e o que deveria falar. Ana vivia em uma cidade em pleno processo de modernização e morava em uma instituição religiosa onde eram veneradas entidades que ela, provavelmente, não compreendia ou não era suficientemente tocada a ponto de causar interesse.

Gostava de ir para a Igreja, mas bem enfeitada. Se ela rezava eu não sei. Acho que não... só olhava pra Jesus e para os santos. Todo dia ela ia para a nossa capela, pra missa. Chegava tarde às vezes, mas sempre ia. (...) Então ela, Domingo, se enfeitava para ir à missa, ia sozinha pra Igreja. (...) Ela usava pulseiras, brincos, anéis. (...) Ela sempre perguntava para uma irmã velhinha, pra ela dizer o que que ela fez, que pecado ela tinha feito. Antes de ir ao confessionário ela perguntava, cada semana ela ia. Então ela perguntava pra irmã - o que que eu fiz, o que é que eu fiz? O que que eu vou dizer pro padre? - Ela não devia esquecer o que a irmã dizia, né? Acho que ela está bem no céu, ela foi muita boa e bem obediente à Igreja. *Pra coisas grandes não dava.* (...) Ela não estudou não, ficou assim. Ela não dava pra estudar... ela não tinha as idéias. (...) Ela falava alemão melhor do que o português.

*Mas não, não, não dava, a cabeça... a gente via que ela não tinha inteligência para estudar.*²⁴⁶

As irmãs cuidaram para que ela acompanhasse as orações, e ela foi se adaptando, com a própria vivência. *No fim ela estava no meio de nós, como uma pessoa até normal. Nem parecia uma índia.*²⁴⁷

Ana passou praticamente a vida inteira no Colégio Sagrada Família, mas nunca estudou nele. Como demonstram as falas acima e tantas outras testemunhadas, as freiras católicas e as pessoas da comunidade não a consideravam capaz de estudar, se tornar uma religiosa, uma professora ou, então, casar. No entanto, as freiras se orgulhavam quando ela aprendia alguns hábitos “civilizados”. Assim, Ana parecia ficar mais próxima da cultura “ocidental-cristã”, o que não significava, de forma alguma, que pudesse vir a ser considerada uma “igual”. Ana sempre foi a “bugra”, e o diferente era cotidianamente tratado como inferior. A freira que duvidou das orações de Ana lembrou que ela, às vezes, chegava atrasada na missa. A pontualidade era um valor importante na cultura germânica, mas Ana era desculpada. “A gente deixava. Ela era uma bugra (risos)”.²⁴⁸ O valor cristão do perdão era colocado em prática, e a (des)culpa era solucionada estando unida a inferiorização do diferente.

Muitas vezes as lembranças sobre Ana revelam um discurso que reitera a não-inteligência como algo intrínseco ao índio. Uma freira católica afirmou que se percebia que Ana não tinha inteligência como elas, e outra, ao ser questionada sobre a sua vontade (ou não) de estudar, afirmou: “ela não era inteligente, mas falava alemão. É... até que ela podia ter estudado. Mas pra ser irmã tem que ter vocação, uma bagagem diferente”.²⁴⁹ A religiosa chegou a admitir que Ana poderia ter estudado, o que seria fácil, já que morava nas dependências de uma instituição escolar. Contudo, mesmo aceitando esta idéia que surgiu tarde demais, não cogitou a hipótese de que ela poderia ter se tornado uma freira. Uma outra religiosa entrevistada disse que “as irmãs a aceitavam como filha, a tratavam como se fosse uma de nós”²⁵⁰, mas, certamente, as relações cotidianas reiteravam que Ana não era uma delas. Afinal de contas, era uma “bugra”, e este era sempre o fator explicativo que vinha à tona junto

²⁴⁶ Idem. Grifos meus.

²⁴⁷ Entrevista n° 2. Grifos meus.

²⁴⁸ Entrevista n° 1.

²⁴⁹ Entrevista n° 2.

²⁵⁰ Entrevista n° 4, cedida por uma religiosa, no dia 5.6.2002, em Florianópolis, que teve contato com Ana no Colégio Sagrada Família, em Blumenau.

com um vasto repertório etnocêntrico. Conforme Sílvio Coelho dos Santos, ela também era chamada vulgarmente de “Ana Tola” porque

sempre sofreu de um distúrbio psíquico. (...) Ana ficou no Colégio porque nenhuma família a quis receber. Ela já apresentava um comportamento excepcional. Permaneceu ali colaborando em serviços domésticos e rindo bastante quando alguém lhe dirigia algumas palavras, mesmo que estas fossem destinadas a ridicularizá-la.²⁵¹

A pesquisa corroborou a informação de que Ana realizava trabalhos domésticos, que era ridicularizada e que nenhuma família interessada nas crianças indígenas quis adotá-la. Entretanto, apesar das afirmações correntes de que ela era incapaz de estudar, nenhuma pessoa entrevistada, apesar de questionada, confirmou qualquer comportamento excepcional ou o apelido “Ana Tola”. Nada verifiquei do comportamento que Santos concede a ela, como uma pessoa branda e sem consciência dos ataques verbais que recebia. Pelo contrário, a maioria das entrevistadas afirmou que Ana tinha um comportamento arredo e que, quando alguém implicava, costumava revidar. “Às vezes, quando ela ficava brava com alguém, ela ficava mesmo. Ninguém devia se meter com coisas que ela não gostava. Senão, ela era mansinha. E quando ela ganhava um vestido novo ela ficava toda contente, usava fitas na cabeça que só ela usava”.²⁵² Conforme mencionado, a ex-aluna lembrou que Ana corria atrás dela quando se sentia incomodada.

Uma religiosa entrevistada, que lembrou de um fato relacionado a Ana, disse que “ela era ágil, pegava aves com a mão, coisa de índio. Ela não conhecia lei, quando provocada atacava. Uma vez atacou com um garfo e machucou uma menina que estava incomodando, mostrou o que é do índio. Não provoque!”²⁵³ Estas idéias deixam claro que, além da não inteligência, também a agilidade e agressividade eram vistas como comportamento natural do índio. A outra religiosa citada declarou que se não mexerem com Ana ela era “mansinha”, termo normalmente associado ao comportamento de animais. A leiga, por sua vez, afirmou que “se ela fosse retardada, as crianças iriam mexer com ela e ela não iria revidar. Não ia dar

²⁵¹ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973, p. 194.

²⁵² Entrevista nº 1.

²⁵³ Conversa informal com uma freira que, curiosa acerca do que se tratava a entrevista que eu estava realizando com uma colega freira, entrou na sala e contou esta história.

conta de lavar roupa, de trabalhar na horta, mexer com os legumes”.²⁵⁴ Mesmo se Ana tivesse um pequeno distúrbio psíquico, isso não necessariamente afetaria a realização destas atividades, mas o comportamento sustentado por Santos está extremamente distante daquele apontado pelos indícios.

A fala da ex-aluna e de algumas freiras do Colégio Sagrada Família indicam que o motivo principal pelo qual as pessoas implicavam com Ana era o seu pé, que foi cortado ao meio no momento do ataque dos bugreiros. Desta imperfeição todos os entrevistados recordaram. Este pode ter sido o motivo que mais incomodou os candidatos a pais adotivos de crianças indígenas, e não um possível distúrbio psíquico, do qual ninguém lembrou. Ana foi um personagem quase folclórico na história do colégio, com suas atitudes diferentes para uma sociedade germânica. Santos talvez tenha assentido com o discurso corrente que vê Ana como estranha e, portanto, excepcional. A ex-aluna do Colégio Sagrada Família, que quando criança conheceu Ana, expressou assim a convivência:

Na minha infância a Ana povoava os meus sonhos. Meu Deus, uma índia! No primário quando eu aprendi sobre arcos, flechas, ocas, coisas assim, a Ana povoava a minha imaginação. Queria saber se ela tinha essas coisas, se ela tinha vivido isso, porque ela estava ali. Nunca ninguém me explicou por que ela estava no colégio. Quando ela corria atrás da gente, eu imaginava aquela mulher querendo nos matar com uma flecha envenenada. E todo mundo dizia que a Ana era ruim, Ana Bugra é ruim. Hoje em dia eu não a vejo como uma pessoa ruim, ruins éramos nós, crianças, que mexíamos com ela pelo puro prazer de atormentar, porque ela era diferente de nós. Obviamente ela se sentia muito mal e não gostava de ser atormentada, como nenhum de nós gosta. (...) Imagina com 8, 10 anos alguém te tirar do seio da sua família e te levar. Imagina o tempo que ela levou para se adaptar. Imagina quantas lágrimas de saudade esta mulher chorou. Imagina que saudade ela tinha dos pais, dos irmãos, dos animais, do rio onde ela tomava banho. Ela foi parar justo num colégio de freiras, onde tinha que andar tudo certinho. Imagina que saudades ela tinha das músicas, de tudo, de toda uma cultura que ela deixou pra trás. Quando comecei a compreender as coisas fiquei com muita pena de saber que ela tinha passado por isso. Me arrependi das vezes que eu tinha mexido com ela, que não foram poucas.²⁵⁵

A religiosa que cuidou de Ana quando estava doente, nos últimos anos de sua vida, contou que algumas vezes entrava no quarto dela e a encontrava chorando. Algumas vezes perguntou a razão da tristeza, mas nada respondia. Um dia Ana revelou sua angústia dizendo

²⁵⁴ Entrevista nº 3.

²⁵⁵ Idem.

que chorava pela sua própria morte, porque se assim não o fizesse, nenhuma lágrima seria derramada quando chegasse a sua hora. A freira respondeu que muita gente gostava dela. Provavelmente, não era isto que Ana sentia. Um tempo depois ela teve um derrame, fez uma cirurgia, não resistiu e faleceu. “Fiquei com Ana até ela morrer. Nos últimos momentos ela me chamou, fiquei ao seu lado e ela faleceu”.²⁵⁶ Ana sucumbiu nos braços de uma de suas melhores amigas que, mesmo assim, não a compreendia e a percebia como uma “índia que tirou a sorte grande ao ficar entre nós, na nossa cultura”.²⁵⁷ Muitas pessoas deveriam pensar assim, pois as Irmãs da Divina Providência eram bastante valorizadas pela comunidade blumenauense de imigrantes alemães e descendentes. Ao contrário, Ana e o povo indígena Xokleng...

Korikrã, a senhorita Gensch

Enquanto as religiosas da Congregação da Divina Providência cuidavam das crianças indígenas trazidas pelos bugreiros, algumas famílias se dirigiam ao orfanato com o intuito de levar uma delas e “civilizá-la”. Hugo Gensch estava interessado em adotar uma criança, mas até então tinha tido dificuldades. Segundo ele, seu pedido ainda não havia sido atendido por ter se declarado livre-pensador, não sendo filiado a nenhuma comunidade religiosa da região. Quando finalmente conseguiu, mais de um ano e meio depois, realizou o batismo, obrigatório, às pressas. “Após insistentes esforços, recebi uma das crianças. Era esta a menina maior do grupo, e que ninguém se animara de pegar, devido à idade da mesma, receando toda a sorte de adversidades da parte da mesma”.²⁵⁸ O médico concluiu que Korikrã deveria ter, aproximadamente, 13 anos na época, pois apenas três meses depois de chegar à sua casa ela teve a primeira menstruação. As crianças menores já haviam sido cedidas a famílias interessadas e Gensch, diversas vezes, foi alertado sobre o perigo de adotar a que tinha idade mais avançada. Muitos acreditavam que, na primeira oportunidade, ela fugiria ou se voltaria contra os pais adotivos numa atitude violenta.

²⁵⁶ Entrevista nº 2.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 15.

O fervoroso defensor da “civilização” dos índios do Vale do Itajaí encarou o desafio como sua principal bandeira contra os “particulares que contrataram assassinos profissionais que exterminaram uma tribo inteira de interessantíssima raça de índios, de cujos remanescentes transplantei um broto da natureza à minha casa”.²⁵⁹ Qualquer pessoa que não saiba da existência dos Xokleng na atualidade acredita, ao ler este excerto, que esta etnia não sobreviveu à chegada dos imigrantes alemães na região do Vale do Itajaí, com a exceção de alguns “remanescentes”. Foi bastante corrente a idéia, difundida pelo governo e intelectualidade brasileira, de que os povos indígenas deste país estavam fadados ao desaparecimento. O excursionista alemão von Martius, em 1838, já afirmava que “a raça americana não tem mais futuro. Perante a nossa vista há de desaparecer. (...) As medidas postas em prática a favor dos indígenas são simplesmente um ato de nobreza e de amor da raça vencedora para com a vencida”.²⁶⁰ John Monteiro alertou sobre a vivência de diversas etnias pós-contato, apesar da negação secular do futuro dos índios.

No Brasil é comum retratar as populações indígenas como meros resquícios de um passado cada vez mais remoto, como os pobres remanescentes de uma história contada na forma de uma crônica do desaparecimento e da extinção. Diversos povos sucumbiram ao impacto fulminante do contato e da conquista, é verdade. Mas muitos conseguiram sobreviver ao holocausto, recompondo populações dizimadas, reconstruindo suas identidades, enfim, se ajustando aos novos tempos. Contribuem, hoje, para o rico painel de diversidade cultural que é, sem dúvida alguma, o patrimônio mais precioso deste país.²⁶¹

Hugo Gensch, influenciado pelos referenciais teóricos do Evolucionismo Social, acreditava na possibilidade de transformar os índios, que superariam estágios evolutivos através da “educação”. A “civilização” dos índios era necessária, o que significava deixá-los o mais distante possível da vida “selvagem” que, como afirmou em sua frase acima citada, está muito próxima da natureza. As expressões que Gensch utilizou parecem sair de um livro sobre botânica, mas se referem à sua filha adotiva. O broto, sempre no início do desenvolvimento, dará origem a algo novo; mas num local diferente, porque foi transplantado, desarraigado de

²⁵⁹ Idem, p. 14.

²⁶⁰ Apud IHERING, H. von. *Revista do Museu Paulista*. Vol. 8. São Paulo, 1911, p. 132.

²⁶¹ MONTEIRO, John Manuel. “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”. In: NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente*, p. 238.

seu lugar de origem e transferido para outro contexto. A seguir, a análise de alguns aspectos desta brusca mudança.

Korikrã, como as demais crianças capturadas e levadas para Blumenau, foi batizada. Ela recebeu o nome Maria Gensch. O seu pai adotivo escreveu uma monografia sobre ela, diversas vezes citada neste texto, intitulada “A educação de uma menina indígena”. Neste escrito o médico a chama pelo nome Xokleng. Porém, em outros documentos redigidos posteriormente, os defensores da adoção se referem a ela como senhorita Gensch, valorizando os novos comportamentos de Korikrã. Ao testemunhar o processo “educacional” vivenciado pela menina, o autor não descreve as situações a partir de uma perspectiva cronológica linear. Todavia, ao lermos com atenção, percebemos que a jovem passou por diferentes fases psicológicas e de socialização.

Hugo Gensch registrou os primeiros contatos, marcados pelo medo sentido por Korikrã. Ele a levou no carro de um amigo médico brasileiro que, sem explicitar o porquê, confirmou ser o tutor legal da menina.²⁶² “Durante o trajeto, da porta do Colégio Sagrada Família até a minha casa, a menina soltou gritos altos e estridentes. Estava vestida apenas com uma camisola e, como ela nos revelou mais tarde, acreditava que íamos levá-la para cortar-lhe o pescoço”.²⁶³ Ao chegar na casa do médico, a menina continuou gritando e chorando, coberta de suor frio. Gensch sentou perto dela, para a acalmar e consolar, e foi empurrado com ímpeto de raiva. Depois de muito choro, Korikrã adormeceu. Receosos de que ela pudesse fugir durante à noite, o casal Gensch colocou um colchão dentro de seu quarto, o que ele confessou ter sido inútil, pois com “seus movimentos leves, lembrando uma gata, ela poderia ter fugido, caso assim pretendesse”. Durante os primeiros dias, na casa da família, ela continuou bastante agitada. Estes foram momentos difíceis para os Gensch, defensores fervorosos do sucesso da adoção e da “educação civilizatória”.

Todas as demonstrações, da minha parte e da minha senhora, de bem-querer e de intenções de amizade, ficaram sem efeito. (...) O primeiro resultado das nossas tentativas para educá-la não foi, pois, muito animador. (...) Os intervalos, entre as refeições, a menina enchia, nos primeiros dias, com

²⁶² Pode-se inferir que o imigrante alemão Hugo Gensch não era naturalizado brasileiro, portanto, não tinha direito de ser o tutor legal da criança indígena.

²⁶³ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 18. As citações que seguem são deste documento, respectivamente páginas 19, 30, 22 e 20.

choro, até que um dia a minha senhora chegou a duvidar da possibilidade de conseguir educar esta criança.

Em seguida Korikrã entrou na fase da melancolia, ficando horas sentada no banco do jardim, deixando pender a cabeça, com os olhos fixos ao chão. Gensch relatou que longos dias se passaram em completo silêncio. Nesta época a menina estava doente, como quase todas as crianças que haviam sido capturadas e entrado em contato com não-índios. Depois de curada da bronquite, seu pai adotivo começou a levá-la para passear. De início, sempre se recusava a ir e chegava a suar de medo. Um tempo depois ela contou que, naqueles momentos, ainda temia morrer e se incomodava com os olhares constantes dos indiscretos curiosos. A ruptura deste período de tristeza ocorreu quando Korikrã, certo dia, dramatizou o ataque em que foi capturada pelos bugreiros.

Segundo Gensch, a partir deste momento a menina indígena passou a se relacionar melhor com a família e a se interessar pela nova realidade. “Impressionada pelo nosso protesto contra os acontecimentos, que a menina nos havia transmitido na pantomímica, processou-se nela a libertação física e ética dos reflexos da transe lúgubre de sua existência, em resultado imediato aos nossos esforços educacionais”. Da mesma forma que Ana se aproximou de uma das freiras para, somente ao seu lado, manifestar-se livremente relembrando cantos e danças Xokleng, Korikrã só conseguiu superar a distância para com a família Gensch quando dividiu as lembranças do ataque sofrido. Se neste caso, o ato narrado pelo médico é interpretado como uma ruptura, no caso de Ana a intimidade com a irmã aparece como exceção. Mas em ambos os casos, a partilha do passado representou um novo passo no relacionamento entre as meninas e seus tutores.

Como já haviam percebido as Irmãs da Divina Providência, não era tarefa fácil “educar” crianças pertencentes à tão diferente cultura. No entanto, os Gensch e as demais famílias estavam animados com a possibilidade de sucesso da tarefa de transformar alguns índios em pessoas “civilizadas”. Para ser considerado civilizado entre os alemães era preciso adquirir hábitos de civilidade, disciplinar o corpo, falar o idioma alemão e perceber o trabalho a partir de uma ótica positiva. Enquanto Ana, que provavelmente não passou por uma educação muito rigorosa, teve dificuldades durante a vida com os idiomas alemão e português e com os comportamentos “civilizados”, Maria Gensch teve outras relações com o mundo que a rodeava. O médico, nos seus escritos, registrou em diferentes momentos o processo de

aprendizagem da menina, no que se refere ao idioma alemão. “Em um dos passeios escapou-lhe a primeira palavra alemã, quando ela, num encanto momentâneo, avistando a rua decorada de bandeirolas para alguma festividade, exclamou: ‘fein’”. Gensch afirmou que as primeiras palavras em alemão que Korikrã aprendeu foram ‘pfui’ (desprezo) e ‘fein’ (bonito). Estes adjetivos eram usados, pelos Gensch, para condenar ou aprovar seus comportamentos, exatamente como os adultos costumam agir com as crianças desde bem pequenas. Vocábulo repressores ou enaltecedores de determinadas atitudes, que faziam parte do seu processo civilizador, acabaram por ser os fios condutores do seu aprendizado lingüístico.



**Korikrã com os pais adotivos - detalhe da foto publicada na monografia de Gensch
(Fonte: GENSCHE, Hugo. *A educação de uma menina indígena*, 1908)**

Neste aprendizado, os hábitos de civilidade eram extremamente importantes. Aos poucos, Korikrã foi aprendendo a maneira “adequada” de se portar à mesa. Sobre o seu comportamento durante as refeições, Gensch escreveu orgulhoso que “o uso dos utensílios, desconhecidos, ela aprendeu com relativa facilidade. Bastava colocar-lhe os talheres na mão e guiar os mesmos, e já se via a adaptação do costume. Por vezes, esqueceu-se destes requintes da cultura, pegando comida com as mãos, mas logo enrubescia de vergonha ao verificar o deslize”. Discernindo sobre a maneira que os Gensch queriam que ela se comportasse, Korikrã-Maria iniciou sua auto-repressão.²⁶⁴

Paulatinamente, a menina-moça foi conhecendo as novidades alimentícias. Nos primeiros tempos na casa do casal alemão, Korikrã costumava pegar pedacinhos da comida entre os dedos e cheirar um a um, de todos os lados, antes de comer. O pão ela rejeitava sem fazer a inspeção. O leite, que ela não conhecia, demorou a se acostumar. Assim também ocorreu com determinadas frutas, como bananas e laranjas. No café da manhã, ela tomava apenas água morna ou adocicada com mel. O mel era um alimento de grande valia para os Xokleng. Este recurso de coleta animal era encontrado, durante todo o ano, em ambas as regiões que os indígenas circulavam (Mata Atlântica e Mata das Araucárias). Para extrair o mel, os Xokleng subiam na árvore onde estava a colméia e retiravam os favos. Conforme Paula, tanto o mel como as larvas e crisálidas eram consumidas, sendo ainda a cera armazenada para a confecção de artefatos e impermeabilização de cestos.²⁶⁵ Além de comer o mel cru ou beber junto com água, ele servia para a preparação de uma bebida fermentada e inebriante, utilizada em festas. Gensch confirmou que no primeiro transporte de mulheres e crianças para a cidade de Blumenau, os encarregados se queixaram da recusa, por parte das índias, da maior parte das comidas oferecidas. Como bebida, elas aceitaram somente água pura ou adocicada com mel, confirmando, assim, o difundido consumo deste alimento entre os Xokleng.

²⁶⁴ Ao se referir aos primeiros tempos desta criança indígena na casa da família Gensch, pessoas ainda estranhas num “mundo” estranho, ela está sendo chamada pelo seu nome indígena, Korikrã. Ao longo do processo “civilizatório”, dependendo da situação, os dois nomes aparecerão: o indígena e o do batismo católico. Respeitando suas escolhas, ela passa a ser chamada Maria quando começa a recusar seu passado Xokleng.

²⁶⁵ PAULA, José M. de. “Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina, organizado pelo Serviço de Proteção aos Índios, sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula”. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas (Rio de Janeiro, 1922)*. Rio de Janeiro, v. 1, 1924, p. 121.

Uma especiaria bastante utilizada, o sal, Korikrã e Ana desconheciam. Quando a menina que morava no Colégio Sagrada Família cozinhava, ela preparava a comida sem sal. Uma freira contou que certa vez estava doente, pediu para Ana um pouco da sua sopa e, rapidamente, ela lhe preparou um grande prato. “Ela era bem querida. (...) A irmã deixava ela pegar carne, que gostava muito. Se fosse uma irmã um pouco rabugenta (risos) não iria deixar tirar tanto. E fazia aquela sopa gostosa, mas sem sal. Eu comi a canja sem sal só para ver como era”.²⁶⁶ As duas meninas desconheciam o sal e estavam familiarizadas com a carne, sendo aquela uma especiaria não utilizada e este um alimento fundamental na nutrição Xokleng. Segundo Gensch, apenas a carne era bastante apreciada por Korikrã. A freira confirmou esta mesma preferência de Ana. As indígenas que tomavam apenas água com mel, aceitaram como comida somente carne de galinha ou vaca. No próximo capítulo, aprofundaremos a ligação dos Xokleng com este alimento, através de alguns exemplos de fugas dos índios do Posto Indígena Duque de Caxias, com o intuito de caçar e assar carne.

Além da carne, o pinhão era um alimento fundamental para sustento dos Xokleng. Os frutos das araucárias eram abundantes na região que percorriam durante baixas temperaturas. Gensch registrou que Korikrã reconhecia duas estações no ano, “a do sol, passando baixo por cima de nós, e a outra, quando ele passa muito alto. O inverno, juntamente com o pinhão, que amadurece nesta época do ano, chama-se ‘sãugma’ e o verão é ‘plãnema’”.²⁶⁷ Ele não descobriu o significado desta palavra, mas supôs que, se a utilizada para denominar pinhão e inverno era a mesma, a para se referir ao verão deveria também ser o nome de alguma fruta ou flor desta época do ano.

Outra característica que unia Korikrã e Ana era a afeição pelos animais. Nos primeiros dias, quando ainda chorava muito, Korikrã encontrou em baixo de uma árvore do jardim alguns animais roedores e passou a cuidá-los. Ela fez uma cerca em volta das folhas secas onde estavam escondidos e, a cada instante, ia vê-los. Gensch contou que, quando os bichinhos sumiram, ela ficou muito triste. O interesse pelos animais era comum também em Ana. Uma freira que a conheceu nas dependências do Colégio lembrou:

²⁶⁶ Entrevista nº 1.

²⁶⁷ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 48.

Ana gostava muito de bichos, quando era a hora de dar comida ela que alimentava os gatinhos, os cachorros, ninguém precisava se incomodar. (...) Ela pescava lá da cozinha e ninguém dizia nada. Ana ficava muito tempo com os animais e parecia que conversava com eles. Acho que era como no mato, que tinha muitos bichos. Os bichinhos iam atrás dela, gostavam muito dela porque sentem a amizade. Ela gostava, e a gente deixava.²⁶⁸

Com a permissão das freiras e de Gensch, Ana e Korikrã, respectivamente, brincavam com os animais. A religiosa fez uma interessante associação da floresta com a presença de animais. Conforme Gensch, a menina confirmou que os Xokleng gostavam de manter animais perto do local onde estavam instalados, quando os acariciavam e os tratavam. Korikrã narrou a história de um macaco que costumava se pendurar no seu pescoço. Um dia ele lambeu o mel que estava reservado ao cacique e os índios quiseram matá-lo. O bugio fugiu para o mato, mas no dia seguinte foi encontrado e morto, fato que a deixou triste. Quando Korikrã começou a aprender a ler e escrever, um dos livros que chamou mais a sua atenção foi “A vida dos animais”, de Brehms.

Numa interessante parte de seu trabalho monográfico, Gensch narrou o primeiro banho no rio de Korikrã, ao lado do casal alemão é claro, já que este era um costume cotidiano dos Xokleng. Depois de entrar na água, ela se agarrou no trapiche e não havia mais como tirá-la dali. Ela estava com medo que alguém a afogasse. Após o curto momento de desconfiança, ela mostrou algumas de suas “artes aquáticas extraordinárias. Sua maneira de nadar é a primitiva, igual à dos cachorros, mas eu, como nadador regular, não consigo acompanhá-la contra a correnteza. Os seus movimentos são sem esforços e precipitações, com a regularidade de um motor. (...) pela natação clássica, ela demonstra grande desprezo”.²⁶⁹ Korikrã contou a Gensch sobre os banhos escondidos que ela tomava sem o acompanhamento de adultos, e que eram proibidos pelo seu pai. Ela disse que se divertia muito com os amigos mesmo quando era de manhã bem cedo, com geadas à beira do rio. Após o banho, eles esperavam o cabelo secar e voltavam para onde estavam os familiares, sempre guardando segredo da aventura. Certamente, água fria não era um grande problema para os índios, que costumavam tomar banhos de rio mesmo no inverno. Os banhos de Ana, a outra menina indígena que estava em Blumenau, reforçam esta idéia. Uma religiosa lembrou que “Ana gostava de tomar banho, mas

²⁶⁸ Entrevista nº 1.

²⁶⁹ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 33.

na água fria. E tinha água quente, uma torneira quente e outra fria, mas ela tomava quase fria”.²⁷⁰

Em relação aos cuidados higiênicos de Korikrã, desde o início a família admirou o “asseio corporal da menina. De manhã ela lava-se bem limpando os dentes tão intensivamente com água, usando os dois dedos indicadores, que podia ter servido de exemplo a muita gente civilizada. De igual limpeza ela usava durante as refeições”.²⁷¹ Gensch também registrou que ela tinha comportamentos considerados recatados no que se refere ao seu corpo. Ao afirmar que a menina gostava de tomar banhos de rio, fez questão de relatar que ela trocava de roupa com muita discrição. A limpeza é uns dos elogios que Gensch reconhece nas características indígenas de Maria, além dos outros louvores relacionados aos aprendizados “civilizados”, ou seja, a mudança de comportamento da menina.

No seu relato, Gensch afirmou que Korikrã era uma excelente tapeceira. As peças, segundo ele, eram produzidas com firmeza e exatidão. Os entrelaçados que fazia, ninguém soube imitar. O pai adotivo, orgulhoso, mostrou a especialistas alguns trabalhos que foram classificados como extremamente bem feitos e executados por alguém de ótima técnica. No dia seguinte à dramatização da captura, quando recém tinha chegado à cidade, Korikrã revelou os seus conhecimentos em tecer. Gensch contou que ela realizava estes afazeres com extrema rapidez e que, quando ele tentou imitar sua habilidade, o primeiro sorriso espontâneo surgiu em seu rosto.

Na arte de bordar, a menina indígena utilizava apenas os fios vermelhos. É interessante saber que as saias das mulheres Xokleng tinham apenas esta cor nos seus bordados. Algumas pessoas puderam conhecer este objeto indígena porque os bugreiros trouxeram, como troféus, alguns exemplares. Os motivos contidos neles eram os mesmos que Korikrã elaborava. A mencionada mulher índia, Mai-Tschúkoima, que permaneceu muda até sua fuga do Colégio das Irmãs da Divina Providência, também utilizava apenas fios vermelhos em suas criações. A religiosa entrevistada, que cuidou de Ana nos últimos anos em que ela passou enferma no Colégio Sagrada Família, afirmou que “Ana gostava muito de vermelho, de cores vivas”.²⁷² Gensch confirmou que “quando as mulheres e moças indígenas na convivência com os

²⁷⁰ Entrevista nº 1.

²⁷¹ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 20.

²⁷² Entrevista nº 2. Estes dados não foram incitados, mas comentados espontaneamente pelas entrevistadas.

civilizados começaram a bordar, o mesmo para costurar, todas elas recusaram todos os fios que não fossem vermelhos, rejeitando até o vermelho um pouco mais claro”.²⁷³ Depois de muito tempo, Korikrã contou que elas - as mulheres Xokleng - tingiam os fios para tecer com as raízes de uma erva chamada “saxonoma”.

Não foi possível encontrar registros que demonstrassem o porquê da importância da cor vermelha na cultura Xokleng, mas os indícios presentes nas fontes permitem ratificar a preferência pelo rubro. Entretanto, o cruzamento destes documentos escritos e orais com a bibliografia sobre o tema permitiu refletir ainda mais sobre o feitiço das saias usadas pelas mulheres Xokleng. Gensch registrou que Korikrã, “a primeira vez que venceu o pudor, no intuito de comunicar-nos sobre o seu modo de vida, arregaçou as saias e com alguns fios de lã representou sobre a sua coxa desnuda como costumavam virar as fibras, fazendo os fios, e como entrelaçam os mesmos para formar o cordão”.²⁷⁴ O arqueólogo Lavina, por sua vez, afirmou que para fazer as saias, “o caule da planta era esmagado com bastões de madeira, macerado em água, novamente batido para retirar a parte lenhosa, seco e fiado pelas mulheres sobre a coxa”.²⁷⁵ Assim, confirmou-se o procedimento utilizado por Korikrã ao demonstrar a atividade para os seus pais adotivos. As saias tinham em torno de um metro e trinta centímetros, eram usadas enroladas abaixo dos seios chegando até o joelho e, em noites frias, serviam para cobrir e aquecer mais de uma pessoa. As saias-cobertor - assim chamadas pela sua dupla função - eram tecidas com cordéis fiados a partir da fibra de urtiga-brava.

Continuando a refletir sobre as manufaturas indígenas, outro fato interessante une, nesta interpretação, as duas meninas indígenas levadas para a cidade de Blumenau. Ana e Korikrã gostavam muito de adornos. As fitas amarradas no cabelo e os colares feitos com diversos materiais eram os preferidos das duas índias. Conforme nota de jornal, podemos estender este interesse aos indígenas capturados pelos bugreiros no início do século XX. “As crianças mostraram-se verdadeiramente satisfeitas com uma porção de quinquilharias sem valor que lhes tinham posto ao pescoço”.²⁷⁶ Referindo-se a Korikrã, Gensch escreveu que

²⁷³ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 50.

²⁷⁴ Idem, p. 30.

²⁷⁵ LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. São Leopoldo, UNISINOS, 1994, p. 84.

²⁷⁶ Jornal Novidades. Itajaí. 3/12/1905.

a sua fraqueza pelos enfeites femininos manifestou-se muito breve. Quinquilharias como fitas, das quais fez arranjos para o cabelo, ela começou a manejar nos primeiros dias. O primeiro empreendimento de fazer uma jóia foi quando a surpreendemos perfurando com a tesoura uma moeda de níquel para usá-la, num cordão, no pescoço. Pouco tempo depois, ela havia se apoderado de meia dúzia de colherinhas de ouro, usando-as amarradas num cordão, como enfeite. Depois ela se dedicou à confecção de colares de conchas e pérolas falsas.²⁷⁷

Com o passar do tempo, o único adorno que usava era um crucifixo. Nos primeiros anos junto à família Gensch, usou até moedas na criação de enfeites. Certamente, a utilização no feitiço de adornos de materiais desconhecidos pelos Xokleng, até a chegada dos imigrantes, foi resultado do contato. Conforme Paula, os colares usados pelos Xokleng eram feitos com sementes, dentes e garras de animais. Após o contato, “foram incorporados aos colares argolas de arreo, fivelas, passadores, botões, partes de mecanismos de relógio, moedas.”²⁷⁸ Conforme Gensch, Korikrã se interessava pelos níqueis apenas como objetos decorativos, pois ela sempre foi alheia ao dinheiro. Conhecia o valor das notas e moedas, mas não se impressionava. Sabia o que poderia receber em troca, mas costumava dizer: “isso é apenas papel”.²⁷⁹

Korikrã também se interessou pela música. Ela costumava cantar algumas canções contemplativas e outras alegres, das quais Gensch nada compreendia. “Ela acompanhava as suas músicas marcando o passo e movimentando o corpo no ritmo das mesmas”.²⁸⁰ Desta mesma forma Ana costumava lembrar o passado. Conforme mencionado, uma religiosa lembrou que Ana cantava na língua Xokleng e, ao mesmo tempo, dançava ritmada com a música. A freira também nada entendeu daquela manifestação.

Em relação à outra novidade, o cinema, a reação de Korikrã foi a mesma que muitas pessoas tiveram quando, pela primeira vez, viram movimento numa grande tela. A menina acreditou serem reais os acontecimentos e os personagens. Teve medo, mas quando compreendeu que “o que ela estava vendo eram apenas fotografias animadas, o seu entusiasmo não teve limite”.²⁸¹ Conforme Gensch, Korikrã era uma ótima observadora e sempre se

²⁷⁷ GENSCH, Hugo. Op. Cit., p. 34.

²⁷⁸ PAULA, José Maria de. Op. Cit., p. 123.

²⁷⁹ GENSCH, Hugo. Op. Cit., p. 35.

²⁸⁰ Idem, p. 36.

²⁸¹ Idem, p. 37.

animava ao aprender coisas novas. Ela confirmou ao seu pai adotivo que sempre foi faladeira e interessada em tudo ao seu redor. Neste momento, Gensch reforçou a idéia de “civilização” dos índios em detrimento do extermínio. Segue um trecho de seu discurso, escrito logo após o elogio da capacidade de aprendizagem de Korikrã.

Pude observar que também as demais crianças trazidas da selva tem a mesma inteligência, e apresentam a mesma aptidão para a formação moral, de modo que posso lamentar, sempre de novo, que os representantes da cultura e religião não tivessem encontrado outros meios para a solução da questão dos índios do que violência e brutalidade.²⁸²

Voltemos a um aspecto fundamental do processo “educacional” de Korikrã: a ênfase à língua, tão importante para os alemães. Após as primeiras palavras, ela passou a formular frases curtas, utilizar os verbos e o sistema de contagem por nós reconhecido. Em relação ao último, as datas eram o seu forte. O verbo *ter*, durante algum tempo, servia para várias falas, o que fez surgir frases como “eu tenho zangado”, “a Joana tem bonito”, “o Gustavo tem aborrecido”. Ao longo do aprendizado, surgiram algumas denominações engraçadas. Quando ela não sabia o nome genérico atribuído a algo, preferia descrever o objeto pela sua função. Seguindo esta lógica, durante muito tempo ela chamou cadeira de “senta aqui”. A expressão “venha para cima” correspondia a escada. Quando foi ao dentista tratar algumas cáries, Korikrã utilizou a primeira palavra que aprendeu em alemão, que o casal Gensch utilizava para aprovar seus comportamentos, ao formular esta pequena frase sobre o processo de obturação: “fazer feim nos dentes”. O termo mais divertido foi atribuído aos homens que tinham nariz avermelhado, uma característica comum entre os idosos de origem germânica. Ela os chamava de “homem de nariz-ascende-fogo”. Dentre as várias invenções linguísticas de Korikrã, a seguir uma palavra bastante significativa empregada ao se referir aos homens: “ekelkerls”. Esta palavra, criada a partir de elementos do idioma alemão, denota desprezo. A tradução aproximada, na língua portuguesa, é “nojentões”. Gensch diz que Korikrã sempre demonstrou grande aversão pelos homens e, pelo que sabemos de sua experiência com os bugreiros, é possível sugerir uma ligação entre os momentos traumáticos do ataque e esta atitude de rejeição.

²⁸² Idem, p. 38.

O pai adotivo relatou, orgulhoso, que além de falar alemão, Korikrã aprendeu também em casa a ler e a escrever neste idioma. Contou também que ela freqüentou algumas aulas, mas menos pela companhia das colegas do que pela vontade de aprender. A família Gensch falava exclusivamente alemão, mas, segundo Gensch, a menina tinha um bom vocabulário em português e demonstrou vontade em estudar inglês. Quando surgiu o interesse para aprender a escrever, “de início fazia apenas às escondidas. Julgando-se não observada, ela subia para um quartinho no sótão, que instalei para os estudos de outra menina que estamos criando, onde ela começou a rabiscar, em qualquer pedaço de papel que encontrasse, e também com giz no quadro negro”.²⁸³

Nesta história de exceção, a espada foi vencida pelo giz. O processo “educacional”, para a alegria da família, parecia estar obtendo sucesso. Outras pessoas, ligadas às questões indígenas brasileiras, também comemoraram a façanha de Gensch ao “educar” uma índia e estudar o povo Xokleng. O polêmico Von Ihering afirmou que “os botocudos do extremo sul do Estado do Paraná e Santa Catarina eram desconhecidos até que os excelentes estudos do Sr. Dr. Gensch, em Blumenau, nos deram informações”.²⁸⁴ Entre os contatos de Dr. Hugo estavam pessoas renomadas como os antropólogos Herbert Baldus, Curt Nimuendajú e o futuro “pacificador” dos Xokleng, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Baldus, descrevendo alguns aspectos já mencionados sobre Korikrã, confirmou sua preferência pelas cores vivas, seu gosto em bordar e se enfeitar, seu costume de ficar muda durante dias ao se sentir contrariada e sua capacidade de ler e falar corretamente os idiomas alemão e português.

Depois de uma das batidas contra os chamados bugres do município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, uma menina foi entregue ao médico Hugo Gensch para o fim de educá-la. Ele adotou a criança dando-lhe o nome de Maria. Quando hoje se pergunta aos habitantes de Blumenau qual é sua opinião sobre Maria Gensch, todos dizem: ‘ela é uma alemã perfeita’. Ela tem especial predileção pelos poemas e lê, principalmente, Schiller e Goethe. Quando na conversação aparece uma dúvida a respeito de uma palavra portuguesa ou alemã, corrige imediatamente ou recorre ao dicionário. Gosta de bordar. Gosta de enfeitar-se, preferindo as cores vivas. É sensível e facilmente irritável; se se sente ofendida não diz uma palavra durante dias inteiros, não dando, porém, nenhum sinal de cólera.²⁸⁵

²⁸³ Idem, p. 32.

²⁸⁴ IHERING, H. Op. Cit., p. 139.

²⁸⁵ BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. Companhia Editora Nacional, SP/RJ, 1937, p. 164.

A relação de Korikrã com o idioma materno parece ter sido mais complicada. Hugo Gensch tinha muito interesse em registrar a linguagem Xokleng, mas a menina não demonstrava vontade em colaborar. Além da sua indisposição, o alfabeto alemão gótico da época não dava conta da sonoridade da língua indígena. Depois de bastante esforço científico, ele conseguiu escrever alguns vocábulos que, em 1914, ajudaram Hoerhann a iniciar a pacificação. Apesar do interesse pela cultura indígena, apresentada na monografia, Gensch revelou em alguns momentos de seu texto o preconceito característico da época. O médico, demonstrando seu etnocentrismo, narrou que a “moça inteligente e quase adulta começa a desprezar a sua língua, ao passo que reconhece a inferioridade do modo de viver de sua gente. Ela só dava informações contrariada e de má vontade”.²⁸⁶ Seus planos de “civilização” pareciam demandar comemorações, mas não foi tarefa fácil. Neste exemplo do registro da linguagem, Gensch contou que em uma de suas tentativas sentou ao lado de Korikrã com papel e lápis, para obter alguns vocábulos, e ela adotou novamente o mutismo por vários dias. Logo depois ela começou a cantar sabendo que não era possível deduzir nada da melodia melancólica que entoava baixinho.

Depois de um tempo, conforme Gensch, ela não queria mais se comunicar no idioma materno. A menina tinha consciência do processo de mudança cultural que estava vivendo e falou sobre o desconhecimento geral de seu modo de vida, mostrando, talvez, que não rejeitou sua língua materna porque passou a acreditar na sua inferioridade, mas porque esta não era mais a comunicação oral que propiciava o relacionamento com as pessoas. Como um desabafo, declarou: “minha fala vocês não sabem, mas mim sabe a fala de vocês (sendo esta, mais ou menos, a versão daquilo que ela proclamava, no seu alemão ainda corrupto)”.²⁸⁷ Gensch registrou que ela não queria mais saber de sua gente. Apenas uma vez, certa tarde, quando levou até a sua casa uma criança indígena que era

um de seus irmãos, menino de seus dez anos, que ela talvez julgara morto. Os seus olhos encheram-se de lágrimas e ela começou a falar-lhe no seu idioma, nervosa e insistentemente. O menino, entretanto, escutava calado, manifestando aceitação das palavras da irmã apenas pela expressão do rosto. Ele partiu sem ter pronunciado uma palavra sequer.²⁸⁸

²⁸⁶ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 38.

²⁸⁷ Idem, p. 39.

²⁸⁸ Idem, p. 24.

A vida de Korikrã-Maria parecia mesmo estar tomando um rumo que não abria espaço para as características da vida que tinha na floresta. Numa sociedade que inferiorizava os índios e, ainda mais, sentindo a expectativa de quem estava a criando, ela teve apenas esta grande manifestação na língua Xokleng. Gensch, orgulhoso, escreveu: “quando observo agora o resultado com que pude enfrentar a opinião pública, na educação da menina indígena, invade-me a satisfação por ter banido, com este exemplo comprovante, segundo espero, a perseguição e extermínio dos índios em Blumenau”.²⁸⁹ Maria foi “educada” para ser o modelo do projeto de Gensch, e deveria ser conhecida por toda a comunidade com o fito de confirmar a veracidade do discurso e da prática da “adoção civilizatória” de crianças indígenas.

Um fato bastante interessante instiga a reflexão sobre as reações que Maria passou a ter acerca de tudo que se relacionava ao povo indígena Xokleng. Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, encarregado do Posto Indígena Duque de Caxias, e Hugo Gensch, o maior defensor da “civilização” dos índios em Santa Catarina, costumavam trocar informações sobre os índios da região. Certo dia, aproximadamente treze anos após a captura de Maria, os dois decidiram promover o encontro dela com seu pai biológico e alguns parentes. Em 1918, Hoerhann levou alguns índios para a cidade, conforme Santos, para “um encontro com o governador do Estado”.²⁹⁰ Em uma entrevista, realizada na cidade de Ibirama, um alemão de oitenta e seis anos falou sobre um encontro da comunidade com os índios, promovido por Eduardo. Ele contou que os colonos esperavam ansiosos e apreensivos para encontrá-los, em razão do medo que se espalhou na região da suposta periculosidade dos “selvagens”. Após a confirmação de que Hoerhann era o responsável pelo “evento”, sentiram mais segurança e foram até o local marcado. Segundo o entrevistado, não houve problemas, apenas observação de ambos os lados. Mas após alguns dias, já se pôde verificar os danos causados pelo encontro. A maioria dos índios ficou doente. O entrevistado, com sotaque germânico tão carregado que o nome da doença ficou quase incompreensível, disse que “os índios não conheciam a gripe”.²⁹¹ Esta

²⁸⁹ *Idem*, p. 15.

²⁹⁰ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Op. Cit.*, 1973, p. 186.

²⁹¹ Entrevista n° 5, realizada no dia 29/01/2004, em Ibirama. Não pude verificar se este encontro é o mesmo que Santos se referiu, mas os dois afirmaram que foi um momento bastante esperado pela população e, pela proporção tomada e devido às suas conseqüências, parece ter sido este o primeiro e último contato planejado por Hoerhann.

seria uma das primeiras epidemias, sofridas pelos Xokleng, após o contato com brancos. Hoerhann ainda lutaria muito contra doenças dentro do Posto Indígena Duque de Caxias, como veremos no próximo capítulo.

Eduardo Hoerhann iniciou a preparação do encontro, entre Maria e seus parentes, organizando a posição dos índios. Ele fez questão de colocar à frente o seu pai biológico, uma tia - irmã de sua mãe morta pelos bugreiros - e três irmãos. Recomendou que todos tratassem bem os visitantes e trouxe ao encontro deles Hugo Gensch, sua esposa e Maria. Os Xokleng logo perguntaram quem eram aquelas pessoas. Eduardo explicou que o homem era o pai adotivo que estava criando Maria com muito carinho, conforme havia contado. Perguntaram onde estava Korikrã, sem a reconhecer “naquela figura esguia, vestida numa blusa elegante, saia bem talhada e com a cabeleira elegantemente arranjada num chapéu”.²⁹² Eduardo a indicou e, rapidamente, começaram a apalpá-la sem acreditar que se tratava da mesma pessoa que haviam conhecido há tempos atrás. Logo alguém se lembrou de procurar a marca ritual; duas incisões que eram feitas na perna esquerda das meninas, abaixo da rótula, na mesma ocasião que era colocado o botoque nos meninos. Enquanto isso, “outros lhe arrancavam a blusa, o pai tirava o chapéu e desmanchava o penteado, tentando refazer a imagem da filha tão cedo arrancada de seu convívio, naquela figura estranha e apavorada”. Quando levantaram sua saia encontraram, além das cicatrizes do ritual, uma outra resultado de uma queda. Não havia mais dúvidas: era Korikrã.

O pai biológico de Maria pegou sua cabeça entre as mãos, a obrigou a encará-lo e perguntou se ela não reconhecia o seu próprio pai. Conforme a interpretação de Ribeiro acerca do depoimento de Hoerhann, Maria estava apavorada, mas era mais asco do que medo. O velho Xokleng insistiu, questionando porque ela não dizia que o reconhecia. Maria não falou uma palavra sequer. A mãe adotiva se esgueirava horrorizada e Gensch temia pelo resultado daquilo tudo. O cacique largou a cabeça de Maria com um safanão, olhou com ódio para ela e disse que percebia o seu nojo por ele e por toda a sua gente. Ele exibiu suas mãos enormes e pronunciou:

²⁹² RIBEIRO, Darcy. Op. Cit., p. 451. Este episódio foi narrado por Ribeiro, baseado no depoimento de Eduardo Hoerhann em 1953. Sílvio Coelho dos Santos reproduz esta narrativa a partir da página 186 de seu livro clássico sobre os Xokleng (1973). As citações que seguem foram retiradas do mesmo trecho da obra, pp. 449-454.

‘Estas mãos a carregaram muitas vezes; estas mãos levantaram este corpo, pinheiro acima, para colher pinhões que você comeu. Estas minhas mãos me alçaram a muitas árvores para tirar o mel que você comeu; o mel que desceu pela sua garganta adentro.’ O velho segura a tia de Maria, toma um seio dela nas mãos e diz: ‘vê, estes seios te alimentaram, estes braços te sustentaram’. E o ódio e o asco sobem também no velho; Aproxima-se da filha, empurra-a violentamente e voltando-se para Eduardo, diz: ‘Ela não vale mais nada para nós. Mas para você ela serve ainda. Tome-a, leve-a para a sua casa branca (a sede do Posto) e emprenhe-a muitas vezes. Ela não presta mais para nós, mas para você ainda presta.’

Korikrã era filha do cacique dos Xokleng. “No pouco tempo que ela passou no Colégio das Irmãs, recebeu todo um trato especial de reverência por parte das demais prisioneiras. Estas lavavam-lhe o rosto e as mãos de manhã, com muito cuidado, oferecendo-lhe comida em primeiro lugar”.²⁹³ O respeito do povo por Maria esvaiu; e foi recíproco. As manoplas do homem alto e forte, que carregou Korikrã no colo, agora serviam para afastá-la num empurrão. O pinhão e o mel, que como vimos eram alimentos fundamentais para o sustento Xokleng, não tinham mais tanta importância para Maria. Ela já estava familiarizada, e tinha acesso, a outros alimentos, a outro mundo. Korikrã, que entrou em mutismo absoluto diversas vezes após sua captura, reagia, agora, da mesma forma diante de sua antiga família. A expressão oral, interrompida na chegada à Blumenau, era novamente calada na presença de seu pai biológico. A defesa de Korikrã, ao entrar para a família Gensch, ou de Maria, ao ficar de frente com os parentes anos depois, foi o silêncio.

Além dos indícios que alguns documentos sinalizam e do que nos testemunha Hugo Gensch - através de sua monografia primorosa e arriscada, pois é necessária a atenção constante à voz do narrador, um denunciador do extermínio e defensor da “civilização” dos índios ao demonstrar o sucesso da educação de sua filha adotiva - pouco se sabe sobre Korikrã-Maria. Aqui houve a tentativa de (re)interpretar, a partir de fontes escassas e do trabalho monográfico de Gensch, as experiências de uma vida. A infância entre os Xokleng, a sobrevivência de um ataque genocida e, a partir da mocidade, as atitudes e os aprendizados em Blumenau. Maria viveu com os pais adotivos até os 42 anos, quando morreu de tuberculose.

²⁹³ GENSCHE, Hugo. Op. Cit., p. 53.



Hugo Gensch, sua esposa e Maria
(fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo AHJFS)

Continuaremos refletindo sobre uma vida retirada do seu lugar de origem e introduzida em outro. Alguns paralelos serão traçados permitindo associações com a história de Korikrã. Trata-se de uma história bastante diferente, porque inversa. Ao invés de uma criança indígena capturada e adotada por imigrantes alemães ou descendentes, um caso foi registrado de rapto e criação de uma criança branca pelos Xokleng. O outro lado da moeda será revelado a partir de um documento sobre uma criança de origem alemã levada pelos índios nos primeiros anos do século XX. Apenas uma referência desta prática havia sido encontrada em um relatório do presidente da província, da década de setenta do século XIX, onde foi registrado que após um ataque indígena no distrito de Barra Velha, “levaram consigo um menino de sete anos de idade”.²⁹⁴

O texto “As aventuras de Jeremias” foi publicado através de uma tradução livre, feita por José Deeke, do original escrito pelo protagonista da história em 1929. O ensaio conta que o menino tinha seis anos quando, durante um ataque contra os imigrantes alemães, foi aprisionado pelos Xokleng. Jeremias contou sobre a chegada entre os índios: “as crianças apoderaram-se de mim. Arranhavam-me com as pontas das suas lanças, adivinhando-lhes eu,

²⁹⁴ GOUVÊA, Joaquim Bandeira de. Relatório que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato da abertura da sua sessão ordinária em 26/03/1871.

no brilho feroz dos olhos, a vontade com que estavam de me mandar para o outro mundo”.²⁹⁵ Quando a brincadeira ficou séria, o cacique o protegeu ordenando que todos se afastassem. Ao acordar, no dia seguinte, “já a manhã ia alta, mas todos ainda dormiam profundamente. Recordando-me dos acontecimentos da véspera, pensei em aproveitar aquela ocasião para fugir. Mas para onde ir? Para onde me dirigir para sair do mato?”.

As impressões e reações das crianças capturadas, ao chegar no novo lugar, foram semelhantes. Da mesma forma que Jeremias, Korikrã acreditava que queriam matá-la, mas recebeu cuidados assim como o menino branco. Em relação à fuga, é grande a probabilidade de Korikrã ter cogitado este plano, afinal, muitos indígenas o realizaram. Entretanto, é provável que ela também tenha ficado insegura em relação ao que aconteceu com sua gente, onde eles estavam e para onde ir, pois conforme Gensch ela poderia ter fugido quando quisesse, sem ninguém perceber, utilizando suas habilidades de delicada movimentação.

Logo após o retorno do grupo que atacou os colonos, o cacique chamou suas três mulheres. Apenas ele poderia ter este número de esposas, reservando aos mais velhos a oportunidade de desposar duas mulheres. O cacique abraçou a mais nova, que ainda não era mãe, e designou que o menino branco, a partir daquele momento, seria filho dela com ele. “Terminaram assim os meus sofrimentos, porque daí em diante fui considerado filho do cacique e a minha nova mãe não permitiu mais que eu fosse maltratado. Gradualmente sua estima por mim foi crescendo e eu cada dia lhe queria mais”. Assim aconteceu também com Korikrã; seu sofrimento abrandou quando foi adotada pelo casal Gensch. Jeremias chamou de “cerimônia da minha adoção” este evento. Korikrã passou pelo batismo, um ritual católico. Os dois já haviam passado por outras solenidades na sua cultura. Em relação à alimentação, da mesma forma que a menina criada pelo casal alemão, Jeremias se afligiu com as novidades.

devo confessar que não foi fácil acostumar-me com a alimentação dos índios. Eles gostam de carne já meio putrefada e para as festas preparam uma bebida de frutos mastigados, que não se pode quase beber. Mas o homem acostuma-se a tudo, principalmente quando criança e, assim, com grande satisfação dos meus novos pais, em pouco tempo eu estava perfeitamente identificado com os usos da tribo; em três meses falava a sua língua.

²⁹⁵ DEEKE, José. “As aventuras de Jeremias”. *Calendário Blumenauense*, 1º ano, organizado por José Ferreira da Silva, Blumenau, 1934, p. 93. Tradução autorizada pela viúva do autor que, originalmente, intitulou o texto “Gedenkbuch”. As citações que seguem são do mesmo documento, pp. 93-102.

Jeremias e Korikrã se acostumaram à nova alimentação. Além disso, a menina aprendeu a se comportar na mesa como faziam as pessoas da comunidade blumenauense. Jeremias não relatou, mas deve ter tido lições, relacionadas à comida, sobre as funções encarregadas aos meninos Xokleng. O mel estava presente na vida dos dois. Korikrã nunca deixou de gostar deste alimento e Jeremias se impressionou com as diversas espécies de abelhas silvestres existentes na floresta. Desta importante fonte de sustento, os Xokleng comiam não só o mel, mas também as larvas e o pólen acumulado. O que mais chamou a atenção de Jeremias, em relação aos alimentos, foi a repulsa pelo peixe. Como vimos na história de Korikrã, ela se negava a comer qualquer espécie deste animal. Conforme Jeremias, “eles desconhecem a pesca, ficando assim, privados de um alimento rico e fácil de arranjar. Nunca cheguei a saber a razão pela qual desprezam o peixe. Acham-no tão nojento como os brancos achariam os carrapatos e as baratas”.

Aos poucos, Jeremias passou a realizar as atividades do povo no qual estava inserido. Ele andava pela floresta, cotidianamente, em busca de alimentos. Os Xokleng preparavam ranchos que variavam de tamanho conforme o tempo de permanência. Jeremias foi percebendo que isto estava ligado à quantidade de mantimentos que o lugar oferecia. “Assim, marchamos meses inteiros, nem sempre na mesma direção porque tornávamos a passar por lugares onde havíamos estado anteriormente. (...) Num lugar paramos durante muito tempo porque a caça era abundante”. Provavelmente estavam no verão, quando os índios se aproximavam do litoral em busca de animais para a caça. Durante o inverno, o pinhão era o alimento mais saboreado. Durante uma das andanças, Jeremias percebeu que um período importante se aproximava. Os Xokleng comemoravam ao observar o amadurecer dos frutos e a florescência das árvores.

A princípio não pude compreender coisa alguma de tudo isso e, quando falei a respeito à minha mãe, ela disse simplesmente que um grande acontecimento estava para vir. Dizia isso com a mesma cara de um pio cristão quando fala da festa do padroeiro do lugar. Depois de algum tempo chegamos a um sítio lindíssimo, coberto de pinheirais. Era o local que desde algumas semanas demandavam.

Quando era pequeno, Jeremias teve experiências junto dos índios. Ele passou a entender o porquê daqueles trajetos e a se identificar com os Xokleng. Assim também aconteceu com Korikrã-Maria, em relação à comunidade germânica blumenauense. Após algum tempo, ela era a senhorita Gensch. No entanto, apesar de familiarizado, Jeremias

revelou: “muitas vezes, trepando as árvores para colher mel pudemos divisar, nas clareiras, as casas dos colonos. Senti saudades da minha vida de civilizado e tive ímpetos de voltar para o convívio dos meus. A vida entre os bugres, apesar de já acostumado, pareceu-me insuportável”. Jeremias sentia saudades, assim como as crianças indígenas que estavam morando na cidade. Estas devem ter observado a mata diversas vezes e lembrado da sua vida nativa, assim como o menino que, ao inverso, olhava da floresta os espaços que os colonos tinham desmatado para construir casas e roças.

Um certo dia, outro grupo Xokleng se juntou ao de Jeremias, que percebeu: “a sua linguagem era bem diferente da nossa. E minha mãe me disse que aquilo ainda não era nada, pois havia ramos com os quais era quase impossível entender-se, tanto que já havia mudado a língua”. Os Xokleng se distinguiam entre si. Cada grupo tinha o seu cacique e realizava as suas andanças em busca de alimento. Entre diferentes etnias, a identificação e diferenciação eram ainda maiores. Já para os imigrantes alemães e seus descendentes, os índios eram, de forma geral, os “bugres”. Esta generalização parecia ocorrer também em relação à visão dos índios acerca dos brancos. Jeremias fez sua interpretação. Ele afirmou que ficou muito impressionado por Kruko ter prontamente aceitado a decisão do cacique em adotá-lo, pois “os índios tem o branco em conta de uma criatura desprezível e não de homem”. Talvez Jeremias, que escreveu já adulto este relato, tenha transferido os sentimentos que os blumenauenses tinham acerca dos índios. Mas esta interpretação parece fazer sentido se refletirmos sobre os tantos momentos que Jeremias deve ter escutado os Xokleng falarem com ódio dos brancos.

Com algum tempo de vivência entre os índios, chegou a época crucial para Jeremias. Os Xokleng iniciaram planejamentos e execuções de ataques contra os imigrantes. Juntamente com o outro grupo que tinha chegado, assaltaram várias habitações dos colonos. “Vivíamos fartos” escreveu Jeremias, lembrando seus dias de abundância e se colocando como um deles. Mas mesmo saciado, estava preocupado.

Não me sentia com coragem bastante para fugir e avisar os brancos do perigo que os ameaçava. Os bugres notariam logo a minha fuga, me perseguiriam e facilmente se apoderariam de mim novamente. E se chegasse mesmo a fugir qual seria a minha recepção por parte dos brancos? Nu e com a cabeleira cortada como estava, eu parecia um verdadeiro bugre. Senti também pena na idéia de abandonar minha nova mãe que tão boa fora para mim.

Jeremias, criado entre os brancos e vivendo entre os índios, sentia remorso ao cogitar a possibilidade de abandonar a sua mãe adotiva e tinha dúvidas da reação que os colonos teriam ao encontrá-lo com aspecto indígena. Maria, em situação similar, escolheu ignorar seu pai biológico, ao ficar de frente com o seu povo, e recebeu em troca o seu desprezo. A seguir, veremos que assim também reagiu, ao perceber sua decisão final, o pai adotivo de Jeremias.

Os Xokleng ficaram reunidos durante meses naquele local, de onde saíam apenas para assaltar os brancos. Depois de um tempo, veio a vingança. Conforme Jeremias, era tanta fartura que os índios resolveram realizar uma grande festa. Como sabemos, os momentos depois da celebração eram os preferidos dos bugreiros, pois o cansaço gerado pelas danças e bebidas deixava os índios literalmente desarmados. Na “batida” foram utilizadas as estratégias reveladas por Martin. É possível que ele mesmo estivesse à frente desta expedição. Nas primeiras luzes do sol, quando os índios ainda estavam dormindo, apareceram alguns homens gritando e atirando. Os Xokleng, bastante assustados com os tiros, fugiram mato adentro. O narrador informou que Kruko, a mãe adotiva de Jeremias, queria fugir levando o menino.

Eu, porém, fui um ingrato. Pensei chegado o momento para me livrar dos bugres. E, enquanto ela me suplicava que fugisse, procurando até arrastar-me, eu segurava-me ao esteio do rancho esforçando-me por lembrar algumas palavras do português e gritando aos assaltantes que não me matassem, pois também era branco e seu conterrâneo. De Kruko, a minha pobre mãe adotiva, que tantas provas me tinha dado de dedicação, eu não me lembrava naquele momento. Mas quando ela, com o peito perfurado por uma bala, me olhou sorrindo, com o olhar cheio de amor e exprobração, e caiu morta no meio do acampamento, soltei um grito de dor e me agarrei ao seu corpo exânime. Tudo porém estava terminado...

Jeremias acompanhou os brancos no regresso, enquanto os índios observavam à distância seus movimentos. De repente, Jeremias reconheceu a voz do cacique, que lhe gritou as últimas palavras: “menino achado, inimigo e traidor que assassinaste tua própria mãe! Volta e paga com o teu sangue todo o mal que nos fizeste!”.

O narrador, José Deeke, deu um final apoteótico e literário à história de Jeremias. É importante ressaltar, novamente, que esta é uma tradução livre do texto escrito em alemão pelo principal personagem da história. O documento original não foi encontrado no Arquivo Histórico de Blumenau, portanto, devemos ficar atentos à exacerbada liberdade dispensada ao escritor. Aqui, o texto ajudou a analisar indícios da vida Xokleng, (re)interpretar as

experiências lembradas por um homem que, quando criança, viveu entre os índios (na tradução de outro autor) e, além disso, perceber semelhanças e diferenças nas histórias de Korikrã-Maria e Jeremias, duas crianças aprisionadas e levadas para um desconhecido mundo novo.

Gensch utilizou uma veemente narrativa na monografia compartilhada com os intelectuais reunidos em Viena. José Deeke, por sua vez, rescreveu de forma bastante romaneada a história de Jeremias. O seu objetivo era a publicação - de um texto originalmente escrito para a comemoração do primeiro centenário da colonização alemã em Santa Catarina - no primeiro ano da Revista Calendário Blumenense, em 1934. Este era um periódico especializado em contos sobre a região do Vale do Itajaí. Parte da História de Blumenau foi recontada por Deeke e Gensch, com finalidades distintas, as quais sempre tem um texto a ser publicado. O que nos coube aqui foi analisar estas fontes, à luz de outros indícios e bibliografia sobre o tema para, novamente, (re)interpretar a História dos índios em Santa Catarina.

Os singulares encontros interétnicos

Após a captura, cada um dos índios criou sua trajetória individual, vivendo ao lado da sua família adotiva ou se afastando dela. O ser humano constrói sua história, como sujeito ativo dela, e a vivencia de forma singular. A sua interlocução com a realidade é única. Portanto, foi dispensado qualquer encaixe de conceitos *a priori* para a análise destas histórias. É evidente que nem sempre as escolhas foram feitas por eles mesmos, como a drástica separação dos seus parentes, mas sim muito do que fizeram a partir delas. Obviamente ninguém é totalmente livre em suas ações sociais, que estão sempre inseridas num contexto histórico. As crianças indígenas estavam em uma região e época onde o genocídio do grupo Xokleng ocorria em grandes proporções; um cotidiano teuto-brasileiro imbuído de uma mentalidade ocidental-cristã; uma cidade rumo à modernidade. Entretanto, diferiram em suas formas de agir e nos rumos seguidos. Houve, por exemplo, diferentes ações em relação à cultura Xokleng. Este capítulo pretendeu, portanto, mostrar as características *sui generis* de

cada história dentro deste contexto. Esta abordagem traz uma nova perspectiva em relação àquela de que os índios foram exterminados e os poucos sobreviventes simplesmente passaram por um processo educacional que os deixou “civilizados” como as pessoas de origem alemã. A História e estas histórias são infinitamente mais complexas.

No sul do Brasil a memória acerca dos índios é ocultada, sendo comemorada apenas a implantação do “progresso” e da “civilização” na região pelos imigrantes europeus. A genealogia indígena desaparece em detrimento daquela que revela o passado imigrante. Na historiografia que se refere aos povos indígenas do Estado de Santa Catarina, a idéia do extermínio é a mais confortável, negando futuro a eles. “Esta história do extermínio tem sido feita há bastante tempo. Falta ainda fazer a história das táticas de sobrevivência destas pessoas”.²⁹⁶ Fazendo uma ressalva: é necessário (re)interpretar a história destas pessoas num novo mundo: da sua vivência após a sobrevivência ao genocídio que não os aniquilou.

Coube ao historiador atentar para as experiências indígenas na cidade, através de fontes e bibliografia sobre a história do Vale do Itajaí, Santa Catarina, início do século XX. Foi interessante o exercício de perceber e analisar algumas características comuns, entre as crianças indígenas, relacionadas com a cultura Xokleng. Na dificuldade de interpretar documentos elaborados por indivíduos pertencentes à cultura germânica, estão os vestígios de uma cultura manifestada no cotidiano e que, em alguns escritos, foram ignorados pelos defensores da “civilização”. Durante os aprendizados “ocidentais”, as crianças apresentaram muitos aspectos da cultura indígena. Elas não eram tábulas rasas nas quais simplesmente se enxertaria cultura.

A adoção não pode ser entendida como uma via única, onde o pupilo simplesmente incorpora uma nova vida. O responsável pela educação, na interação cotidiana, não fica incólume na relação com o “outro”. Hugo Gensch apresentou, na sua monografia, diversos aspectos da cultura Xokleng. A sua maior informante era a sua filha adotiva Korikrã. Entre outras coisas, apresentou um vocábulo da língua elaborado através de muitas conversas com a menina indígena. A postura evolucionista, limite de época, não o impediu de registrar aspectos lingüísticos, da cultura material e simbólica dos índios Xokleng. Alguns deles inclusive

²⁹⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. Op. Cit., p. 6.

mereceram elogios por parte de Gensch, como os cuidados higiênicos, o jeito de nadar, a habilidade em urdir e, no geral, a inteligência.

Outras relações interétnicas apresentaram semelhanças. O retrato de um índio, pertencente ao Museu Nacional, instigou João Pacheco de Oliveira a enveredar pela história de Guido. O menino Bororo, de aproximadamente sete anos de idade, foi adotado por um casal de alta condição social em 1888. Tratava-se de Maria do Carmo e Francisco Rafael de Mello Rego, presidente da província de Mato Grosso. A mãe adotiva, por diversas vezes, reiterou o amor recíproco entre ela e o menino. Além disso, assim como Gensch, registrou a sua inteligência. Ao longo do processo adotivo, a senhora revelou interesse pela cultura material e pelos costumes dos índios. Dona Maria do Carmo realizou expedições, reuniu objetos indígenas, manteve contatos com cientistas e teceu elogios os índios da região.²⁹⁷

O encontro intercultural porém não se realiza apenas por um movimento unilateral e pedagógico, pelo qual o tutelado e aprendiz é levado a incorporar à sua vida os modos e os sonhos do tutor, vindo assim a tentar aproximar-se de um modelo idealizado. O tutor também acaba por adequar-se àquela situação de interação, desenvolvendo condutas e priorizando valores que lhe permitem aproximar-se do tutelado, aumentando o seu grau de intercomunicação e mútua compreensão.²⁹⁸

No ano de 1892, após quatro anos de convivência com os Mello Rego, o menino Bororo faleceu de pneumonia. O interlocutor da mãe adotiva, neste momento de tristeza, foi o visconde de Taunay. O homem que teve contato com os índios de Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai e quando presidente da província de Santa Catarina se posicionou radicalmente contra o genocídio que estava ocorrendo no Vale do Itajaí, recomendou que a senhora reunisse os escritos sobre o menino indígena em livro.²⁹⁹ Com o incentivo de Taunay, Maria do Carmo publicou dois livros.³⁰⁰ A morte prematura do menino Bororo rompeu os planos da família. Pelo contrário, os Gensch presenciaram a chegada de Maria na maturidade.

²⁹⁷ Durante a permanência na província de Mato Grosso ela reuniu cerca de 400 peças etnográficas pertencentes a diversas etnias da região. A coleção Guido foi doada ao Museu Nacional.

²⁹⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. “Um novo nicho para o beija-flor: recontextualizando objetos étnicos e imagens do colonizado”. In: MONTEIRO, John. FAUSTO, Carlos (orgs.) *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim. (no prelo).

²⁹⁹ Ver capítulo I, item “Os discursos do governo provincial”.

³⁰⁰ MELLO REGO, Maria do Carmo. *Guido (páginas de dor)*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895. MELLO REGO, Maria do Carmo. *Lembranças de Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1897.

Os pais adotivos viveram, de forma diferentes, seus momentos de alegria e tristeza.

Concluindo, enquanto o projeto hegemônico catarinense era o extermínio dos indígenas, algumas crianças foram levadas para a cidade, adotadas por famílias de origem germânica e receberam o sobrenome dos pais adotivos, como Benedita Engelke, Isabel Ebert e Francisco Topp. Korikrã tornou-se Maria, a senhorita Gensch, e aprendeu diversos comportamentos “civilizados”. Ana tornou-se a “eterna bugra”, vivenciando outra história no contato de toda vida com as freiras da Congregação da Divina Providência, no Colégio Sagrada Família. Ana viveu a ambigüidade de ser uma indígena inserida numa instituição católica. O comportamento e a competência lingüística, elementos essenciais da civilidade alemã, foram menos cobrados de Ana. As fontes escritas, orais e iconográficas possibilitaram inferir diferenças marcantes nas trajetórias das crianças indígenas adotadas e da que permaneceu em companhia das religiosas. Os Gensch e as outras famílias entendiam que aqueles “brotos da natureza” poderiam se tornar pessoas “civilizadas”. As freiras católicas, por sua vez, estavam fazendo caridade. Contudo é importante salientar que, mesmo entre as adotadas, os caminhos trilhados foram diferentes.

A educação, em seu sentido amplo, é o processo de produção histórica da existência. Nesse processo se dá a construção do humano que acontece através das relações entre as pessoas. A educação que experienciamos, que vivemos na pluralidade, faz com que nos tornemos o que somos. Ela surge e incide em diversos contextos, possuindo diversas faces. As crianças capturadas receberam, antes da ida para a cidade, uma educação indígena. Entretanto, durante o processo “educativo civilizatório”, o interesse era a evolução da “selvageria” para a “civilização”. Os Xokleng eram “bugres”, “incivilizados”, “selvagens” ou “waldheims”, como no caso de Ana. O sucesso desta “educação” era medido pela extirpação dos comportamentos indígenas e pelo aprendizado do modo de vida “ocidental-cristão”. Logo, a exclusão das crianças indígenas ocorreu pela “inclusão”.

A tentativa de uma imposição cultural, que exige a eliminação de outra, é uma forma sofisticada de exclusão. Coloca-se de lado o sujeito indígena e tenta-se produzir outro através dos ensinamentos “civilizados e ocidentais”. No entanto, como vimos, as adoções não significaram uma superposição de cultura. As crianças apresentaram ações surpreendentes, imbuídas de cultura indígena, nas relações interétnicas. Os pais adotivos, por sua vez,

demonstraram interesse pela alteridade. Os silêncios demorados de Korikrã e Ana, percebidos pelas pessoas com quem conviveram, revelam o duro peso de ser retirado do grupo social ao qual pertence. Mas, como visto, cada ser humano realiza sua história, em determinado contexto, e a vivencia de forma única. Kundüsima (Wat), Nukla, Cogogn, Korikrã e Benedita e Ana, cujos nomes indígenas não se sabe, construíram suas vidas a partir de dois mundos.

**“PARAÍSO DOS TRABALHADORES, INFERNO DOS VADIOS”³⁰¹:
OS XOKLENG E O SPI NO POSTO INDÍGENA DUQUE DE CAXIAS (1914-1926)**

VISÕES DA PACIFICAÇÃO

A chamada pacificação dos botocudos³⁰² em território catarinense foi bastante comentada através de artigos jornalísticos, documentos governamentais e conversas informais travadas nas ruas do município de Blumenau. Os blumenauenses, durante alguns meses, estavam divididos entre os que comemoravam o sucesso da missão chefiada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que finalmente traria segurança aos colonos, e os que duvidavam de qualquer atividade pacífica diante de tão perigoso grupo indígena. A visão mais difundida, porém, era a que saudava os funcionários do órgão governamental pela importantíssima tarefa empreendida em favor da colonização alemã. Os índios, aldeados, não representariam mais perigo. Como para todo o grande feito existe um herói, não foi diferente neste episódio regional. Diante de inúmeras dificuldades, um jovem carioca recém-chegado na região foi destaque nas notícias locais sobre o esperado e finalmente sucedido contato pacífico com o grupo indígena Xokleng. Antes de analisar o cotidiano do Posto Indígena Duque de Caxias nos primeiros anos de sua existência, seguem algumas reflexões sobre o processo de pacificação.

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, nascido em 29 de agosto de 1896, era filho de um instrutor de artilharia da imperial marinha de guerra da Áustria. Com apenas dezesseis anos ingressou no SPI, exercendo a função de fotógrafo, e apenas dois anos depois se tornou o protagonista de umas das páginas mais significativas da História do Vale do Itajaí. Antes dele, como visto, muitos fracassaram nas práticas que visaram estabelecer relações amistosas com o povo indígena Xokleng, entre eles os missionários capuchinhos, o pessoal liderado por

³⁰¹ Na entrada do Posto Indígena Duque de Caxias havia uma placa com estes dizeres, como atesta uma foto de alguns índios Xokleng, encontrada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O referido Posto, hoje chamado Terra Indígena Ibirama, fica situado na região do Alto Vale do Rio Itajaí, entre os municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles.

³⁰² Os relatórios, escritos pelo encarregado do Posto indígena Duque de Caxias, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, referem-se sempre aos índios através do termo botocudos.

Frederico Deeke e Alberto Fric. Evitando desenrolar todas as malogradas tentativas, prefiro ir diretamente ao fato significativo que desembocou nos primeiros momentos de diálogo entre o funcionário Hoerhann e os índios que surgiram das matas do alto vale, mais especificamente perto das margens do Rio Plate.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), a primeira tentativa de uma relação oficial e sistemática entre o Estado Nacional e os povos indígenas no Brasil.³⁰³ A Inspetoria Regional 7, responsável pelos três estados do sul do Brasil, construiu em Santa Catarina dois postos com o intento de atrair os Xokleng. O inspetor geral na época era José Maria de Paula. Além dos empregados e dos mantimentos necessários, havia nos locais objetos que acreditavam ser fundamentais para chamar a atenção dos índios. Além de um gramofone, entoando melodias que deveriam ser chamarizes para os moradores da mata, e no ponto mais alto uma bandeira do Brasil, recolhida ao anoitecer ao som do hino nacional, existiam na sede do posto diversos presentes a serem entregues aos índios em sinal de paz e para facilitar o contato. No dia 21 de Setembro de 1914, uma notícia vinda do Posto de Atração do Rio Plate causou alarde.³⁰⁴ Os índios, aproveitando a ausência de quase todos os responsáveis pelo posto, agiram como de costume. Após assustarem as pessoas presentes, que conseguiram fugir rio abaixo sem nenhum ferimento, apoderaram-se de roupas e ferramentas. Os objetos que não eram de interesse foram quebrados, entre eles o estimado gramofone. Antes da partida, os índios colocaram fogo na sede construída para seduzi-los. Parece que a comunicação, ao invés de sons clássicos e cores nacionais, precisaria ser conduzida de outro modo.

³⁰³ Oito anos após a sua formação, a localização dos trabalhadores nacionais passou a não ser mais atividade deste órgão público, que se torna apenas SPI. Para esclarecer as funções iniciais do empreendimento, segue um excerto sobre o significado, na época, de trabalhador nacional. “Esta expressão encobria uma vasta gama de produtores diretos destituídos da propriedade de terra. Compunham o que a historiografia mais recente chamou de pobres livres. (...) Evitar a migração para os centros urbanos era uma tarefa a inserir o Serviço num conjunto de aparelhos responsáveis pela (i)mobilização da mão-de-obra.” LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 126. Para maiores informações sobre o SPI, ver também outros escritos deste autor. Sobre as discussões na formação do órgão público, que envolveu disputas políticas significativas, ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil” e LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. “Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo”. *Revista de Antropologia*, vls. 30/31/32, 1987/88/89.

³⁰⁴ Havia outro Posto de Atração na localidade chamada Krauel.



Posto de atração do SPI no Vale do Itajaí (fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo Edmar Hoerhann)

Eduardo Hoerhann, logo que soube do ocorrido, tomou o caminho do centro da colônia Hammônia de volta à sede do posto. Após um dia de viagem rio acima de canoa, chegou ao local ainda fumegante com mais três homens, um deles um índio aldeado no Paraná cuja função seria de intérprete do futuro diálogo. Aos gritos entoados para dentro da floresta pelo jovem Kaingang, os Xokleng imediatamente responderam. Neste momento perceberam alguns índios, sentados em troncos de árvores derrubadas a poucos dias para o feitiço de uma roça, com as flechas nos arcos preparadas para o ataque. Hoerhann, lembrando alguns vocábulos estudados através da monografia de Hugo Gensch, registrados nas conversas com a menina indígena que tinha adotado, iniciou um diálogo que foi paulatinamente se desenvolvendo.

Entretanto, os índios desconfiados desta repentina intenção de amizade após incontáveis lutas com os bugreiros, não permitiram qualquer aproximação física. Mais do que isso, ordenaram que as armas que estavam à vista fossem imediatamente abandonadas. Hoerhann, almejando provar seus amistosos escopos, prontamente jogou sua arma de fogo em direção aos índios que a recolheram e voltaram rapidamente para ao abrigo das árvores,

sempre prontos para investirem flechadas contra os suspeitos homens brancos que, pela primeira vez, apresentavam atitude pacífica diante deles. Hoerhann, desarmado, arriscou alguns passos ao encontro dos índios, em companhia do índio aldeado. Quando estavam bem próximos, uma flecha quase atingiu o intérprete Kaingang. Alguns índios ficaram indignados com a atitude e recriminaram o responsável pelo ataque, mas gesticulavam repetida e insistentemente que os dois deveriam estar, pelo menos, a alguns metros de distância.

Hoerhann, depois de alguns minutos de sofrível diálogo, entendeu que os índios ainda suspeitavam de que ainda estava armado. Foi este o momento da atitude mais célebre de Eduardo, quando teve a idéia de tirar toda a roupa, ficando nu diante dos índios que, certamente, puderam ter a certeza de que o branco não escondia nenhuma arma. Estavam sendo seguidos os preceitos de Rondon, que postulava o máximo esforço na tentativa de demonstrar aos índios suas atitudes pacíficas. O contato continuou através dos presentes dispensados aos Xokleng, deixados num ponto pelo remetente que, rapidamente, recuava conforme as exigências indígenas. Estes, por sua vez, buscavam os objetos, regressavam e faziam de longe outros pedidos. Os desejos, como nos ataques às residências dos colonos, estavam centrados nos tecidos e machados. Conforme o relato de José Deeke, que algumas horas após o ocorrido chegou ao local da pacificação,

modesta aquela gente não era absolutamente, não havia o que lhes bastasse e satisfizesse e não descansaram enquanto não levaram todas as peças de roupa que podíamos dispensar. Primeiro saíram só cinco ou sete de dentro da floresta, todos desarmados, vestindo além da própria tanga todos os paletós que antes lhes foram dados, enquanto permaneciam com as pernas nuas. Entretanto, aos poucos os índios se tornaram mais confiantes e chegavam até os ranchos do posto. (...) Foi só então que se descobriu porque é tão difícil o entendimento na língua Kaingang - pois não se trata propriamente de Kaingangs como se supunha, mas de botocudos.³⁰⁵

³⁰⁵ DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau, Nova Letra, 1995, p. 252.



O contato amistoso (fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo AHJFS).

Os índios finalmente foram reconhecidos conforme sua etnia, ou melhor, através das diferenças em relação aos Kaingang. Enquanto, para os brancos, os Xokleng não pareciam mais tão ferozes assim, os índios aproveitavam a realização de todas as suas vontades pelos simpáticos brancos, que resultava na facilidade de ganho de objetos, que antes tinham que obter em arriscadas investidas, e de comida que somente era conseguida no esforço das caçadas. A partir deste momento, uma nova fase do contato se estabelecia. Os Xokleng começaram a fazer cada vez mais exigências, as quais Hoerhann tentava cumprir receoso de que, se impusesse qualquer tipo de força neste momento, poderia colocar a perder todo o esforço até então empreendido. Logo após a distribuição de presentes, os índios demandavam coisas novas. Ao não serem prontamente atendidos, puniam o representante dos brancos. Eduardo Hoerhann passou a ser submetido a castigos diversos, como ser xingado, vaiado e receber escarros no rosto.

As inúmeras reportagens da época, e publicações mais recentes em revistas e livros, relembram estes fatos enaltecendo a figura heróica do jovem Eduardo, que enfrentou os mais difíceis obstáculos, como intempéries e longas caminhadas, para chegar frente a frente com o maior deles: o temido índio das matas do vale. Com a coragem de poucos, encarou o índio

“nesta tarefa verdadeiramente humana e elevada. Justo é, pois, que se tribute a ele as honras, a gratidão e a consideração a que tem direito”.³⁰⁶ No final de sua vida, Hoerhann colecionava os títulos de cidadão das cidades de Ibirama, Presidente Getúlio e Rio do Sul. A maioria dos autores divulgou que, depois dos momentos de terror investido pelos índios, com flechas apontadas e aplicação de castigos, Hoerhann conseguiu impor o respeito que merecia. Após algum tempo, inclusive, teria recebido dos índios a importante alcunha Katanghará, que ele costumava usar depois de sua assinatura. Este era o nome de uma madeira com a qual fabricavam os arcos, portanto, um material forte, rijo e inquebrável, como a personalidade do “pacificador do nosso selvagem, o bugre, o tão falado e famigerado botocudo. Quando todos eles fracassaram, emergira por influxo de seu temperamento, do seu humanismo, com o destemor de um autêntico herói”.³⁰⁷

Sabemos, até aqui, a visão do branco em relação ao processo de pacificação. Conforme as fontes e bibliografia sobre o evento, o primeiro contato pacífico com os Xokleng foi realizado por um jovem corajoso e abnegado que enfrentou grandes obstáculos, narrados exaustivamente, para atrair e pacificar o temido índio botocudo. O outro lado da moeda, ou seja, como os próprios índios interpretaram estes fatos, os escritos consultados não explicitam, mas sinalizam. A partir de agora, o nosso interesse será o questionamento sobre como os Xokleng entenderam o seu primeiro diálogo com os brancos. Um indício advém de um artigo jornalístico de autoria de José Deeke, no qual ele tenta compreender as punições sofridas por Eduardo e acaba revelando que “os índios confundiam os conceitos, fazendo idéias que foram eles que converteram o Eduardo e o trataram também assim. Exigiam dele as coisas mais absurdas e se ele não atendia a seus desejos, amarravam-no à um poste de tortura, fazendo cócegas e picando-lhe com as pontas de suas flechas e de seus arcos”.³⁰⁸ O mesmo autor, em seu livro, afirma que os índios “praticavam as mais desmedidas ações de desfaçatez e

³⁰⁶ Revista publicada em comemoração aos setenta anos da chegada dos primeiros imigrantes à colônia Hammônia, hoje Ibirama, ocorrida em 1897. Nesta publicação, algumas notas são dedicadas ao processo de pacificação dos índios, em 1914, por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, comemorando o fato e enaltecendo a figura responsável por evitar o extermínio dos Xokleng e, principalmente, garantir a segurança e o conseqüente progresso da região agora livre dos ataques indígenas.

³⁰⁷ LUKAS, Vitor. “Katanghará”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 9 (5), 1968, p. 85.

³⁰⁸ DEEKE, José. “Os botocudos do Rio Plate”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (1), 1988, p. 20. Artigo publicado, pela primeira vez, no jornal *Der Christenbote*, de Blumenau, no ano de 1924.

atrevidimento, além de terem, acerca das coisas mais elementares, grandes fantasias, porque se convenceram de que foram os brancos os ‘catequizados’ e não a si próprios”.³⁰⁹

A inovadora coletânea de artigos, cujo título instigante é “pacificando o branco”, mostra que este é um tema comum ao processo de contato na experiência de diversos povos indígenas.³¹⁰ A fala do próprio Eduardo Hoerhann sobre o assunto, em uma entrevista cedida no final de sua vida, sugere que os índios interpretaram os eventos como se eles fossem os pacificadores dos brancos. Relembrando os primeiros momentos de diálogo com os Xokleng, afirmou: “os índios imaginavam que os brancos é que estavam sendo amansados, e hoje concluo que eles tinham razão, pois as terras eram deles”.³¹¹ Ainda mais significativa que a declaração de Hoerhann, é a voz do próprio índio. Ao entrevistar alguns Xokleng de diversas idades, com o intuito de analisar as memórias acerca da pacificação, Priscila Enrique de Oliveira cita uma fala que representa uma visão comum, entre os índios, acerca da submissão imposta a Hoerhann. A informante, filha de pai branco e de mãe Kaingang, trazida do Paraná na época da pacificação³¹², tem aproximadamente 68 anos. Não participou, portanto, do episódio, mas ouviu muitas histórias da tia que a criou.

Vieram para Blumenau, dali eles vieram aqui para Ibirama a cavalo, até que chegaram aqui, junto com seu Eduardo pacificador, e aqui eles lutaram muito ela disse, para ter contato com os índios Xokleng, iam para o mato com ele, até que um dia eles foram num encontro, junto com Seu Eduardo, e lá foi o primeiro encontro que fizeram com branco. Para acreditarem que Seu Eduardo era amigo, fizeram ele derrubar uma madeira muito grossa chamada peroba, muito grossa, com machado. Ele levou machado e ele dizia para eles que podiam vir, ele falava no idioma, porque aquele machado não era para fazer mal, era para derrubar a árvore que tinha mel. Mas tiraram a roupa do Eduardo, com a lança no pescoço dele, deixaram o sangue escorrer, ele começou às seis hora da manhã, às seis horas da noite a madeira caiu, e a mão dele saiu sangue.³¹³

³⁰⁹ DEEKE, José. Op. Cit. 1995, p. 253.

³¹⁰ ALBERT, Bruce. RAMOS, Alcida Rita (orgs.) *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³¹¹ Entrevista cedida por Eduardo Hoerhann ao jornal O Estado, em dezembro de 1975.

³¹² Além do índio que participou efetivamente do primeiro diálogo com os Xokleng, foram trazidos de um aldeamento do Paraná outros Kaingang. Estes ficaram morando no Posto Indígena Duque de Caxias e formaram famílias entre eles e com os Xokleng. Atualmente, ainda se encontram descendentes destes índios no PIDC.

³¹³ OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “*Da tanga às Havaianas*”: *historicidade e etnicidade Xokleng (1914-2001)*. Dissertação de Mestrado em História e Sociedade. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002, p. 114.

O que é interessante ressaltar é que, na interpretação indígena da época e na memória Xokleng, foram eles que optaram pela aproximação e ditaram suas regras. Enquanto para a sociedade regional e nacional, os índios de Santa Catarina foram contatados devido a um ato de heroísmo individual, realizado conforme as estratégias do SPI, para os índios o processo foi inverso. Conforme os Xokleng, eles mesmos foram os responsáveis pelo contato e pacificaram os brancos que até então matavam e aprisionavam através das expedições dos bugreiros. Os índios é que decidiram se aproximar e impuseram as condições da relação, entre elas a obtenção de diversos objetos, o desarmamento dos brancos e a realização de testes com Hoerhann visando desvendar se sua intenção era mesmo pacífica.

A oferta do que os índios buscavam através dos assaltos, principalmente roupas e ferramentas, foi entendido como aceitação, por parte dos brancos, dos termos indígenas propostos. Agora, sem estarem em ataque arriscado, conseguiam mais facilmente os objetos desejados. Conforme entrevistas e artigos jornalísticos da época, ao notar a presença de estranhos, os Xokleng conversaram e decidiram não atacar, determinando as condições que seriam impostas para os brancos. O periódico *A Verdade*, de Florianópolis, publicou uma série de cinco capítulos sobre a pacificação. Conforme o jornal, depois de observarem bem a figura de Eduardo, os índios não consentiram que ele chegasse mais perto como queria e deram ordens o tempo inteiro, “sempre confabulando entre si. (...) Eduardo deixou os botocudos proceder como bem entendessem. E como a todos seus atos não se opunha nenhuma resistência, e bem convencidos que estavam da sua absoluta superioridade, impunham-se como senhores”.³¹⁴

A seguir, dois pequenos excertos de narrativas sobre a decisão indígena de entrar em contato com os brancos. Uma idosa Xokleng, de aproximadamente 64 anos, afirmou que “decidiram sair por causa da muita miséria. Eles disseram: vamos nos encontrar com os brancos para que eles tratem de nós. Foi assim, senão hoje estavam todos no mato ainda”. Outro indígena, de aproximadamente a mesma idade, deu a seguinte declaração: “foi meu avô quem falou com os homens, ele era cacique. Aí ele começou a falar com os índios. Ele disse

³¹⁴ “A pacificação dos índios botocudos: a perseverante obra de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 30 (5), 1989, p. 140. Artigos originalmente publicados no jornal *A Verdade*, de Florianópolis, no ano de 1921.

assim que não era para matar os brancos”.³¹⁵ Ainda sobre as lembranças indígenas deste importante período, Oliveira analisa.

No caso da sociedade Xokleng, a memória sobre o contato e o período em que foram aldeados está muito viva, sendo passada de pai para filho, porque consistiu em um divisor de águas para a sociedade e trouxe conseqüências profundas e desastrosas. Para os mais velhos, ela representa uma nostálgica visão de um tempo melhor, para alguns jovens, a raiz das forças que os mantém em pé e lutando para uma nova vida. Este é o ponto nevrálgico para entendermos a construção da identidade Xokleng. (...) Está neste momento [processo de pacificação] a raiz de toda a transformação, o “índio do mato” deixou de existir, a cultura material e o universo simbólico do grupo foi transformado, muitas vezes, de forma compulsória, visto que Hoerhann proibiu as práticas rituais dos Xokleng. Novas relações de trabalho e necessidades passaram a fazer parte do cotidiano do grupo, que respondia e incorporava estes padrões alienígenas de acordo com seu próprio universo cultural.³¹⁶

As atitudes Xokleng diante deste novo tempo, nos primeiros anos de aldeamento, é o que a seqüência deste capítulo abordará. Antes disso, mais algumas reflexões sobre o pensamento indígena do processo da pacificação. Conforme mencionado, o povo indígena Xokleng não foi o único a interpretar os primeiros momentos do contato pacífico como uma realização sua de amansamento dos brancos. Darcy Ribeiro citou algumas sociedades que fizeram “comoventes esforços para ‘amansar’ os brancos. Ao confraternizar com as turmas de atração do SPI, estavam certos de que as haviam apaziguado. É que, pela primeira vez, tiveram ocasião de proceder segundo as prescrições de sua própria etiqueta, sem revide”.³¹⁷ Este foi o caso dos Xokleng que, como visto, debateram e estabeleceram as regras do contato. As suas interpretações inverteram o processo de pacificação, que passou a ser obra dos índios diante do branco. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha elucida a questão colocando que

por várias vezes, em lugares e momentos diferentes, grupos indígenas declararam ter “pacificado os brancos”, arrogando para si a posição de sujeitos e não de vítimas. “Pacificar os brancos” significa várias coisas: situá-los, aos brancos e aos seus objetos, numa visão de mundo, esvaziá-los de sua agressividade, de sua malignidade, de sua letalidade, domesticá-los, em suma; mas também entrar em novas relações com eles e reproduzir-se como

³¹⁵ Oliveira, Priscila Enrique de. Op. Cit, p. 117.

³¹⁶ Idem, p. 95.

³¹⁷ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 204.

sociedade, desta vez não contra, e sim através deles, recrutá-los em suma para sua própria continuidade.³¹⁸

AS TÁTICAS INDÍGENAS NA CALADA DA NOITE

Era o início dos tempos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Vale do Itajaí. Os Xokleng, dizia-se, estavam “pacificados”. A intenção de transformar os indígenas em trabalhadores disciplinados parecia prosperar. O relatório do ano de 1924 apresenta uma visão branda do cotidiano no Posto Indígena Duque de Caxias (PIDC), afirmando com orgulho que este está se “desenvolvendo cada vez mais, constituindo-se em um estabelecimento modelar” devido aos esforços dos funcionários do SPI e da boa vontade dos índios ali localizados. O documento prossegue contestando uma afirmação, procedente de um político da Câmara dos Deputados Federais, “que chegou a colocar em dúvida a pacificação destes índios, tão belos exemplos de ordem, disciplina e trabalho”³¹⁹, características fundamentais a serem alcançadas através das ações deste aparelho de poder governamental voltado para os índios.

Ao ler este excerto, que nos mostra uma realidade sem conflitos, podemos criar uma imagem de convívio harmonioso entre os índios Xokleng e os empregados do SPI em Santa Catarina. O elogio do controle marcam uma posição de funcionamento exemplar deste aldeamento. Entretanto, nas trilhas abertas pelo citado homem público, o olhar do historiador se volta para outras possibilidades de práticas estabelecidas na contramão das estratégias governamentais. Diante da vigilância instaurada pelos discípulos de Rondon, os índios construíram seus próprios modos de proceder, que poderiam - ou não - ir de encontro aos propósitos do SPI.

O foco se concentrará nas diversas táticas indígenas; sorradeiras, insolentes, silenciosas ou anunciadas. Centrando nestas ações se revelam os revezes da história oficial, apresentada pelos documentos do SPI, e da vitimização dos índios, presente na historiografia. Seguindo a

³¹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Apresentação”. In: ALBERT, Bruce. RAMOS, Alcida Rita (orgs.). Op. Cit., p. 7.

³¹⁹ HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1924. Estes relatórios datilografados estão arquivados em microfilmes no Museu do Índio, Rio de Janeiro. Fazem parte deste acervo todos os relatórios citados.

perspectiva de Michel de Certeau, resta compreender os procedimentos utilizados pelos subalternos do poder no jogo cotidiano; enfim, as “maneiras de fazer”, as formas sub-reptícias, as práticas de contrapartida criadas por sujeitos ativos da conjuntura, “as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina”.³²⁰ Na argumentação sobre as táticas o teórico se utiliza de uma atividade, inclusive familiar ao povo indígena Xokleng, que como veremos não poderia ser mais apropriada para este capítulo.

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.³²¹

A respeito da idéia de sucesso do empreendimento, divulgada pelos funcionários do SPI, podemos inferir que era bastante oportuna. Apenas desta maneira poderiam persuadir os políticos céticos e angariar recursos para as suas atividades pouco valorizadas pelo Governo Federal. Logo após o trecho elogioso do relatório citado, aparecem reivindicações por apoio financeiro, na tentativa de reduzir a escassez em que se encontrava o Posto Indígena Duque de Caxias. Conforme Lima, os problemas financeiros atingiam o Ministério da Agricultura em geral. O SPI, como parte constituinte deste, estava apenas entre os quinto e sexto lugares no orçamento e era comum “o uso de fatores de produção indígenas - terras ocupadas, recursos naturais e mão-de-obra - com o fito de suporte do aparelho.”³²²

Sílvio Coelho dos Santos igualmente afirmou que esta instituição pública não recebia auxílio suficiente e, além disso, desconhecia como proceder após o contato pacífico com um povo indígena. Pensando na realidade catarinense, Santos cogitou: “se Eduardo Hoerhann imaginou a pacificação de forma romântica e aventureira, os fatos que logo se sucederam aos primeiros contatos amistosos lhe foram dando consciência da realidade.”³²³ Os obstáculos que

³²⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 37.

³²¹ Idem, p. 101.

³²² LIMA, Antônio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP, 1992, p. 164.

³²³ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis, Ed. Edeme, 1973, p. 153.

deveriam ser transpostos eram muitos e diversificados. Os documentos pesquisados demonstram que as tarefas de “atrair”, “pacificar”, “fixar” e “disciplinar” para o trabalho sedentário eram bastante árduas. Na visão do SPI, estas etapas deveriam cumprir-se, pois,

“os índios” eram um estrato social concebido como transitório, futuramente incorporáveis à categoria dos trabalhadores nacionais. (...) as populações classificáveis enquanto indígenas não eram povos dotados de história própria, de tradições que os singularizariam entre si, sendo a comunidade nacional brasileira deles distinta: eram brasileiros pretéritos, a comunidade imaginada se antepondo a seus componentes.³²⁴

O propósito deste item é analisar as atuações do SPI, instituídas dentro da área limitada do Posto, e as ações dos Xokleng frente a esta nova situação de contato com os brancos. A partir da chamada pacificação, as relações interétnicas passaram a ser travadas com os funcionários de um órgão governamental criado para lidar com as questões relativas aos índios. Este contexto demonstra, ao contrário do que expressa a visão oficial, a alteridade deste povo sem escrita e com história. Muitas histórias vividas neste período, como as protagonizadas pelos índios Voiê, Cuitá, Nanmbráma, Vaiponêma, Conhárambúma e Ngamon, a serem analisadas, evidenciam uma realidade mais complexa e que difere da apresentada pelo relatório do ano de 1924.

Passemos agora ao que apontam, paulatinamente e nas entrelinhas, os relatórios do Posto Indígena Duque de Caxias. O redator destes escritos anuais era o encarregado do aldeamento, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, que enviava os papéis como prestação de contas para a sede do SPI na cidade do Rio de Janeiro. Esta documentação instiga a reflexão e possibilita um interessante percurso de análise sobre as complexas relações sociais entre os funcionários do SPI e os Xokleng. Hoerhann, sujeito histórico importante das primeiras décadas do Posto, é ao mesmo tempo o autor das fontes pesquisadas. Ao longo do capítulo, espero demonstrar a viabilidade de uma leitura atenta às minúcias que revelam sinais importantes do cotidiano do aldeamento. Os escritos do principal representante do SPI no Estado de Santa Catarina não demonstram apenas as suas visões brancas diante do índio e elogios em relação ao seu trabalho, mas também as atitudes indígenas diante da nova situação de confinamento. Os documentos indiciam, por exemplo, alguns dos problemas constantes

³²⁴ LIMA, Antônio Carlos de Souza. Op. Cit., 1995, p. 120.

ocorridos dentro da área do PIDC, entre eles: questões relacionadas ao trabalho, aos confrontos/negociações dos indígenas com os colonos e funcionários do SPI e às enfermidades contraídas pelos Xokleng.



**Eduardo Hoerhann, funcionários do SPI e índios alguns anos depois da pacificação
O encarregado é o sexto, em pé, da direita para a esquerda
(fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*.
Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo Edmar Hoerhann)**

A cultura do labor, o labor na cultura

Nos relatórios, Hoerhann se manifestava bastante preocupado com o trabalho, ou melhor, com a falta de vontade demonstrada pelos índios pelos afazeres incumbidos a eles pelo “pessoal da turma”³²⁵. A idéia de transformar os indígenas em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem estava sempre presente, principalmente considerando a parca situação do PIDC. Diversas vezes o comportamento dos índios foi julgado como relapso e indisciplinado. Os conflitos relacionados à questão do trabalho eram tema recorrente no dia-a-dia do aldeamento e, conseqüentemente, nos escritos do encarregado do Posto Indígena Duque de Caxias.

³²⁵ Nos relatórios, Hoerhann se refere às pessoas contratadas para colaborar em diversas funções no Posto Indígena Duque de Caxias como “pessoal da turma”.

No relatório do ano de 1921, Hoerhann comentou, irritado, sobre as atividades do mês de janeiro. Após confirmar que se mantiveram no Posto todos os índios que já estavam na área determinada em dezembro de 1920, reclamou de um grupo em especial, liderado por Uvanhecu-Nanbrama, que insistia em ser “mal comportado e desobediente, desafiando-nos constantemente com arrogância e menosprezo”.³²⁶ Logo em seguida, o escrito continua desolado e amplia para todos os índios a decepção pois “continuaram na mesma atitude de hostilidade velada durante todo o mês, sem que por um só dia se apresentassem dispostos para os trabalhos da lavoura”. Hoerhann testemunhou que ao serem convidados para auxiliarem nos trabalhos agrícolas, alguns homens diziam que queriam fabricar e concertar suas flechas, cestos e demais objetos, enquanto as mulheres se ocupavam em fiar cordas para os arcos de seus maridos.

O antropólogo Jules Henry observou que haviam dois tipos de cestos nesta cultura indígena, um utilizado para o transporte de líquidos, impermeabilizado com cera, e outro para o transporte de diversos bens. A confecção desses artefatos era uma tarefa individual e masculina.³²⁷ Rodrigo Lavina, citando Sullivan e Moore, confirma que “as mulheres fiavam a corda dos arcos para seus maridos e parentes, sendo usadas fibras de urtiga ou tucum.”³²⁸ As pesquisas acadêmicas e as observações de Hoerhann nos permitem conhecer alguns objetos criados por este povo indígena, e também os agentes manufatureiros conforme as divisões dos papéis sexuais. Os Xokleng reclamavam que não era permitido tempo para estes afazeres, considerados de extrema importância na sua cultura, enquanto insistiam veementemente para que lavrassem o dia inteiro. O afã de Hoerhann pelo trabalho dos indígenas na roça acaba às vezes abalado, dando origem a desabafos. Ambos os lados tinham que ceder na exigência da negociação cotidiana.

Não sendo possível forçar os índios para qualquer trabalho quando estão assim indispostos conosco, não mais insisti, deixando-os entregue às ocupações que escolheram. E desta forma transcorreu o mês como sendo uma espécie de férias para os índios, que não tomaram parte em nenhum dos

³²⁶ HOERHANN, Relatório de 1921, janeiro.

³²⁷ HENRY, Jules. *Jungle People: a Kaingang tribe of the highland of Brazil*. New York, 1964, p. 170.

³²⁸ LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng em Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, p. 78.

trabalhos no Posto. (...) Parecia que, de fato, o que os botocudos queriam era descansar, esquivando-se da inclemente soalheira de janeiro.³²⁹

Aparecem, cotidianamente, as diferenças entre dois modos de vida. A cultura do trabalho insistia para que os indígenas realizassem a lida no campo. Como os Xokleng não apresentavam a mesma visão valorativa para com o trabalho na roça, eram considerados preguiçosos. Repetidamente, Hoerhann afirmou que os índios não gostavam de prestar auxílio na agricultura. No mês de fevereiro de 1921, o encarregado se surpreendeu com alguns índios que realizaram determinado tipo de trabalho pela primeira vez, colaborando eficientemente na plantação de feijão preto. Ele percebeu este “fato como um progresso feito, pois até hoje os botocudos detestam verdadeiramente o trabalho no plantio, como, aliás, já foi por diversas vezes relatado”.³³⁰ O relatório do mês de março revela um importante sinal. Na colheita do milho, os homens deram uma pequena ajuda, mas preferiram, “como já nos anos anteriores, auxiliar principalmente no transporte do alimento para os depósitos do Posto”.³³¹

Alguns dias depois, os índios demonstraram novamente suas escolhas em relação às funções a serem por eles realizadas. Era necessária a construção de uma cerca para um curral, o que demanda roçadas e derrubadas em mata virgem e transporte da madeira até o local onde estavam os porcos no PIDC. Hoerhann afirmou que estas atividades e resultados - recolhimento de oitocentas e cinquenta varas - só foram possíveis com o trabalho árduo dos índios, que foi penoso devida à grande distância percorrida. No mês de junho, foram construídos dois puxados no galpão para o possibilitar o funcionamento do engenho de fubá. Como na feitura das cercas, foi preciso o “falquejo e transporte das madeiras necessárias, sendo este um serviço que é do agrado dos botocudos”.³³²

No ano de 1922, o encarregado do Posto reconheceu, novamente, as derrubadas de madeira como funções do gosto dos homens Xokleng. “Prestaram-nos grande auxílio nas derrubadas da nova roça, trabalho que lhes dá muita satisfação. Menos boa vontade mostraram em auxiliar nas capinações de terras”.³³³ Três anos depois, Hoerhann relata que “o seu comportamento foi satisfatório, tendo sido bastante eficiente o auxílio que nos prestaram

³²⁹ HOERHANN, Relatório de 1921, janeiro.

³³⁰ HOERHANN, Relatório de 1921, fevereiro.

³³¹ HOERHANN, Relatório de 1921, março.

³³² HOERHANN, Relatório de 1921, junho.

³³³ HOERHANN, Relatório de 1922, janeiro.

principalmente nas roçadas de mato e nas derrubadas, trabalhos estes que, por serem mais do seu agrado, como já foi relatado, a eles se prestam os botocudos com melhor vontade”.³³⁴ Em novembro de 1926, “o auxílio foi de bastante proveito. Todos os grandes grupos tomaram parte alternadamente tanto nas roçadas e derrubadas, como nos trabalhos de transportes pesados na reconstrução do picadão”.³³⁵

É interessante observar que muitas destas atividades realizadas pelos índios, ao contrário da lida na lavoura, requerem certa permanência na mata. Pode-se, então, inferir que não era sem motivação que preferiam estes afazeres na floresta, sua antiga morada, em detrimento dos trabalhos na agricultura realizados dentro do PIDC. É interessante lembrar também que nas derrubadas e roçadas em mata virgem, os índios utilizavam machados que, como visto primeiro item do capítulo I, eram instrumentos desejados pelos Xokleng. Conforme o relatório de 1926, “o auxílio que nos prestaram foi bastante satisfatório, principalmente em trabalhos de foice e machado”.³³⁶ Além de estarem no seu território histórico usando uma ferramenta que lhes agradava, outra motivação foi observada por Hoerhann.

³³⁴ HOERHANN, Relatório de 1925, janeiro.

³³⁵ Devido à grande quantidade de exemplos da realização destas atividades da preferência dos Xokleng - roçadas, derrubadas e transporte - citarei alguns nesta nota de rodapé, evitando o entrave da leitura e demonstrando a dimensão tomada pelas escolhas dos índios nos trabalhos do PIDC. Em fevereiro de 1922, o relatório confirma sobre os índios que “o seu comportamento foi bom, tendo-nos auxiliado nos trabalhos de colheita e transporte de milho nas roças do Posto”. Em julho de 1923, “um pequeno grupo de botocudos roçou uma área de terra de mais ou menos um hectare, que estava em capoeira”. Em maio de 1924, os índios “auxiliaram principalmente no transporte da colheita do milho, que foi todo feito em grandes cestos carregados nas costas”. Em maio de 1925, “nada de pôde dizer de favorável quanto ao seu comportamento, ao contrário, este foi péssimo, sendo de pouca importância o auxílio que nos prestaram. Cooperaram com alguma assiduidade nas roçadas de mata virgem, nos transportes e remoções feitas em virtude de grande enchente, negando-se tomarem parte nos outros trabalhos”. Em junho de 1925, “o auxílio que nos prestaram foi satisfatório, principalmente na colheita, amontoamento e transporte do milho, bem como nos trabalhos de atorar e remover os troncos e cepos do leito dos caminhos das roças”. Em julho de 1925, “auxiliaram-nos muito satisfatoriamente, não só nas roçadas, como principalmente nas derrubadas e na remoção dos troncos atorados, afim de desobstruir a picada que vai do Posto ao Rio Dollmann”. Em dezembro de 1925, “o seu comportamento foi pouco satisfatório, mostrando-se alguns grupos desobedientes e sem interesse para o trabalho. Prestaram-nos contudo algum auxílio, principalmente nas roçadas e derrubadas deste mês”. Em janeiro de 1926, “o auxílio que nos prestaram foi satisfatório, principalmente nas roçadas, preparo e transporte do material destinado à nova cobertura do seu grande galpão”. Em outubro de 1926, “o auxílio que nos prestaram não foi de grande monta, sendo que apenas um pequeno grupo nos auxiliou com regularidade nas roçadas, que é um serviço que ainda lhes agrada”. Em fevereiro de 1927, “o auxílio foi bastante satisfatório, sendo louvável a pontualidade e assiduidade, com que cooperaram, principalmente nas grandes roçadas, derrubadas e coivamentos”.

³³⁶ HOERHANN, Relatório de 1926, outubro.

Auxiliaram-nos principalmente no transporte do milho colhido, transporte este que, sem os índios, simplesmente não se poderia fazer sem atrasar sensivelmente todos os outros trabalhos. Os botocudos fazem deste serviço uma espécie de desporto, de exibição de força muscular, que para o Posto não deixa de ser vantajosa, pois que eles assim trabalham voluntária e assiduamente.³³⁷

Algumas vezes, Hoerhann comemorou ao registrar que “os botocudos auxiliaram mui satisfatoriamente em todos os afazeres”.³³⁸ Em 1924, por exemplo, foi “apreciado o bom comportamento que mantiveram durante todo o ano, prestando bons auxílios a todos os nossos serviços (...) Como podeis ver pelos minuciosos e detalhados relatórios mensais, o ano foi de intenso e produtivo labor”.³³⁹ Aqui, o progresso é celebrado na medida em que Hoerhann percebe a realização de uma prática cultural que se aproxima da sua e, mais do que isso, que indica o sucesso da missão que a ele havia sido designada conforme os objetivos gerais do SPI. Em relação à uma semeadura feita dentro da mata, que nos permite pensar que pode ter sido uma atividade de certo interesse para os Xokleng devido à localização do trabalho, Hoerhann divulgou exultante que, “considerando a distância do Posto, e o lugar no meio do sertão em que foi feita esta nova plantação, exclusivamente com índios botocudos há poucos anos considerados bravios, temos uma prova eloqüente do que, com habilidade, persistência e tenacidade, deles se pode conseguir”.³⁴⁰

Ao reconstruir parte do dia-a-dia do Posto Indígena Duque de Caxias, percebemos nas ações dos agentes uma complexidade que não pode ser reduzida a um tipo de comportamento. As relações sociais demonstram diferentes e concomitantes formas de convívio; situações de colaboração, recusa, subordinação e indisciplina. Nesta conjuntura, a negociação estava presente. No mesmo mês que elogiou os índios, Hoerhann confirmou o pouco empenho deles em diversas ocupações do cultivo, preferindo permanecer “ao pé das suas grandes fogueiras, como nos outros meses de frio, e só nos dias mais quentes, um ou outro índio ou índia trabalharam conosco, e isto mesmo quando de nós desejavam obter alguma coisa”.³⁴¹ No ano de 1922, o encarregado registrou que os índios interromperam os trabalhos e que preferiu nada fazer diante de um novo e singular acontecimento. Havia morrido um idoso muito respeitado,

³³⁷ HOERHANN, Relatório de 1923, abril.

³³⁸ HOERHANN, Relatório de 1921, março.

³³⁹ HOERHANN, Relatório de 1924. Introdução do documento, onde foi registrado um balanço de todo o ano.

³⁴⁰ HOERHANN, Relatório de 1921, agosto.

³⁴¹ Idem.

talvez um cacique, e os índios ficaram entretidos “durante dois dias nas suas festas de funerais em homenagem à viúva do índio Rexá”.³⁴²

O entrecruzamento deste breve registro do encarregado do Posto, centrado na observação da recusa indígena ao trabalho na agricultura, e os trabalhos antropológicos realizados entre os Xokleng, permite uma reflexão sobre os seus procedimentos diante da morte. Este povo tinha o costume de cremar os mortos. Para isso era feitas grandes fogueiras, sobre as quais eram colocados os corpos encolhidos e enrolados nos melhores tecidos. Do início ao fim da cerimônia de incineração, os índios dançavam ao redor da fogueira. “Depois de reduzidos às cinzas são elas reunidas em balaios, feitos com toda a perfeição, forrados internamente e finalmente enterrados em covas rasas. Em seguida, constróem sobre elas pequenos ranchos”.³⁴³

Além destas informações, Paula registrou que se o morto for um guerreiro, são queimados juntos todos os seus utensílios de uso pessoal e suas armas. A morte de um chefe ou de um guerreiro respeitado, conforme o inspetor do SPI, era muito lamentada por todo o povo, que cantava e relembrava as qualidades do falecido durante dias. “Nota-se que os botocudos, por estas ocasiões, são tomados de profunda tristeza, tornando-se taciturnos e indiferentes a tudo, entregues só a sua grande dor, guardando, durante dias consecutivos, jejum absoluto”.³⁴⁴ Resta saber porque eles estavam dando tanta atenção para a esposa do falecido. Hugo Gensch, em sua monografia, registrou que o cônjuge do morto deveria adentrar no mato, após a cerimônia de cremação, e voltar somente na outra fase da lua. Greg Urban também relatou o isolamento de uma mulher, após a morte do esposo que foi contaminado pela gripe devido ao contato com brancos.³⁴⁵ A partir desses excertos podemos compreender algumas razões, como a tristeza coletiva e aspectos do ritual funerário, pelas quais os índios recusaram insistentemente o trabalho naqueles dias de luto. Os índios, após longa conversa com Hoerhann, deram prosseguimento ao ritual. Durante a leitura, aparecerão outras atitudes

³⁴² HOERHANN, Relatório de 1922, outubro.

³⁴³ SILVA, Simões da. *A tribo Caingang (índios bugres-botocudos) - Estado de Santa Catarina - Brasil*. Oficinas Alba Graphics, Rio de Janeiro, 1930, p.14.

³⁴⁴ PAULA, José Maria de. “Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos silvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula”. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas*. V 1. Rio de Janeiro, 1924, p. 126.

³⁴⁵ URBAN, Greg. “Interpretations of inter-cultural contact: the Xokleng and Brazilian national society (1914-1916)”. *Ethnohistory*, 32(3), 1985, p. 229.

de negociação no cotidiano relacional entre estes sujeitos. A seguir, uma delas relacionada ao consumo de cana-de-açúcar.

Os relatórios descrevem algumas situações que incomodavam Hoerhann, entre elas o modo procedido pelos Xokleng em relação às plantações de cana cultivadas dentro do PIDC. Diversas vezes aconteceu de os indígenas cortarem a cana-de-açúcar, clandestinamente, durante a noite. Hoerhann não só proibia estas ações, como elucidava, sob o seu ponto de vista, as razões como

o grande prejuízo ocasionado pelo corte da cana, feito prematuramente, sem método, ora aqui, ora acolá. Que isto redundava em seu direto e próprio desproveito. À despeito destas reiteradas e convincentes recomendações, ainda aumentaram ultimamente as depredações, por parte dos índios, nos canaviais.³⁴⁶

Parece que havia uma discórdia entre os índios e o encarregado, que afirmava serem prejudiciais para eles mesmos aquelas atitudes. O corte da cana aumentava, assim como a impaciência de Hoerhann. Acreditando ser fundamental o planejamento do cultivo e da colheita, este não compreendia as ações contrárias realizadas pelos que possuíam outra lógica que não a da agricultura sistemática e sedentária. O contrário também acontecia.

Ao serem indagados e reprimidos por estas ações, os índios tinham duas reações mais comuns. Algumas vezes respondiam simplesmente que não fazia mal o corte feito pois, como o encarregado não havia presenciado o fato, não poderia descobrir quem o praticou. Quando apanhados em flagrante, reclamavam porque os empregados do SPI prometiam que o destino da cana era o fabrico de melado e de açúcar, mas esta finalidade dificilmente era cumprida. Os índios questionavam indignados para que servia a cana plantada se, por um lado, os funcionários proibiam o seu saboreio e, por outro, perdiam o alimento que ficava excessivamente maduro ou estragado nas geadas.³⁴⁷

No relatório de 1923, após o aviso do amadurecimento da cana-de-açúcar, segue o pedido de um tacho de cobre. “Será enorme o prejuízo do Posto, caso não se consiga iniciar o

³⁴⁶ HOERHANN, Relatório de 1924. Introdução.

³⁴⁷ O tempo frio era o grande inimigo da lavoura, principalmente quando ocorriam as geadas. No inverno de 1925, por exemplo, foram registradas quatro fortes geadas que danificaram o batatal, as bananeiras, as pastagens e as demais plantações. Em 1927, as três geadas do mês de junho prejudicaram todas as plantações e, em especial, os pastos.

fabrico de açúcar, antes de ser a cana prejudicada pelas geadas deste ano”.³⁴⁸ O material requisitado chegou apenas ao final do ano de 1924, após um rigoroso inverno e uma enchente que causou a redução da produção em pelo menos sessenta por cento. Em resposta às acusações, feitas pelos próprios índios, Hoerhann confirmou que de fato houve grandes desperdícios durante mais de dois anos. Mas o encarregado se defendeu centrando a argumentação na falta da referida caldeira de cobre, tornando inviável a produção do melado em grandes quantidades. Logo depois, concluiu:

Assim foi que os botocudos se acostumaram a saquear os canaviais, saque este que tem aumentado espantosamente. Com a insaciabilidade que lhes é peculiar, tanto homens, como mulheres e menores, principalmente a noite, devastam os canaviais, não só para chuparem a cana na ocasião, como também para levá-la escondida, no dia seguinte, para outros índios no mato ou para chupá-la durante o dia, nas roças, interrompendo com isso o trabalho.³⁴⁹

Novamente preocupado com o trabalho, ou a não eficiência almejada, Hoerhann criou uma estratégia para que os indígenas cooperassem com mais assiduidade nas atividades do Posto. O encarregado passou a distribuir melado, “tornando sem fundamento o pretexto corriqueiro de que se servem os índios, para fugir ao trabalho, dizendo que suas mulheres e filhos desejam muito ‘ndédn-ngrá’, coisa doce”.³⁵⁰ As regras foram colocadas em pauta. Ambos os lados cediam na exigência da negociação cotidiana. Os índios cessariam os cortes nas plantações de cana e ajudariam nos trabalhos desde que os funcionários do SPI cumprissem com a distribuição de grandes quantidades de melado para o seu consumo.

O relatório de 1924 explicita que foi colhida cana para o fabrico de trezentos quilos de melado. No ano anterior, como a cana plantada em 1921 estava madura e corria o risco de ser danificada pelas geadas, havia sido improvisada a produção do melado para consumo no PIDC. Dois pequenos caldeirões de ferro foram utilizados num trabalho bastante moroso que necessitou lenha em demasia. O ideal, escreve novamente o encarregado, seria a caldeira de

³⁴⁸ HOERHANN, Relatório de 1923, abril. O pedido é reforçado do mês seguinte, confirmando que o inverno tinha começado com intensidade, o que tornava fatal a perda da cana caso não fosse iniciado imediatamente o fabrico de açúcar. Para isso, havia a necessidade de um tacho de cobre que ainda não havia sido enviado ao PIDC. Em julho, após uma enchente que prejudicou novamente a plantação de cana, o encarregado reclama que os estragos teriam sido três vezes menores se o Posto tivesse sido atendido em suas reivindicações.

³⁴⁹ HOERHANN, Relatório de 1924, agosto.

³⁵⁰ HOERHANN, Relatório de 1924, julho.

cobre. Em 1925, o recorde da produção com o novo material: duzentos quilos de açúcar e duzentos e sessenta quilos de melado. “Afim de os estimular, cuidou-se em distribuir aos índios melado e açúcar. (...) Toda a produção foi distribuída e consumida pelos botocudos”.³⁵¹ É importante salientar que, nos três casos, a grande produção deveu os resultados ao trabalho dos índios, consumidores vorazes do sustento que geravam.

Os índios muito apreciam o melado, pelo qual são até gulosos. Auxiliaram muito em todos estes trabalhos (...) Pelos botocudos também foram feitos seis grandes cestos de taquara, para o serviço da cana. (...) Todos os botocudos apreciam sobretudo o melado que comem desmedidamente; mostram grande interesse pela maneira da sua preparação, tomam parte ativa em todos os afazeres e prometem fazê-lo para que nunca haja falta de tão delicioso alimento no Posto. E, de fato, se os índios não nos tivessem ajudado com tanta disposição, a cana-de-açúcar do Posto só tinha sido possível o proveito como ração para os animais”.³⁵²

Como visto, quanto mais a atividade estava relacionada aos seus interesses, mais os Xokleng investiam nela. Em 1925, inclusive, Hoerhann classificou o auxílio prestado como insignificante, pois os índios “concorreram somente, com alguma regularidade, com o seu trabalho, no corte e transporte de cana para a moenda, negando-se, renitentes, e até com insolências, de cooperarem também nos outros afazeres”.³⁵³ Certa vez, eles tomaram a dianteira no feitio de sua nova moradia. Além dos trabalhos na roçada de capoeirão, “incomparavelmente maior foi ainda a cooperação dos botocudos em todos os trabalhos para a construção da nova grande casa para eles. Mostraram sempre o mais franco entusiasmo e foram este mês deveras incansáveis no serviço”.³⁵⁴ Em 1924, os índios realizaram novamente trabalhos para obterem uma outra casa, “realizando-se assim um dos maiores desejos dos mesmos, que ansiavam por ver concluída aquela construção e a que prestaram valioso concurso”.³⁵⁵ Três anos antes, trabalharam arduamente nos serviços de feitio de uma roça que, nos momentos de caça, serviria como uma base de alimentação. Os índios estavam “satisfeitíssimos com a sua nova roça que tinham começado. Aprendem a trabalhar para si,

³⁵¹ HOERHANN, Relatório de 1925, janeiro.

³⁵² HOERHANN, Relatório de 1923, junho e julho.

³⁵³ HOERHANN, Relatório de 1925, abril.

³⁵⁴ HOERHANN, Relatório de 1922, maio.

³⁵⁵ PAULA, José Maria de. Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1924, encontrado anexado ao relatório escrito por Hoerhann, referente ao mesmo ano.

sem nenhum auxílio de estranhos, aplicando praticamente os conhecimentos que conosco adquiriram no Posto”.³⁵⁶ Aqui, os primeiros passos do aprendizado do cultivo.

Regressemos aos fatos que podem ter gerado os reclames indígenas sobre os danos irreparáveis em diversos alimentos, tanto nas plantações como nas criações de animais pertencentes ao PIDC. Através dos relatórios podemos confirmar que, por diversas vezes, grandes quantidades de alimento foram perdidos, principalmente devido ao clima desfavorável. Justamente no ano em que os índios fizeram reiterados cortes na cana, por exemplo, ocorreram consideráveis danos à lavoura ocasionados pelo tempo, extremamente seco e quente no verão e úmido e frio no inverno, inclusive com geadas no auge da estação.³⁵⁷ Dois anos antes, em 1922, um tufão arrancou algumas coberturas de casas e quebrou muitas plantas em diversas lavouras. Entre outros motivos causadores de prejuízos estão o envio de sementes ruins para o plantio, cuja responsabilidade era da Inspetoria Regional, ou mesmo a falta absoluta de recursos que, em alguns momentos, impossibilitou a realização do cultivo conforme aconselhado e o tratamento dos animais enfermos.³⁵⁸

Em 1921, a cultura do milho não vingou devido às fortes geadas de outubro do ano anterior, que obrigou uma replanta que acabou se dando tardiamente. A produção de arroz foi nula devido a má qualidade das sementes. No final do ano, o encarregado lembrou ao inspetor a conveniência do fornecimento de sementes selecionadas de primeira qualidade para a nova tentativa de cultivo do arroz. Houve também nos próprios canais uma invasão de ervas daninhas, enquanto uma grave praga de formigas saúvas danificaram outras plantações. Em outros anos, houve danos causados por papagaios e até mesmo ratos vorazes. Refere-se aqui aos fatos ocorridos nas lavouras estabelecidas porque, por diversas vezes, o PIDC não pôde aproveitar a época apropriada para início de diferentes plantações em razão da falta de dinheiro, mesmo sendo as culturas “a base principal da economia do Posto, sendo irreparável

³⁵⁶ HOERHANN, Relatório de 1921, julho.

³⁵⁷ Em janeiro de 1926, por exemplo, a seca já havia danificado os pastos, que tiveram a sua grama crestada pelo sol, e começava a prejudicar todas as plantações. A criação do Posto sofreu, com o tempo quente e seco, com os bernes, carrapatos e bicheiras.

³⁵⁸ Cinco anos após uma reclamação feita em 1921, por exemplo, Hoerhann continuou reivindicando sementes de boa qualidade para as plantações do Posto. O encarregado informou ao inspetor que estão acontecendo, ano após ano, reduções nas colheitas. Novamente, pede o envio urgente de sementes de milho de qualidade (afirmando ser alimento a base da alimentação do Posto) e, se possível, sementes de feijão, arroz, ervilha, abóbora, cana, aipim, hortaliças e árvores frutíferas.

os danos causados (...) Já bem avultado é o déficit, motivado pela insuficiência dos recursos orçamentários destinados ao custeio e manutenção deste Posto”.³⁵⁹

O PIDC também teve que combater as pestes que atacavam os animais. Em janeiro de 1922, o relatório confirma que, apesar dos cuidados com ração variada e abrigo do curral, uma peste atacou e dizimou os porcos. O resultado foi a morte de quarenta suínos, num único mês, sendo vinte e sete grandes e trezes leitões. As previsões de Hoerhann eram ainda mais desastrosas, pois apesar do isolamento dos animais ainda sadios, era grande a probabilidade da continuação da mortandade devido à falta de medicamento específico para o combate eficaz das pestes. Novamente, o encarregado pede ao inspetor que envie o remédio necessário o mais rápido possível. Pode-se inferir que a remessa não chegou, pois no próximo mês morreram mais vinte e nove suínos. O encarregado lamentou muito as perdas, pois nenhum porco havia sido morto para o consumo nos últimos meses. O lamento não deve ter partido unicamente de Hoerhann. Pode-se inferir que, assim como o que sucedeu com a cana-de-açúcar, este fato tenha gerado indignação nos índios que, impedidos de se alimentarem dos animais criados no Posto até o momento propício, nunca viram chegar este momento.

Além do clima desfavorável, do envio de sementes de má qualidade, das pestes na criação, das diversas pragas nas plantações e da falta de dinheiro, ocorriam ainda as enchentes que prejudicavam o andamento as lavouras, feriam os animais e até carregavam materiais do PIDC. Em 1922, houve uma cheia no Rio Itajaí que prejudicou as plantações e arrastou materiais de construção e duas canoas que, mesmo colocados em lugar alto, foram levadas pela correnteza por estarem à margem do rio. Parece ter sido um aviso. No ano seguinte, a maior enchente ocorrida até então avassalou o município Blumenau, incluindo o Posto Indígena Duque de Caxias, onde as águas subiram dois metros. O galpão e alguns ranchos que serviam de depósito de alimentos e materiais foram os primeiros a serem atingidos pelas águas revoltas.³⁶⁰ A correnteza levou também alguns bezerros e porcos que estavam na fase da engorda. As cercas construídas nas ribanceiras foram totalmente arrancadas e, junto com elas, alguns pedaços de terra com culturas de feijão, banana e cana-de-açúcar. As canoas e bateiras

³⁵⁹ PAULA, José Maria de. Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1921, encontrado anexado ao relatório escrito por Hoerhann, referente ao mesmo ano.

³⁶⁰ Os ranchos e o grande galpão, que serviam de depósito, guardavam na ocasião milho e abóbora colhidos e tábuas, sarrafos e taboinhas. O milho, em especial, foi enormemente prejudicado porque, depois de colhido e armazenado, foi em grande parte carregado pelas águas e a outra parte germinou.

que estavam no entreposto do rio foram levadas e destruídas no choque com os rochedos. Conforme Hoerhann, este foi o maior prejuízo sofrido pelo PIDC.

Em menor grau, outra enchente assolou o Posto no ano de 1925. Os funcionários e alguns índios trabalharam, durante horas, para retirar do possível alcance das águas as colheitas ameaçadas. O milho foi salvo, assim que lembraram das enormes perdas provocadas pela calamidade de dois anos antes. O mesmo não pôde ser feito pelo feijão que, estando muito perto do rio, teve que ser abandonado devido ao risco do transporte pelas águas revoltas. Alguns minutos foram suficientes para que esta produção fosse levada pelas fortes correntezas. A pinguela construída sobre o Rio Plate - mesmo amarrada com cordas e arames - um trapiche, três bateiras, sete bueiros e alguns materiais também foram arrastados pela água. Uma das maiores perdas se refere justamente ao canavial, onde foi completamente danificada uma área de cinco mil metros quadrados. Além disso, no canavial recém plantado foi inutilizada uma área de seis mil e quinhentos metros quadrados, devido ao arrancamento, barranco e aterro. Hoerhann conclui desanimado as notícias enviadas para José Maria de Paula. “Podeis fazer, Sr. Dr. Inspetor, uma idéia exata não só dos consideráveis danos materiais que o Posto sofreu, como também da enorme perda de tempo e trabalho pois, imediatamente foi necessário dar começo aos trabalhos de limpeza e de reconstrução que foram bastante difíceis”.³⁶¹

Pode-se inferir que estas irreparáveis e significativas perdas de alimento e materiais do PIDC instigaram muitas das ações dos índios que, percebendo os grandes prejuízos antes do consumo e, obviamente, não tendo a lógica da lavoura - que demanda planejamento, sedentarismo, sistematicidade e longa espera - procederam conforme seu modo de vida nômade. Em maio de 1926, por exemplo, os índios se apossaram do mel produzido no Posto. Após as recomendações e explicações sobre o novo cultivo, e a vigilância constantemente empregada, “pela calada da noite, os índios subtraíram as caixas que carregavam para o mato onde queimavam as abelhas afim de retirar o mel”.³⁶² A apicultura contava com, aproximadamente, noventa e seis colmeias. O mel, como visto no capítulo anterior, era fundamental para o sustento Xokleng na floresta. A diferença entre os dois consumos, na mata

³⁶¹ HOERHANN, Relatório de 1925, maio.

³⁶² HOERHANN, Relatório de 1926, maio.

e no Posto, foi a facilidade da coleta na área restrita. Os índios não precisaram nem subir na árvore para extrair os favos. Contudo, permanecia a vontade despertada pelo alimento.

Além do corte da cana e da coleta do mel, outras ações indígenas ocorreram pela calada da noite. Na escuridão da madrugada eram burladas as normas, camuflados os atos. A seguir, mais algumas práticas comuns no cotidiano do PIDC. Os Xokleng recolhiam madeira, de acordo com Hoerhann, de forma descabida. No inverno de 1926, o frio estava intenso e alguns índios, com objetivo de manter suas fogueiras acesas, subtraíram lenha destinada à cozinha e destruíram porteiras, cercas e telhados para empregar o material como combustível durante à noite. Em Setembro do mesmo ano, os índios ainda não haviam cessado o ajuntamento de madeira. “Durante à noite, reincidiram no seu péssimo hábito, demolindo grande trecho de uma cerca afim de queimarem o material nas suas fogueiras noturnas. Passados alguns dias, fizeram o mesmo com dois chiqueiros construídos com madeira de lei escolhida”.³⁶³

Durante as estações hibernais, a fogueira foi sempre companheira dos Xokleng. Em 1921, os índios escolheram um lugar apropriado para se protegerem. No interior da mata, e conseqüentemente fora dos limites estabelecidos, os índios se defendiam dos ventos cortantes do descampado. Como o próprio encarregado observou, as paredes das casas do Posto feitas com achas de palmeiras e atadas com cipós mais pareciam grades e protegiam muito pouco dos fortes ventos. Os índios sentiam muito, “habituaados que estão a fazerem seus ranchos no interior da floresta”.³⁶⁴ Os Xokleng mostraram suas escolhas e, mais do que isso, realizaram novamente suas vontades independente das proibições do encarregado que cedeu mais uma vez nesta relação constantemente negociável.

O frio deste mês chuvoso e úmido bastante molestou os botocudos, que procuraram dele se proteger acendendo grandes fogueiras, fora dos ranchos, dispostas em linhas paralelas, em cujos espaços se metiam com mulheres e crianças. Recrudescu, porém, ainda o frio, e levantando-se fortes ventos, os índios mudaram-se para o mato, acampando em lugar convenientemente escolhido, nas proximidades do Posto. Nada pude fazer, envidei todos os esforços no sentido de evitar que deste modo os índios fugissem ao convívio

³⁶³ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

³⁶⁴ HOERHANN, Relatório de 1921, maio.

conosco e à sua fiscalização imediata. (...) Como se sabe, o botocudo é inseparável de sua fogueira.³⁶⁵

O propósito de acumular madeira incentivava os índios a retirar o material não importando a sua procedência. As construções do Posto eram as primeiras a serem danificadas para o ajuntamento do material para combustão. Hoerhann ficou bastante irritado com os prejuízos que, além de inutilizar o trabalho de trazer a madeira da mata até o Posto - para construir ou cozinhar - fazia com que o gado invadisse as roças devastando-as completamente. Alguns anos antes, o encarregado comemorava o término da construção das cercas do curral, que evitaria a evasão dos suínos e os danos conseqüentes. Ainda não sabia que o cuidadoso feitiço não seria suficiente para evitar a sua destruição. Em 1926, “iludindo a mais rigorosa e incessante vigilância, os índios, à noite, destruíram para queimar duas grandes porteiras de ranchões fortes, além de vinte e quatro metros corridos de cerca assim como danificaram consideravelmente a cobertura de taboinhas de quatro dependências”.³⁶⁶

A ação indígena aparece confirmando, muitas vezes, que as expectativas dos funcionários do SPI não estavam de acordo com as vontades dos índios. O encarregado explicava, como no caso da cana, que as conseqüências daquelas atitudes recaíam diretamente sobre eles. Novamente, os índios discordavam. As confissões de Hoerhann dão claros sinais: “os botocudos persistiam teimosamente neste condenável modo de proceder (...) É escusado repetir que os índios sempre conseguem burlar, com uma solércia e audácia inauditas, a mais rigorosa e assídua vigilância”.³⁶⁷ Na contramão da disciplina, os índios agiam subrepticamente, sobretudo na escuridão noturna. Os Xokleng criaram seus “modos de proceder”, expressão curiosamente presente nas palavras do teórico Certeau e do funcionário Hoerhann. De formas absolutamente distintas, o historiador e o indigenista indicaram e reconheceram, direta ou indiretamente, os procedimentos criativos de sujeitos diante do controle. Em relação ao povo indígena Xokleng, cabe revelar as suas ações mais específicas nas entrelinhas dos relatórios que denunciam a maneira pela qual os índios devolviam aquilo que o “processo civilizatório” oferecia. No mês de Setembro de 1926,

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ HOERHANN, Relatório de 1926, julho.

³⁶⁷ Idem.

os botocudos reincidiram no seu péssimo hábito, já relatado, demolindo grande trecho de uma cerca afim de queimarem o material nas suas fogueiras noturnas. (...) Passados alguns dias, fizeram o mesmo com dois chiqueiros construídos com madeira de lei escolhida. Evadiram-se os suínos e os índios logo aproveitaram para matar dois, escolhidamente os maiores e mais gordos.³⁶⁸

Além dos cortes dos canaviais e do ajuntamento de madeira para combustível era também constante, como indica o excerto acima, a mortandade de animais pertencentes ao PIDC. Certamente, os índios não concordavam com as explicações e restrições quanto a carne dos animais que estavam sendo tratados no aldeamento que, como a cana-de-açúcar, tinham uma época propícia para o consumo. Uma índia levada a passeio para a colônia Hammônia deixa clara esta visão ao se impressionar com as atitudes dos colonos, revelando uma outra forma de se relacionar com o gado. “Não escondia o seu contentamento quando via o muito gado nos pastos dos colonos e não podia compreender como é que por todo aquele paraíso de gado não via gente esfolando bois e comendo-lhes a carne”.³⁶⁹

No mês de julho de 1925, alguns “subversivos obstinados” mataram, altas horas da noite, oito porcos. Logo depois, levaram toda a carne para o mato. No mês seguinte, os índios mataram três porcos grandes, escolhidos entre os maiores e melhores, seis patas grandes e cinquenta e duas galinhas. O índio Vaipônêma matou a melhor novilha pertencente ao Posto, e assim como no outro caso carregou-a rapidamente para a floresta. No início de 1926, “os índios, sorrateira e clandestinamente, mataram uma vaca leiteira, pelo que foram repreendidos energicamente”.³⁷⁰ No ano seguinte, flecharam um novilho que estava pastando distante da sede. Exemplos como estes não faltam nos relatórios do Posto Indígena Duque de Caxias. Algumas vezes, inclusive, confirmam o costume dos índios de assar a carne, reunidos em grande grupo, dentro da mata do Vale do Itajaí. Os Xokleng realizavam verdadeiras festas na madrugada.

Para assar a carne faziam um buraco na terra, no qual acendiam fogo em pedras retiradas do rio. Ao ficarem vermelhas, estas eram forradas com pedaços de madeira e folhas de palmeiras, sobre as quais era colocada a carne. “Cozinha-se deste modo a carne lentamente,

³⁶⁸ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

³⁶⁹ ALDINGER, Paulo. “A pacificação dos indígenas de Santa Catarina”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (2), 1969, p. 38. Tradução de José Ferreira da Silva, do original publicado em 1918, no *Kalender fuer die Deutschen in Brasilien*.

³⁷⁰ HOERHANN, Relatório de 1926, janeiro.

durante mais ou menos doze horas, sendo notável o sabor que por este processo adquire”.³⁷¹ Diante da matança dos animais, que muitas vezes estavam em processo de engorda, Hoerhann insistia que os “índios matavam sem necessidade alguma, cumpre repetir sempre”.³⁷² Certamente, se alimentar de carne em território conhecido não era dispensável para o “outro”, mas apenas para o responsável pela transformação dos índios entregues à sua tutela. Estes, por sua vez, não cessaram as investidas proibidas e, geralmente, noturnas. No início do ano de 1926, Voiê e Conhárambúma foram acusados como responsáveis pelo morticínio, através de flechadas e machadadas, de duas vacas leiteiras.

Os dois malvados, auxiliados por mais dois cúmplices, carnearam as rezes, levando toda a carne para um lugar abrigado, plano e baixo, coberto de capoeirão, no centro de uma das roças à margem esquerda do Rio Plate. Pela meia noite, foram todos os índios que se achavam no Posto, tanto homens como mulheres e crianças, para o citado lugar, que fica perfeitamente a coberto, não podendo ser divisado da sede do Posto, e lá fazendo fogueiras passaram o resto da madrugada comendo carne à farta.³⁷³

A questão da alimentação era bastante complicada, pois os Xokleng “não aceitavam a maioria dos alimentos que o Posto tinha condições de lhes oferecer, pois não estavam habituados com feijão, farinha ou carne seca. Exigiam carne fresca, caçadores que eram.”³⁷⁴ Nem sempre era possível, devido a vigilância do “pessoal da turma”, obter a carne dos animais criados no Posto. Entretanto, estamos longe da visão de que os índios “respeitam todas as ordens dadas pelo diretor do Posto, não tocando em qualquer cabeça de gado vacum, cavalari ou ovino”.³⁷⁵ Os Xokleng continuavam as suas práticas sorrateiras. Além daquelas dentro do PIDC, investiam nas suas caçadas históricas em busca de carne. Durante as atividades venatórias, muitas vezes os índios chegavam aos locais habitados por colonos alemães recém-chegados. Antes de adentrar neste tópico específico, referente ao próximo item, segue uma análise dos meios empregados pelos índios ao serem censurados.

³⁷¹ PAULA, José Maria de. Op. Cit., 1924, p. 120.

³⁷² HOERHANN, Relatório de 1925, agosto.

³⁷³ HOERHANN, Relatório de 1926, janeiro.

³⁷⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. Cit., 1973, p. 150.

³⁷⁵ SILVA, Simões da. Op. Cit., 1930, p.19.



Os Xokleng flecham e assam um boi (fonte: SANTOS, Sílvia Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo SCS)



As reações indígenas, diante da repreensão, merecem tento. Os índios, astutos, disfarçavam. A grande aliada dos índios, na defesa de uma possível penalidade, era a dissimulação. Diversas foram as vezes que os próprios protagonistas negavam veementemente a participação no ato proibido. O grupo que matou oito suínos, de uma só vez, foi desmascarado no despertar da aurora, assim que o encarregado sentiu a falta dos animais. Ao serem inquiridos, “os índios afirmaram descaradamente terem sido os tigres os autores da façanha”.³⁷⁶ Depois de matar a bezerra, Vaiponêma escondeu os ossos na beira do rio, onde foi encontrado um cesto que lhe pertencia. “Não obstante ter ficado claramente provado ser ele o autor desta má ação, negou-a insolente e teimosamente, afirmando obstinadamente ter sido o tigre”.³⁷⁷ Em relação aos índios interrogados sobre os patos, os porcos e as galinhas mortas, Hoerhann registrou que “em contradição obstinada às mais flagrantes e evidentes provas, sustentam cínica e disfarçadamente terem sido causadores dos prejuízos os ‘mêgnkangró’ (jaguatiricas)”.³⁷⁸

Em janeiro de 1926, Hoerhann elogiou o trabalho dos índios nas atividades do PIDC. Todavia, a tranqüilidade do encarregado durou apenas a primeira quinzena. O comportamento dos índios mudou radicalmente logo após terem matado uma vaca leiteira, pelo que foram energeticamente repreendidos, mas “como sempre acontece em tais emergências, teimam em negar a autoria da má ação, tornam-se insolentes e aparentando fundo ressentimento, permanecem amuados por longo tempo”.³⁷⁹ Em relação às subtrações de madeira, Hoerhann relatou que diante de suas explicações, “tudo ouvem com aquele sorriso característico do índio, que simplesmente não quer compreender, retrucando sempre e sempre não terem sido eles os autores das depredações incriminadas”.³⁸⁰ Las Casas, na América Espanhola, já havia percebido algumas das artimanhas indígenas. Refletindo, entre outras coisas, sobre o abandono do trabalho, o frei “deixou deslizar a idéia de simulação dos indígenas. Os índios mentiam ao conquistador para defenderem-se, para confundi-los. (...) Na realidade, a fala dos índios,

³⁷⁶ HOERHANN, Relatório de 1925, julho.

³⁷⁷ HOERHANN, Relatório de 1925, agosto.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ HOERHANN, Relatório de 1926, janeiro.

³⁸⁰ HOERHANN, Relatório de 1926, junho.

quando eram obrigados, era de sentido figurado, uma fala matreira destinada a confundir, a despistar”.³⁸¹

Interessante também foi a atitude dos índios quando não haviam participado das ações clandestinas. Hoerhann suspeitou que Voiê foi o líder da matança das vacas justamente por, durante quatro anos, estar servindo de ajudante de vaqueiro. Assim, ele pôde escolher os maiores animais que estavam no estábulo. Após relatar como se deu o ataque, o encarregado escreveu sobre a facilidade com que averiguou os detalhes da ocorrência. Por aqueles dias, um grupo de índios chegou ao Posto sem saber do acontecido. Logo, os demais trataram de narrar fielmente o fato não importando quem eram os ouvintes. “A estes, por sua vez, nada impediu, a seu modo de ver, que nos narrassem, com todos os pormenores, a ‘sensacional aventura’. É evidente que, em tais circunstâncias, os índios absolutamente não se submeteram a um trabalho regular, contínuo e pontual”.³⁸²

Direcionando para o tópico mais geral sobre o trabalho, Hoerhann deu sinais bastante interessantes se atentarmos para a dissimulação como procedimento indígena na conjuntura do aldeamento. Em Setembro de 1926, os índios tentaram ludibriar fazendo de conta que estavam trabalhando. Nas palavras do encarregado, “a maioria dos índios, refratária a qualquer subordinação, empregou todos os meios e modos para tornar ilusória a ordem e a marcha regular dos trabalhos no Posto”.³⁸³ Os Xokleng, segundo ele, andavam pelas roças apenas para fazer as indevidas colheitas ou estragar propositadamente o que lá havia. Em outra ocasião, os índios “deixaram de trabalhar, se bem que fingissem que o estavam fazendo”.³⁸⁴

“Visitas importunas” aos colonos: a caça e a coleta

A aversão ao trabalho na roça está relacionada à cultura Xokleng. Historicamente, este era um povo nômade e caçador/coletor. No período anterior à imigração européia, esta etnia se deslocava em amplas áreas que compreendiam seu território imemorial. Os Xokleng

³⁸¹ BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: Editora da UNICAMP: Iluminuras, 1995, p. 166.

³⁸² HOERHANN, Relatório de 1926, abril.

³⁸³ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

³⁸⁴ HOERHANN, Relatório de 1925, setembro.

realizavam o nomadismo sazonal, ou seja, iam para o litoral ou planalto segundo as estações do ano, buscando suprir sua subsistência através das referidas atividades. Como não possuíam cultivos que os prendessem a determinado local, movimentavam-se segundo os recursos que as regiões ofereciam em épocas específicas.³⁸⁵ É importante salientar que os Xokleng tinham um conhecimento apurado da região que percorriam. A noção nômade deve estar desprendida da visão evolucionista de que “selvagens” perambulavam sem território definido e que poderiam ultrapassar esse estágio ao se tornarem sedentários. Estas idéias, presentes nos discursos e práticas do SPI, ignoram que a relação com o espaço nesta cultura indígena era de mobilidade em um território específico. Os Xokleng sabiam quando e aonde deveriam ir para conseguir o que almejavam.

Portanto, além da discussão sobre o trabalho e a disciplinarização dos índios, outra questão relacionada à terra aparece nos relatórios do SPI. Os representantes do governo entre os índios se incumbiam na tentativa de sedentarizar os Xokleng, que não apresentavam noção de propriedade. A crítica à mobilidade indígena surge com a imposição dos limites territoriais. Hoerhann se preocupava muito com os índios que, muitas vezes, deixavam a área do Posto para caçar e coletar pinhão e/ou mel, atividades históricas desta etnia. Muitas vezes, estas excursões causavam problemas com os colonos que, ao perceberem a presença indígena, reclamavam ao responsável oficial pelos índios.

Em 1925, por exemplo, os índios apareceram várias vezes nas áreas de pinheirais no Alto Rio Krauel, onde novos imigrantes estavam localizados. “Surdos a todas as recomendações e recalcitrando as ordens, este grupo persistiu em importunar os colonos estrangeiros”.³⁸⁶ Devido a insistência, o encarregado reforçou o serviço de vigilância com o fito de impedir o “vai-vem, afim de que não reiterassem os casos que motivaram as repetidas queixas dos alemães”.³⁸⁷ No ano seguinte, Hoerhann foi averiguar o paradeiro de alguns indígenas que haviam fugido do Posto. Conforme o relatório, após inúmeras e penosas buscas

³⁸⁵ Para entender melhor sobre os deslocamentos dos Xokleng e sua alimentação ver LAVINA, Rodrigo. Op. cit., 1994.

³⁸⁶ HOERHANN, Relatório de 1925, abril.

³⁸⁷ HOERHANN, Relatório de 1925, maio.

sertão à dentro, em todas as direções, o encarregado conseguiu finalmente descobrir que eles estavam à procura de caça e mel nas cabeceiras do Rio Itajaí.³⁸⁸

Em 1920, Hoerhann soube que alguns índios estavam acampados nas cabeceiras do rio Plate, caçando antas e porcos³⁸⁹. Prevendo que poderiam se aproximar, ou mesmo promover depredações nas roças alheias, Hoerhann seguiu em sua direção. Chegando lá, os encontrou satisfeitos com o excepcional resultado das suas expedições venatórias. “Havendo tanta abundância de carne, os botocudos ofereceram até boa quantidade”.³⁹⁰ O relatório não informa se o alimento foi aceito pelo encarregado, nem se era objetivo dos índios que a carne fosse levada para os que permaneceram no Posto. Já no ano seguinte, sabemos que alguns índios foram caçar nas redondezas do rio Deneke e “um ou outro grupo vinha ao Posto partilhar os produtos da caça com os que tinham ficado, ausentando-se, porém, depois de alguns dias. Evidentemente, destarte não nos prestaram nenhum auxílio digno de menção”.³⁹¹

Eduardo Hoerhann tentava proibir os Xokleng de se ausentarem das terras do Posto por, pelo menos, três motivos: evitar a diminuição do trabalho dos índios, os conflitos com os moradores do campo e as doenças que este contato poderia acarretar.³⁹² As aparições dos indígenas nas áreas onde novos colonos alemães haviam se instalado eram corriqueiras.

³⁸⁸ O mesmo ocorreu em fevereiro de 1921, quando o encarregado informou que um grupo saiu da área do Posto, mata adentro, em busca de caça e mel silvestres. No mês seguinte, outro grupo se ausentou, com o mesmo objetivo, voltando em poucos dias.

³⁸⁹ Em outubro de 1925, alguns grupos, por duas vezes, se ausentaram para caçar porcos do mato, atividade que exigiu dias de permanência na floresta. Em fevereiro de 1927, a caçada causou o abandono do trabalho no Posto por um número grande de índios.

³⁹⁰ HOERHANN, Relatório de 1920, novembro.

³⁹¹ HOERHANN, Relatório de 1921, outubro.

³⁹² Receando a propagação de doenças devido ao ajuntamento de muitas pessoas no mesmo local, Hoerhann chegou a proibir rituais, entre eles o da colocação do botoque nos meninos. Esta cerimônia, devido a sua importância, costumava reunir todos os Xokleng. Índios ainda não aldeados, que provavelmente tinham contato com moradores do campo e, portanto, poderiam estar contaminados, vinham ao encontro dos outros para a celebração. Contudo, em 1923 os índios iniciaram os preparativos para o ritual, abandonando todos os afazeres do Posto. Conforme o relatório, “não houve resistência por parte do encarregado para que continuassem a nos auxiliar, pois que, como já foi relatado algumas vezes, nada se consegue”. HOERHANN, Relatório de 1923, novembro. Três anos depois, novamente largaram os trabalhos do PIDC em razão do ritual. “Ausentaram-se uns para procurar colmeias no mato, pois é imprescindível o precioso mel para o indispensável ‘mong’; dedicaram-se outros demorada e pacientemente à feitura dos cochos, em que fermenta a bebida; terceiros se ocupam em aplinar e limpar o grande terreiro circular que depois é enfeitado, e onde executam suas marchas e danças. Os velhos guerreiros se entregavam com ardor à construção de seis extensos ranchos para os festejos. É fácil compreender que entre estes grupos de botocudos não reinava absolutamente ânimo para colaborar em nossos trabalhos metódicos e pacientes. Terminados os preparativos, a uma distância de dois quilômetros da sede do Posto, em lugar plano em meio de exuberante floresta virgem, celebraram a festa”. HOERHANN, Relatório de 1926, novembro.

Quando se ausentavam para caçar, o que exigia seguir os animais, os Xokleng costumavam chegar perto ou mesmo nas roças mais próximas. Estafados da perseguição, muitas vezes os indígenas buscavam provimentos nas plantações dos colonos, contrariando as inúmeras e constantes recomendações. Nas palavras de Hoerhann,

como muitas vezes já foi relatado, os índios habitualmente deixam o Posto para, subdivididos em grandes grupos, fazerem as suas caçadas. Assim, todos os anos, trilhando suas velhas picadas de caça, seguem para as cabeceiras do rio Plate e do rio Itajaí, ao norte do Posto. Encontrando caça grossa como antas principalmente porcos bravios, que quase sempre andam em bandos numerosíssimos, os índios esquecem tudo. (...) Quase sempre essas caçadas terminam nas proximidades ou mesmo nas roças dos moradores do campo. Aí acontece que os índios, estafados desta perseguição, acampam e se julgam com um certo direito a uma pequena recompensa dos seus esforços e fadigas, e aproveitam-se de tudo o que há nas roças, esquecendo-se completamente as inúmeras e constantes recomendações do encarregado, que assim não deveriam proceder.³⁹³

Após muitas ocorrências, protestos e esforços em vão, o funcionário do SPI teve uma idéia para amenizar esta querela. Eduardo iniciou um projeto para feitiço de uma roça entre o Posto e as terras aonde haviam se alojado os colonos que viviam mais perto da área indígena. Houve dificuldade para encontrar terra, de boa qualidade para o plantio, na região mais percorrida pelos indígenas durante suas caças habituais. O local finalmente escolhido, à margem do Rio Deneke, serviria como uma base de alimentação³⁹⁴ nas expedições de caça, evitando que fossem devastadas roças alheias. Novamente, a negociação entra em cena nas relações sociais estabelecidas entre os índios e Hoerhann. Os Xokleng, mesmo proibidos de ultrapassar os limites do Posto, teriam alimentos durante as caças. Assim, pelo menos cessariam os danos e medos provocados aos colonos. Dos males, o menor. Os índios, nas suas saídas, não mais causariam problemas para o encarregado que, por sua vez, garantiria um local com comida reservada à eles. A seguir, o desabafo.

Tomei imediatamente todas as providências ao meu alcance, a fim de que não se repitam tais visitas importunas, e para que cesse este intolerável estado de

³⁹³ HOERHANN, Relatório de 1921, julho.

³⁹⁴ A roça foi estabelecida numa área de 3,5 hectares, onde foi plantado milho, feijão preto, cerca de meio hectare com batatas doces, 600 pés de aipim, 250 mudas de taiá, 10 litros de sementes de abóboras e 20 bananeiras de várias qualidades. “Assim é de se esperar que será, finalmente, evitado o constante perigo de uma agressão por parte dos índios aos moradores do campo e vice-versa, em razão dos danos causados pelos índios às roças dos referidos lavradores”. PAULA, José Maria de. Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1921.

coisas, que facilmente poderá gerar as mais indesejáveis e graves conseqüências. Prendendo-se estas ocorrências intimamente à velha e sempre protelada questão de terras para os índios, a urgente solução é de vital interesse para todo o Serviço aqui. (...) Não posso garantir que de agora em diante não mais se verifiquem esses desagradáveis atritos entre colonos e botocudos, pois a tal absurdo chegamos que os índios não podem ultrapassar o perímetro do Posto, por um passo sequer, sem invadir lotes de colonos estrangeiros. Fica, portanto, mais uma vez patente, do mais flagrante modo, o quanto é imprescindível e urgente a demarcação definitiva de terras devidamente amplas para os índios.³⁹⁵

A demarcação oficial das terras ocorreu apenas em 1926. Antes disso, como indagou Hoerhann, “a pacificação dos botocudos, de fato, estava por assim dizer ‘no ar’: o que fazer com os índios pacificados se não havia lugar certo e definitivo no qual pudessem ser localizados?”³⁹⁶ Enquanto o encarregado argumentava com os representantes do poder governamental para delimitar as terras do Posto Indígena, estava atento para que os índios não ultrapassassem as fronteiras convencionadas em razão da colonização do Vale do Itajaí. Como visto, isso nem sempre era possível, exigindo que novas estratégias fossem pensadas e instauradas na tentativa de obter maior controle sobre as práticas dos índios. Cotidianamente, eram reformuladas as regras da conturbada relação entre os Xokleng e o principal funcionário do SPI. O dinamismo conjuntural revela o constante (re)pensar no contato com o “outro”.

Hoerhann não imaginava que, justamente no ano da comemorada oficialização do Posto Indígena Duque de Caxias, outras preocupações surgiriam em relação às saídas dos índios da área delimitada. Além dos problemas ocasionados pelo contato com os colonos alemães, outros atores entraram em cena nesta complexa relação interétnica. Os campeiros, segundo o encarregado, eram simpatizantes ou mesmo ex-bugreiros que devido a pacificação tiveram que abandonar sua profissão exterminadora. O primeiro dos muitos encontros que sucederam foi durante uma das excursões de coleta, ao norte do Posto, numa localidade chamada São Gabriel. Os encontros entre os Xokleng e os moradores do campo se deram principalmente em Moema, Iracema, Lucena, Paraguassú, Itaiópolis e Papanduvás. Os índios, com o objetivo da permuta, costumavam levar para estas localidades alguns chapéus de taquara, arcos, lanças e flechas de todos os tipos e tamanhos. Os campeiros, por sua vez,

³⁹⁵ HOERHANN, Relatório de 1925, abril.

³⁹⁶ HOERHANN, Relatório de 1927, janeiro.

ofereciam presentes diversos que iam de bugigangas à bebida alcoólica. Após os negócios, geralmente ocorriam longas confraternizações.

O interesse de aproximação com os índios, conforme Hoerhann, teve um forte motivo relacionado à demarcação das terras Xokleng. Depois de propalada a notícia das áreas cedidas pelo governo do Estado, muitas pessoas acreditaram ser vantajosa uma relação amistosa com os novos donos de terra que não tinham noção de propriedade. Contudo, havia um empecilho no caminho dos que almejavam tirar proveito desta situação. Os índios, sob tutela do SPI, nada podiam definir sem o consentimento de Hoerhann. Entretanto, isso não significou o término das ameaças ao órgão governamental. Os campeiros, astutamente, investiram numa campanha de desmoralização do Serviço de Proteção aos Índios.

Nada houve de se estranhar que os índios voltassem ao Posto trazendo as mais palpitantes novidades, e importantíssimas revelações, e ostentassem contra nós a mais franca e crassa animosidade. Evidentemente todos os índios, sem distinção de idade e de sexo, se convenceram imediata e inabalavelmente da absoluta veracidade de tudo que contavam os expedicionários, empolgados pelas retumbantes promessas que lhes haviam sido feitas pelos seus “novos e verdadeiros amigos”, promessas essas que tão providencial e milagrosamente vinham de encontro aos seus próprios desejos. Todos aceitaram como muitíssimo razoáveis e justas as recriminações que tinham sido feitas ao regime do Posto, por “zugns” (gente banca, civilizada) de tão “grande importância e decisiva influência” que fizeram as mais baixas e torpes insinuações, insuflando-lhes verdadeiro ódio, ao ponto de concitar abertamente que os índios se revoltassem contra nós: seus verdadeiros algozes.³⁹⁷

Os Xokleng, que ouviram as acusações dos campeiros, logo iniciaram um conjunto de ações sediciosas, entre elas as antigas ações de recusa do trabalho na agricultura, ajuntamento de madeira, consumo nas plantações e matança dos animais criados no Posto. Devido ao aumento destas atitudes, Hoerhann repreendeu os índios. “A todas as admoestações, sem mais preâmbulos, responderam com a mais irritante insolência, prorrompendo nas suas costumeiras ameaças guerreiras. (...) Desde aquela época operou-se uma profunda modificação, para pior, na psicologia dos botocudos”.³⁹⁸ Situação nova, outras ações: agora, não mais a calada da noite ocultando atitudes proibidas e dissimulações no flagrante, mas protestos e ameaças públicas diante da censura. O índio Voiê, por exemplo, certa vez recebeu no almoço um prato

³⁹⁷ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

³⁹⁸ Idem.

contendo arroz, feijão, carne e legumes. Rapidamente, deu um pontapé na comida e disse que não estava ali para comer aquilo³⁹⁹. O mesmo aconteceu no café-da-manhã, de um outro dia, quando Vainhecrê esfregou a polenta na própria cara e atirou o prato longe.

No excerto do relatório citado aparecem algumas expressões, envoltas em aspas, indicando talvez as falas dos próprios índios a respeito das pessoas que recém haviam conhecido. Além de deixar clara a opinião elogiosa acerca daqueles moradores do campo, mostra que no discurso deles, ao mesmo tempo que recriminavam as ações governamentais, faziam promessas que estavam de acordo com os desejos dos índios. Nos resta compreender quais seriam os anseios indígenas e porque a área visitada, “desde a sua memorável excursão de Setembro, ficou sendo na sua fantasia a verdadeira ‘terra da promessa’”.⁴⁰⁰ A seguir, as palavras do chefe da Inspetoria Regional 7, referente ao sul do Brasil, revelando que o argumento central dos campeiros era que o

peçoal do Posto não era amigo nem protetor dos mesmo, pois se fossem, seriam os primeiros a fazê-los passear e ver coisas bonitas e novas, mas só os faz trabalhar sem nada ganhar, pelo que não deveriam ficar no Posto. (...) Insinua aos índios que tudo o que há no Posto é deles, sendo o pessoal do Serviço usurpadores e aproveitadores das coisas e das plantações, que somente pertencem a eles e que, nessas condições, eles devem consumir tudo à vontade. (...) Insinua que não devem seguir as prescrições e conselhos do pessoal do Serviço, principalmente do encarregado do Posto”.⁴⁰¹

Certa vez, um homem aproveitou a reunião dos índios e afirmou categoricamente que eles eram os donos do Posto Indígena Duque Caxias. Além de garantir que o governo mandava dinheiro suficiente para o seu sustento, assegurou que se eles passavam qualquer necessidade, era devido ao desvio dos recursos pelos funcionários do SPI. Destarte, os índios não deveriam trabalhar e nem estarem aldeados porque “não eram porcos para ficarem presos no chiqueiro, e nem cachorros que ficam amarrados”.⁴⁰² Além das graves acusações, temos

³⁹⁹ Conforme o relatório de Paula, Voiê utilizou uma expressão que ouviu dos campeiros em sua última excursão. Este índio, por saber falar bem a língua portuguesa, tinha uma função importante na comunicação entre os índios e os moradores do campo: era o intérprete.

⁴⁰⁰ HOERHANN, Relatório de 1926, outubro.

⁴⁰¹ PAULA, José Maria de. Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1929, encontrado anexado ao relatório escrito por Hoerhann, referente ao mesmo ano. Neste escrito, Paula elabora uma longa explicação sobre a piora do comportamento dos índios, após o contato com os campeiros, e relata vários dos encontros ocorridos entre eles desde o ano de 1926.

⁴⁰² Idem. O homem se apresentou aos índios como policial. Neste escrito Paula dúvida que ele fosse um oficial do Estado e conclui que foi uma cena armada pelos campeiros para impressionar os nativos e conseguir, mais

aqui um questionamento acerca do trabalho na agricultura, pelo qual os índios tinham verdadeiro desgosto, e uma incitação a continuarem com as suas andanças históricas. Os conflitos, obviamente, recrudesceram. As proporções do problema clareiam através da confissão de Hoerhann de que agora, mais do que nunca, “retê-los no Posto é uma tarefa quase impossível de efetuar”.⁴⁰³

Dois anos após o primeiro contato com os campeiros, e da demarcação oficial das terras indígenas, um grupo de índios decidiu abandonar o Posto e permanecer em terras afastadas, mas já roçadas pelo pessoal da turma. Conforme o relatório de Paula, o objetivo deles era fugir da “obrigação de trabalhar e ficar mais à vontade, sem o menor constrangimento de disciplina e com inteira liberdade para, não só consumir, como destruir as plantações do Posto; vindo, constantemente, buscar os demais mantimentos e todos os outros recursos”.⁴⁰⁴ Estes índios eram os que garantiam o contingente efetivo aos passeios direcionados às localidades do campo. Antes das visitas, eles se preparavam fazendo chapéus e outros objetos para troca. Os índios, mesmo vendendo as mercadorias por um preço irrisório, preferiam o negócio naqueles estabelecimentos porque

sem vigilância e importuno conselho de ninguém, ainda podem também beber à vontade o produto de tal venda, que uma vez esgotado nada significa, porque o simples regresso ao Posto ou ao cômodo retiro de Deneke, assegura comida, vestuário, acomodação e todos os cuidados no caso de doença. Apesar dessa atitude dos índios, não deixam os mesmo de serem assistidos, assiduamente, pelo pessoal do Serviço, que não perde ocasião de aconselhá-los, embora continuem a proceder como dantes.

Os primeiros anos após a legitimação do Posto Indígena Duque de Caxias foram repletos de dificuldades para os administradores das terras. Além das ações indígenas estarem, muitas vezes, voltadas para a cultura nativa que pretendiam transformar, os interesses de alguns moradores do campo interferiram no processo de disciplinarização e sedentarização dos Xokleng. Em 1929, registrou-se inclusive uma explicável queda na produtividade da agricultura, segundo Paula, devido aos trabalhos nas culturas dependerem sempre, por menor

facilmente, sua crença nas palavras de um homem dito respeitável. Parece que obtiveram sucesso, pois os índios voltaram ao Posto se referindo com entusiasmo e respeito acerca do tal capitão.

⁴⁰³ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

⁴⁰⁴ PAULA, José Maria de. Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1929. As citações seguintes foram retiradas do mesmo documento.

que fosse, da colaboração dos índios. “Acentuou-se de maneira lamentável o espírito de indisciplina e negação ao trabalho, pelas malévolas e perversas insinuações e induções dos inimigos do Serviço e dos próprios índios, agora disfarçados em seus amigos”.

Neste mesmo ano, foi encaminhada uma proposta à diretoria nacional do SPI com o intento de dar fim àquele estado de coisas. A polícia seria designada para abrir um rigoroso inquérito, acompanhado por Hoerhann, que finalizado resultaria em ações criminais contra os campeiros. Não sabemos os resultados desta investigação, e nem mesmo se saiu do papel, afinal, além da aprovação do governo estadual e dos principais representantes nacionais do SPI, eram necessários recursos extras. Através dos outros requerimentos presentes nos relatórios, percebemos o quanto eram penosas as negociações pelo dinheiro. A atitude viável para Hoerhann foi escrever cartas aos moradores das regiões visitadas pelos índios. O encarregado trocou correspondências, por exemplo, com o Pe. João Kominski, vigário de Paraguassú. Através delas insistiu em dois assuntos fundamentais no trato com os índios: deve-se negar todos os seus pedidos e nunca comprar ou permutar com eles. O religioso contou que os índios, ao serem indagados se obtinham permissão para saírem do Posto, responderam claramente que vieram com a licença de Hoerhann. Na resposta ao padre, com o intento de desmascarar a nova dissimulação dos índios, o encarregado frisou que

sempre que os índios aparecem fora do perímetro de seu território, fazem-no sem autorização ou permissão minhas. Todas as viagens, excursões, visitas e demais passeios são sempre clandestinas e indevidas (...) Estas transgressões ultimamente se tem tornado sobremodo freqüentes e amiudadas em consequência dos agrados e promessas, falsas e interesseiras, bem como insinuações pérfidas e malévolas, feitas por parte de moradores dessa região, que intentam contra a missão disciplinadora e verdadeiramente civilizadora deste Posto.⁴⁰⁵

Até então, foram reveladas algumas razões da dificuldade, no início do processo de aldeamento dos Xokleng, em fazer com que os índios permanecessem na área limitada do Posto Indígena. Finalizando este item, serão apresentados os últimos exemplos de saídas e motivações indígenas, desta vez relacionadas às coletas nos pinheirais. Os Xokleng, ao esfriar,

⁴⁰⁵ Correspondência escrita por Hoerhann, em 25 de janeiro de 1929, endereçada ao Pe. João Kominski. A carta, escrita num tom acusatório, questiona o religioso sobre os negócios que tem notícia que fez com os índios. O padre, em resposta, nega veementemente que tenha convidado os índios ou mesmo feito qualquer comércio com eles. Paula, no relatório detalhado que fez deste ano, insinua que o religioso está interessado nas terras indígenas, como tantos outros moradores do campo. As cartas foram encontradas anexadas ao relatório do ano de 1929.

costumavam ir em busca de pinhão. No ano de 1924, não foi diferente. Protestando contra a ida de alguns indígenas ao mato, Hoerhann, inconsolável, calculou os prejuízos dos dias sem trabalho. Os índios que ainda se encontravam no Posto também se negavam à labuta por causa das preparações de costume para posterior seguida aos pinheirais, “e os grupos que de lá regressavam trazendo seus pesados cestos com a colheita de pinhões, pretextavam estarem exaustos e necessitarem de descanso.”⁴⁰⁶ Dois meses depois, Hoerhann elogiou o comportamento e o trabalho prestado pelos índios nas atividades do Posto, chegando a seguinte conclusão: “tendo sido muito diminuta a produção de pinhas, que se extinguiu já no mês anterior, os índios permaneceram no Posto, tomando parte ativa em nossos serviços”.⁴⁰⁷ Todavia, a abundância dos pinheirais era mais corriqueira.

Os pinhões eram tostados ao fogo e triturados em pilões. Ficando com a consistência de uma massa, era preparado um caldo cozido com água ou bolos assados sobre brasas. Para conservar os pinhões, os Xokleng costumavam encher cestos, forrados e tampados, que poderiam ficar durante meses imersos nas águas dos rios. Utilizando esta técnica de resguardo, quanto mais frutos coletados melhor. De acordo com Simões da Silva, que morou entre os Xokleng, a técnica de coleta deles se reduzia a subir nas árvores, utilizando para isso uma corda “para bem firmarem os pés, sempre descalços, aos respectivos troncos e de laços de em torno do corpo, que vão apertando ou afrouxando à proporção que sobem ou descem”.⁴⁰⁸ Quando chegavam no alto jogavam os pinhões no chão, sendo os frutos recolhidos pelas mulheres indígenas que os colocavam num cesto e transportavam o alimento nas costas, presos por uma tira de fibra vegetal em torno da testa.

⁴⁰⁶ HOERHANN, Relatório de 1924, maio.

⁴⁰⁷ HOERHANN, Relatório de 1924, julho.

⁴⁰⁸ SILVA, Simões da. Op. Cit., 1930, p.16. O autor observou os Xokleng, no início do ano da publicação do seu trabalho, no Posto Indígena Duque de Caxias.



**O médico Simões da Silva realizou uma pesquisa no Posto Indígena Duque de Caxias em 1930
(fonte: SANTOS, Sívio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*.
Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo AHJFS)**

Portanto, na época propícia da maturação do pinhão, final do outono e inverno, os índios se reuniam e partiam juntos em busca dos pinhões. Em 1920, quase todos se ausentaram da área limitada. Apreensivo em relação ao trabalho a ser prestado no Posto, Hoerhann insistiu para que voltassem o mais rápido possível. A resposta, ao demandado do encarregado, foi positiva. A prática, contrária. Após a promessa dissimulada, os índios se aventuraram na mata e lá permaneceram, o que tornou longa a espera de quem os aguardava na área delimitada do PIDC. Mais uma vez, para desgosto de Hoerhann,

o auxílio prestado nos trabalhos da lavoura foram sem importância e insistindo para que voltassem brevemente, a fim de tomarem parte nos nossos trabalhos, prometeram regressar em poucos dias, o que não fizeram, coisa aliás fácil de prever, em virtude das experiências dos outros anos. Como sempre, quando empenhados na colheita do seu fruto predileto, não

mantiveram a sua promessa, chegando apenas, de tempos em tempos, um ou outro índio trazendo pinhões para os que tinham permanecido. Ausentavam-se logo em seguida, não havendo possibilidade de fazê-los trabalhar.⁴⁰⁹

Certa vez, indagados pelo encarregado sobre o motivo pelo qual haviam saído da área do Posto, alguns indígenas responderam simplesmente que tinham ido “passar para ver seus lugares antigos, caçar e coletar.”⁴¹⁰ Os indígenas estavam cientes da nova situação territorial que estavam vivendo, pois se referiram no passado às regiões amplas que percorriam. Entretanto, isso não significava consentimento. Os Xokleng, em desacordo com o controle social/territorial que sofriam, tinham reações contra os limites estabelecidos. Como demonstrado, os indígenas se afastaram diversas vezes das divisas impostas, com objetivo de caçar e/ou coletar, e acabavam se deslocando para as regiões reservadas aos imigrantes alemães. Após nos referirmos à questão do trabalho e ao vai-vem dos índios para áreas além do Posto, passemos a outra inquietação que deriva desta última. Este problema, o mais desastroso deles, diz respeito às enfermidades que os indígenas comumente contraíam ao entrar em contato com os brancos. No mês de junho de 1927, apesar do péssimo tempo, um pequeno grupo partiu para os pinheirais.

Não obstante saber o encarregado que nada demove os botocudos dos seus desígnios, quando obcecados por uma idéia, e prevendo que os índios voltariam todos doentes ao Posto, esgotou os conselhos mais insistentes e suasórios e os argumentos mais convincentes afim de que não seguissem viagem. Foram baldados todos os esforços envidados e todas as precauções tomadas, pois o grupo fugiu na calada da noite, iludindo com dissimulação e habilidade incriveis a rigorosa vigilância da qual havia sido incumbido o pessoal de maior confiança do Posto. Lamentavelmente sucedeu o que facilmente se previa: os índios voltaram só no penúltimo dia do mês, e em péssimo estado de saúde. Como ficaram expostos, por longos dias, aos ventos cortantes e frigidíssimos dos campos, e apanhando fortes geadas, todos estavam muito resfriados e alguns já bem atacados de gripe. Não se portou, conseqüentemente, de modo satisfatório este grupo de índios, que com uma teimosia inabalável e indisciplinado, contrariou todas as admoestações e ordens do encarregado.⁴¹¹

⁴⁰⁹ HOERHANN, Relatório de 1920, maio.

⁴¹⁰ HOERHANN, Relatório de 1926, maio.

⁴¹¹ HOERHANN, Relatório de 1927. Apesar de bastante doente, afirmou o encarregado que os índios voltaram satisfeitos com os resultados das atividades de caça, pois encontraram porcos do mato em abundância e, os tendo perseguido tenazmente, mataram alguns. No inverno de 1921, Hoerhann também aconselhou os índios a não saírem da área do Posto para perambular pela floresta com o tempo frio e úmido que poderia prejudicar sua saúde. Novamente, os índios desobedeceram as ordens argumentando que haviam notado a presença de muita

Sob a lua, o despistar das normas, a ilusão pela dissimulação: mais uma vez ficam evidentes as táticas indígenas, sorrateiras e noturnas, nas ações de suas escolhas. Podemos imaginar, e este excerto reforça, o quanto eram custosas as ações que almejavam sedentarizar os índios e, conseqüentemente, proibir as excursões que geralmente adentravam em áreas onde estavam estabelecidos colonos alemães e outros moradores do campo. Contudo, ainda mais difícil era lidar com as doenças mortais que assolavam com constância o Posto Indígena Duque de Caxias.

Kosúro: “ceifadora de vidas”

Os Xokleng sofreram uma depopulação a partir de 1914, quando o primeiro grupo desta etnia foi contatado e levado para uma área determinada. O aldeamento dos índios no Alto Vale do Itajaí quase os levou ao extermínio. Após as inúmeras mortes causadas pelos bugreiros, um novo inimigo surgira num novo tempo e espaço. As baixas foram causadas, principalmente, por doenças que se alastravam rapidamente no Posto Indígena Duque de Caxias. Os índios, todos reunidos, não resistiam às pestes comuns aos brancos. A leitura dos relatórios nos reporta a uma triste época onde as enfermidades, ao invés de serem exceções do cotidiano, eram presenças constantes no dia-a-dia dos aldeados.⁴¹² A antropóloga Dominique Buchillet comentou sobre o impacto das doenças nas populações indígenas que entraram em contato com os brancos.

As epidemias assumiram um papel determinante na conquista e colonização do Novo Mundo. Historiadores, antropólogos, demógrafos-historiadores e médicos já demonstraram o impacto que elas tiveram sobre as populações indígenas das Américas não apenas em sua constituição demográfica, mas também em termos de desestruturação sociocultural e econômica. Evidenciaram igualmente a estreita ligação entre as epidemias e a penetração e expansão dos europeus, bem como os benefícios políticos e econômicos que estes auferiram com a ocupação de territórios esvaziados. Além disso,

caça nas proximidades. O fardo dos caçadores não permitia espera para a atividade venatória, cujos resultados eram o sustento através do alimento mais desejado entre os Xokleng: a carne.

⁴¹² Os relatórios apresentam todos os meses incidências de doenças, o número de enfermos e o tratamento dispensado. Devido a alta freqüência das epidemias que acometeram os índios dentro do Posto Indígena Duque de Caxias, não será necessário nem interessante listar todas as ocorrências. Evitando deixar o texto exaustivo, serão analisados os casos mais significativos.

deixaram patente que as epidemias foram utilizadas ideologicamente na conquista espiritual dos índios. Alguns pesquisadores não hesitaram em afirmar que os europeus conseguiram conquistar as Américas não por sua supremacia militar, mas graças a uma “guerra biológica” não premeditada.⁴¹³

Os Xokleng sofreram com a malária, a conjuntivite, a verminose, o sarampo, a disenteria e o ofidismo, entre outras doenças.⁴¹⁴ Contudo, a mais grave delas era a gripe. No inverno do ano de 1925, por exemplo, a epidemia resultou no adoecimento dos quase duzentos índios presentes no Posto. Durante apenas o mês de julho, sete índios vieram a falecer em decorrência da gripe torácica. O agravante foi o clima, bastante frio e úmido, com temperatura chegando a três graus negativos.⁴¹⁵ Conforme a documentação consultada, todos os anos, “como sempre na estação hibernal, o estado de saúde dos botocudos foi péssimo, verdadeiramente desolador”.⁴¹⁶ O mínimo de descuido era suficiente para que os índios contraíssem a gripe que, em pouco tempo, se tornava gravíssima.

⁴¹³ BUCHILLET, Dominique. “Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária”: epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana do alto Rio Negro”. In: *Pacificando o Branco*. Op. Cit., 2002, p. 113.

⁴¹⁴ A seguir, alguns exemplos - não únicos - da presença das referidas doenças e dos seus tratamentos. No ano de 1927, a média mensal de contaminados pela malária foi de quarenta e duas pessoas, tendo o número anual alcançado quinhentos e quatro pessoas que, quando possível, eram medicadas através de injeções de quinino. Com a chegada do tempo frio e das geadas do inverno decrescia a mortalidade por impaludismo, mas aumentava assustadoramente o número de doentes dos órgãos respiratórios, moléstias que entre os indígenas adquiriam bastante gravidade. Em dezembro de 1924, a conjuntivite apareceu em forma epidêmica, contaminando todos os cento e trinta e quatro indígenas presentes no Posto e, inclusive, o encarregado. Todos os doentes apresentaram secreção mucosa e se queixavam de dor nos olhos e fotofobia. A verminose atacou diversas vezes, em especial as crianças indígenas, que eram tratadas com antelmínticos. Em 1927, após uma caçada que levou ao contato com colonos infectados, o sarampo assolou o Posto. Mesmo com o isolamento dos doentes quase todos os índios se contaminaram, ficando em sério risco de morte os que já estavam acometidos de doenças dos órgãos respiratórios. No início do ano de 1925, a disenteria assolou a região felizmente sem causar mortes. No mesmo ano, alguns casos graves de picadas de cobra foram medicados com injeção. Em novembro, o índio Cánrem foi envenenado ao ser picado no pé esquerdo, exatamente sobre uma veia. Apresentando hemorragia, obteve um soro específico e, no final do mês, já apresentava melhoras.

⁴¹⁵ No mês seguinte, foi registrada alta nas temperaturas, ficando entre a máxima de 34 e a mínima de 13 graus, apresentando céu sempre limpo, muito sol e vento brando. O tempo, quente e seco, colaborou na recuperação dos gripados que apresentaram melhoras significativas. Hoerhann comemorou o registro de nenhum óbito entre os índios, mas no final do mês acabou sofrendo a perda de um funcionário. João Ribeiro faleceu no dia 22 de agosto, teve seu corpo transportado através de uma canoa até a casa de sua família, de onde seguiu para o cemitério. Desde a “pacificação” dos Xokleng, este foi o primeiro óbito, registrado no Posto, entre os empregados do SPI. É interessante salientar que os índios tinham - e têm - carência de roupas e cobertores. Na década de 20, foram registrados nos relatórios apenas duas remessas de agasalhos advindos do governo. O resultado da falta de vestimenta e medicamento, juntamente com o frio, foram as inúmeras vítimas indígenas das doenças dos brancos. No inverno de 1925, por exemplo, quatro pessoas faleceram num único mês após uma epidemia de gripe que atingiu setenta e oito índios. Em 1927, as doenças - principalmente no mês da epidemia da gripe, que em alguns casos se transformou em pneumonia - vitimaram setenta e três índios, tirando a vida de onze.

⁴¹⁶ HOERHANN, Relatório de 1927, junho.

E assim, todos os anos há no Posto uma nova irrupção de gripe, com todo o seu cortejo de padecimentos e horrores entre os índios, uma ceifadora impiedosa de tantas e tão preciosas vidas. Recrudescendo ainda mais as epidemias em face da situação prementíssima, dolorosa e desoladora, sem recursos de espécie alguma, tendo caído adoentada também a minha família, solicito urgentes providências.⁴¹⁷

Além da família de Hoerhann⁴¹⁸, alguns funcionários do SPI também sofreram com as epidemias que assolavam o Posto, mas a morte causada pelas doenças, ao contrário dos efeitos que causavam entre os índios, rareava. Ao mesmo tempo que algumas doenças banais às pessoas da comunidade regional se tornavam malignas para os índios, estes muitas vezes sofreram com a simultaneidade das enfermidades.⁴¹⁹ As dificuldades não cessavam por aí. O testemunho de Hoerhann deixa claro a falta de auxílio no combate às doenças. Eram constantes nos relatórios os pedidos e reclames devido à escassez de medicamentos ou, ainda pior, à má qualidade deles. Para agravar a situação, quando havia bom medicamento à disposição, algumas vezes aconteceu de desaparecerem rapidamente os sintomas, mas alguns dias depois eles se manifestarem novamente com maior intensidade.

Em Setembro de 1926, Hoerhann se esforçou na tentativa de evitar o contágio da varíola que assolava as imediações do Posto. Após aplicação de centenas de vacinas percebeu que nenhuma delas produziu efeito, chegando logo à conclusão de que o medicamento estava deteriorado.⁴²⁰ No ano anterior, os casos graves de malária estavam resistindo aos

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ O próprio encarregado ficou algumas vezes doente, existindo registros de gripe, conjuntivite e malária. No mês de janeiro de 1927, devido ao impaludismo, Hoerhann teve que se recolher durante dias apresentando febre constante e elevada. No seu caso também houve a impossibilidade, devido a falta de medicamentos, de um tratamento eficaz.

⁴¹⁹ Em 1927, por exemplo, a malária epidêmica assolou o Posto. No mês de março houve registro de oitenta e um índios impaludados. Muitos contaminados, durante o inverno, também contraíram a gripe. Rapidamente, estes se tornaram os casos mais graves. O índios, ao sofrerem todos os anos com a malária, ficaram com baixa imunidade. Isso explica a gravidade da gripe que, além da sensibilidade do índio, em muitos casos se transformavam em pneumonia devido a menor resistência orgânica produzida pela freqüência da malária. Esta doença, cada vez mais virulenta, foi preocupação constante dos administradores do Posto que tiveram dificuldades nas atividades de prevenção e extermínio pois “nas imediações existem grandes extensões baixas e alagadas, verdadeiros focos de infecção malárica. (...) Dificuldade esta devida também em grande parte à impossibilidade de evitar que o índio permaneça nos focos, no tempo da proliferação do mosquito infestante, e a inconstância do mesmo no tratamento apropriado quando já infectado pelo germe malárico”. Abaixo, serão discutidas as ações indígenas frente ao tratamento das doenças.

⁴²⁰ No mês seguinte, Hoerhann agradeceu a nova remessa entregue pessoalmente, em Blumenau, pelo inspetor José Maria de Paula. Era de boa de boa qualidade, pois não havia falhado em nenhuma vacinação, mas a quantidade insuficiente. O encarregado fez, então, novo pedido devido a urgência de vacinar todos os índios presentes no Posto.

medicamentos. Hoerhann atribuiu o fato à qualidade inferior do quinino enviado de Blumenau. Rapidamente, ele fez duas solicitações de extrema urgência: que os medicamentos enviados sejam sempre de boa qualidade e em maior quantidade. O encarregado acreditava, e insistia, que todos os índios deveriam receber profilaxia rigorosa, o que evitaria a multiplicação das doenças. Hoerhann se queixou, muitas vezes, que os Xokleng não atendiam aos preceitos higiênicos, profiláticos e os tratamentos indicados, o que para ele acabava facilitando o aparecimento, propagação e piora das enfermidades.

Os Xokleng, por sua vez, apresentavam outros olhares e modos de agir sobre as doenças. No final do ano de 1921, Hoerhann relatou discordâncias, entre os índios e o pessoal do SPI, em relação às origens da gripe e ao seu tratamento. Enquanto fazia questão de afirmar que a “má situação sanitária poderia ter assumido caráter muito mais grave e quiçá fatal se não fosse a prontidão, acerto e assiduidade com que os casos foram tratados⁴²¹”, registrou

as razões que levaram os índios a se indispor com o pessoal, procurando, sob todas as formas, atritos conosco. Estavam convencidos de que somos nós os causadores da ‘Kosúro’, a gripe, que tão horrivelmente os tem flagelado nestes últimos anos. Foi esta perfídia propalada pelos velhos botocudos que sentem-se prejudicados na influência que exerciam entre os demais, pois a eles cabem as atribuições de médico e de práticas animísticas. Para reconquistar o seu velho prestígio, incutiram estes ‘sábios’ no espírito da tribo que os nossos medicamentos faziam efeito por sermos nós, pessoalmente, os causadores da moléstia. Argumentaram alegando que nesta enfermidade, a antiga prática de matar a doença (considerando-a um mau espírito) não produz mais desejado efeito, como antigamente, só por não se tratar de uma moléstia vinda por si e sim causada diretamente por nós.⁴²²

Os idosos eram os principais atores da prática curativa xamânica, que entre os Xokleng constituía-se “primordialmente em extrair os elementos/seres (‘ngayun’) do corpo do doente que estão devorando o seu ‘kuplen’. Com a participação dos parentes, eles eram extraídos por sucção, acompanhada de cantos rituais, enunciação de palavras em tons alterados e por gestos rituais.”⁴²³ Conforme Wiik, ‘ngayun’ e ‘kuplen’ são dois elementos centrais da cosmologia Xokleng. Através desta compreensão, as interpretações indígenas se revelam.

⁴²¹ HOERHANN, Relatório de 1924, junho.

⁴²² HOERHANN, Relatório de 1921, dezembro.

⁴²³ WIİK, Flávio Braune. Contato, epidemias e corpo como agentes de transformação: um estudo sobre a AIDS entre os índios Xokleng de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(2), 2001, p. 401.

‘Kuplen’ é o ‘duplo’ que todas as pessoas, plantas e elementos da natureza possuem. ‘Kuplen’ confere-lhes vida e vontade. ‘Kuplen’ e corpo físico formam um todo integrado e uno. ‘Ngayun’ são seres de forma semi-humana - ou ‘monstruosa’ - que habitam o universo. (...) Os Xokleng associam o estado de doença à perda temporária do ‘kuplen’, que é aprisionado por um ‘ngayun’. A perda definitiva do ‘kuplen’ - devorado pelo ‘ngayun’ - leva a pessoa à morte.⁴²⁴

Os Xokleng pensavam as doenças que os assolavam através das suas experiências. No contexto do contato, repleto de transformações socioculturais e chegada de enfermidades, estavam os brancos. Apresentando outras concepções de doença e cura, os indígenas creditaram as origens dos males que os atingiam às pessoas que tinham uma relação mais estreita e cotidiana com eles. Para eles, ‘zug-kongó’ significa doenças de branco-inimigo. Segundo Flávio Wiik, a palavra ‘zug’ nomeia, ao mesmo tempo, homem branco e/ou inimigo. ‘Kongó’ designa estar doente ou doença. Uma situação curiosa demonstra que também os objetos dos brancos passaram a ser temidos pelos índios. Aldinger narrou como era trabalhoso convencê-los a se deixarem fotografar. Depois de uma sessão de fotos, “como um dos seus ficou doente, eles acreditaram piamente que fôra bruxaria da ‘caixinha preta’. Depois eles se acalmaram, mas só posavam quando houvesse junto também algum branco”.⁴²⁵

Conforme os Xokleng, as mudanças e as doenças epidêmicas pelas quais estavam passando tinham uma mesma origem, extremamente vinculada ao contato com os ‘zug’.⁴²⁶ Greg Urban registrou na fala de um índio⁴²⁷, sobre os rituais funerários, uma transformação radical após as irrupções de gripe. Os cônjuges dos mortos não podiam mais realizar o costume do isolamento na mata, pois geralmente também estavam doentes. Os Xokleng decidiram, após inúmeros casos, abandonar este aspecto do ritual e prosseguir somente com a

⁴²⁴ Idem, p. 400.

⁴²⁵ ALDINGER, Paulo. Op. Cit., 1969, p. 40.

⁴²⁶ Numa pesquisa antropológica entre os Desana, Buchillet concluiu que estes índios fazem uma diferenciação entre o sarampo, a malária e a gripe, que para eles estão ligadas aos brancos e seus objetos, e a malária, considerada uma moléstia autóctone. Esta interpretação Desana estaria ligada ao grau de “contágio como uma especificidade das doenças que atribuem aos efeitos do contato interétnico e porque reconhecem a maneira seletiva com que elas atacam índios e brancos”. Os Desana observaram que a malária tinha uma propagação e transmissão diferenciadas, não adquirida por contato direto entre seres humanos, mas através do mosquito transmissor. BUCHILLET. Op. Cit., p. 130. Os Xokleng, por sua vez, deram fortes indicações de que era a gripe a moléstia mais visada como advinda dos brancos e que, propositadamente, estava contagiando. De uma maneira mais geral, conforme Wiik, passaram a fazer ligações entre as diversas doenças que passaram a os afligir e as mudanças na sua sociedade com a presença contínua dos brancos entre eles.

⁴²⁷ Em janeiro de 1975, Urban realizou uma entrevista com o índio Wãñpõ, transcrita e publicada no artigo citado da Revista Ethnohistory, volume 32, número 3, 1985, p. 228.

cremação. No período da história Xokleng que os brancos estavam presentes cotidianamente, os índios passaram por inúmeras mortes e mudanças culturais - relacionadas ou não às doenças - que geraram interpretações como a de Nanmbráma, que abandonou o Posto em 1921 revelando uma visão extremamente negativa dos serviços do SPI. Hoerhann consentiu com a sua partida porque ele sempre foi um inimigo declarado do pessoal do SPI, tornando mais conveniente o seu afastamento do que enfrentar as conseqüências de sua permanência. Abaixo as palavras do índio, reveladas através do escrito do encarregado. Nanmbráma se retirou

dizendo a todos que internar-se-ia na floresta para não mais voltar, nem para os acampamentos do Posto, nem mesmo para perto de nós. A nada atendia, e indagado qual a razão do seu procedimento, declarou que toda a gente branca era inimiga dos índios, e se os civilizados não exterminavam os botocudos a ferro e fogo, estavam fazendo por meio das moléstias, das quais éramos os diretos causadores.⁴²⁸

Em relação ao tratamento das enfermidades, os índios também se manifestaram. Nos relatórios aparecem alguns exemplos de piora da enfermidade, ou mesmo morte, devido à recusa dos indígenas em lidar com a doença da mesma maneira que os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios.⁴²⁹ Hoerhann utilizava o discurso e a prática médica-racional-ocidental, apostando na eficácia de medicamentos como o quinino. Os Xokleng acreditavam que as enfermidades estavam sendo provocadas pelos brancos e que seus remédios às vezes faziam efeito justamente por serem eles os causadores dos males. Afinal, as doenças que estavam dizimando sua etnia haviam surgido após o contato com os não-índios. No dia 23 de fevereiro de 1927, o índio Cuitá feriu a vista esquerda enquanto cortava cana-de-açúcar, sendo imediatamente medicado. Logo, apresentou a vista bastante inflamada e passou a sofrer com fortes dores. Consternado, Hoerhann percebeu que o índio não seguiu o tratamento prescrito e não apresentou melhoras até o fim do mês. O documento informa que o encarregado cuidou pessoalmente e diariamente do tratamento, mas suas atitudes não surtiram efeito. Cuitá ficou cego. O relatório revela as interessantes entrelinhas desta história; aparecem não somente as

⁴²⁸ HOERHANN, Relatório de 1921, novembro.

⁴²⁹ Outros sujeitos históricos também apresentaram maneiras de se relacionar com as doenças e os tratamentos divergentes das instituídas pela política pública. O historiador Sidney Chalhoub demonstra, durante a Revolta da Vacina, as raízes negras da tradição vacinophobica. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Ver capítulo 3.

crenças de Hoerhann, mas também do índio que preferiu outras maneiras de tratar a própria doença.

O índio não seguiu os conselhos e foi relaxado com os curativos, pois expunha a vista à luz solar, o que lhe havia sido especialmente interdito. Deve-se, pois, atribuir a lamentável conseqüência do acidente não à falta de cuidados, mas sim ao desmazelo e desobediência do próprio índio. Ele não só não aplicava os medicamentos que lhe haviam sido fornecidos, como ainda consentia que os demais botocudos pusessem na vista inflamada sucos de várias plantas silvestres, entre as quais algumas fortemente cáusticas.⁴³⁰

Segundo o inspetor José Maria de Paula, os Xokleng utilizavam no tratamento dos sintomas sucos de diferentes plantas. O uso era geralmente externo, aplicado através de fricções e massagens. No ano de 1924, registrou-se o óbito de três idosos, “sendo provável que estes doentes não resistiram à moléstia não só devido à idade avançada, como ainda ao fato de se negarem, com declarada teimosia, a seguir o cuidadoso tratamento que lhes quis, por todos os meios, dispensar”.⁴³¹ No ano seguinte, o relatório informou que uma criança do sexo feminino morreu de verminose “em conseqüência de descuido e inobservância dos conselhos que aos seus pais foram dados”.⁴³² Em 1926, “por não ter querido se submeter ao tratamento específico, faleceu vitimada por malária uma índia botocuda de nome Ngamon, com dezenove anos de idade presumíveis”.⁴³³ Três anos depois, um menino foi vitimado em decorrência da malária e verminose, “tornadas incuráveis por não terem os pais consentido que fosse convenientemente medicado”.⁴³⁴ É constante a inquietação de Hoerhann quanto as recusas dos Xokleng ao tratamento médico indicado ou, ainda mais inquietante, aos usos de outros produtos visando a cura ou atenuamento das dores. Certa vez, por exemplo, constatou-se a anemia em algumas crianças indígenas. Apresentando sintomas como cor da pele amarelada, mucosas pálidas, ventre dolorido, emagrecimento e debilidade, os doentes foram medicados com purgantes e vermícidas. Contudo, mesmo estabelecendo

uma rigorosa vigilância, que evidentemente no Posto nunca pode ser perfeita, não se conseguiu, em muitos casos, que os doentes deixassem de comer

⁴³⁰ HOERHANN, Relatório de 1927, maio.

⁴³¹ HOERHANN, Relatório de 1924, maio.

⁴³² HOERHANN, Relatório de 1925, dezembro.

⁴³³ HOERHANN, Relatório de 1926, maio.

⁴³⁴ PAULA, José Maria de. Op. Cit., Documento sobre o Posto Indígena Duque de Caxias, ano de 1929.

barro. Ao contrário observou-se que os doentes ainda o fazem com maior avidez, no intuito de atenuar as fortes dores abdominais que sentem, sentindo um certo alívio ingerindo substâncias inertes. Todas as recomendações aos pais das crianças enfermas, na maior parte das vezes, nada adiantam, não querendo os índios, por forma alguma, entregar os seus filhos a nós para que pudéssemos exercer uma vigilância completa e eficaz.⁴³⁵

Ainda mais difícil era convencer os Xokleng, quando saudáveis, da necessidade da prevenção. Conforme os relatórios, apesar dos inúmeros discursos objetivando o convencimento, eles não se submetiam facilmente aos tratamentos profiláticos. Hoerhann, observador, certa vez percebeu que os índios, aproveitando o menor descuido, escondiam ou mesmo jogavam fora o remédio afirmando depois que haviam tomado. Como visto, além de dissimularem o uso do medicamento preventivo, eles costumavam saquear as plantações na calada da noite. Intentando permanecer escondidos, davam preferência a lugares baixos, justamente onde há umidade e água estagnada, portanto, lugares propícios para o contágio. Conforme o encarregado, mesmo após ouvirem os seus conselhos, os índios não abandonaram os locais perigosos, “mesmo sendo um verdadeiro foco de malária, o que eles absolutamente não acreditam”.⁴³⁶ Os Xokleng realmente não costumavam crer na rigorosa profilaxia proposta por Hoerhann e, com suas palavras, revelaram suas crenças.

O resultado de todos os esforços é quase nulo: os índios não obedecem, chegando mesmo a nos ridicularizar. (...) O índio não atende absolutamente aos nossos preceitos higiênicos, só responde com um riso incrédulo quando pretendemos e procuramos instruí-los. Os pacientíssimos esforços tem sido baldados. Enquanto o índio se sente com saúde, responde altivamente: Ihá no vaikaiúru-mu. Ign-há no cutan kê ton uán. Kóngói kê ton-ma. Zúgn-há no tonliké. (Sou forte, resistirei. Não adoço. A moléstia não me prostará. Só os estrangeiros disso necessitam).⁴³⁷

Diante das constantes enfermidades que assolavam o Posto, Hoerhann ficava também - e novamente - preocupado com o trabalho diminuto ou mesmo nulo, em alguns casos, devido aos longos períodos de tratamento e convalescença. Como visto no tópico anterior, Hoerhann costumava vincular as idas e vindas para caçar/coletar com a redução do trabalho no Posto. O mesmo ocorria quando os índios estavam acometidos de doenças. O encarregado, certa vez, registrou que “houve sensível atraso nos trabalhos porque os doentes, apesar de medicados,

⁴³⁵ HOERHANN, Relatório de 1922, janeiro.

⁴³⁶ HOERHANN, Relatório de 1927, março.

⁴³⁷ HOERHANN, Relatório de 1927, junho.

com a solicitude do costume, deixaram de trabalhar durante longos dias”.⁴³⁸ Em maio de 1924, a gripe afetou quarenta e sete índios que estavam no Posto, mesmo sendo época de coleta e vários deles estarem nas áreas de pinheirais. Hoerhann lamentou que, devido à forma repentina da epidemia, as medidas preventivas colocadas em prática falharam, o que acabou prejudicando muito o auxílio nas atividades do Posto. Não só os doentes não puderam trabalhar, mas também os funcionários que ficaram responsáveis pelo tratamento dos enfermos.

Enquanto isso, os Xokleng tiravam proveito da brecha que esta situação caótica oferecia. Houve casos de índios fingirem estarem acometidos de graves doenças, ou cuidando de parentes adoentados, para não realizar as atividades do Posto. Conforme Hoerhann, muitas vezes eles argumentavam que era necessário fazer companhia aos amigos e, servindo-se do pretexto de estarem servindo de enfermeiros, esquivaram-se dos trabalhos quando havia pessoal suficiente designado aos cuidados dos doentes. Certa vez, os Xokleng “depredaram as plantações. Aproveitaram-se da situação anormal em que não havia mãos a medir, estando todos empenhados no tratamento de doentes”.⁴³⁹ Aparecem, novamente, as táticas indígenas ao lidar com as situações diversas, a adversas, no cotidiano do Posto Indígena Duque de Caxias. No caos da epidemia os índios astutamente dissimularam a doença, ficaram ao lado dos enfermos ao invés de trabalhar na lavoura, reincidiram com as subtrações dos alimentos e não pararam por aí.

No inverno de 1920, o relatório registrou um número preocupante de acometidos da gripe: noventa e sete índios. No intuito de evitar ainda maior propagação, Hoerhann teve a idéia de isolar os doentes em novos ranchos, convenientemente situados fora da sede do Posto. O que o encarregado não se deu conta foi que os abrigos construídos em clareiras, mas dentro da mata, poderiam agradar aos índios mais do que deveria. Conforme o documento, a primeira questão a ser enfrentada era que, devido aos fortes laços de parentesco, os índios não admitiam

⁴³⁸ HOERHANN, Relatório de 1922, janeiro. Nos relatórios, foram encontradas várias passagens que relacionam doenças à perda de trabalho, entre elas uma do ano de 1923, onde o encarregado registrou que “as epidemias muito prejudicaram a normalidade dos serviços do Posto”. Em janeiro de 1926, lamentou a resistência a medicação apresentadas pelos doentes de malária, causando “a perda de preciosos dias de trabalho”. Nos meses de setembro e dezembro de 1925, realizou os cálculos dos prejuízos em dias nos casos de sete pessoas que, com enfermidades passageiras, ficaram impedidos de realizar atividades durante dois ou três dias cada uma.

⁴³⁹ HOERHANN, Relatório de 1925, julho. Neste caso, foram parcialmente devastados o bananal, o canavial e as plantações de aipim.

facilmente que um membro da família fosse deles afastado. Ainda mais instigante é a revelação de que, mesmo quando realizado o isolamento, “fica por inteiro anulado, pois que chegada a noite, no rancho dos isolados, apesar de todas as recomendações, se reúnem todos os parentes”.⁴⁴⁰ Parece estarem novamente presentes visões diferentes acerca das doenças que, neste caso, além de não levarem em consideração o contágio, revelam outros indícios relacionados ao gosto da permanência na floresta.

No mês seguinte, quatro famílias espontaneamente pediram que fossem construídas para elas “kongó-neióma” (casa de doentes), deixando claro que as queriam dentro do mato, onde estavam as outras já existentes. Depois de atendidas as solicitações das famílias, Hoerhann lamentou que delas não foi possível obter sequer um único dia de trabalho. Aí mais um indício das vantagens de se fixar à distância da sede do Posto, e dentro da antiga morada. No mês de outubro, Hoerhann registrou que os índios, “todos restabelecidos, embora ainda bastante enfraquecidos, já manifestaram desejo de se internar na floresta, alegando que só em sua vida primitiva no mato sarariam por completo, e mais rapidamente”.⁴⁴¹ Na segunda quinzena do mês, portanto, muitos índios adentraram ao mato. Ficaram na sede do Posto apenas os que ainda estavam muito abatidos, principalmente idosos e crianças. O encarregado afirmou que permitiu a saída pois o tempo estava seco e “sabendo que os botocudos, à vida da selva voltando, esta lhe dissiparia a apatia e depressão que ainda os oprimia”.⁴⁴²

Neste caso, os índios quase curados queriam adentrar na floresta. No ano de 1926, o caso foi inverso. Os Xokleng, saudáveis, estavam preparando um novo encontro com os campeiros. O encarregado, preocupado com as conseqüências do contato e consciente da dificuldade de reter os índios no Posto quando eles assim não desejavam, confessou que a gripe, tantas vezes temida e combatida, pôde ser também “providencial”. Os índios, agora no início de uma grave doença, não tiveram condições de ir ao encontro dos opositores do SPI. Abaixo, a interessante revelação de Hoerhann.

Devemos confessar com franqueza que todos os esforços teriam sido baldados e que todas as medidas de vigilância adotadas teriam sido ineficazes, e não se teria evitado que todos os grandes grupos seguissem para o campo se não fôra o auxílio neste caso verdadeiramente providencial da

⁴⁴⁰ HOERHANN, Relatório de 1920, julho.

⁴⁴¹ HOERHANN, Relatório de 1920, outubro.

⁴⁴² Idem.

gripe que, desta feita, acometeu gravemente, escolhidamente os índios que lá já tinham estado e também os que estavam inabalavelmente resolvidos para lá seguir com o fito de confraternizar com aquela 'boa gente' do campo.⁴⁴³

Talvez, como no caso das vacinas sem efeito e do agravamento das doenças mesmo após medicamento, este tenha sido mais um motivo para a desconfiança dos índios em relação às origens das enfermidades das quais sofriam e o tratamento utilizado no Posto. Afinal, a gripe surgiu assim que os índios planejaram algo contrário às imposições dos funcionários do SPI. Todavia, como foi relatado em diversas situações analisadas, os Xokleng não desistiam facilmente de seus desígnios. No inverno de 1923, a gripe não poupou um único índio sequer “apesar dos maiores cuidados, do rigoroso isolamento, da mais solícita medicação. Em todos os ranchos índios doentes, abatidíssimos, arfando, tossindo e gemendo dolorosamente”.⁴⁴⁴ Hoerhann conjecturou o pior devido à gravidade alcançada pela doença. Imaginou como resultado a morte de muitos índios, o que felizmente não sucedeu, e acabou registrando o falecimento de um casal que, apesar do seu estado gravíssimo, “não obstante toda vigilância, conseguiu à noite, com uma astúcia e habilidade incríveis, se internar na floresta, onde foram encontrados moribundos. Estamos certos que, sem esta violência, teriam sido salvos”.⁴⁴⁵ Provavelmente, o homem e a mulher não pensaram assim. Foi tarde para a cura na mata, mas escolheram a antiga morada como o último lugar da vida.

Nos primeiros anos do aldeamento, como visto nos casos apresentados, entre outras atitudes os índios se esquivaram do trabalho na agricultura, saíram do Posto para adentrar na mata e recusaram os tratamentos médicos indicados. Certamente, as atitudes indígenas estavam calcadas nas suas experiências sociais, históricas e culturais. Os sinais permitem o vislumbamento de uma imagem repleta de características Xokleng, as quais obviamente não desapareceram como mágica logo após o confinamento. Paulatinamente, esta conjuntura causou diversas transformações no modo de vida Xokleng. O que analisamos aqui, repito, são as ações indígenas frente às novas situações dentro de um aldeamento, focalizando o olhar no início deste processo de mudanças. Finalizando, a seguir um longo excerto que será citado praticamente na íntegra devido a sua importância. O caso demonstra desavenças, entre sujeitos

⁴⁴³ HOERHANN, Relatório de 1926, setembro.

⁴⁴⁴ HOERHANN, Relatório de 1923, junho.

⁴⁴⁵ HOERHANN, Relatório de 1923, junho.

históricos com diferentes concepções de mundo, e algumas de suas estratégias e táticas. Um fato específico - mas não isolado - que evidencia atitudes reveladoras da relação interétnica. É praticamente uma síntese das questões relativas ao Posto Indígena Duque de Caxias. Conforme o narrador desta significativa história, o índio Voiê causou, no dia 29 de agosto de 1927, o seguinte “deplorável incidente”.

Voiê é de uma preguiça e má vontade para o trabalho verdadeiramente inexcedíveis. Tributa especial e profundo ódio ao feitor do Posto, que natural e justamente o deve chamar constantemente à ordem, repreendendo não só a sua preguiça, como as inúmeras pirraças e gracejos de mau gosto, que freqüentemente faz, não só aos seus companheiros, como também aos operários da turma. O feitor, nas suas admoestações, manteve sempre uma atitude enérgica e digna, dirigindo-se ao índio, invariavelmente, de um modo suasório e brando. Para poder entregar-se à ociosidade mais à vontade, Voiê, logo que apareceram os primeiros casos de gripe, deu parte de doente, relaxando e abandonando todos os afazeres dos quais havia sido incumbido. A grave moléstia, de que se dizia acometido não o impedia, porém, de tomar parte muito ativa em todos os folguedos dos seus companheiros, com eles brincava e cantava, pela noite a fora, junto às fogueiras, regalando-se com o que, clandestinamente, havia subtraído das roças do Posto. Na manhã do dia 29, o feitor, que se achava na casa da turma, deu ao índio Voiê, que estava no terreiro em frente, uma ordem, incumbindo-o de um trabalho leve, rápido e de menos importância. Voiê, indisciplinado recalcitrante que é, respondeu com irritante e provocadora insolência, negando-se não só formal e teimosamente, de cumprir a ordem recebida, como de seu dever, mas ainda ameaçou, insultou e desafiou o feitor, de modo mais desabrido e brutal. Este, afim de manter integral a sua força moral, como é de absoluta necessidade, saiu então da casa da turma, e caminhando calmamente para Voiê, repreendeu-o com afabilidade e toda a dignidade. Voiê, porém, sem mais preâmbulos, irascível, no paroxismo do furor, saltou lesto para uma afiada foice e investiu, inesperada e violentamente, contra a feitor. Este fatalmente teria sido ferido à morte se não fosse o auxílio rápido, pronto e decidido de três operários que, providencialmente, se achavam próximos e que, desarmando o índio, puseram termo à vil e ferocíssima agressão.⁴⁴⁶

Concluindo, a experiência da pacificação causou mortes e transformações na região do Vale do Itajaí. As ações Xokleng estavam calcadas em suas experiências culturais e históricas. Diante da disciplina e da vigilância, os índios criaram diversas táticas. Neste sentido, muitas vezes recusaram o trabalho na agricultura, saíram da área limitada para caçadas e coletas e interpretaram a nova conjuntura colocando os brancos como a principal nocividade. Os colonos e os funcionários de SPI eram os principais atores maléficos, porque foi através da sua

⁴⁴⁶ HOERHANN, Relatório de 1927, agosto.

chegada que as enfermidades sociais e individuais eclodiram. Os Xokleng apresentavam uma “etnomedicina que localiza o mal relacionando-o aos conflitos sociais, políticos e econômicos e nas mudanças que ocorrem em sua sociedade. (...) não há descontinuidade estanque entre o corpo individual e corpo social.”⁴⁴⁷ Enquanto isso, os funcionários do governo tentavam, através de sua visão de mundo, encabeçar os objetivos do SPI. Eduardo Hoerhann implorou pela remessa de bons medicamentos e algumas vezes, do mesmo modo que os Xokleng, atribuiu a dramática situação das doenças ao “outro”, que recusava o tratamento que acreditava ser o mais eficaz.

Os Xokleng tentaram frear as doenças através de ações ligadas à sua cosmologia. Os representantes do governo, através da medicina “ocidental”. Parece que, praticamente, não obtiveram sucesso. Estima-se que, a partir da pacificação iniciada em 1914, quatrocentos indivíduos foram contatados. Infelizmente, menos de vinte anos depois, apenas cento e cinquenta viviam. Os Xokleng pareciam ter se livrado do extermínio que estava sendo protagonizado pelos bugreiros, mas as doenças apareciam como outro inimigo dizimador. No final de sua vida, Hoerhann afirmou que não adiantava atrair os índios da floresta e depois deixá-los morrer de enfermidades que os brancos transmitiam. O encarregado do Posto, por quatro décadas, confessou seu arrependimento por ter “pacificado” os índios sem ter condições de protegê-los.⁴⁴⁸ As ambigüidades deste momento se revelam nas próprias falas de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann: “se eu não os pacificasse, os imigrantes se encarregariam de exterminá-los.(...) mas civilizá-los é o mesmo que aniquilá-los.”⁴⁴⁹ Hoerhann lamentou que se pudesse prever que os índios iriam padecer tanto de doenças, “os teria deixado na mata, onde ao menos morriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam.”⁴⁵⁰

Felizmente, os bugreiros e as doenças não exterminaram o povo indígena Xokleng, como sugeriu Hoerhann⁴⁵¹. Atualmente, existem aproximadamente mil pessoas na Terra

⁴⁴⁷ WIIK. Op. Cit., 2001, p. 402.

⁴⁴⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997. Eduardo Hoerhann em depoimento a Darcy Ribeiro, em 1953.

⁴⁴⁹ Jornal O Estado, dezembro de 1975.

⁴⁵⁰ RIBEIRO, Darcy. Op. Cit., p. 316.

⁴⁵¹ Hoerhann, na época destas declarações, estava decepcionado com a situação dos índios e dele mesmo. Apesar de ultrapassar o tempo histórico analisado neste trabalho, é importante informar que Hoerhann foi afastado do cargo de encarregado do Posto Indígena Duque de Caxias, indiciado por um crime, no ano de 1954. A acusação era referente ao envolvimento na morte do índio Brasília Priprá, assassinado nas proximidades da sua casa, em 24

Indígena de Ibirama e a estimativa é o aumento demográfico. Certamente, as lutas travadas pelo povo Xokleng foram diversas e ainda o são⁴⁵². A experiência dos Xokleng e dos funcionários do SPI, no Posto Indígena Duque de Caxias, demonstra como ilusório e ufanista o discurso oficial da disciplina. Para os Xokleng, visões ocidentais escatológicas de “paraíso” e “inferno” não tiveram os mesmos significados e geraram atitudes autônomas frente ao projeto governamental. Os documentos indicam uma realidade muito mais complexa, do que a dicotomia trabalhador/vadio, no contato entre diferentes culturas.

de agosto. “A própria posição de Eduardo frente à comunidade deteriorou-se a ponto de provocar acontecimentos trágicos que culminaram com sua destituição da chefia do Posto e a completa marginalização em relação à obra que iniciara quarenta anos antes. Após a saída de Eduardo, assumem a chefia indivíduos sem o devido preparo”. MÜLLER, Sálvio Alexandre. *Opressão e depredação*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p. 24. Após 1954, conforme Santos, as madeiras tiveram permissão para entrar no Posto e os Xokleng ficaram cada vez mais dependentes da sociedade regional. SANTOS, Sílvio Coelho dos. “Sobre mudança cultural entre os índios Xokleng do Vale do Itajaí”. *Revista Ciência e Saúde*, vol. 18, nº 3, 1966. Atualmente, as memórias acerca de Eduardo, entre os índios, são contraditórias. Namem registrou depoimentos que o apresentam como um homem mau, capaz de atrocidades, e bom, responsável pela sobrevivência deles. NAMEN, Alexandre Machado. *Botocudo: uma história do contato*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora da FURB, 1994, p.65.

⁴⁵² Atualmente, a luta dos Xokleng é contra uma barragem que afeta as áreas da Terra Indígena Ibirama.

CONCLUSÃO

As escolhas Xokleng

O que me instigou no feitiço deste trabalho foi analisar as formas de pensar e agir dos agentes históricos envolvidos no contato entre índios e brancos no sul do Brasil, durante o processo da colonização da região do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. As vivências dos atores indígenas, durante o povoamento do seu território histórico, foram enfocadas com especial atenção. Além do povo indígena Xokleng, estão presentes os imigrantes alemães, os bugreiros, as autoridades imperiais, os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Afinal de contas, as relações sociais se dão mutuamente.

O trabalho aborda três diferentes períodos do contato: no primeiro, os ataques entre índios Xokleng e imigrantes europeus/bugreiros e os intensos debates sobre a questão indígena advindos do palácio do governo provincial e dos espaços blumenauenses; no segundo, os processos de adoção de crianças indígenas que demonstraram interessantes experiências tanto dos tutelados quanto dos seus protetores; no terceiro, o cotidiano do Posto Indígena Duque de Caxias, o aldeamento sob responsabilidade do SPI, para onde os índios foram levados após a chamada pacificação, no ano de 1914.

O maior desafio foi (re)construir alguns pensamentos e atos dos índios Xokleng, agenciados dentro de um processo violento. Ao invés de pensá-los apenas como sofredores de uma história dramática - vítimas passivas ou resistentes culturais - pretendi demonstrar aspectos dos encontros e desencontros entre duas culturas que geraram ações e (re)significações no contato com o “outro”. Apesar da disciplinarização imposta através da adoção e do SPI, os índios criaram, interpretaram, agiram... viveram. O exercício foi colocar em cena o índio como sujeito ativo que agia conforme a sua leitura do mundo, baseada tanto nas suas experiências históricas como nas desencadeadas pelo contato com o branco.

Os índios refletiram sobre o processo pelo qual estavam passando em seus próprios termos. Os Xokleng deram significado ao mundo. Aos pesquisadores cabe finalmente dar visibilidade à presença destes atores na História, dando voz às suas próprias interpretações e ações. O mito de origem Xokleng, relatado por Hugo Gensch, permite uma reflexão sobre a

importância das escolhas dos índios pensadas por eles mesmos. De acordo com a narrativa, os seres humanos teriam sido criados pelo Deus Patãema. Primeiro, ele criou apenas pessoas brancas e ficou morando junto delas. Depois de um tempo, apareceu uma cobra muito grande comendo tudo o que ele havia criado. Neste momento fez os índios e, como no outro caso, passou a viver com eles. Logo, os brancos reapareceram oferecendo armas de fogo aos índios. O Patãema advertiu rapidamente para que não aceitassem, pois eram muito pesadas para eles. Os índios, contrariando os desígnios divinos, demonstraram intenção de aceitar. Deus desapareceu, abandonando-os.⁴⁵³

A mitologia sobre o início dos tempos foi narrada pela filha adotiva indígena de Gensch e recontada por ele. Independente da fidedignidade, a versão possibilita pensar sobre os agenciamentos indígenas. Diante do aviso de Deus, os índios desobedeceram. A escolha era errônea conforme o ente superior, mas feita pelos próprios índios que assumiram as conseqüências das suas atitudes. A escolha pela arma afastara Deus dos índios transgressores. Aceitar o caminho do pecado, questionando o ser supremo, significou enfrentar o destino no fazer a própria história. Como uma recriação da maçã no paraíso de Adão e Eva, o objeto de desejo não cabia aos índios. Curiosamente, justo a arma que lhes feria aparece como o instrumento cobiçado que, desconhecido antes da chegada dos brancos, permite inferir que o mito, se não criado após o contato, foi recriado após o mesmo. Os índios, diante da nova realidade, agiram.

Nos primeiros momentos do contato, descobriram o ferro e planejaram ataques. Nas histórias das crianças, basta lembrar a fuga de Mai-Tschúksima, a melancolia de Inesita, o casamento de Benedita, a prostituição de Wat, os estudos de Nukla, o abandono da vida religiosa por Toop, os enfeites de Ana, o silêncio de Korikrã. Na época do aldeamento, a interpretação dos índios como pacificadores dos brancos, a recusa ao trabalho na agricultura, as atividades proibidas - recolhimento de madeira para fazer fogueira, matança de animais e retirada de cana para comer - as saídas dos limites do Posto para caça e coleta, os encontros com os campeiros, as interpretações das doenças como causadas propositadamente pelos brancos, as práticas de cura, a recusa aos tratamentos e às medidas profiláticas, a dissimulação.

⁴⁵³ GENSCH, Hugo. *A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios*, 1908, p. 57.

Os Xokleng chegaram, inclusive, a confirmar a importância de suas escolhas. Ao contrário do mito, os índios não aparecem como os castigados pela divindade, mas os que detêm o poder de punir. Os visados, agora, passam a ser os brancos. No ano de 1925, os índios aldeados iniciaram uma forte ameaça aos funcionários do Posto Indígena Duque de Caxias. A primeira atitude foi o abandono das atividades na lavoura. Segue o interessante trecho do relatório.

Formou-se imediatamente uma forte corrente contra nós, que logo se pôs a vociferar bravatas e façanhas, chegando mesmo a prometer a morte a todos e a provocar diretamente, do modo mais crasso e insolente possível, os nossos brios. Assim deixaram de trabalhar e puseram-se todos de prontidão, à espera dos resultados da sua atrevida provocação. Contavam eles com uma justa e devida reprimenda, tendo-se preparado para quando isso se fosse realizar, “mataram todos aqueles que lá aparecessem”. Este descabido alvoroço, sem nenhuma justificativa razoável, serviu de ótimo pretexto para que os botocudos, tanto guerreiros, como mulheres e rapazes, não mais movessem a enxada, elaborando os seus grandiosos planos de batalha, lembrando e se extasiando, diante dos memoráveis feitos de seus companheiros de tribo. Não se cansaram os botocudos em afirmar que, se nós existíamos, o devíamos agradecer, única e exclusivamente, à sua grande generosidade, que não nos mataram a todos porque não o quiseram. Chegou mesmo um dos mais influentes a dizer que não o fizera ainda há bem pouco tempo porque ele e todos os outros tinham pena de nós.⁴⁵⁴

Após este relato que demonstra, mais uma vez, os conflitos no aldeamento, quero ressaltar que as divergências não estavam presentes apenas nas relações entre índios e funcionários do SPI. Certa vez, por exemplo, os homens que trabalhavam no Posto se exaltaram por causa de um pagamento atrasado. A caminho de uma festa, bebiam e conversavam sobre a falta de dinheiro. Lembraram, então, que a casa de Straube ficava ali perto. O responsável pela distribuição da verba recebeu, durante à noite, a visita de alguns contratados que exigiram as quantias na hora. A residência acabou virando palco de tragédia. Os homens, assim que chegaram, foram direto ao assunto. O senhor Straube explicou que, sem acertar valores com o encarregado do Posto, não poderia repassar a verba. Os homens indicaram alguém para ir atrás de Hoerhann, que afirmou que tudo seria solucionado com a volta de todos ao Posto, assim que terminada a festa. Os seus pedidos não foram atendidos. Com os ânimos muitos exaltados, em ambos os lados, vociferavam protestos e ameaças. A

⁴⁵⁴ HOERHANN, Relatório de 1925, setembro.

esposa do funcionário, de arma em punho, resolveu tomar partido. A partir daqui, o relatório apresenta muitas divergências entre os depoimentos. A única certeza é que a senhora, atingida à bala no peito, veio a falecer.⁴⁵⁵

Em outro episódio, um índio atirou para cima uma flecha que acabou cravada no alto de uma figueira. Para reaver a arma, começou a derrubar a árvore. Desviada do percurso, acabou atingindo alguns índios, um deles com gravidade. Algumas horas depois, o irmão do ferido tentou matar o responsável pelo acidente. “A família de Kóri, porém, defendeu-o tomando o seu partido. Surgiram ainda antigas questões entre as duas famílias, ficando assim armado um sério conflito, pois estavam dispostas a se chacinarem mutuamente”.⁴⁵⁶ Hoerhann interveio, transferindo uma das famílias para a outra margem do rio e as ocupando em trabalhos diferentes. Estes fatos servem para alertar sobre a ocorrência de conflitos dentro dos próprios grupos e, portanto, para caminhos possíveis ainda não percorridos. Muitas histórias ainda esperam ser contadas e analisadas. Aqui, espero ter ao menos instigado a reflexão sobre o sujeito histórico Xokleng. Interpretando as ações indígenas, em três momentos de sua história, foram apresentados os atos do contato.

⁴⁵⁵ HOERHANN, Relatório de 1924, janeiro.

⁴⁵⁶ HOERHANN, Relatório de 1921, abril.

FONTES

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (Blumenau)

- *Revista Blumenau em Cadernos*⁴⁵⁷

ALDINGER, Paulo. “A pacificação dos indígenas de Santa Catarina”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (2), 1969.

_____. “O problema do índio”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 9 (2), 1968.

“Branco e Índios: uma guerra dentro da História”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 27 (11/12), 1986.

“Blumenau e a sua imprensa: Der Urwaldsbote (parte V)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (8), 1969, pp. 144-9.

“Construção da saudosa Estrada de Ferro Santa Catharina, com sua história narrada nas páginas do jornal Blumenauer Zeitung (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (8), 1988.

DEEKE, José. “Os botocudos do Rio Plate”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (1), 1988, pp. 17-21.

“Estrada de Ferro Santa Catarina”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 10 (5), 1969.

“História de Blumenau revela: o colono Klein é assassinado pelos bugres (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 19 (7), 1978.

“História de Blumenau revela: cartas dirigidas pelo Dr. Blumenau ao Presidente da Província denunciam novos ataques dos bugres (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 19 (6), 1978.

“História de Ibirama na correspondência dos imigrantes (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 29 (11/12), 1988.

“História de Ibirama na correspondência dos imigrantes (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 30 (1), 1989.

“Mau presente de Natal”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 1 (2), 1957.

“Pacificação dos índios botocudos: a perseverante obra de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann (A)”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 30 (5), 1989.

“Sobre o desenvolvimento de nossa cidade no começo do século”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 35 (11/12), 1994.

WILLE, Otto. “Minha imigração para Hansa-Hammônia, hoje Ibirama, no ano de 1904”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 35 (6), 1994.

⁴⁵⁷ Fonte impressa. A Revista Blumenau em Cadernos publica muitos documentos de época, encontrados no acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e traduzidos da língua alemã. Portanto, a maioria das datas indicadas servem para facilitar a pesquisa no periódico, mas muitas vezes não correspondem à data original da fonte. As indicações temporais estão presentes, ao longo da dissertação, nos momentos das citações. Os artigos não trazem referência autoral estão classificados também em ordem alfabética, mas pelo título.

- *Jornais (impressos)*

Jornal Der Urwaldsbote (1908-1911)

Jornal Blumenauer Zeitung (1906-1908)

- *Obras de época*

DEEKE, José. O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento. Blumenau, Nova Letra, 1995. Tradução feita por Edith Eimer da obra de José Deeke, escrita em 1917 e intitulada originalmente “Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte”. Fonte impressa.

GENSCH, Hugo. Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage. Berlim. Druck von Gebr. Unger, 1908. Esta monografia foi traduzida do idioma alemão sob o título “A educação de uma menina indígena: colaboração para a solução do problema dos índios”. Exemplar único e manuscrito.

Instituições escolares (fontes datilografadas)

Crônica do Colégio Coração de Jesus (1895-1948). Santa Catarina: Florianópolis.

Crônica do Colégio Sagrada Família - ano 1905 (1895-1968). Santa Catarina: Blumenau.

Crônica do Colégio Sagrada Família - ano 1906 (1895-1968). Santa Catarina: Blumenau.

Livro de registros do Colégio Catarinense (ano 1904-1914).

Museu do Índio (Rio de Janeiro)

HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. Relatórios do Posto Indígena Duque de Caxias. Anos 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926 e 1927. Fontes datilografadas.

PAULA, José Maria de. Relatórios anexos aos documentos escritos por Hoerhann, encontrados nos anos 1921, 1924 e 1929. Fontes datilografadas.

Entrevistas⁴⁵⁸

Entrevista n° 1, cedida por uma religiosa, no dia 13/7/2002, em Florianópolis.

Entrevista n° 2, cedida por uma religiosa, no dia 5/6/2002, em Florianópolis.

Entrevista n° 3, cedida por uma ex-aluna do Colégio Sagrada Família, no dia 20/3/2002, em Blumenau.

⁴⁵⁸ Os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo devido aos seus pedidos.

Entrevista n° 4, cedida por uma religiosa, no dia 5/6/2002, em Florianópolis.

Entrevista n° 5, cedida por um habitante da antiga colônia Hammônia, no dia 29/01/2004, em Ibirama.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis)

Provincial Reports, Center for Research Libraries, recurso eletrônico disponível no endereço <http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm/>⁴⁵⁹

ANDRADE, Francisco José. Relatório do presidente da província de Santa Catarina apresentado em primeiro de março de 1840.

ARAÚJO, José Bento de. Fala com que o presidente da província abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 6 de março de 1877.

BRITO, Antero José Ferreira de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em primeiro de março de 1841.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1842.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1843.

CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque. Relatório do presidente da província de Santa Catarina à assembléia legislativa provincial, no ato de abertura da 2ª sessão, em 5/4/1836.

CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. Relatório apresentado ao vice-presidente da província, Francisco José de Oliveira, no ato de passar-lhe a administração da província em 24/4/1864.

CHAVES, João Rodrigues. Relatório com que o presidente da província passou a administração para o 3º vice-presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 9/3/1883.

CINTRA, Guilherme Cordeiro Coelho. Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 25 de março de 1872.

COUTINHO, João José. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 1 de março de 1850. Cidade do Desterro (atual Florianópolis).

_____. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, 1851.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, em 1 de março de 1852.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, em 1 de março de 1853.

_____. Relatório do presidente da província de Santa Catarina em 19 de abril de 1854.

⁴⁵⁹ Fontes datilografadas. No site indicado encontra-se a maioria dos relatórios e falas dos Presidentes da Província de Santa Catarina. A pesquisa, nesta documentação, foi realizada através do meio virtual e APESC. O endereço eletrônico foi visitado entre abril e junho de 2004.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1856.

_____. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa, no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1 de março de 1857.

ETUR, Henrique. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Manuscrito. Ano 1856, folha 94.

GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. Relatório apresentado pelo segundo vice-presidente da província ao terceiro vice-presidente Ignácio Accioli de Almeida, por ocasião de passar-lhe a administração em 27/1/1873.

GOMES, José Antônio. Relatório escrito pelo chefe de polícia e apresentado pelo presidente da Província, João Rodrigues Chaves, na abertura da segunda sessão da vigésima segunda legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina, em 2 de fevereiro de 1881.

GOUVÊA, Joaquim Bandeira de. Relatório que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato da abertura da sua sessão ordinária em 26/03/1871.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Fala com que o presidente da província de Santa Catarina abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em primeiro de março de 1876.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. Fala com que o presidente da província abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 2 de janeiro de 1880.

OLIVEIRA JÚNIOR, Vidal Ramos de. Mensagem apresentada pelo vice-governador, ao congresso representativo do estado, em 30/7/1905.

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha. Relatório com que ao coronel Manoel Pinto de Lemos (1º vice-presidente) este presidente passou a administração da província de Santa Catarina em 22/06/1885.

PARDAL, João Carlos. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. 1838.

_____. Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. 1839.

PINTO, Antonio Pereira. Relatório com o qual entregou, no palácio do governo de Santa Catarina, a presidência da província ao Dr. Severo Amorim do Valle, em 30/11/1849.

ROCHA, Francisco José da. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na 1ª sessão de sua 26ª legislatura, em 21 de julho de 1886.

_____. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial de Santa Catarina, na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, em 11 de outubro de 1887.

SILVA, João Tomé da. Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, pelo presidente da província, em 25 de março de 1874.

SOUTO, Theodureto Carlos de Faria. Relatório com que passou a administração da província ao coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º vice-presidente, em 28/02/1883.

_____. Relatório com que passou a administração da província à Francisco Luiz da Gama Roza, em 29/08/1883.

SOUZA, Augusto Fausto de. Relatório com que passou a administração da província à José Ferreira de Mello, em 13/02/1889.

SOUZA, Coutinho. Relatório apresentado pelo vice-presidente da província de Santa Catarina em 26/12/1862.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. Relatório com que ao 1º vice-presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, Taunay passou a administração da província de Santa Catarina em 2/1/1877.

TOPP, Cônego Francisco. Telegramas de diversos para o governador do estado. Manuscrito. Correspondência datada em 15/05/1911.

VALLE, Severo Amorim do. Fala que o 3º vice-presidente da província de Santa Catarina dirigiu à Assembléia Legislativa provincial no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1849.

PIRES, Feliciano Nunes. Relatório e fala no governo de Santa Catarina (1833-1835). In: APESC, Florianópolis, 1985. Fala do presidente da província de Santa Catarina, em 1º de março de 1835, apresentada à primeira assembléia da mesma província.

PARDAL, João Carlos. Relatório do presidente da província de Santa Catarina, relativa ao ano de 1838. Manuscrito encontrado na APESC.

ROZA, Francisco Luiz da Gama. Fala com que o presidente da província abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, em 5 de fevereiro de 1884.

SILVA E OLIVEIRA. Antônio Pereira da. Mensagem apresentada pelo presidente do congresso representativo, no exercício das funções de governador do estado, ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina, em 18 de setembro de 1906.

VALLE, Severo Amorim do. Relatório que o vice-presidente entregou a administração da província à João José Coutinho em 24 de janeiro de 1850.

VICENÇA, Frei Estevão de. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Ano 1868. Manuscrito. Carta assinada pelo Frei em 21/7/1868.

_____. Correspondências de diversos para Presidente de Província. Ano 1868. Manuscrito. Carta escrita em Blumenau e assinada pelo Frei em 2/11/1868.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita, orgs. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ALVES, Rosilene M. *Se mostram de novo os bugres: abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.
- AREND, Sílvia Maria Fávero e WITTMANN, Luisa Tombini. “O ‘problema dos Xokleng’ no município de Blumenau (1900-1914): polifonias”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XLIII (5/6), 2002.
- _____. “Relações interétnicas na província de Santa Catarina (1850-1890)”. In: BRANCHER, Ana. AREND, Sílvia Maria. (orgs.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- ATHANÁZIO, Enéas. “Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?” *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 25 (9), 1984.
- BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. Companhia Editora Nacional, SP/RJ, 1937.
- BESEN, Pe. José Artulino. “Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da Igreja Catarinense”. *Encontros Teológicos*. Florianópolis, nº 2, 1990.
- BOITEUX, José Arthur. *Notas para a História Catarinense*. Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1914.
- BOPPRÉ, Maria Regina. *O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1989.
- BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BRUIT, Héctor Hernan. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica da América*. Campinas: Editora da UNICAMP: Iluminuras, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. (org.) *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2001.
- _____. (org.) *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis. Editora Cidade Futura, 2003.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DEEKE, José. “As aventuras de Jeremias”. *Calendário Blumenauense*. Blumenau, 1º ano, 1934.
- FERREIRA, Cristina. FROTSCHER, Méri (orgs.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- FROTSCHER, Méri. *Olhares sobre o saneamento em Blumenau: uma perspectiva histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- FERRAZ, Paulo Malta. *Apontamentos para a colonização de Blumenau (1850-1860)*. Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Imprensa Oficial: Florianópolis, 1950.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- HENRY, Jules. *Jungle People: a Kaingang tribe of the highlands of Brazil*. Nova York, Vintage Books, 1964.
- IHERING, H. von. *Revista do Museu Paulista*. Vol. 8. São Paulo, 1911.
- KILIAN, Frederico. “Figuras do passado: Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 19 (9), 1978.
- LARA, Sílvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Proj. História*. São Paulo, 1995.
- LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng em Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP, 1992.
- _____. “Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vls. 30/31/32, 1987/88/89.
- LUKAS, Vitor. “Katanghará”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 9 (5), 1968.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História indígena e do Indigenismo*. Tese (inédita) de Livre-Docência, UNICAMP, Campinas, 2001.
- _____. “Armas e armadilhas: História e resistência dos índios”. In: NOVAIS, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MÜLLER, Sálvio Alexandre. *Opressão e depredação*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.
- NAMEN, Alexandro Machado. *Botocudo: uma história do contato*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora da FURB, 1994.
- OLIVEIRA, Priscila Enrique de. “Da tanga às Havaianas”: *historicidade e etnicidade Xokleng (1914-2001)*. Dissertação de Mestrado em História e Sociedade. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “Um novo nicho para o beija-flor: recontextualizando objetos étnicos e imagens do colonizado”. In: MONTEIRO, John. FAUSTO, Carlos (orgs.) *Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim. (no prelo).
- PAULA, José Maria de. “Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos silvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula”. *Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas*. V 1. Rio de Janeiro, 1924.
- PENNY, H. Glenn. “The politics of anthropology in the age of empire: German colonists, Brazilian Indians and the case of Alberto Vojtěch Frič”. *Comparative Studies in Society and History*, 45 (2), 2003.
- RABUSCKE, Irmã Anna Martha. “Arquivo Histórico da Sociedade Divina Providência (Congregação das Irmãs da Divina Providência) em Santa Catarina”. In: SOARES, Iaponan. *Arquivos e documentos em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROTTMANN, Irmã Elisabeth. *É obra do Senhor! História da Congregação das Irmãs da Divina Providência (1842-1970)*. Impressão: R. Van Acken – Lingen/Sem, 1977.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.
- _____. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997.
- _____. “A modernidade chega pelo trem”. In: SANTOS (org.) *Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica*. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições, 2000.
- _____. *Educação e sociedades tribais*. Santa Catarina, Editora Movimento, 1975.
- _____. “Sobre mudança cultural entre os índios Xokleng do Vale do Itajaí”. *Revista Ciência e Saúde*, vol. 18 (3), 1966.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

- _____. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SIEBERT, Cláudia. “A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938)”. In: THEIS, Ivo et alli. *Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.
- SILVA, José Ferreira da. “Ainda sobre os indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 12 (2), 1971.
- _____. “Benedita Inglat”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 3 (12), 1960.
- _____. “Caçadas aos indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 12 (1), 1971.
- _____. “Destino de indígenas”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XI (12), 1970.
- _____. “Indígenas da Bacia do Itajaí”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 2 (4), 1959.
- _____. “O Natal da Bugrinha”. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 3 (12), 1960.
- SILVA, Simões da. *A tribo Caingang (índios bugres-botocudos) - Estado de Santa Catarina - Brasil*. Oficinas Alba Graphics, Rio de Janeiro, 1930.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Jucileide Castro de. ROMER, Iria Inês. BRACHT, Irmã Maria. *Colégio Sagrada Família: 100 anos educando para a vida*. Blumenau, 1995.
- TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *A Retirada de Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Entre os nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*. Editora Melhoramentos, São Paulo, 1931.
- _____. *Irecê a Guaná* (edição organizada por Sérgio Medeiros, contendo artigos de Antônio Cândido, Haroldo de Campo, Lúcia Sá e Sérgio Medeiros). São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.
- _____. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo, Progresso, 1948.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- URBAN, Greg. “Interpretations of inter-cultural contact: the Xokleng and Brazilian national society (1914-1916)”. *Ethnohistory*, 32 (3), 1985.

- _____. *A model of Shokleng social reality*. Dissertation, University of Chicago. Illinois, 1978.
- WIIK, Flávio Braune. “Contato, epidemias e corpo como agentes de transformação: um estudo sobre a AIDS entre os índios Xokleng de Santa Catarina, Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 17(2), 2001.
- WITTMANN, Angelina. *A estrada de ferro no Vale do Itajaí: resgate do trecho Blumenau-Warnow*. Blumenau: Edifurb, 2001.
- WITTMANN, Luisa Tombini. “Entre o giz e a espada: educação civilizatória indígena em Blumenau (1904-1914)”. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na primeira república*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres indígenas na construção etnohistórica de Santa Catarina: memórias de um esquecimento”. *Anais eletrônicos do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferenças e mediações*. Florianópolis, 2003.